

# CAMINHOS DA JESTÓRIA DIGITAL BRASIL

Thiago Lima Nicodemo  
Alesson Ramon Rota  
Ian Kisil Marino

**Milfontes**

# Caminhos da história digital no Brasil



Copyright © 2022, Thiago Lima Nicodemo, Alesson Ramon Rota & Ian Kisil Marino.

Copyright © 2022, Editora Milfontes.

Rua Carijós, 720, Lj. 01, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.

**Compra direta e fale conosco:** <https://editoramilfontes.com.br>

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

## **Editor Chefe**

Bruno César Nascimento

## **Conselho Editorial**

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU)

Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP)

Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS)

Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG)

Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS)

Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto)

Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP)

Prof. Dr. Hans Urich Gumbrecht (Stanford University)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Miranda Mollo (UFOP)

Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES)

Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES)

Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karina Anhezini (UNESP - França)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Beatriz Nader (UFES)

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR)

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (Unicamp)

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires)

**THIAGO LIMA NICODEMO**

ALESSON RAMON ROTA

IAN KISIL MARINO

# Caminhos da história digital no Brasil

EDITORIA MILFONTES

Vitória, 2022



Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

## Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

## Capa

Imagen da capa:

Autor: *não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*

Semíramis Aguiar de Oliveira Louzada - *aspectos*

## Projeto Gráfico e Editoração

Lucas Bispo Fiorezi

## Impressão e Acabamento

GM Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C183 Nicodemo, Thiago Lima

Caminhos da história digital no Brasil /

Thiago Lima Nicodemo, Alesson Ramon Rota, Ian

Kisil Marino. -- 1. ed. -- Vitória, ES :

Editora Milfontes, 2022.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5389-017-6

1. Inovação tecnológica 2. Tecnologia 3. Tecnologia - Brasil - História

I. Rota, Alesson Ramon. II. Marino, Ian Kisil. III. Título.

# Sumário

## Introdução: das humanidades digitais à história digital 7

Thiago Lima Nicodemo, Alesson R. Rota & Ian Kisil Marino

### I

#### Rumo à história digital

## “Apocalípticos e Integrados”: historiadores, computadores e a pesquisa histórica 41

João Rodolfo Munhoz Ohara

## Solucionismo digital? Convite a uma reflexão autocrítica 53

Ian Kisil Marino

## Fontes demais, tempo de menos: uma breve crítica à escalada tecno-informacional para a escrita da História do tempo presente 77

Ricardo Medeiros Pimenta

## Mineração de história em acervos históricos digitalizados 89

Alesson R. Rota

## Farejar carne humana em meio a bytes: a internet, a História e Tempo Presente 109

Dilton Cândido Santos Maynard

### II

#### Arquivos e fontes digitais

## Arquivos da web como fonte de pesquisa em humanidades digitais 131

Moisés Rockembach

## História digital e protagonismo africano: questões éticas e metodológicas na elaboração de bases de dados sobre populações escravizadas 145

Aldair Rodrigues

## Um acervo para a história (digital): a digitalização de documentos históricos através do projeto Brasil: Nunca Mais Digit@l 163

Bruno Grigoletti Laitano

[Acervos de museus nas redes sociais: as pinturas do Gabinetto Segreto no Instagram do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles 185](#)

[Gabriela Isbaes](#)

[A ferramenta de busca da Hemeroteca Digital Brasileira e o ofício do historiador: reflexões para a história digital 209](#)

[Eric Brasil & Leonardo Fernandes Nascimento](#)

[Nas tramas da memória visual: reconfigurações de fotografias do cangaço no mundo digital 229](#)

[Vagner Silva Ramos Filho](#)

[Arquivos digitais da Covid-19 na América Latina 253](#)

[Leonardo Lehmann Concentino](#)

### III

#### Ferramentas, interfaces e mídias

[O atualismo chega à História? Virtualização do ofício do historiador durante a pandemia de Covid-19 \(2020\) 277](#)

[Mateus Pereira, Mayra Marques & Walderez Ramalho](#)

[Racismo no meio digital: estratégias de aquilombamento 303](#)

[Daniela Pereira da Silva, & Tassoulas](#)

[Ler a Encyclopédie: do século XVIII ao mundo digital 317](#)

[João Gilberto Walmley Melato](#)

[Jogos de mundo aberto: produção de presença, imersão e consumo 337](#)

[Pedro Tonazzzo Terres](#)

[O passado como espaço de recriação virtual: as mídias digitais e a virada espacial na historiografia 359](#)

[Gabriel José Pochapski](#)

*Introdução: das humanidades digitais à  
história digital*

*Thiago Lima Nicodemo*

*Alesson R. Rota*

A presença constante das tecnologias digitais na vida das pessoas é um fenômeno global. Smartphones que cabem na palma da mão são apenas uma pequena amostra do lugar que é ocupado por elas no cotidiano, armazenando enormes quantidades de dados, catalisando a interação social, proporcionando formas de lazer, como instrumentos de trabalho, registrando momentos e reproduzindo conteúdos imagéticos e sonoros. Tablets, computadores pessoais, televisores, carros e até mesmo geladeiras fazem parte do rol de objetos marcados pela “internet das coisas”, que ocupa cada vez mais espaços desde a popularização da Web 2.0, na virada do século. O digital precede a produção e a difusão de conhecimento em todos os níveis. A escrita não remete mais ao papel, muito menos à máquina de escrever, mas ao teclado e a um ou dois processadores de textos populares, pertencentes a grandes corporações privadas. A publicação de artigos em periódicos não mais faz pensar em revistas impressas, mas em portais da internet e em downloads de arquivos em formatos de siglas como PDF ou epub, que poucos sabem o que significam. Até mesmo palestras e cursos cada vez menos correspondem a encontros físicos e presenciais, dada a proliferação de *lives* e encontros online via softwares de ligação, que se tornaram comuns durante o isolamento imposto pela pandemia de Covid-19 – mas que já vinham numa crescente antes dela. Tais anedotas ilustram somente parte da “era digital”, mas já o suficiente para que humanistas se identifiquem com o fenômeno, notando que, inevitavelmente, as humanidades tornaram-se digitais.

Mas, o que isso quer dizer? A presença dessas tecnologias implica algum tipo de mudança na constituição epistemológica das disciplinas humanísticas como um todo, a ponto de se poder tratá-las como um conjunto? Seriam as (já não tão) novas tecnologias elementos meramente técnicos, que alteram a rotina de pesquisa e difusão de conhecimento, mas não chegam a imprimir novos lugares teóricos e metodológicos? Em relação à história, que tem se ocupado do estudo das transformações humanas a partir de vestígios materiais e imateriais que indiquem a passagem do tempo, qual o impacto das tecnologias digitais?

Este livro procura responder a essas perguntas, formulando muitas outras

mais. A sua inspiração remete ao diálogo de ensino e pesquisa, em especial no curso Tópicos Especiais em Teoria da História, ocorrido na pós-graduação em História da Unicamp, no segundo semestre de 2019. Ali, experimentou-se leituras e diálogos que buscassem compreender as

mudanças conceituais na noção de documento e arquivo, partindo da seguinte indagação: se mudam as formas de produzir e arquivar os documentos - a produção e a natureza da história também não devem mudar?<sup>1</sup>

Ocupamos a mesma sala, mas em posições diferentes: Thiago Nicodemo como professor, Alesson Rota e Ian Marino como alunos e pesquisadores. Com o passar do tempo, as inquietações sobre a quase onipresença do digital nas mais variadas pesquisas ali reunidas geraram tantas ideias que o curso se ganhou outro semestre, já em 2020. Durante a segunda edição, ganhamos a companhia de Pedro Telles da Silveira na força tarefa colaborativa que geria o curso, como pesquisador ingressante de pós-doutorado na Unicamp. Em março, a pandemia de Covid-19 restringiu nossos encontros físicos. Em meio aos diversos níveis de incertezas de então, curiosamente, o digital se apresentou como o único meio capaz de viabilizar as nossas atividades, que se tornaram, então, praticamente “meta-discussões”, dados os temas que ali tratamos.

Mesmo neste contexto precário e triste, uma profusão de projetos eclodiu. Historiadores dos mais diferentes objetos e em diversos estágios de formação encontraram no digital elementos importantes de seus trabalhos: a representação digital de antigos conceitos da América Pré-Colombiana, o arquivamento digital de signos do cangaço, a construção de bases de dados de periódicos para compreensão de redes transnacionais de intelectuais, entre outros. Com a Covid-19, fomos atraídos a pensar emergencialmente sobre o arquivamento de evidências do período, iniciando colaborações intensivas que resultaram em eventos, capítulos, artigos e novas pesquisas e pesquisadores em diversos níveis. Na paralela, buscamos conquistar um espaço institucional para acolher todos esses esforços, o que culminou, enfim, no Centro de Humanidades Digitais IFCH-Unicamp, aprovado no fim de 2020.<sup>2</sup>

Este livro é mais um resultado dessa trajetória, composto por personagens envolvidos nos cursos e pesquisadores que aceitaram o convite de integrar esse itinerário. As páginas que seguem foram preenchidas por autores em

diferentes estágios da pesquisa humanística – estudantes de graduação, pós-graduandos e professores universitários – como forma de abrir-nos à possibilidade de aprender com as mais variadas experiências que o digital impõe, dada a sua quase onipresença. Nem todos os autores deste livro têm o digital como objeto central de seus estudos. Mas, a presença das tecnologias na sua rotina de pesquisa os impulsionou a refletir sobre o tema, em iniciativas criativas e inspiradoras. Os capítulos que seguem, assim, são plurais nos temas abordados, nas escolhas metodológicas, nos referenciais teóricos e, também, nas opiniões.

Embora tenha ganhado alguma força no Brasil nos últimos anos, a chamada história digital ainda não é ainda um campo totalmente sedimentado. Ainda não há núcleos de pesquisa que mantenham pesquisas continuadas em torno desse conceito, nem mesmo cursos regulares ou um mercado editorial bem estabelecido. Na verdade, tanto no Brasil como no exterior, mais forte do que história digital é a categoria humanidades digitais. Mesmo assim, embora tenham ganhado mais terreno do que o primeiro termo nos últimos vinte anos no país, as humanidades digitais não foram ainda objeto de grandes discussões sistemáticas, restringindo-se a iniciativas individuais e a núcleos de pesquisa relativamente esparsos. Em resumo, este livro debate ambos os conceitos. Buscando na experiência prática de historiadores brasileiros os caminhos da história digital no país, nos perguntamos: tem, de fato, havido uma história digital no Brasil? Qual a sua relação com as humanidades digitais? Quais seriam os fundamentos mais importantes para a consolidação desses campos no país?

Nesta introdução, apresentamos um panorama geral brasileiro do relacionamento entre esses conceitos, a fim de preparar o terreno para as interessantes contribuições de adiante. Inicialmente, propõe-se uma breve reflexão sobre o panorama embrionário, mas já existente, da história digital no Brasil. Em seguida, discutiremos o já mais bem consolidado conceito de humanidades digitais, além de um princípio de mapeamento do estado da arte do campo no Brasil, com enfoque no desenvolvimento de núcleos de pesquisa. Em terceiro lugar, como forma de apresentação dos capítulos, segmentam-se tópicos de reflexão e experimento que ilustram os caminhos da história digital no Brasil.

## O que é história digital?

Anita Lucchesi, Pedro Telles da Silveira e Thiago Nicodemo sugeriram que “a história, enquanto disciplina, talvez seja a que mais tomou para si o desafio de pensar as transformações nas sociedades”, completando que

os historiadores sempre estiveram atentos, portanto, à passagem e transformações das mídias, seja na disseminação do impresso, na prevalência da imagem impressa reinventada na técnica fotográfica, do registro sonoro gravado ou do seu transcurso no espaço por ondas eletromagnéticas.<sup>3</sup>

Nesse sentido, falar em uma “história digital” significa compreender que historiadores têm detido esforços particulares sobre o lugar do digital na sociedade. De um lado, esses esforços direcionam-se a uma história social das mídias, que procura inserir e inquirir sobre o lugar do digital na história da técnica. De outro, há o esforço de apreensão teórica de como as tecnologias impactam as experiências de tempo e a imaginação histórica - na disciplina e na sociedade como um todo. Uma terceira frente, ainda, reúne esforços que se direcionam a viabilizar práticas historiográficas de maior impacto na esfera pública a partir de ferramentas digitais.

Se essa multiplicidade de frentes, por um lado, abre muitas possibilidades ao que significa história digital, por outro, ela não contribui para uma definição conceitual mais sedimentada – o que seria importante para a consolidação institucional e a aquisição de respaldo para a obtenção de financiamentos de pesquisa, por exemplo. Em outras palavras, a indefinição do que é a história digital impacta o estabelecimento de uma agenda de pesquisa mais sólida sobre o tema.

No Brasil, mesmo com predominância de iniciativas individuais sobre o tema, nota-se que a variedade de sentidos e percepções do que é história digital se desdobra em, principalmente, dois caminhos: um, que enfatiza a discussão teórico metodológica envolvendo a presença do digital no conhecimento histórico;<sup>4</sup> outro, que estreita laços com a chamada história pública, clamando por experimentações no uso de recursos digitais para propulsão da divulgação, da escrita e do consumo de história pela sociedade no geral.<sup>5</sup>

Seria possível dizer que uma dessas percepções é melhor que a outra? É

precipitado, antes de mais nada, decompor de forma binária essas duas linhagens. Com efeito, nada impede que os caminhos da história digital no Brasil não possam articular as benesses dessas duas frentes de trabalho, o que poderia trazer resultados bastante ricos à área. Entretanto, embora em termos de produção acadêmica haja mostras dessa variedade, percebe-se também que a delimitação de uma “história pública digital”, como sugeriu Serge Noiret,<sup>6</sup> vem se sobrepondo à feição teórica e crítica. Assim, tanto em termos de publicações quanto, e principalmente, na proliferação de iniciativas online em formatos diversos, como *websites*, *podcasts*, vídeos e blogs, parece haver uma tendência a entender a história digital como algo relacionado à história pública.<sup>7</sup>

Embora haja riqueza nessa interpretação, propomos aqui retomar a outra percepção de história digital, da reflexão teórica sobre o impacto das tecnologias nos arquivos, nas fontes, na escrita e, enfim, na constituição epistemológica do conhecimento histórico. Em certo sentido, voltar para questões que estão na base da investigação da história enquanto disciplina e se ancoram na crítica das fontes. Para aprofundar o tema, vale retomar o contexto de produção original dessas reflexões: a sala de aula. Todos usamos hoje dispositivos digitais para ensinar, aprender e para pesquisar e isso contrasta com a precariedade de ferramentas para analisar e para criticar as fontes digitais. No fim das contas, todos nós usamos fontes digitais mas tendemos a assumir equivocadamente que são cópias fiéis dos supostos originais. Uma agenda de trabalho então que seja útil para os alunos deverá necessariamente envolver a crítica da fonte digital. Por um lado, isso nos projeta numa agenda interdisciplinar, já que os conhecimentos mobilizados para compreender a especificidade dos novos suportes advém de do diálogo com os *media studies*, a antropologia, a arquivística, a ciência de dados e a computação. Por outro lado, finca o compromisso do historiador no problema do documento histórico, da sua estabilidade/instabilidade, de seu dentro da história das formas que a disciplina ganhou ao longo dos tempos, incluindo a dimensão do trabalho, da sobrevivência, do treinamento para as demandas profissionais do presente e do futuro.

Podemos então falar de uma história digital brasileira, não exclusivamente nacional, mas ancorada e desenvolvida no esteio da Teoria da História e

História da Historiografia brasileira – auto-reflexiva – posto que se interroga pelos fundamentos do conhecimento histórico e justamente por isso – aberta – à transformação da profissão. Um produto da expansão do ensino público pelo Brasil, de experiências como o Profhistória, Mestrado Profissional em História, irmanada das várias tentativas dos historiadores se comunicarem melhor, expandirem as fronteiras da sua disciplina e se posicionarem politicamente de forma progressista. Seguindo esta agenda, os capítulos do livro apresentam diversas propostas analíticas, servindo tanto de amostras quanto de indicações sobre os caminhos possíveis do campo no país.

Antes de prosseguir, contudo, faz-se necessário interrogar qual é o grau de conexão entre esse tipo de história digital em formação com o panorama mais amplo mundial da prática das humanidades digitais, coisa que propomos nas linhas que seguem.

### **Humanidades digitais: o conceito e o panorama brasileiro**

No final da década de 1940, o jesuíta Roberto Busa foi um dos pioneiros nos estudos que relacionaram computação às humanidades. Com o apoio da IBM, ao longo de três décadas, ele construiu um banco de dados com todas as obras de São Tomás de Aquino e com os principais comentários sobre o autor desde o século XIII.<sup>8</sup> Neste banco é possível pesquisar e classificar frases e citações do autor ou relacionadas a ele. Trabalhos desse gênero passaram a exigir serviços de computação das instituições de pesquisas públicas ou privadas, que contrataram equipes técnicas. Esse nicho de atuação ficou conhecido como “computação para as humanidades” (*humanities computing*). Foi assim que a Collins Dictionary passou a financiar estudos lexicográficos para compreender o uso das palavras inglesas na sociedade contemporânea, a ponto de mensurar as palavras da moda ou o surgimento de novas. Desde 1990, com início na Alemanha, têm sido realizadas conferências sobre computação e humanidades, organizadas pela hoje intitulada Alliance of Digital Humanities Organizations (ADHO).<sup>9</sup>

Na virada do século, a comunidade científica passou a reivindicar o termo “humanidades digitais” como um campo do saber interdisciplinar capaz de abranger tanto a história da relação entre computadores e estudos humanísticos quanto técnicas de mineração de dados.<sup>10</sup> Em 2002 a ADHO

organizou na Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, o Seminário de Currículo de humanidades digitais (*Digital Humanities Curriculum Seminar*), que marcou uma mudança no uso da terminologia.<sup>11</sup> A ferramenta de busca Ngram demonstra uma curva exponencial no uso do novo conceito, com início em 2001 e estabilização em 2018.<sup>12</sup> O número de publicações relacionadas ao campo cresceu quase duzentas vezes em menos de dez anos. No ano de 2012 foi realizada a segunda edição do The Humanities and Technology Camp, em Paris, que publicou um manifesto sobre a formação de um campo denominado humanidade digital. Esse manifesto entende que a produção de conhecimento em ambiente digital é diferente do analógico, que as humanidades digitais “referem-se ao conjunto das Ciências humanas e sociais, às Artes e às Letras” e que é um campo transdisciplinar.<sup>13</sup>



Imagen 1: “humanities computing” x “Digital Humanities”, via Google Ngram.

A popularização das humanidades digitais é acompanhada da criação de centros tecnológicos, laboratórios, grupos de pesquisa e periódicos de divulgação. É toda uma agenda de um campo que recém está em expansão. Segundo a contagem do Centre for Digital Humanities do University College London, em 2011 havia 114 centros espalhados por mais de 24 países.<sup>14</sup> No Brasil, em 2009, a Universidade de São Paulo montava o Grupo de Pesquisas em humanidades digitais, responsável por vinte projetos executados entre 2009 e 2018 - sobre mapeamento linguístico e digital, criação de metadados para consultas, processamento automático de textos, filologia, banco de dados para dicionários, digitalização e tratamento de imagens automatizadas para reconhecimento óptico. No mesmo ano, a Universidade Federal do Rio Grande criou o Laboratório de Imagem e Som, que adquiriu um escâner com as melhores tecnologias que se tinham no momento.<sup>15</sup> Apesar do projeto ter curta duração, houve algumas iniciativas pioneiras com o uso de mineração de dados em livros de historiografia brasileira.<sup>16</sup>

Desde 2011, o Laboratório Liber-Tecnologia para o Conhecimento, em

parceria com a Universidade Federal do Pernambuco, tem desenvolvido projetos de extensão e pesquisa que já resultaram em 105 artigos publicados, 72 projetos e 39 pesquisadores envolvidos.<sup>17</sup> Em 2016, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) criou o Laboratório em Rede de Humanidades Digitais (LARHUD). O IBICT teve seus primeiros passos em 1954, quando a Unesco sugeriu à Fundação Getúlio Vargas o desenvolvimento de um centro nacional de bibliografia, que foi criado e passou a integrar a estrutura interna do CNPq.<sup>18</sup> Nos anos 1970, o IBICT ganhou projeção quando passou a coordenar as atividades de Informação e Ciência e Tecnologia no país. A instituição tem como competência,

o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico.<sup>19</sup>

O LARHUD foi criado para fomentar no Brasil debates equiparáveis aos internacionais. No mesmo ano, a Fundação Getúlio Vargas criou o Laboratório de Humanidades Digitais, vinculado ao CPDOC. Entre seus projetos se destacam a história do tempo presente, as tecnologias de texto aplicadas à formatação automática, a inteligência artificial, a linguística computacional e um repositório 3D de obras de arte.<sup>20</sup>

Nesta última década, ainda se somam agendas ou iniciativas de laboratórios na Universidade Federal do Ceará,<sup>21</sup> na Universidade Pontifícia Mackenzie,<sup>22</sup> na Universidade Federal de Minas Gerais,<sup>23</sup> na Universidade Federal de Santa Catarina,<sup>24</sup> na Fundação Casa de Rui Barbosa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro,<sup>25</sup> na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,<sup>26</sup> na Universidade Federal de Goiás,<sup>27</sup> no Instituto de Estudos Avançados/USP,<sup>28</sup> na Associação das Humanidades Digitais<sup>29</sup> e no Instituto Conex, através da Plataforma Humanidades.<sup>30</sup> Na iniciativa privada há apenas o Internetlab, com financiamento da Google, Ford Foundation, Open Society e Luminate.<sup>31</sup> Em 2018, a Universidade Federal da Bahia criou seu Laboratório de Humanidades Digitais que, junto ao LARHUD, é responsável pelos principais Wiki de divulgação de ferramentas e tecnologias do campo. Seus projetos giram em torno da mineração de dados, história digital, debates éticos e mídias digitais<sup>32</sup> Por fim, no apagar das luzes de 2020, em 4 de dezembro, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da

Universidade Estadual de Campinas aprovou a criação do Centro de Humanidades Digitais-Unicamp. O Centro já possui alguns projetos em andamento, voltados para construção de base de dados sobre a escravidão, mineração de história em dados estratosféricos, construção de memoriais digitais sobre a Covid-19, debates sobre o digital enquanto epistemologia e interfaces com a Teoria da História.

Ao observarmos o grau de institucionalização das humanidades digitais no Brasil, nos deparamos com problemas comuns de um país em desenvolvimento. Há total dependência de um financiamento público que é instável, de modo que algumas iniciativas não conseguiram dar continuidade aos projetos, por questões políticas e orçamentárias. Ainda assim, há a mobilização de inúmeras instituições públicas, criação de redes, congressos e publicações. Como sugerido pelo historiador português Daniel Alves, talvez seja mais válido falar de uma “comunidade de práticas” para definir o campo das humanidades digitais no país:

o que nós temos na prática é um conjunto de investigadores, de centros, de estudantes, que incorporaram essas tecnologias no seu método de trabalho, dentro das humanidades, mas que não tem - pelo menos no mundo de fala portuguesa - uma verdadeira institucionalização.<sup>33</sup>

Por outro lado, os levantamentos efetuados por Urszula Pawlicka-Deger apontam para uma ressignificação do conceito de laboratório enquanto desenvolvimento de uma virada laboratorial (*laboratory turn*).<sup>34</sup> O laboratório científico deixou de ser definido por um espaço físico com equipamentos e passou a ser visto como um conceito prático de investigação. Com a crise de financiamento das humanidades em tempos de austeridade, universidades, museus, bibliotecas e arquivos buscaram espaços públicos de atuação, elegendo seus objetos como pontos de partida. Como produto dessas reflexões, o que antes era visto como uma simples sala de leitura, sala de digitalização ou biblioteca, passou a funcionar como um laboratório prático de investigação, que congrega filósofos, antropólogos, historiadores, curadores, matemáticos, cientistas sociais, programadores e engenheiros. Se porventura tais laboratórios passaram a adquirir equipamentos tecnológicos ou maior afirmação institucional, foi como consequência do conceito prático de laboratório, que pode ser estruturado com baixo orçamento.<sup>35</sup> Daí temos pistas

para investigar porque não existe uma agenda unificada sobre as humanidades digitais, porque não existe uma centralização institucional ou porque alguns problemas de pesquisa são voltados para o mercado.

O digital nas humanidades criou uma forma de compreender o mundo, ainda que sejam as humanidades as definidoras do digital. Ela possui inúmeros elementos em aberto ou instáveis, dada a sua terminologia que congrega o ser humano e a tecnologia na mesma definição. Nesse sentido, antes de enumerar os potenciais e tópicos de reflexão e experimentação que compõem as humanidades digitais, convém refletir de forma crítica sobre a constituição deste campo de estudos. Sem isso, corre-se o risco de o digital se sobrepor às humanidades, descharacterizando importantes elementos metodológicos e epistemológicos que remetem a antigas conquistas teóricas do pensamento humanístico.

### **Precauções críticas**

Pensar aspectos digitais na pesquisa em humanidades consiste em relacionar aprimoramentos tecnológicos, como o uso de hardwares e softwares, aos métodos oriundos da exegese e da hermenêutica. Parece uma associação complicada, um oximoro talvez, dependendo de quem escrever, como Martin Heidegger, mas se trata de uma relação antiga.<sup>36</sup> Se considerarmos invenções como alfabetos, impressoras, teclados e máquinas de escrever enquanto técnicas, estamos falando também do surgimento da escrita, das impressões e dos livros. Os gregos utilizavam a palavra *techné* para definir um conjunto de habilidades passadas de geração em geração a serem executadas para solucionar problemas práticos, de caráter medicinal ou arquitetônico.<sup>37</sup> Contudo, embora possam ser vistas linhas de continuidade entre *techné* e tecnologia, há grandes diferenças, devido aos inúmeros processos, como a revolução industrial e a metafísica da ciência como arauta da civilização.

A advertência que se deve ter de antemão ao pensar em humanidades digitais é a mesma que Friedrich Nietzsche fez aos historiadores ao confrontar o tipo de história que triunfou durante a modernidade. Trata-se de uma história em excesso por olhar para o passado enquanto um ser ontológico que teria vida e vontade própria.<sup>38</sup> Sabemos que o século XIX é definido por disputas no campo científico e que a máxima de Leopold von Ranke foi dita

em um momento em que as especulações filosóficas sobre o futuro enquanto progresso eram moda nos estudos da história.<sup>39</sup> Mas, é preciso carregar este fardo quando discutimos humanidades digitais, porque a sedução da tecnologia, da inteligência artificial e dos algoritmos às interfaces visuais, pode fazer pensar, por vezes, que a história é um ser ontológico que tem vida e vontade própria.

Ao pensar sobre o conceito de humanidades digitais, nos deparamos com problemas semelhantes aos levantados pela ciência e pela filosofia nos últimos dois séculos, porque a terminologia traz implícito a relação entre o ser humano e a tecnologia. Alguns desses problemas estão relacionados a críticas de promessas não cumpridas, como o bem-estar social que seria garantido pelo progresso científico. Reflexões de autores como Nietzsche, Heidegger, Ludwig Wittgenstein, Fernando Pessoa, Walter Benjamin, Michel Foucault, Hayden White, cada um usando linguagens diferentes em tempos diferentes, expressam um incômodo ao observar a ciência vista como um ser transcendental, com vontade própria, neutra, em que pese ao cientista apenas achar o fio condutor. A expectativa na ciência criou um novo tipo de paraíso, tão distante quanto o mundo das ideias de Platão e da salvação cristã. Por isso as críticas pioneiras de Ludwig Wittgenstein<sup>40</sup> e Martin Heidegger são cotidianas, antimetafísicas.

Aqui, nos deparamos com um dos grandes problemas relacionados às humanidades digitais: o risco de colocar a tecnologia ou a ciência à frente daquilo que não precisa ser justificado, a capacidade de ser e se deslocar do ser humano. O debate não é propriamente novo e, em termos filosóficos, remete à reflexão sobre a constituição técnica e o lugar do ser humano. É proveitoso retomar o trabalho de Heidegger, que se debruça sobre o sentido de ser do humano. O filósofo chama a presença do homem no mundo de *Dasein* – cuja tradução comum é *Ser-Aí*, mas em para outros, como Maria Schuback, o termo é substituído por *presença*.<sup>41</sup> Trata-se de um ser que se constitui no mundo, que está sempre em movimento, sempre se transformando em qualquer coisa que ele não era anteriormente.

O *Dasein* é composto por dois núcleos indissociáveis: o ser e o ente. Mas não se pode confundir o ente *Dasein* com outros demais entes do mundo,

*intramundanos*, como a cadeira, o martelo, o relógio, o computador, o telefone e a árvore, por exemplo, pois a característica destes entes é servir: o martelo é para isto, o computador é para aquilo... Somente o humano possui o sentido de ser, e é ele quem atribui uso aos entes intramundanos. É a “transcendência” de um ser “envolvido” nos entes arrastando com eles no curso em direção a um “horizonte”.<sup>42</sup> Por séculos, a ciência superou suas próprias crises com novos postulados e conceitos, problematizando pouco que todas as criações, tecnológicas e culturais, são criações humanas, não da natureza. Com Heidegger, no entanto, vemos que as ciências são parte do comportamento humano. A definição do *Dasein* vem da capacidade de ser que, ainda que possa projetar caminhos e se transformar em algo novo conservando sua ipseidade, não se submete ao mundo tecnológico.

Sem tomarmos tais precauções, corremos o risco de colocar “o digital” antes das humanidades, produzindo um tipo de hierarquia que coisificará o campo de estudos. As consequências disso serão gráficos, tabelas e robôs que falam por eles mesmos, ocultando o aspecto de humanidades e consagrando a precipitada máxima de que “os dados falam por si”. Seria como se o digital tivesse uma ontologia própria e não fosse parte do humano. Não por acaso, a crítica às humanidades digitais consegue relacionar, com alguma facilidade, as propostas de alguns laboratórios com discursos de empreendedorismo, resoluções tecnicistas e projetos neoliberais.<sup>43</sup> Por outro lado, corre-se o risco da propagação acrítica de preceitos científicos, políticos e culturais que se reproduzem em meio aos dispositivos digitais, como concepções cartesianas de tempo e espaço e comportamentos algorítmicos sexistas, racistas ou xenófobos, por exemplo.<sup>44</sup>

Para outros críticos, como Nan Z. Da, o problema das humanidades digitais está relacionado ao produto que ela entrega, porque, nos inúmeros estudos comentados em seu ensaio, as conclusões já eram conhecidas pela literatura tradicional, em que o pesquisador lê página por página para desenvolver a pesquisa. Há apenas algumas diferenças: elas custam mais e apresentam interfaces visuais mais atrativas.<sup>45</sup> Ainda, deve-se notar que o sentido muito amplo e internacionalmente arraigado das tecnologias digitais pode levar à impressão inebriante de que se trata de um campo de estudos definitivamente global e planificado - como ocorreu com a percepção de

alguns pesquisadores da História Global a partir do processo de globalização segundo Jeremy Adelman, por exemplo.<sup>46</sup> Como aponta Domenico Fiornonte, a desigualdade infraestrutural define agendas de pesquisa e linguagens dominantes em detrimento de outras menores - o que explica a predominância de línguas europeias e de pesquisadores de países desenvolvidos nas organizações do campo.<sup>47</sup>

Essas percepções ilustram apenas parte da massa crítica que tem se constituído no campo da humanidades digitais nos últimos anos. Elas não desqualificam a área, e muito menos incentivam um tecnoceticismo que iniba o uso das tecnologias digitais pelas humanidades. Contudo, como mencionado, trata-se de precauções teóricas e metodológicas indispensáveis, contribuindo com o desenvolvimento de parâmetros epistemológicos e ontológicos que garantam que o digital não hierarquize as humanidades. Talvez, o grande incremento das humanidades digitais acerca de tudo que nós fazemos esteja relacionado ao tempo. Ao fim e ao cabo, é uma dupla função: dinamizar as pesquisas em um mundo conectado pela internet e ponderar como essa dinamização altera a forma de produção do conhecimento e do modo de vida.

### **Caminhos da história digital**

O caráter geral do desenvolvimento da história digital e das humanidades digitais no Brasil nas últimas duas décadas indica um campo simultaneamente rico e institucionalmente instável, como o breve levantamento dos núcleos de pesquisa realizado demonstra. Nesse sentido, os caminhos de reflexões e experimentos abertos no panorama nacional ecoam uma multiplicidade de frentes que incorporam o campo mesmo em locais onde o desenvolvimento infraestrutural e institucional dos núcleos de pesquisa deu-se de forma mais bem estruturada. Poderia ser dito que as humanidades digitais resultam da soma de experiências – desiguais, mas plurais – de diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a antropologia e a teoria literária, por exemplo. Sem embargo, como salientado de antemão, a aproximação com as tecnologias digitais provoca um certo rompimento com as barreiras disciplinares, compondo um campo interdisciplinar cujas qualidades e possibilidades residem justamente neste aspecto. Com efeito, entendemos que a possibilidade de abertura a uma re-imaginação epistemológica das humanidades que não

vise somente atualizar-se, mas recompor os parâmetros de atuação crítica de humanistas na esfera pública, é o grande trunfo das humanidades digitais – com o qual a história digital deve aprender.

Deste modo, destacamos alguns tópicos de debate que funcionam como linhas de força transversais à história digital no Brasil, a partir de pesquisas e reflexões já em andamento e recheadas de possibilidades futuras. Assim, inicialmente, retomamos a história digital nem como uma decomposição disciplinar mecânica do todo, nem como uma afirmação de autonomia ou independência das humanidades digitais, mas como mostra das especificidades da história – matizada pelo trabalho dos autores, em sua maioria historiadores. Em seguida, introduziremos o problema dos arquivos e das fontes digitais, que se colocam como pré-condições para qualquer pesquisa do campo. Em terceiro lugar, deve-se discutir o universo das ferramentas, interfaces e mídias digitais que, hoje, se emaranham na pesquisa histórica. Das buscas no Google ao Big Data, quais os parâmetros norteadores desses softwares e recursos usados e abusados cotidianamente, quase que automaticamente? Pensar a história digital é tocar nesses sensíveis e complexos tópicos, e os capítulos deste livro o fazem com criatividade e destreza.

## I. Rumo à história digital

De uma história *do* digital a uma história *no* digital, há esforços para compreender a especificidade do fazer historiográfico dentro da pluralidade que caracteriza as humanidades digitais. Roy Rosenzweig, um dos pioneiros da história digital, escreveu no início da década de 2000 que

os historiadores não são particularmente hostis a novas tecnologias, mas eles não estão prontos para receber bem as mudanças na sua posição cultural e em suas formas de trabalho.<sup>48</sup>

Considerando-se os avanços dos últimos vinte anos, teriam os eles avançado em peso no sentido de compreenderem essas mudanças? Há, ou houve, suficientes esforços e particularidades que justifiquem um discernimento claro entre as humanidades digitais e a história digital? É discutível.

Questionado em entrevista sobre um possível *digital turn* na historiografia nas últimas décadas, Alves é cético: “afirmar que o digital esteja sendo adotado

de forma abrangente, a ponto de configurar um Digital Turn ou o surgimento de uma história digital, sobre isso tenho sérias dúvidas”.<sup>49</sup> Da mesma forma, recompondo a trajetória do uso da computação por historiadores nas décadas de 1970 a 1990, Tiago Gil corrobora com a leitura de que, embora tenha acrescido o uso de ferramentas digitais, não se trata de uma unanimidade entre todas as áreas de estudos históricos.<sup>50</sup> De fato, se considerar-se que o uso de tecnologias digitais, de fontes a processadores de texto, já é comum no cotidiano de pesquisa, apenas um número bastante reduzido de pesquisadores tem se dedicado especialmente a eles como objeto de estudo. Assim, confirma-se a impressão de um dos textos pioneiros do tema no Brasil, de Dilton Maynard:

ao que parece, experimentamos um curioso paradoxo. A constatação ocorre porque, embora a maioria dos historiadores utilize cotidianamente a Internet e seus recursos em suas pesquisas – e-mails, listas de discussão, sites oficiais, sistemas de editoração eletrônica, divulgação por meio de redes sociais e até mesmo a maior associação brasileira de professores e pesquisadores de história (Anpuh) disponha de um site ([www.anpuh.org](http://www.anpuh.org)) para apontar seleções, lançamentos e eventos, os docentes não costumam se envolver com reflexões sobre recursos digitais. Consequentemente, estudantes não são instigados a pensarem sobre o digital, não são motivados a aplicar as metodologias tradicionais da história ao seu cotidiano digital e a experiências online.<sup>51</sup>

A história digital, no cenário atual, parece não possuir ainda suficiente consolidação para se desgarrar das humanidades digitais, configurando-se como uma disciplina autônoma. Em outras palavras, não basta a utilização de ferramentas digitais para veiculação de uma história pública para justificar a existência de uma história digital. O verdadeiro ponto de inflexão reside no debate teórico, e este ainda é tímido. Entretanto, o fato de historiadores dedicarem-se a refletir sobre os parâmetros norteadores da disciplina em meio às transformações digitais é louvável, além de coerente com o desenvolvimento epistemológico de tradições disciplinares que já reagiram a muitas outras transformações técnicas em seus itinerários. Com efeito, trata-se de uma recomposição de saberes que não lesa o sentido interdisciplinar das humanidades digitais - da mesma forma que fazem outras linhas de estudo, como a sociologia digital e a antropologia do ciberespaço, por exemplo.<sup>52</sup>

Diversos capítulos desta obra refletem sobre os imbróglis teóricos e metodológicos da história digital, inquirindo sobre seus potenciais, limites e

problemas. Partindo do binômio de Umberto Eco, João Ohara, no capítulo “Apocalípticos e Integrados”: historiadores, computadores e a pesquisa histórica”, considera as formas como historiadores têm lidado com computadores, balanceando uma história de aproximação e repulsa - a fim de demonstrar a complexidade e as variadas formas de inserção de novas tecnologias nas práticas historiográficas. Em diálogo, o capítulo de Ian Marino, “Solucionismo digital? Convite a uma reflexão autocrítica”, inquiri sobre os possíveis problemas da adoção acrítica de ferramentas digitais para a resolução de dilemas historiográficos mais antigos – utilizando como exemplo o Instituto Museu da Pessoa e outras experiências arquivísticas recentes.

Na sequência, como indica o título do capítulo, “Fontes demais, tempo de menos: uma breve crítica à escalada tecno-informacional para a escrita da História do tempo presente”, Ricardo Pimenta oferece reflexões questionando como o iminente crescimento de fontes e ferramentas digitais tem se dedicado a devida atenção crítica à adoção desses recursos? O texto de Alesson R. Rota, intitulado “Mineração de história em acervos históricos digitalizados”, funciona como uma transição para os demais temas abordados no livro, por reunir métodos mistos de análise hermenêutica e computacional. O autor construiu um banco de dados a partir de livros, revistas e dicionários para testar novas e antigas hipóteses formuladas pela historiografia, explorando os limites da tecnologia e interrogando sobre uma nova epistemologia do mundo digital. Por fim, no capítulo “Farejar carne humana em meio a bytes: A internet, a História e Tempo Presente”, Dilton Maynard retoma a célebre expressão de Marc Bloch, para questionar em que medida historiadores necessitam ser experts em computadores para explorar a internet - simultaneamente refletindo sobre experiências recentes e apontando caminhos para o presente e o futuro.

## II. Arquivos e fontes digitais

O historiador tende a ficar atento aos tempos dos eventos aos quais o documento se refere, mas não toma o documento mesmo como evento, como acontecimento de um dado tempo, que indica e emite signos desse tempo, em toda a sua extensão e em todos os seus aspectos,<sup>53</sup>

comentou Durval Muniz de Albuquerque, indicando questões que dizem respeito a qualquer uso documental, por historiadores e humanistas. O que um

documento diz sobre seu tempo? Como foi produzido? Por quem? Por quê? Tais questões, singulares a cada documento, são inescapáveis à pesquisa. Considerando, com Arjun Sabharval,<sup>54</sup> que as fontes são uma pré-condição ao desenvolvimento das humanidades digitais e da história digital, cabe estender a questão à esfera de preservação e Acesso em: qual o caminho percorrido pelos documentos para que sejam arquivados e, depois, acessados como fontes de pesquisa? O que se passa entre os registros digitais individuais, sua preservação e, posteriormente, sua disponibilização aberta na internet? Todas essas questões remetem ao arquivo, instância moduladora de memórias e fontes em potencial que, frequentemente, é menosprezada em estudos humanísticos. “Mas por que nunca perguntamos pela origem do próprio arquivo?”, questiona de Albuquerque, sugerindo em seguida:

essa origem nunca é politicamente neutra. O arquivo instaura um comando, encarna uma lei, ele é instituído e instituinte. Ele instaura uma lei da seleção, da separação, da designação do que é arquivável ou não. Ele se institui como um espaço à parte, como um espaço de guarda, de classificação, de ordenamento, de avaliação, de nomeação, de distribuição de significação, do que é ali depositado.<sup>55</sup>

O arquivo é uma instância de determinação da preservação de evidências – sem as quais não é possível o trabalho de historiadores.<sup>56</sup> O seu estudo se justifica, portanto, pela necessidade de determinação da proveniência documental, inseparável da crítica das fontes. Em se tratando de arquivos digitais, torna-se difícil a determinação dessa “pré-história”, como chamou Andreas Fickers.<sup>57</sup> A enorme quantidade de dados circulantes e arquivados na internet ou em discos rígidos articulam-se em um emaranhado de difícil apreensão.<sup>58</sup> A constante atualização tecnológica gera uma rápida substituição de plataformas, desafiando a consolidação de critérios arquivísticos uniformes e estáveis. Por esses motivos, a contextualização documental desenha-se como um dos principais desafios dos historiadores no meio digital.

O arquivo digital compõe um dos mais reincidientes temas explorados pelos autores neste livro, de forma metodológica e tematicamente variada. Há particularidades na configuração das operações realizadas de arquivos digitais, entretanto, que sublinham a importância da sua análise crítica. A codificação binária, o processamento de bits na disponibilização de documentos, a presença de softwares e provedores privados no armazenamento e as

plataformas de rede envolvidas na interface de acesso aos arquivos digitais são fatores inéditos, que necessitam de contemplação urgente – pois já são amplamente utilizados. Nesse sentido, é rica a discussão trazida pelo capítulo “Arquivos da web como fonte de pesquisa em humanidades digitais”, de Moisés Rockembach, que antepara e descreve os meandros técnicos e interdisciplinares envolvidos na criação, na gestão e na pesquisa em arquivos digitais na internet – a partir de fundamentos humanísticos e da ciência da computação. Adentrando especificamente a seara dos arquivos históricos, Aldair Rodrigues, no capítulo “História digital e protagonismo africano: questões éticas e metodológicas na elaboração de bases de dados sobre populações escravizadas”, discute arquivos digitais da escravidão, aludindo tanto ao sentido político do protagonismo africano na formulação desses repositórios quanto aos imbróglis técnicos da criação de bancos de dados a partir de termos de diferentes grafias, por exemplo.

Considerando-se tópicos como a custódia, as formas de acesso e divulgação e os critérios e formas de digitalização, abrem-se diversas frentes analíticas aos arquivos digitais – muitas vezes, tensas entre si. Por um lado, a sua implementação – por iniciativas nato-digitais ou pela digitalização – pode proporcionar acesso público a acervos outrora restritos a especialistas e visitas presenciais. Por outro, a presença de grandes corporações e a instabilidade de linguagens e plataformas de amplo acesso ameaçam a segurança e aventam a monetização da custódia de documentos particulares ou de interesse público. Um estudo de caso para a contemplação dessas questões encontra-se no capítulo “Um acervo para a história (digital): a digitalização de documentos históricos através do projeto Brasil: Nunca Mais Digit@l”, de Bruno Laitano. Explora-se o arquivo digital do projeto Brasil: Nunca Mais Digit@l, articulando a discussão teórica com a problemática do dever de memória e da justiça de reparação sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira. Tocando em temas também importantes, como o lugar das redes sociais, o capítulo de Gabriela Isbaes, “Acervos de museus nas redes sociais: as pinturas do *Gabinetto Segreto* no Instagram do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles”, aborda as interfaces digitais do acervo das pinturas do *Gabinetto Segreto* do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles, disponibilizadas no Instagram.

No Brasil, a problemática dos arquivos digitais ganhou força na década de

2000, com a digitalização de acervos físicos. Dali em diante, estabeleceu-se um processo de digitalização no qual o “potencial está ainda por ser realizado, ou tem sido realizado de forma bastante desigual regionalmente”, como caracterizou Mariana Valente.<sup>59</sup> Embora tenha se desenhando um processo de digitalização de larga escala com o Plano Nacional de Cultura (2010), os resultados foram pouco profícuos. Alguns casos de relativo sucesso empreenderam grandes campanhas de digitalização, proporcionando avanços nos procedimentos técnicos e no uso de softwares livres, como o acervo da Biblioteca Brasiliiana Mindlin (Biblioteca Brasiliiana Digital) e da Biblioteca Nacional (BNDigital). No país como um todo, entretanto, a digitalização de acervos é marcada pela precarização, que atinge todas as esferas do processo: o planejamento, a capacitação profissional, a infraestrutura e os programas de financiamento. Discutindo o uso desses arquivos em pesquisa, Eric Brasil e Leonardo Nascimento, no capítulo “A ferramenta de busca da Hemeroteca Digital Brasileira e o ofício do historiador: reflexões para história digital”, abordam a Hemeroteca Digital, umas das principais frentes da BNDigital, apontando suas particularidades e a carência de reflexões teóricas e metodológicas contrastante com seu arraigado uso.

Para além das iniciativas de digitalização, a categoria arquivo digital inclui também coleções nato-digitais, ou seja, compostas por documentos nascidos em formatos digitais. Nestes casos, catalisam-se problemas arquivísticos fundantes da área, em meio a abundância e facilidade de custódia, como discutiu Terry Cook: quais documentos devem ser arquivados? Como organizar essa enormidade de dados? Como determinar a procedência e a originalidade desses documentos? Trata-se de questões que não são novas à arquivologia, mas muitos historiadores e arquivistas têm retornado a elas, encaminhando-se rumo a um “paradigma pós-custodial”.<sup>60</sup> Esses dilemas tornam-se ainda mais desafiadores quando se distancia de arquivos formais, estatais ou privados. Com a proliferação de aparatos pessoais de registro e produção audiovisual, multiplicou-se a quantidade de indivíduos e grupos capazes de produzir documentos digitais e, por consequência, arquivá-los, pelo uso de memórias rígidas e plataformas de armazenamento online. Essas múltiplas coleções, frequentemente dispostas em redes sociais, compõem arquivos muito diferentes dos estatais ou pessoais consolidados. Esses

“arquivos digitais informais”, proliferados em redes sociais e blogs, exigem esforços etnográficos de compreensão individuais, que possam mapear seus critérios e acervos para que bem amparados os seus usos em pesquisas.<sup>61</sup> É o caso dos acervos digitais de memórias do cangaço, espalhados informalmente em diversos repositórios online, discutidos por Vagner Ramos no capítulo “Nas tramas da memória visual: reconfigurações de fotografias do cangaço no mundo digital”. Também é este o problema enfrentado por Leonardo Concentino, que relata suas notas de pesquisa sobre arquivos digitais da pandemia de Covid-19 no capítulo “Arquivos digitais da Covid-19 na América Latina”.

### III. Ferramentas, interfaces e mídias

As primeiras experiências das humanidades digitais, nos anos 1940, envolveram o já mencionado projeto do padre Busa. O princípio da computação, enquanto técnica, abriu possibilidades para a pesquisa humanística que, em resposta, aprofundou e incentivou os novos recursos. Com a popularização do computador pessoal, no final dos anos 1960, tais usos aprofundaram-se, culminando na famosa frase de quê profético do francês Emmanuel Leroy Ladurie: “o historiador de amanhã será programador, ou historiador não será”.<sup>62</sup> Como mencionado, as humanidades digitais encontram-se na fronteira entre a reflexão e a experimentação, de modo que seu caráter interdisciplinar não infere a transformação de humanistas em programadores, mas capacita a ampliação do leque de possibilidades de pesquisa a partir dos recursos oferecidos pelo digital. Historiadores não precisam ser programadores, mas o conhecimento do funcionamento das tecnologias em questão é uma pré-condição para o desenvolvimento de problemas e protocolos de pesquisa no meio digital – como o foram o conhecimento do gravador por historiadores orais e antropólogos, dos anos 1950 em diante, por exemplo, e os protocolos computacionais dos anos 1940, pelo padre Busa.

Adentrando a terceira década do século XXI, a variedade de ferramentas, interfaces e mídias digitais já utilizadas em pesquisas humanísticas é abundante – sem contar as que têm potencial de uso futuro. Sua presença é constante nos momentos em todas as etapas de pesquisa: na análise de dados, a

partir de ferramentas de leitura estatística e de algoritmos de identificação de padrões em bancos de dados, por exemplo; na escrita, a partir de processadores de texto; nas formas de visualização de dados; e na divulgação científica, a partir de interfaces diversas articuladas em rede. Se a presença das tecnologias digitais já se acrecia nas últimas duas décadas, pode-se dizer que com o isolamento físico imposto pela pandemia de Covid-19, ela catalisou-se como nunca. O tema é discutido por Mateus Pereira, Mayra Marques e Walderez Ramalho no capítulo “O atualismo chega à História? Virtualização do ofício do historiador durante a pandemia de Covid-19 (2020)”, que parte da situação pandêmica para avaliar a virtualização do ofício de historiador. Na medida em que o uso das tecnologias se torna uma demanda para a continuidade das tarefas de pesquisa, ensino e comunicação, os autores avaliam o lugar do digital na profissão, a partir do conceito de atualismo.

Somente na última década, plataformas como o Facebook, o Instagram e o TikTok tornaram-se lugares comuns do cotidiano digital. A entrada nesses espaços de periódicos acadêmicos, laboratórios e centros de pesquisa e a organização de eventos digitais ao vivo – as *lives* tão popularizadas durante a pandemia de Covid-19 – marca a percepção de que se trata de espaços de influência e lugares de conhecimento por parte das humanidades em geral. No entanto, no plano da circulação de conhecimento, de memórias e do debate político, as redes sociais figuram como um palco que tensiona as dimensões entre público e privado. Temas de interesse público debatem-se seguindo parâmetros definidos em âmbito privado, como ocorre com a lógica de algoritmos programados para reagir à constante coleta de dados, que se impõe como um desafio à publicização dessas ferramentas. A criação dos famosos *filter bubbles*,<sup>63</sup> para além de sua tendência de aprofundamento da circulação de conhecimentos em espaços viciados, possui graves problemas jurídicos e políticos, que vão da destruição de reputações à manipulação eleitoral.<sup>64</sup>

A popularização dos verbetes da Wikipedia, por outro lado, torna oportuna a discussão de questões como a possibilidade da construção colaborativa de conhecimento e o teor de conteúdos históricos produzidos por usuários anônimos de forma totalmente digital – temas já elucubrados por Rosenzweig no começo do século.<sup>65</sup> Ainda, trata-se de ambientes de efervescentes disputas políticas e de narrativas, por uma escrita competitiva à

qual já há até mesmo humanistas especialmente dedicados a monitorar e intervir, como no projeto de curadoria História na Wiki.<sup>66</sup>

Como entrada coerente com os desafios desses meios, as humanidades devem repensar o espectro da divulgação científica. Não basta somente escrever textos, gravar vídeos e divulgá-los em redes sociais. Corre-se o risco de eles ficarem restritos a uma minoria, bem como o de tornarem-se obsoletos ou serem deliberadamente sabotados e combatidos por narrativas concorrentes mais bem articuladas aos protocolos digitais, mas menos comprometidas com os fundamentos éticos de pesquisa e finalidade pública. A relação com a técnica possui dimensões epistemológicas, de modo que a história deve repensar as formas de intervenção pública a fim de construírem-se como efetivas participantes do meio. Essa é a abordagem sugerida no capítulo “Racismo no meio digital: estratégias de aquilombamento”, de Daniela da Silva, Marcella Albaine da Costa e Stephanie Tassoulas que tocam na sensível temática do racismo e propõem intervenções digitais a partir do reconhecimento do funcionamento algorítmico das redes sociais – bem como de seu potencial comunicativo. Em outro sentido, o capítulo de João Melato, “Ler a *Encyclopédie*: do século XVIII ao mundo digital”, discute em perspectiva comparada as experiências de leitura da *Encyclopédie* nos séculos XVIII e XXI, levantando questões sobre o arquivamento digital e as formas de produção e leitura de conhecimento enciclopédico a partir das ferramentas atuais.

A adoção de algoritmos de análise de grandes bases de dados, o chamado Big Data, possui grande força dentre as abordagens mais em voga das humanidades digitais dos últimos anos. Esforços de serialização de fontes em diversas frentes, como a história econômica e o uso da estatística em estudos de ciência política e sociologia, multiplicaram-se com o digital, embora já existissem antes dessas tecnologias. Alguns pesquisadores, como os historiadores Jo Guldi e David Armitage, defendem o uso dessas ferramentas de análise e do Big Data como capacitadores de um certo grau de precisão em escalas de análises impossíveis anteriormente.<sup>67</sup> No campo dos estudos literários, já é relativamente famosa a abordagem do *distant reading*, sugerida por Franco Moretti. O uso de ferramentas de busca em grandes repositórios de livros permite a avaliação de elementos literários em uma perspectiva

temporal e quantitativa muito grandes, permitindo enxergar padrões narrativos aos quais outras ferramentas digitais podem auxiliar na análise, a partir da detecção de redes semânticas e da interrelação entre diferentes autores, por exemplo.<sup>68</sup>

Pesquisar e produzir conhecimento a partir dessas ferramentas e interfaces, como já sugerido, não podem ser entendidas como tarefas neutras, às quais as mídias seriam somente recursos técnicos superficiais. Como indicou o crítico de cinema Lev Manovich, a intermediação de softwares e mídias com linguagens próprias inferem sentidos novos aos documentos e materiais produzidos e reproduzidos nesses meios.<sup>69</sup> A leitura distante e o uso do Big Data, portanto, não se oferecem apenas como recursos ricos para análise, mas disparam efeitos sobre as percepções sobre tempo, espaço, narratividade, visualizações e imaginações históricas. Por exemplo, os hipertextos provocam um sentido de leitura aos saltos que desafia a lógica narrativa, como já indicaram Manovich, Maynard e Byung Chul-Han.<sup>70</sup> Em outro caso, a comparação de dados não estruturados, como textos literários de diferentes épocas, somente encontra entraves caso as ferramentas digitais utilizadas para tal não possam reconhecer os caracteres em questão. No mais, a perspectiva do tempo, a crítica ao anacronismo, segue sendo uma imposição do pesquisador – de modo que as mídias, por si só, enevoariam a questão.

Alguns outros casos importantes são destacados neste livro, como no capítulo “Jogos de mundo aberto: produção de presença, imersão e consumo”, de Pedro Terres. O autor discute como jogos eletrônicos propagam tipos específicos de narrativas, imaginações históricas e dimensões temporais, espaciais e artísticas em seus roteiros, oferecendo um olhar humanístico sobre uma das mais populares interfaces lúdicas digitais contemporâneas. Já Gabriel Pochapski, no capítulo “O passado como espaço de recriação virtual: as mídias digitais e a virada espacial na historiografia”, propõe reflexões acerca das perspectivas de tempo e espaço engendradas na ascensão das mídias digitais em estudos históricos – com destaque para o uso de Sistemas de Informação Geográfica –, aludindo ao *spatial turn* historiográfico como eixo argumentativo central. A todos os casos, explora-se as possibilidades experimentais das ferramentas, interfaces e mídias que compõem o leque de possibilidades digitais às humanidades, sem deixar de lado o exercício autorreflexivo de

compreender as suas dimensões epistemológicas.

\*\*\*

Pensar o digital envolve entendê-lo como um emaranhado de elementos que, a cada dia mais, tornam-se lugares mais comuns do cotidiano. A dinamização das relações profissionais, a abertura de novas formas de interação social e o surgimento de novos parâmetros de vigilância compõem apenas a parte talvez mais aparente do “enxame” digital, na expressão de Han. Qual o papel da história nesse cenário? Talvez justamente pensar o aspecto humano dessas tecnologias, desnudar os sentidos vivos por detrás de interfaces automatizadas, algoritmos, placas eletrônicas, bits e da inteligência artificial. A história digital, para além de utilizar-se das tecnologias na reformulação de seu campo de trabalho a partir de oportunidades de pesquisa, divulgação e consumo de história, deve propor a crítica desse meio, aludindo aos sentidos dos arquivos, das fontes, da memória, da disputa de poderes e das manifestações culturais imersas ali. Os capítulos a seguir caminham neste sentido, matizando em experimentos e reflexões concretas como uma variedade de historiadores tem observado e contemplado o meio digital. Espera-se que este livro contribua com o estabelecimento de ideias e recursos teóricos e metodológicos para a história no Brasil, tendo em vista que o campo está em pleno desenvolvimento e que as possibilidades futuras são inúmeras.

# I

## *Rumo à História Digital*

“Apocalípticos e Integrados”: historiadores, computadores e a pesquisa histórica<sup>71</sup>

João Rodolfo Munhoz Ohara<sup>72</sup>

Dizer que “a relação entre historiadores e a informática é complicada” seria um eufemismo. Das máquinas que ocupavam salas inteiras, passando pelos leitores de cartões perfurados e chegando aos últimos avanços da computação científica, as ciências humanas e sociais não passaram ilesas à ascensão de uma nova cultura atravessada pela informática e pelo digital. Não é à toa que, no final da década de 1960, um grande historiador francês pôde afirmar que “o historiador de amanhã será programador, ou historiador não será”.<sup>73</sup> Neste texto, empresto de Umberto Eco seu par caricatural “apocalípticos e integrados”<sup>74</sup> para esboçar um ensaio sobre a recente, mas longa e complexa, história da relação entre os historiadores “de ofício” e os computadores. No lugar da cultura de massas, o objeto em disputa é a computação – ou, mais especificamente, o uso dos computadores na prática da pesquisa histórica.

Aqui, considero que a visão apocalíptica se refere nem tanto à negação aristocrática da cultura de massas e à visão decadentista a que se refere Eco, mas mais à ideia de que a história, a verdadeira e boa história, aquela dos historiadores “de ofício”, passará intacta e incólume ao advento do computador. Para os apocalípticos, o computador pode até facilitar certas tarefas, como a escrita de textos, a comunicação entre pares ou, no limite, o acesso a fontes digitalizadas, mas jamais será capaz de ampliar o escopo de questões relevantes do historiador. O apocalíptico aprendeu a lição quando o furor em torno da demografia histórica e da história quantitativa deu lugar ao “retorno” do sujeito concreto, do estudo de caso e da microhistória. Aprendeu que o devir histórico transborda as possibilidades dos modelos propostos por economistas, sociólogos e polítólogos, e que decretar o “futuro da historiografia” é tarefa fadada ao fracasso.

O integrado está em posição diametralmente oposta. Assume não só que a cultura digital é uma realidade irreversível da cultura contemporânea, mas também que a computação constitui (ou ainda constituirá) uma verdadeira ruptura paradigmática nas ciências humanas, tradicionalmente ligadas ao pensamento analógico, aos arquivos empoeirados e à “resignação idiográfica”. Como o integrado de Eco, ele assume para si o papel de fazer o proselitismo de suas práticas: faz alarde sobre as possibilidades ilimitadas das análises computacionais, defende que a digitalização de documentos democratiza absolutamente o trabalho do historiador, e censura o atraso dos colegas em

priorizar as questões teórico-metodológicas envolvidas nessa transição.

É evidente que essa caracterização é “ideal típica”, até mesmo caricata. E nem se trata aqui de estabelecer um “caminho do meio”, uma terceira via pretensamente mais sensata ou equilibrada. Isso porque entre os dois extremos há infinitas nuances possíveis, e apenas cada historiador, individualmente, pode dizer onde está seu limite. Mas essas caricaturas fornecem uma chave de leitura profícua para entendermos as últimas décadas de relação entre historiadores e computadores na medida em que representa bem os ciclos de euforia e de pessimismo pelos quais diversas tradições historiográficas (a brasileira, a francesa e a norte-americana, por exemplo) passaram nas últimas décadas. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é refletir sobre algumas preocupações recorrentes nos debates que envolvem o impacto do computador na pesquisa histórica. Em particular, gostaria de tratar de algumas tensões que emergem no que toca a posição do computador na tão idealizada “oficina do historiador”.

### Duas perguntas fundamentais

Em primeiro lugar, que tipo de tarefas o computador torna mais fácil? Essa é uma questão fundamental, uma vez que o computador é, antes de mais nada, uma ferramenta. Para vários grupos de historiadores nas últimas décadas, o auxílio do computador seria a nova panaceia nas ciências humanas. Nos anos 70, com a força institucional da história quantitativa, o computador trazia os ares de cientificidade, de autoridade científica a que aspiravam os adeptos daquela modalidade. A capacidade de processar enormes quantidades de informação, de calcular curvas e fazer regressões estatísticas em uma fração do tempo que uma pessoa ou mesmo uma equipe toda levaria para realizar a mesma tarefa, tudo isso vinha acompanhado de ares otimistas quanto ao futuro da historiografia computadorizada. Em contraste, os críticos jamais calaram suas inquietações, notando que cabia aos historiadores individualmente fazer as questões corretas, sem as quais as várias curvas e gráficos não teriam sentido histórico algum. Para alguns desses críticos, a história quantificada carecia de substância; faltava-lhe carne e osso, sangue e lágrimas; tentava reduzir a números e modelos uma infinidade de experiências humanas que lá não cabiam. E nessa nova história de homens e mulheres

comuns o computador e seus cálculos seria de pouca valia.

Ao que chegamos à segunda questão recorrente: pode o computador abrir novas questões ao historiador? Terrenos ainda inexplorados? Perspectivas que só são possíveis graças às facilidades técnicas trazidas pela máquina? Mesmo os mais fervorosos historiadores quantitativos dos anos 60 e 70 provavelmente seriam cautelosos nesse quesito. Isso porque o computador, então, era visto como ferramenta auxiliar, uma evolução técnica que permitiria o processamento de grandes quantidades de fontes, mas cuja operação permanecia sob a tutela do historiador. Nas últimas décadas, no entanto, em meio às discussões em torno das *Digital Humanities* no mundo anglo-saxão, reavivou-se o fascínio com as novas capacidades técnicas e, com isso, um certo otimismo *Whig*, segundo o qual as ferramentas computacionais (e, entre elas, a internet) não trariam apenas uma maior capacidade de tratamento de dados, mas uma quebra paradigmática completa. Vários dos adeptos dessas novas especialidades foram mais cautelosos em suas projeções, mas houve, nos últimos anos, quem afirmasse, com a segurança de um Ladurie, que a digitalização cultural transformaria por completo e inevitavelmente o campo das humanidades – e, com ele, o da história. Mais uma vez, os críticos não se calaram. Muitos viam ali apenas mais uma moda com ares revolucionários – como antes, com a história oral, que prometia transformar fundamentalmente a historiografia. Para eles, o advento da chamada “leitura distante” jamais seria capaz de substituir a leitura profunda e a erudição tradicionais das humanidades, e os malabarismos técnicos dessa nova geração ainda precisaria provar sua utilidade técnica antes de ambicionar uma revolução disciplinar.

### O computador como ferramenta

Duas anedotas ilustrativas. Em 1968, em um texto para o *Nouvel Observateur*, Emmanuel Le Roy Ladurie afirmou que “o historiador de amanhã será programador, ou [historiador] não será”.<sup>75</sup> Entusiasta das novas técnicas computacionais para o tratamento de dados quantitativos, Ladurie tinha em vista justamente a utilidade crucial do computador, com seus cartões perfurados, para aquela modalidade de história que reinou no círculo dos *Annales* sob os auspícios de Fernand Braudel. Podemos discutir a acuidade de suas previsões em relação ao declínio da história quantitativa na França e fora

dela, mas, no final das contas, não há hoje trabalho de história quantitativa que não lance mão de bases de dados digitais, planilhas eletrônicas, programas de análise estatística etc. – vide a primeira parte de *O Capital no Século XXI*, do economista Thomas Piketty, que é possivelmente um dos trabalhos de história econômica de maior impacto nos últimos tempos.<sup>76</sup>

Em 1973, Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen fizeram eco à afirmação de Ladurie em um artigo para a *Revista de História* da USP, em que noticiavam os usos de uma máquina IBM 1130 nos seus projetos de pesquisa.<sup>77</sup> Para as autoras, o uso de computadores na pesquisa histórica permitia “dispor de instrumentos de análise altamente precisos e objetivos que libertam o historiador de seus julgamentos intuitivos e limitados pelos seus quadros de referência”.<sup>78</sup> No lugar desses “julgamentos intuitivos”, a análise quantitativa dos dados seria fiadora de um grau de cientificidade mais avançado, colocando a história, finalmente, a par da evolução metodológica já realizada, segundo as autoras, em outras ciências sociais. Seria preciso, no entanto, que os historiadores investissem em uma formação mais sólida no que se referia à matemática, à estatística e, eventualmente, à capacidade de elaborar seus próprios programas.<sup>79</sup>

A ansiedade de Ladurie, Balhana e Westphalen se liga a uma pauta recorrente nas discussões da interface entre a historiografia e a computação: o uso dos computadores como ferramentas analíticas. A rigor, o computador, em si, não passa de uma ferramenta. Isso explica o porquê de as primeiras grandes questões em torno do uso dessas máquinas na pesquisa histórica envolverem problemas instrumentais. Mas os “integrados” sempre quiseram mais – a ponto de certos historiadores se verem tentados, ou obrigados, a afirmar que o indivíduo historiador jamais desaparecerá, imaginando justamente que os mais apaixonados pela tecnologia possam sonhar com a automação completa da prática historiográfica. Em tempos de algoritmos avançados, redes neurais e novas tecnologias de processamento de linguagem natural, a utopia de uma “história sem historiadores” parece permanecer brilhando no horizonte dos entusiastas.<sup>80</sup>

François Dosse, em sua prosa tipicamente polemista, ligou esse fervor do quantitativo a “todo um discurso neopositivista [que] está então em moda,

com tendência a fetichizar o poder do computador”.<sup>81</sup> Antes dele, e com maior rigor teórico, Michel de Certeau já havia apontado os limites da computação e da matematização do saber histórico:

a ambição de matematizar a historiografia tem a contrapartida de uma historicização dessa matemática particular que é a estatística. Nessa análise da sociedade baseada na matemática é preciso, com efeito, sublinhar: 1º sua relação com suas condições de possibilidade históricas; 2º as reduções técnicas que ela impõe e, portanto, a relação entre o que ela aborda e o que deixa de fora; por último, 3º seu funcionamento efetivo no campo historiográfico, ou seja, o modo de sua recuperação, ou de sua assimilação, pela disciplina que, supostamente, é transformada por ela.<sup>82</sup>

À possibilidade de uma historiografia mais moderna, precisa e objetiva aventada por Balhana e Westphalen, e ao historiador-programador de Ladurie, Certeau contrapôs a constatação de que parte significativa do material histórico ficava, então, à margem do quantitativo. Ele reconhecia o poder técnico da máquina já nos idos anos de 1970 e 1980, em que ainda não se imaginava que poderíamos carregar computadores literalmente dentro dos nossos bolsos. Mas lembrava que toda técnica analítica envolve limites de possibilidade, exclusões que afetam diretamente a narrativa de que lhe resultam.<sup>83</sup>

Já em 1963 – antes, portanto, das manifestações críticas ou apologéticas por parte dos historiadores aqui citados – um manual de sociologia preconizava uma fórmula que seria alçada à fama mais tarde: “Nem tudo que pode ser contado conta, e nem tudo que conta pode ser contado”.<sup>84</sup> Vemos, portanto, que entre a excitação de uns e a desconfiança (às vezes polemista) de outros, o computador é, se não a fonte, pelo menos o ponto focal de uma ansiedade disciplinar poderosa, que remete, sem dúvidas e entre outras coisas, à percepção (justificada ou não) da frágil cientificidade das humanidades. E se engana quem pensa que essas tensões morreram nos anos 70 e 80. Há poucos anos vimos aparecer mais uma grande proposta “renovadora” para a historiografia: materializada no panfleto *The History Manifesto*, de Jo Guldi e David Armitage, essa proposta advoga em favor do poder dos computadores e do “Big Data” para um retorno à história de longa duração braudeliana.<sup>85</sup> A motivação, explicam, seria retomar o lugar de importância e relevância que um dia a história teve para aconselhar líderes políticos em suas tomadas de decisão. Não fica claro o que é que há de novo nessa recuperação da história

longa, e a pecha de “neopositivista” de Dosse talvez não fosse interpretada como um insulto pelos autores.

Em defesa dos integrados, é bem verdade que o computador (e, mais recentemente, a internet) facilitam tarefas que, de outra forma, demandariam tempo e volumes de recursos muito maiores. Desde ferramentas mais básicas, que são usadas por quase todos os historiadores hoje em dia, como e-mail e processadores de texto, até projetos maiores, como a digitalização de fontes e a transição dos periódicos científicos para o formato eletrônico – em tudo isso o computador torna o trabalho do historiador mais fácil e cômodo, mas sem necessariamente afetar suas estruturas disciplinares mais fundamentais, como bem lembra Anita Lucchesi.<sup>86</sup>

Por outro lado, ainda falta uma reflexão aprofundada sobre as implicações teórico-metodológicas mesmo desses usos mais banais do computador. Aliás, como também observa Bruno Leal, a produção bibliográfica sobre a computação na história “não deslanchou”.<sup>87</sup> Os dois capítulos dedicados à informática nas coletâneas *Domínios da História* e *Novos Domínios da História* ficam muito aquém do desejável mesmo para um livro introdutório. Não articulam a linguagem técnica adequada e não ultrapassam os níveis mais superficiais dos efeitos da integração dos computadores no trabalho do historiador, ao ponto de afirmar que

o computador, o banco de dados ou qualquer outro instrumento informático que o pesquisador utilize, nunca vai substituir a atuação do profissional de história, a escolha de critérios e referências que cabe somente a ele estabelecer.<sup>88</sup>

De muito mais qualidade, trabalhos como o de Anita Lucchesi, Bruno Leal de Carvalho, Pedro Telles da Silveira e Thiago Nicodemo vêm trazendo reflexões de maior consistência, importância e relevância para o tema, demonstrando conhecimento e proficiência no manejo das ferramentas aliados ao rigor reflexivo teórico-metodológico.<sup>89</sup>

### Novos fundamentos epistemológicos?

Essas considerações nos abrem a porta para o segundo eixo fundamental: pode a informática abrir novos espaços, antes interditos ou impensáveis, para o historiador? Teremos, enfim, uma revolução paradigmática, como querem alguns dos entusiastas? Prever o futuro seria tarefa tola; resta-nos avaliar o

estado de coisas atual. Desde o final da década de 1990 um ramo muito particular tem emergido – o das “humanidades digitais”, de maneira mais geral, e o da “história digital”, mais particularmente. Não há ainda uma definição consensual dos termos, e muito se discute ainda se se trata de novos métodos, novas abordagens, novos objetos, ou mesmo de uma nova disciplina.<sup>90</sup> Para Scott Weingart, ele mesmo um “praticante” e entusiasta da história digital,

se você afirma que abordagens computacionais à história ('história digital') permite que os historiadores façam novos tipos de perguntas, ou que elas oferecem novas abordagens históricas para responder ou explorar velhas questões, você está errado.<sup>91</sup>

O argumento de Weingart é que há, ou pode haver, um tipo de descompasso entre a retórica da *novidade* encampada pelos praticantes da história digital e o repertório de questões consideradas legítimas pelos historiadores: “novos tipos de questões que sejam muito diferentes dos tipos anteriores não estão mais legitimamente dentro da disciplina”.<sup>92</sup> Nesse sentido, ele conclui que talvez seja melhor abandonar a retórica da *novidade*, investindo na criação de condições institucionais para o reconhecimento da legitimidade dessa nova especialidade.

A questão é espinhosa, como em qualquer outra tentativa de delimitar fronteiras. Isso porque reduzir as ambições da história digital ao estatuto mais simples de “novos métodos” ou “novas abordagens” coloca inevitavelmente questões como “quais resultados esses novos métodos/abordagens trazem que não seriam possíveis antes?”, enquanto a radicalização da retórica revolucionária culminaria em uma ruptura disciplinar profunda e demandaria um trabalho enorme de legitimação institucional. Do ponto de vista da história de períodos mais recentes, materiais digitais e a cultura criada em torno desses materiais são parte integral e indispensável de muitas dessas narrativas. Seria difícil fazer a história do pós-Guerra Fria sem pelo menos mencionar os efeitos da mudança de escala nos sistemas de comunicação causadas pela expansão e pelo desenvolvimento exponencial da informática e, mais tarde, da internet. Mas é perfeitamente possível, ainda que talvez não seja desejável, tratar esses novos objetos digitais a partir dos esquemas teórico-metodológicos tradicionais. Historiadores da leitura consagrados, como Roger Chartier e Robert Darnton, já nos alertaram há muito para o fato de que o

suporte material dos textos, bem como suas condições de produção e circulação, têm efeito estruturante nas práticas sociais a eles associados.<sup>93</sup> Nesse sentido, torna-se indispensável desenvolver as ferramentas conceituais adequadas à exploração desses novos fenômenos.

Mas o argumento dos integrados não se basta na história recente. Ambiciona também o estudo de realidades longínquas através de métodos de pesquisa propriamente computacionais e tem no horizonte formas igualmente “digitais” de exposição de seus resultados. Alison Landsberg, por exemplo, estudou o caso das exposições históricas virtuais, em que reconstruções tridimensionais permitem ao visitante explorar em detalhes locais de significação histórica, manejar virtualmente artefatos, tudo isso acompanhado de material de apoio multimídia, como textos, fotos e vídeos ligados diretamente aos itens expostos.<sup>94</sup> Ethan Kleinberg, em outro *front*, vem explorando as ligações estreitas entre as formas de comunicação acadêmica analógicas, como os formatos de artigo e monografia, e a perpetuação de uma epistemologia ontológica-realista na historiografia ocidental.<sup>95</sup>

Em termos amplos, no entanto, como nos lembra Bruno Leal, “o ofício do historiador não sofreu nenhum abalo estrutural por conta das novas tecnologias. E nem corre o risco de extinguir-se”.<sup>96</sup> Não é raro ouvir de colegas que simplesmente “não se entendem” com computadores, e dizem não sentir falta deles. Parece difícil de imaginar que nos próximos anos a informática e a internet passarão do papel de auxiliares técnicos para aquele de ator principal. Boa parte dos encontros regionais e nacionais da ANPUH já conta com simpósios temáticos dedicados à história digital e aos usos de ferramentas computacionais na pesquisa histórica. O crescente interesse pelo campo da história pública e do tempo presente também tem ajudado a colocar em foco as questões complexas levantadas pela integração entre pesquisa histórica tradicional e os computadores. Os clamores dos integrados, como os de Ladurie, provavelmente superestimam tanto as capacidades e possibilidades epistemológicas e metodológicas das ferramentas computacionais. Mas fica cada vez mais claro que a recusa apocalíptica em integrar as ferramentas digitais na sua “oficina” está fadada ao fracasso.

É preciso reforçar, portanto, o chamado de Anita Lucchesi a refletirmos

com seriedade e rigor os limites e as potencialidades dessas novas ferramentas. Isso porque sua adoção instrumental não traz apenas desafios metodológicos, mais óbvios aos pesquisadores, mas também teóricos e, no limite, éticos. O cenário é promissor: laboratórios e núcleos de história e humanidades digitais começaram a se institucionalizar pelo menos desde 2016 em instituições como o CPDOC/FGV e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); projetos importantes, como o *Projeto Teoria da História na Wikipedia*, capitaneado por Flávia Varella e Rodrigo Bonaldo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tiveram grande repercussão na área e resultados bastante interessantes; a proximidade com temas de história pública e divulgação histórica vem incentivando a proliferação de canais e sites de história disponíveis em diversas plataformas de vídeo e áudio. Tudo indica que a história digital tende a criar raízes e ver se formarem grupos de pesquisa importantes nos próximos anos, e não me parece ser excessivamente otimista pensar que esse enraizamento deve redundar em uma produção qualificada e de alto nível a respeito das tensões que o mundo digital e digitalizado impõe ao conhecimento histórico. A arquivologia dos últimos trinta anos avançou muito nessa seara e hoje já dispõe de condições robustas para realizar seu trabalho com os “novos arquivos”.<sup>97</sup> Resta que nós, historiadores, possamos pensar o que fazer com eles.

## *Solucionismo digital? Convite a uma reflexão autocrítica*

*Ian Kisil Marino*<sup>98</sup>

Já não é novidade constatar que as tecnologias digitais compõem o cotidiano profissional de historiadores e humanistas. O uso de processadores de texto privados, o armazenamento de arquivos online e o acesso a fontes intermediadas por linguagens e formatos digitais são elementos já corriqueiros

na pesquisa histórica. Esse processo se iniciou há décadas, com a difusão do computador pessoal, e se consolidou no final dos anos 1990, com a massificação do acesso à internet. A chamada história digital vem refletindo acerca da incorporação das tecnologias digitais na disciplina nas últimas duas décadas – transitando da busca por uma história social das mídias à primazia teórica, que inquire sobre o impacto do digital sobre o fazer historiográfico.

Para além da história, as humanidades digitais também se revigoraram nas últimas décadas. Ainda que o seu surgimento remeta às primeiras experiências com computadores, na metade do século XX, as possibilidades de análise em Big Data e com o auxílio de ferramentas de prospecção e visualização de dados impulsionaram-nas nos últimos anos. Hoje, é vasta a cartilha de pesquisas que revisam parâmetros de escala e escopo a partir do digital. Nesse cenário de franca ascensão, no entanto, cabe questionar: como tem se dado a relação entre humanistas e as tecnologias? Particularmente, em que medida historiadores que têm se aventurado pelo meio digital investem esforços em reflexões autocríticas e meta-históricas, que enfoquem os possíveis problemas epistemológicos da incorporação dessas técnicas no fazer historiográfico?

Como apontou Dilton Maynard, faltam reflexões teóricas sobre o impacto das tecnologias digitais na epistemologia da história.<sup>99</sup> Para suprir tal lacuna, entretanto, não são necessárias somente mais pesquisas de caráter teórico ou metodológico. Na verdade, qualquer estudo que navegue pelas águas digitais deveria manifestar curiosidade em explorar os problemas teóricos submersos à superfície. É frequente que interfaces digitais de amplo acesso se apresentem de forma atraente, instrutiva e capaz de executar caras tarefas. A possibilidade de criação de repositórios colaborativos online, a facilidade da análise estatística de grandes bases de dados e a estética das inúmeras formas de visualização gráfica, por exemplo, são recursos oferecidos pelo digital que, embora cada vez mais utilizados em pesquisas historiográficas, frequentemente não são acompanhados de reflexões teóricas. Casos assim são uma prática problemática, como sugeriu Pedro Telles da Silveira: trata-se do emprego de técnicas que possuem a sua historicidade, bem como são indissociáveis da constituição epistemológica de um conhecimento – o histórico, no caso – que delas se utiliza cotidianamente.<sup>100</sup>

Este capítulo convida a uma autorreflexão sobre a forma como se tem abordado e utilizado as tecnologias digitais na pesquisa histórica. Buscando expandir o argumento para além das balizas disciplinares, incluindo a forma como a sociedade como um todo tem se relacionado com o digital, parte-se do conceito de “solucionismo”, cunhado inicialmente pelo pesquisador e crítico de mídias Evgeny Morozov, em 2013. Embora imperfeito, esse conceito se apresenta como um rico ponto de partida, pois incentiva uma autocrítica do relacionamento com o digital para além da pesquisa acadêmica. Como objeto de reflexão, será discutida uma das mais longevas experiências historiográficas digitais brasileiras, a do Museu da Pessoa. Por fim, serão abrangidos olhares a outros casos, que reforçam a reflexão sugerida.

### **Solucionismo**

Evgeny Morozov propôs o termo “solucionismo” para compreender o que ele percebeu como uma constante no relacionamento com o meio digital: em virtude da rápida ascensão de novas tecnologias, ocupantes de um espaço cada vez maior na esfera cotidiana, tornou-se comum que a elas fossem entregues as esperanças de resolução de problemas já existentes, cronologicamente anteriores ao digital. Morozov coletou diversas ocasiões em que aplicativos de smartphones, softwares, algoritmos e inteligência artificial foram mobilizados como soluções para o encaminhamento de questões banais do cotidiano ou de problemas políticos e sociais graves persistentemente irresolutos. O pensador bielorrusso não se considera um conservador ou repulsor das tecnologias, senão um crítico aos impactos da opção solucionista:

a busca por reformular toda situação social complexa como um problema claramente definido, com soluções quantificáveis e distintas, ou como um processo evidente e translúcido facilmente aperfeiçoável – se os algoritmos corretos estiverem no seu devido lugar! – provavelmente levaria a consequências inesperadas que poderiam eventualmente causar mais estrago do que os problemas que elas almejam endereçar.<sup>101</sup>

Morozov ilustra a saída solucionista em diversos campos. A partir de latas de lixo inteligentes, equipadas do aparato BinCam, poderia ser mais bem viabilizada a coleta de lixo reciclável, por exemplo. Uma pequena câmera registraria os dejetos descartados; uma equipe de freelancers aprimoraria um algoritmo para análise das fotos, identificando as peças de lixo potencialmente

recicláveis; a partir do compartilhamento das imagens no Facebook, tornar-se-iam públicos os hábitos de descarte das pessoas; por fim, seria possível analisar os deslizes dos que nada ou pouco reciclam, tornando-se fácil apontar os seus erros com fins educativos e, possivelmente, constrangê-los. Ao problema analógico do meio ambiente, cria-se uma solução digital. Reproduzido em larga escala, o lixo digital equipado da BinCam seria um recurso otimista ímpar, inviável sem as tecnologias digitais.<sup>102</sup>

Em outro exemplo, ainda mais prosaico, há projetos em que câmeras, projetores, microfones e autofalantes, instalados em locais estratégicos de cozinhas e equipados de algoritmos de resposta automática, auxiliam cozinheiros inexperientes ou despreparados. Analisa-se a escolha por utensílios, indicam-se técnicas e informa-se o uso de diferentes ingredientes, em tempo real. O problema analógico daqueles que não dominam a culinária solucionar-se-ia por meio digitais. Reproduzida em larga escala, essa solução digital poderia alavancar a capacidade culinária da população mundial de forma inviável no universo analógico.<sup>103</sup>

Para além desses casos, Morozov lista diversos outros exemplos de situações semelhantes – no tráfego de veículos, no ensino, no combate à criminalidade e na participação política. Ainda que haja particularidades, todos os casos têm um segmento procedural em comum – e é esse o problema do solucionismo digital. Ignorando especificidades e menosprezando as causas determinantes de cada dilema, a saída solucionista equaliza todos no mesmo quadrante, passível de uma solução técnica superficial. Como afirma Morozov, em diálogo com o teórico do design Michael Dobbins, “o solucionismo mais presume do que investiga os problemas que tenta resolver, ‘aproximando-se da resposta antes que se termine de formular as perguntas’”.<sup>104</sup> O problema do meio ambiente tem uma razão de ser, e há estudos de fôlego que demonstram que a sua resolução vai muito além do que a operacionalização técnica de aparatos digitais permite atingir.<sup>105</sup> Mesmo a incapacidade culinária não é de fato solucionada por meio das geringonças tecnológicas que orientam in loco as escolhas na cozinha: em se tratando de um saber, remete-se ao aprendizado – que é muito mais do que a obediência mecânica a procedimentos remotamente indicados.<sup>106</sup>

Os comentários de Morozov direcionam-se a um público amplo, não se atendo particularmente a um ou outro campo do conhecimento. Muitas vezes, seus apontamentos soam demasiadamente generalistas, o que é um demérito da sua estratégia de divulgação, alinhada aos preceitos norteadores do mercado editorial de *best-sellers*.<sup>107</sup> No entanto, as suas proposições fazem-se fortuitas para realizar uma reflexão mais aprofundada no campo historiográfico. Em tempos em que as tecnologias digitais tanto ascenderam no cotidiano de historiadores, seria possível identificar sintomas de um solucionismo digital, ou algo semelhante, na pesquisa histórica recente? Seria este conceito útil na reflexão meta-histórica que procura compreender a constituição teórica e epistemológica da história em meio ao digital?

Não se defende a adoção do solucionismo como um conceito interpretativo de presença permanente no meio historiográfico. É simplista a atomização de práticas de diferentes campos, locais e agentes sob o mesmo conceito. Ademais, a assunção generalizada do termo seria incoerente com a sua própria definição – em termos anedóticos, não seria uma saída solucionista adotar o solucionismo como uma categoria interpretativa genérica? Igualmente, não se pode entender o argumento do solucionismo como um fator crítico anacrônico, mais interessado na culpabilização atemporal de experiências cujos limites de relação com o digital não se mostravam claros na prática.

No entanto, por mais que a historiografia deva forjar seus próprios conceitos, cabíveis ao panorama digital dentro das balizas epistemológicas da disciplina, a proposta de Morozov é oportuna para uma reflexão importante. Somam-se mais de 20 anos desde que Roy Rosenzweig fez as suas primeiras reflexões acerca do digital, e ele foi apenas um dos primeiros historiadores a fazê-lo. Nesse itinerário intelectual, houve momentos em que os historiadores recorreram avidamente às tecnologias digitais como soluções imediatas a problemas teóricos ou metodológicos mais antigos. Em se tratando de um tema em ascensão, a reflexão crítica dos pares faz-se promissora para a consolidação dos saberes teóricos da história – como sempre se fez, na verdade. Pensando dessa forma, serão apontadas algumas experiências historiográficas das últimas duas décadas, com destaque à do Museu da Pessoa. Sem pretender rotulá-las de forma definitiva, propõe-se questões a partir das

suas particularidades, a fim de arregimentarem-se críticas teóricas a formas relativamente comuns de como as tecnologias digitais vêm sendo incorporadas no fazer historiográfico.

### O caso do Museu da Pessoa

Uma das mais proeminentes experiências historiográficas digitais brasileiras – em tempo de trabalho, publicações, frentes de atuação e inserção social – é a do Instituto Museu da Pessoa. Atuando por meio de inúmeros funcionários desde o início da década de 1990, o Museu se destaca por incorporar as tecnologias digitais em diversos campos das esferas historiográfica e patrimonial: a história oral, a museologia, a arquivística e a história empresarial. Não cabe aqui um estudo em pormenores do Instituto – ele foi feito em outra ocasião.<sup>108</sup> Todavia, é promissor que se destaque a forma como o digital emergiu no processo de ascensão dessa organização, pois trata-se de um caso relevante que ilustra e tensiona a reflexão sugerida.

O Museu da Pessoa foi fundado em 1991, em São Paulo. Sua fundadora e ainda hoje diretora é a historiadora Karen Worcman, que definiu as atribuições da organização como “registrar, preservar e disseminar a história de vida de toda e qualquer pessoa”, baseada na ideia de que “a história de toda e qualquer pessoa tem valor e deve ser considerada parte da memória social”.<sup>109</sup> Na prática, o Museu da Pessoa se construiu como uma instituição patrimonial que atua em diferentes frentes: serviços historiográficos – organização de arquivos, exposições e projetos de livros – para empresas e outras entidades privadas e públicas; construção de um acervo de depoimentos orais, inspirado na metodologia da história oral e pautado em contribuições voluntárias de pessoas comuns; e organização de um museu sem fins lucrativos para exposição de histórias de vida, preocupado com a facilidade de acesso e uma abordagem socialmente significativa.<sup>110</sup>

Três pilares inspiraram a construção do Museu da Pessoa: a história oral, a Nova Museologia e o terceiro setor. Segundo os olhos das lideranças da organização, esses fatores tornaram-se protagonistas na construção do Instituto porque, no fundo, os três criticam estruturas de poder previamente estabelecidas – detectando problemas cujo melhor vetor de encaminhamento seria o empoderamento das pessoas comuns. A história oral, por exemplo,

configurou-se como “arte da escuta”, como chamou Alessandro Portelli, porque permitiria uma revisão profunda nos critérios documentais, abrindo caminho para o depoimento oral dos excluídos pelo imperativo das fontes escritas.<sup>111</sup> A estrutura historiográfica tradicional é vista como um mecanismo de poder, que retém aos letrados a possibilidade de narração e de reconhecimento epistêmico. A oralidade, no entanto, ajudaria na resolução do problema, abrindo caminho para que as pessoas comuns, mesmo que parcamente escolarizadas, pudessem deter e narrar as suas próprias histórias.

A Nova Museologia partiu de uma dupla crítica: aos critérios de estatuto artístico e patrimonial, determinantes na eleição de peças dignas de exposição, que se definiam por uma elite intelectual pouco interessada nos valores populares; e às formas de exposição, que relegavam às pessoas comuns o lugar de espectadores passivos, esfriando o significado social da experiência museológica. O diagnóstico é de que havia uma estrutura limitante e excludente; a solução seria a incorporação das pessoas comuns e das comunidades locais na definição dos critérios museológicos, bem como a reinvenção da experiência expositora, possibilitando a interação ativa de visitantes. É necessário “articular a comunidade para que ela possa interagir no processo museológico”, concluiu Rosali Henriques – uma das fundadoras da organização.<sup>112</sup>

Para consolidar-se institucionalmente, o Museu da Pessoa se aproximou do terceiro setor. Esse movimento, de inspiração conceitual estadunidense, desenvolveu-se de forma particular no Brasil. Nas décadas de 1980 e 1990, a trajetória democrática de organizações civis somou-se ao processo de modernização das práticas filantrópicas do empresariado nacional, enquanto evoluía a legislação correspondente.<sup>113</sup> Criou-se no Brasil uma rede de instituições bastante diversificada, mas que compartilhava consensos importantes: o Estado Nacional seria incapaz de resolver os problemas sociais de forma efetiva, e somente as próprias pessoas poderiam encaminhar apropriadamente esses dilemas, em ações descentralizadas e articuladas.<sup>114</sup> Embora o campo originário do terceiro setor divirja do patrimônio ou da historiografia, a estrutura argumentativa que ampara o movimento é semelhante à das outras bases: o Instituto entende que, contra uma condição incapaz de atender às demandas sociais, se faz necessário um modelo de

intervenção que tornem protagonistas as próprias pessoas.

A implementação prática do empoderamento comunitário em campos diversos – historiográfico, museológico e social – mostrou-se um desafio: como motivar e possibilitar que um número expressivo de pessoas comuns, voluntariamente, gravasse depoimentos, viabilizando o desejo inspirado na história oral? Como estruturar um museu aos moldes da Nova Museologia – ainda mais tendo como artefato central objetos intangíveis como “histórias de vida”? De que forma poderia ser executada a missão do terceiro setor, tornando as comunidades protagonistas no encaminhamento patrimonial das suas próprias histórias? Haveria como modular esses três desafios sem que o Instituto sobrepujasse seus ideais?<sup>115</sup> Embora bem resolvido do ponto de vista teórico, o Museu da Pessoa de meados dos anos 1990 carecia de estruturas concretas para operacionalizar seus anseios. É nesse ponto que entram as tecnologias digitais.

O acervo do Museu consolidou-se, de 1996 em diante, em seu portal na internet. Mais do que isso, seu *website* tornou-se símbolo da identidade da instituição, conforme a opinião de seus entusiastas e estudiosos.<sup>116</sup> A centralidade das tecnologias digitais é tamanha que, para Margaret Clarke, elas devem determinar a periodização do Museu – do uso de CDs e totens multimídia, passando pelo primeiro *website* e chegando até as experiências mais recentes de compartilhamento e interação com o público na internet.<sup>117</sup> A importância da tecnologia é resumida quando as autoras, bem como o portal oficial, referem-se ao Museu da Pessoa como um “museu virtual” ou um “museu digital”.

Henriques define o conceito de museu virtual como “aquele que faz da Internet espaço de interação através de ações museológicas com o seu público utilizador”.<sup>118</sup> Tratar-se-ia de “um museu que nasceu com a concepção de virtualidade antes mesmo do crescimento e proliferação da Internet”,<sup>119</sup> de modo que não demoraria a ser solucionado o dilema da viabilização de um museu colaborativo de depoimentos orais:

a Internet trouxe para a museologia uma nova perspectiva. Não só porque permitiu potenciar o acesso aos museus de forma mais ampla, mas também por dar oportunidade aos museus de saírem de seus muros. As ações museológicas dos museus, exercidas através da Internet podem ter um alcance muito maior do que

aquelas que são exercidas em seu espaço físico, pois podem abranger um público muito maior. Os museus que sabem tirar proveito de todas as possibilidades que a Internet oferece, criando seus próprios museus virtuais, conseguem ir além de suas fronteiras.<sup>120</sup>

O cultivo dos depoimentos orais como objetos centrais do acervo do Museu também seria catalisado pelas mídias digitais. “A tecnologia trouxe novas possibilidades de registrar e compartilhar as nossas vidas privadas e de reescrever a nossa história”, comentam Worcman e Garde-Hansen.<sup>121</sup> Para além de aparatos de gravação e recursos de edição e armazenamento digitalizados, é o amplo potencial de comunicação da internet que mobilizaria as comunidades marginalizadas, na preservação das suas próprias memórias e na criação de suas próprias histórias:

a existência de uma tecnologia digital permite que os próprios usuários se tornem produtores de informação (em uma biblioteca tradicional, há uma divisão clara entre aqueles que produzem conhecimento – autores, editores, etc. – e aqueles que o utilizam.) A consequente transformação na criação da informação e no acesso a ela está reformulando o próprio conceito de conhecimento.<sup>122</sup>

As mudanças nos critérios de autoridade e de agência sobre a informação reformulariam a configuração de autoridade e de constituição epistemológica das diferentes áreas do conhecimento. Compilando essas impressões, foi desenvolvido, em 2003, o conceito mais relevante da trajetória do Museu: a Tecnologia Social da Memória.

O poder de registrar e definir o que faz parte da História tem ficado concentrado em poucas pessoas e instituições. Muitas vezes, estabelece-se uma narrativa oficial, a única preservada e repetida nos livros didáticos, no cinema, na literatura, na mídia,<sup>123</sup> reflete uma publicação do Instituto, abrindo caminho para a apresentação do conceito:

a certeza de que a narrativa histórica tem um papel valioso no desenvolvimento social do país e de que cada grupo pode ser produtor, guardião e difusor de sua própria história motivou a busca desta Tecnologia Social da Memória – um conjunto de conceitos, princípios e atividades que ajudem a promover iniciativas de registro de memórias e a ampliar o número de autores na História.<sup>124</sup>

“Tecnologia social”, segundo Worcman e Garde-Hansen, remete às lutas sociais que projetam formas de engajamento popular seguindo fórmulas replicáveis em situações diversas. “Em suma, podemos dizer que esses parâmetros são: custo baixo, replicabilidade fácil, impacto social e,

principalmente, participação coletiva”<sup>125</sup> Dos pontos de vista prático e teórico, o que definiu a Tecnologia Social da Memória foi a reunião de experiências que o Museu da Pessoa já vinha conduzindo desde a sua criação. Os dilemas práticos do terceiro setor, então, ganham corpo em um conceito em que a “tecnologia” remete diretamente ao digital:

na nossa prática, o impacto da tecnologia digital na memória criou desafios e oportunidades para comunicar histórias de passados pessoais como um processo dinâmico (que abrange tanto aspectos universais da contação de histórias quanto particulares das histórias) em vez de apenas reconectar a memória a objetos, territórios, grupos e lugares.<sup>126</sup>

Os princípios da história oral, da Nova Museologia e do terceiro setor ampararam e inspiraram a ação do Museu da Pessoa. Entretanto, foi o advento técnico digital que permitiu a reunião desses fatores num horizonte operacionalável e seguro aos olhos das lideranças do Instituto. Retomando a sugestão de Morozov, seria justo entender que a experiência do Museu da Pessoa matiza uma abordagem solucionista? É discutível. De certo modo sim, na medida em que as particularidades dos dilemas da história oral, da Nova Museologia e do terceiro setor são reduzidas a um só imbróglio técnico, ao qual o digital surge como solução. No entanto, seria injusto desqualificar a trajetória do Museu da Pessoa – pioneiro como instituição privada imbuída do uso de tecnologias digitais para fins historiográficos em larga escala – como uma organização solucionista, no sentido de um rótulo de culpa.

A adoção das tecnologias pelo Museu ocorreu em seu devido tempo, muitas vezes antes de surgirem reflexões teóricas capazes de discernir ou oferecer critérios ponderativos sobre seu uso. Porém, é oportuno que se reforce a questão que foi bem escrita por Telles da Silveira, na introdução da sua tese, como forma de, hoje, refletir sobre o que a experiência do Museu pode oferecer em termos teóricos:

o que significa, enfim, pensar a teoria a partir da técnica, e confeccionar um discurso sobre a história que não procure adaptá-la tampouco resguardá-la das novas tecnologias, mas buscar um vocabulário apropriado para entender que, sim, algo realmente mudou, que as mudanças não se deram apenas no domínio do cotidiano, das práticas corriqueiras, das operações metodológicas, mas tocam o próprio cerne do que entendemos por história e historiografia?<sup>127</sup>

A noção de que as tecnologias digitais chegariam a impactar a constituição

disciplinar da história – como área epistemologicamente formulada em um ambiente cronologicamente anterior ao digital – até é discutida, em relance, em alguns escritos do Museu. Entretanto, o tema não foi problematizado de fato. Isso repercute no comentário de Worcman, que afirma que

projetos envolvendo digitalização da história e memória coletiva têm o potencial de impulsionar inúmeras transformações sociais e culturais. A primeira grande transformação certamente seria a reavaliação do que hoje é socialmente estabelecido como ‘História’.<sup>128</sup>

O enunciado é forte e ambicioso, mas não vai muito além disso: se, por um lado, indica-se que a digitalização da história é mais do que um processo superficial e mecânico, por outro, não se aludem quais seriam as transformações da “História” nesse novo ambiente. Resta uma leitura superficialmente otimista e teleológica, que confere ao fenômeno digital a capacidade transformadora de empoderamento comunitário, desejada, mas inalcançada por movimentos cronologicamente anteriores a ele.

A retórica simplista e elogiosa estabelecida entre a história e o digital na experiência do Museu da Pessoa camufla uma série de problemas teóricos. Ricas reflexões acerca de importantes frentes teóricas do digital, como a dos arquivos, ficam em segundo plano na experiência do Museu. Para além de repositório de fontes e recurso inescapável da pesquisa empírica, o arquivo age como um agente modulador de memórias. Mario Wimmer comentou que “os arquivistas, ao lidarem com os vestígios materiais do passado, antecederam os historiadores na escrita da história como uma reformulação seletiva do passado que se baseava, em grande medida, nesse material arquivístico”.<sup>129</sup> Em se tratando do digital, esse tipo de atenção é essencial, dado que, como constatou Arjun Sabharwal, se há um objeto que condiciona a atuação da história digital e das humanidades digitais como conjunto, é o arquivo.<sup>130</sup>

A designação “arquivo digital” emergiu entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, referindo-se a coleções armazenadas na internet. Desde então, a categoria se diversificou, abrangendo tanto os acervos formais digitalizados quanto arquivos nato-digitais informais e efêmeros. Aludindo aos meandros matemáticos que projetam um documento na tela do computador, Ina Blom chamou a atenção ao caráter codificado que compõe os documentos digitais.<sup>131</sup> A decodificação de informações comprimidas em

linguagem numérica, que dispara as ações pré-programadas para que se disponibilize um documento digital, pode até se assemelhar aos recursos catalográficos da arquivística tradicional. No entanto, como destacou Michael Moss, o agenciamento em arquivos digitais difere do universo tradicional, pela intermediação constante de softwares privados e de linguagens de programação estranhas ao ambiente humanístico.<sup>132</sup> “Quem é o responsável por preservar o registro histórico na era digital?”,<sup>133</sup> indagou-se Maynard em uma questão de eco cada vez maior, dada a imensa quantidade de dados em circulação<sup>134</sup> e a constante substituição de plataformas, que gera a obsolescência quase imediata das anteriores – marcando o “atualismo” característico do digital.<sup>135</sup> A trajetória do Museu da Pessoa proporcionou um dos mais longevos arquivos digitais do país. A ausência de reflexão autocrítica na sua trajetória, no entanto, não contribuiu com o encaminhamento dos muitos desafios epistemológicos dessa temática, de modo que a dúvida quanto à proveniência e aos nebulosos critérios arquivísticos digitais persiste.

Como salientado, diagnosticar o uso do digital pelo Museu como uma prática solucionista, em um sentido taxativo, seria precipitado, pouco ajudando na efetiva autorreflexão da história digital. No entanto, inspirando-se no conceito de Morozov, pode-se apontar que o digital foi empregado como um antídoto técnico superficial a dilemas diversos e complexos, anteriores a ele. Assim, pode-se questionar: será que os dilemas fundantes do Museu foram efetivamente resolvidos? Mesmo que se aceite a talvez forçosa argumentação de que objetos tão particulares – a história oral, a Nova Museologia e o terceiro setor – ressoem um problema homogêneo, o empoderamento comunitário é uma pauta simples e meramente técnica? É difícil crer que sim. Por outro lado, pode-se afirmar, a partir dessa experiência, que a ausência de reflexão autocrítica na relação com o digital não contribui ao entendimento teórico da prática historiográfica digital contemporânea, dado que dilemas teóricos de grande valia tendem a se camuflar por detrás de uma nuvem de otimismo digital.

### **Um problema recorrente?**

A experiência do Museu da Pessoa ecoa uma retórica mais ampla, encampando uma “tecnofilia” manifesta no ambiente historiográfico há

décadas, como indica Maynard ao relembrar os comentários entusiásticos de Le Roy Ladurie sobre a computação, nos anos 1960.<sup>136</sup> Naquele cenário, marcado pela inserção de novas tecnologias na condução de pesquisas quantitativas da chamada “história serial”, a retórica do relacionamento com a técnica celebrava virtudes diferentes das zeladas pelo Museu. Ali, a adoção do computador solucionaria o problema persistente da análise estatística e da precisa gestão de dados quantitativos em larga escala, como disseram Altiva Pilatti Balhana e Cecilia Maria Westphalen, trazendo a discussão para o Brasil, em 1972:

a sua utilização permite dispor de instrumentos de análise altamente precisos e objetivos que libertam o historiador de seus julgamentos intuitivos e limitados pelos seus quadros de referência, fornecendo bases de apoio indispensáveis às avaliações qualitativas.<sup>137</sup>

O desenvolvimento da história digital, da década de 2000 em diante, trabalhou para refinar a leitura teórica sobre os impactos das tecnologias no fazer historiográfico. À sedução digital, instauraram-se análises teóricas e empíricas mais críticas, mas também comprometidas com uma abordagem que não colocasse barreiras aos bons frutos que as novas tecnologias poderiam oferecer. Tornou-se mais consistente “a abordagem [que] não é nem otimista nem pessimista, mas sim a de quem quer entender as mutações tecnológicas à luz de um positivismo crítico”,<sup>138</sup> como caracterizou Serge Noiret. Ganhou força a razoável leitura que, embora se interesse avidamente pelo digital, prefere manter uma retórica comedida, não favorecendo “nem um ciberentusiasmo gratuito, nem qualquer postura tecnocética ou neoludita que seja”, como disseram Anita Lucchesi e Bruno Leal de Carvalho.<sup>139</sup> Muitas vezes, preferiu-se formular questões do que sentenciar teses, colocando em evidência a importância da análise empírica para a determinação dos efeitos historiográficos do digital – como fez Rosenzweig em seu estudo sobre a Wikipédia.<sup>140</sup> Quando no limite da reflexão, aventando as possibilidades de automatização digital em um robô historiador, Thiago Nicodemo e Oldimar Cardoso mantiveram a cautela, afirmando que a tecnologia “não vai substituir historiadores, mas aperfeiçoar o seu trabalho”.<sup>141</sup>

Poderia ser pensado que a história digital acadêmica caminha para uma consolidação que a tornaria livre de flertes com algo como o solucionismo

digital. Retomando o caso do Museu da Pessoa, poderia ser dito que foi justamente seu distanciamento da academia que gerou a sua predominantemente acrítica relação com o digital. Entretanto, além de pouco profícua ao aprimoramento teórico e metodológico, tal hipótese academicista é precipitada.<sup>142</sup> Como disse Valdei Araujo, considerando a necessidade e a já existente diversificação de atividades realizadas por historiadores na sociedade, “não podemos absolutizar a oposição entre historiografia disciplinar e outras formas de discurso no esquema binário prático versus científico-teórico”.<sup>143</sup> A constante atualização de plataformas de produção escrita e audiovisual, o lançamento de ferramentas para análise de fontes em larga escala e a sistematização de grandes bases de dados – o chamado “Big Data” – são exemplos corriqueiros do cotidiano digital, invariavelmente atraentes a qualquer historiador, acadêmico ou não. Quem não gostaria de se utilizar de tais recursos em pesquisa? Os potenciais ganhos que aparatos digitais proporcionam à prática histórica são reais, e não há motivos para evitá-los. Entretanto, o emaranhado de promessas digitais, pela boa nova que anuncia, tende a gerar lampejos de um entusiasmo mesmo aos mais capacitados agentes, que, de certo modo, encaminha-se para próximo das características do solucionismo de Morozov.

Um bom exemplo são as impressões otimistas de alguns historiadores sobre o “*storytelling* digital”, recolhidas e discutidas por Alexander Freund em sua análise da organização estadunidense StoryCorps.<sup>144</sup> Notando a popularização do *storytelling* autobiográfico no programa de rádio *Oral History of America*, no ar desde 2003, Freund debateu os significados políticos e historiográficos dessa abordagem, notando a centralidade das mídias digitais na sua configuração. Segundo ele, a abordagem testemunhal individual do *storytelling* – no geral, embora tenha destaque o caso da StoryCorps – dialogaria harmonicamente com a perspectiva da postagem em blogs ou, mais precisamente, das redes sociais – o nome “*stories*” de um tipo de postagem do popular Instagram, por exemplo, corrobora com essa ideia.<sup>145</sup> Pela ampla capilaridade dos depoimentos de vida narrados, via rádio ou redes sociais, alguns historiadores orais animaram-se com a experiência. Tratar-se-ia de “achar nosso caminho de volta à fogueira do acampamento. Através do *storytelling* digital, todos poderiam ser contadores de história de novo”, segundo Joe Lambert.<sup>146</sup> “O *Center for Digital*

*Storytelling* vê o *storytelling* como uma ‘ferramenta de mudança”, comenta Freund sobre uma iniciativa semelhante à StoryCorps, para concluir que, “então, a sua missão é ‘promover o valor da história como um meio de ação comunitária compassiva’”.<sup>147</sup> A revalorização da oralidade para as pessoas comuns seria uma pauta historiográfica antiga, em outras palavras, cuja conquista se aproximaria a partir das ferramentas digitais.

Freund é crítico dessa leitura, considerada por ele como imersa em um “mantra de nostalgia”.<sup>148</sup> Aponta-se como o otimismo imediato com a adoção do *storytelling* digital esmaeceria a percepção de problemas práticos e teóricos importantes. No mesmo intervalo em que ascendia o programa da StoryCorps – do qual poucos historiadores participavam –, diminuía a verba de investimento em programas de história oral: seria precipitado, assim, demonstrar somente otimismo com o seu sucesso.<sup>149</sup> Além disso, analisados em conjunto, os depoimentos de *storytelling* mostravam-se muito semelhantes: narrativas de superação de adversidades a partir do esforço individual.<sup>150</sup> Freund questiona se a proliferação indiscriminada desses testemunhos, ao invés de enriquecer uma cultura oral da história, não estaria atomizando a diversidade em um discurso arquetípico individualista neoliberal, contribuinte do mito do *self-made man* estadunidense.<sup>151</sup> Além disso, nota-se que a assumpção acrítica do testemunho, muitas vezes tacitamente incentivada no *storytelling* digital, pode inibir o discernimento entre história e memória, enfraquecendo importantes operações teóricas e metodológicas da pesquisa histórica.<sup>152</sup> O olhar prontamente simpático ao *storytelling* digital, portanto, encobriria sérios dilemas do campo historiográfico e até o político.

Um outro exemplo da tênue relação entre o uso otimista de recursos digitais e a ausência de crítica na constituição desse emprego é o caso de alguns importantes anseios da chamada história pública. É um desafio e tanto pensar-se uma recriação dos parâmetros operacionais e teóricos da história em um sentido público, que rompa as barreiras da universidade e incorpore, de forma socialmente significativa e democrática, as pessoas comuns. Desde que ganharam corpo nos Estados Unidos, nos anos 1980, e iniciaram a sua expansão global, as ideias da história pública têm apresentado provações práticas aos historiadores que buscam pensá-la e praticá-la. Como validar novas formas de atuação profissional a historiadores, sem perpetuar a

autoridade disciplinar de um especialista, ativo, sobre um público leigo, passivo? Como viabilizar formas de uma “autoridade compartilhada”, como quis Michael Frisch no início da década de 1990, em uma das mais marcantes obras do campo?<sup>153</sup>

A possibilidade de acesso dinâmico e massivo da Web 2.0, na virada do século, atraiu muitos dos entusiastas da história pública, que se esforçaram em viabilizar os importantes marcos teóricos e práticos do campo em ascensão, em especial quanto à possibilidade de colaboração na criação de repositórios e documentos online. Nesse quadro, foi comum que historiadores se empolgasset com as oportunidades que se abriam, incorrendo, por vezes, em relações pouco críticas com a técnica. Mesmo Noiret, defensor do “positivismo crítico” ao digital, animou-se em assumir que “a web deve ser compreendida como história ‘viva’ e ‘pública’, praticada de forma interativa por todos”.<sup>154</sup> Em especial, tornou-se celebrada a possibilidade de construção de repositórios online colaborativos. O chamado *crowdsourcing* e até mesmo o Museu da Pessoa são vistos, então, como motivos de comemoração: recursos técnicos capazes de viabilizar antigos anseios da história pública na medida em que “assumem teórica e operacionalmente o conceito de autoridade compartilhada”.<sup>155</sup>

O *crowdsourcing* figura como um dos principais tópicos do otimismo de historiadores públicos no meio digital.<sup>156</sup> Essa técnica de colaboração arquivística parte do princípio de que o meio digital proporciona ferramentas inéditas para que um público não especializado possa compor acervos em condições iguais a quaisquer outras pessoas – especializadas ou não. O modelo ganhou força, principalmente, após a construção de arquivos digitais de eventos disruptivos, como é o caso do *September 11th Digital Archive* e da maioria das iniciativas de arquivamento digital da pandemia da Covid-19.<sup>157</sup> Por se tratar de eventos inesperados que atingiram populações tecnicamente capacitadas para registrar e relatar experiências online, o *crowdsourcing* ganhou muitos adeptos nos meios historiográfico, arquivístico e museológico. Aos olhos de historiadores, arquivistas e ativistas sociais por todo o mundo, emergira uma possibilidade de criação de repositórios online mais democrática, capaz de desafiar a estrutura arquivística tradicional, permitindo que mais pessoas se tornassem ativas no registro de documentos históricos. Embora haja certa razão nessa percepção, não se trata de uma situação

semelhante à experiência do Museu da Pessoa – uma solução digital aos difíceis dilemas da partilha da autoridade e da colaboração arquivística?

A recorrência ao *crowdsourcing* frequentemente deixou de lado a crítica teórica e, até mesmo, a da real eficácia da sua prática. Como comentou Byung-Chul Han, a convidativa e amistosa socialização de interfaces digitais, muitas vezes, possui efeito mais aditivo do que colaborativo e transformador – não havendo compartilhamento público efetivo, dada a natureza privada isolada dos acréscimos na rede.<sup>158</sup> Haveria também uma tendência à prevalência de padrões dominantes – “na moda” – em detrimento de experiências minoritárias e de pouca repercussão momentânea, alertou Morozov, citando também o parente financeiro do *crowdsourcing*, o *crowdfunding*.<sup>159</sup> Por fim, deve-se considerar que o acesso às tecnologias não é regular: além de diferentes padrões de uso – que incorrem na menor atividade online de idosos, por exemplo –, a desigualdade de acesso global à internet enfraquece a designação quase automática de “pública” a toda atividade historiográfica ou mnemônica realizada na rede. O elogio entusiasmado a essa técnica, embebido na legítima vontade de mobilizar novos parâmetros historiográficos, acaba deixando de lado questionamentos fundamentais. Simplifica-se a natureza complexa de problemas que são só aparentemente solucionados pelo digital, inibindo debates teóricos nevrálgicos para a consolidação da história digital.

Por sinal, a seara do arquivamento, tocada no caso do *crowdsourcing* e na experiência do Museu da Pessoa, é onde a precaução crítica se faz talvez mais importante, na medida em que se trata dos critérios e agentes envolvidos na preservação de potenciais fontes de pesquisas futuras. A ampla possibilidade de automação na guarda de documentos natodigitais, a multiplicação da capacidade de armazenamento em discos rígidos e online e as possibilidade de colaboração na internet podem levar a crer que tudo, ou tudo que for importante, será arquivado. Não se precisaria mais escolher o que ou não descartar, encaminhando-se a um paradigma arquivístico “pós-custodial”, como chamou Terry Cook.<sup>160</sup> Quais seriam os impactos desta hipótese, a princípio otimista, para a prática historiográfica?

O potencial do chamado Big Data é, às vezes, tão celebrado que chegaria a ser dispensável o procedimento científico, como defendeu o pensador das

mídias Chris Anderson.<sup>161</sup> Para ele, a construção do pensamento científico se faz para interpretar vácuos deixados por um número limitado de evidências, que sustentam o pensamento hipotético. A automação de armazenamento e a abundância de dados proveniente do digital eliminariam a escassez, no entanto, tornando dispensável o esforço teórico de compreensão de problemas quaisquer. Elisabeth Roudinesco comentou algo semelhante, refletindo que é reconstruindo o passado a partir de fragmentos que se desenvolveram os preceitos constitutivos da historiografia.<sup>162</sup> Havendo todos os registros, a história tornar-se-ia menos importante, na medida em que a expertise da crítica documental e da construção de narrativas coerentes seriam prescindíveis. Roudinesco fez esses comentários discutindo os arquivos pessoais do século XX, mas as suas ideias ecoam com mais impacto se lidas sob a ótica dos problemas do presente. Poderia o digital proporcionar registros sobre tudo que há? Talvez não tudo, mas certamente muita coisa. Assim, em meio à abundância de registros, haveria espaço para a crítica documental, para a reconstrução narrativa do passado e para as modulações temporais da memória? Com o digital performando ao limite, qual o lugar do historiador?

Muitos dos entusiastas da promessa pública da história digital, como os diretamente mencionados, são alguns dos principais nomes do campo. Não se trata de pesquisadores convictos no solucionismo digital ou desestimulantes do pensamento crítico, mas de efetivos contribuintes em pautas importantes. Assim como com o Museu da Pessoa, não se sugere o uso do solucionismo como um rótulo de enquadramento crítico anacrônico, meramente taxativo. A reflexão que emerge de seu cerne, entretanto, pode ser um útil instrumento de autocrítica no uso historiográfico do digital. A ocorrência esporádica de impressões entusiásticas como essas deve servir de alerta a todos os historiadores – inclusive ao autor deste capítulo: não estariamos num constante limiar de usos e abusos de novas tecnologias digitais, que se atualizam mais rápido do que os anteparos teóricos necessários para a sua compreensão enquanto ferramentas historiográficas? Quantas vezes não entregamos ao digital as expectativas de obtermos respostas, seja na pesquisa histórica ou em atividades corriqueiras do dia a dia? Utilizando-se ou não o termo “solucionismo”, a sua mensagem crítica é relevante: a adoção do digital como remédio universal a dilemas práticos e teóricos anteriores a ele tende a

camuflar as particularidades e as razões de ser dos problemas em questão. Antes de resolvê-los, a tendência é aprofundá-los, por detrás do otimismo que a aparência *hi-tech* dos recursos empregados tende a apresentar.

Mesmo aos mais perspicazes, o canto da sereia digital pode soar sedutor, enevoando as suas dobras e tensões teóricas. Não quer dizer que se deva renegar os avanços técnicos e os ricos potenciais que eles podem oferecer à pesquisa histórica, no entanto. Ao contrário: o convite à reflexão, após a contemplação de casos da experiência historiográfica digital recente, é construtivo e modesto, e interessa-se sobretudo em contribuir com a consolidação (auto)crítica do campo. Para tal, enfim, deve-se lembrar, como fez o próprio Frisch ao elucubrar sobre o lugar do digital na proposta da autoridade compartilhada, que as “novas modalidades e capacidades informacionais não são, inherentemente, soluções, e elas podem na realidade ser parte de um problema persistente”.<sup>163</sup>

## *Fontes demais, tempo de menos: uma breve crítica à escalada tecno-informacional para a escrita da História do tempo presente*

*Ricardo Medeiros Pimenta*<sup>164</sup>

O ano de 2016 foi marcado por uma crescente polarização política em que o Impeachment da então presidente Dilma Rousseff se tornou um dos marcos históricos de nossa ainda nova, porém adoecida democracia. A menção a este fato histórico por excelência tem, para o que proponho aqui, menos relevância em torno de sua significação na história política — que apesar de ser imensa, não é o objetivo deste capítulo — e mais devido ao contexto tecno-

informacional que o acompanhou desde então. As redes sociais utilizadas à época já apontavam para um horizonte de grandes mudanças no contexto da pesquisa e da construção da narrativa histórica em face dos suportes informacionais de natureza digital.

Os recursos informacionais referentes a vídeos, imagens, áudios e postagens (em blogs pessoais, institucionais, em redes sociais ou outras plataformas digitais como aquelas de *streaming*, por exemplo) se multiplicaram nos últimos anos no espaço info-comunicacional e digital da Internet. A produção, portanto, de fontes digitais é hoje algo sem similaridade a qualquer vaga histórica. De fato, o perigo paradoxal sobre o qual Roger Chartier faz menção logo na introdução de sua obra “inscrever e apagar” parece ter finalmente chegado.

Em um mundo no qual as escritas podiam ser apagadas os manuscritos perdidos e os livros estavam sempre ameaçados de destruição, a tarefa não era fácil. Paradoxalmente, seu sucesso poderia criar, talvez, outro perigo: o de uma proliferação textual incontrolável, de um discurso sem ordem nem limites. O excesso de escrita, que multiplica os textos inúteis e abafa o pensamento sob o acúmulo de discursos, foi considerado um perigo tão grande quanto seu contrário.<sup>165</sup>

O perigo pelo excesso é real. E a preocupação em torno de sua expansão não é nova. Em “*Lete: arte e crítica do esquecimento*”, Harald Weinrich identifica na obra de Heinrich Böll, mais precisamente em 1957, o conto sobre “o rejeitador”, no qual a atividade de um funcionário em uma dada empresa consistia em descartar as correspondências supérfluas que chegavam diariamente em sua firma.<sup>166</sup> O conto apontava o talento paradoxal do referido funcionário que, outrora colecionador, agora empregava seu entusiasmo em selecionar e descartar informações e demais documentos não relevantes *a priori* que se direcionavam àquela instituição na qual ele trabalhava.

A seleção e o descarte são, portanto, ações de mobilização e construtores indiretos da História futura, uma vez que toda seleção é em parte etapa de um projeto de futuro, seja ele público ou privado; pessoal ou coletivo. O esquecimento também o é. Em meio ao volume cada vez mais descomunal de dados e informações em nosso cenário digital, mobilizar-se é deter competências informacionais e computacionais suficientes de forma a sabermos exercer os seus usos de maneira a não nos reconhecermos como uma

espécie de Funes<sup>167</sup> de século XXI, paralisados em face do dilúvio de dados que enfrentamos no dia a dia; e nem como uma nova edição de *Mr. Everyman* 83 anos depois,<sup>168</sup> mais suscetível ao acúmulo avassalador das informações cotidianas e a toda potencialidade que delas todo sujeito social ordinário pode extrair para criar para si e para as suas versões de mundo, de verdade e da história.

Este texto busca, assim, discorrer de forma crítica sobre alguns pontos essenciais. Por um lado, identificar, na perspectiva do ofício de historiadoras e historiadores, alguns dos desafios em se lidar com as ressonâncias do efeito Big Data na produção do conhecimento historiográfico, entendendo as fontes como principal recurso para a prática historiográfica e em franca transformação haja vista a escalada do desenvolvimento digital na vida social. E que tal fato afeta também métodos utilizados, e por utilizar, na investigação histórica. Por outro, discorrer sobre as implicações decorrentes deste primeiro mergulho para o ofício do historiador no tempo presente. Problematizando as perspectivas de volume, velocidade e técnica para historiadoras e historiadores, intento em refletir brevemente sobre suas implicações para a percepção de tempo histórico e para a heurística empregada às formas como agimos para o acesso à informação — uma das temáticas centrais da Ciência da Informação —; entendendo tal processo igualmente como ação de produção ou manutenção de fontes primárias nato-digitais.

Ao produzirmos hoje cerca de 2.5 petabytes (quintilhões de bytes) de dados por dia é fato que o mundo se tornou uma exponencial “roda” informational em aceleração. A digitalização de fontes juntamente com a produção de outras já nascidas digitais — nesse caso nomearíamos como digitização —, e sua interconexão via recursos computacionais, em um ambiente planetário digital já se mostra por si só como evidência de uma heteroglossia de formas de expressão públicas mediadas pelas plataformas digitais e mídias sociais.<sup>169</sup>

Esta potencial heteroglossia aponta a existência de muitas “camadas” em relação aquilo que o historiador pode acessar e/ou (re)produzir por meio do digital — haja vista os objetos mediadores da memória.<sup>170</sup> E que, em especial, se complexifica quando damos destaque às fontes nato-digitais ou “documentos digitais exclusivos”,<sup>171</sup> já que são essas fontes que, por não

possuírem seu correspondente em matéria não-digital, *a priori* se apresentam tão “plásticas” ou maleáveis no tocante ao seu acesso e a sua forma. Paradoxalmente existentes no limite entre sua franca acessibilidade e sua potencial efemeridade.

Atualmente, é possível perceber que o acesso às fontes digitais pertinentes a determinado objeto de pesquisa, nos coloca diante de um volume de informações sem precedentes. “Camadas” — como as abas de um *browser* que utilizamos para navegar na internet, ou representadas pelas postagens de redes sociais em que centenas ou milhares de perfis reproduzem discursos pelos quais crenças, políticas, identidades, preconceitos, formas de solidariedade, ação política, arte, formas de expressão de ódio e amor são registradas em plataformas cerzidas por algoritmos — que representam uma grande “tapeçaria digital” de rostos, falas e corpos e que compõem um volume à perder de vista de fontes para a História tanto do presente, como aquela que será produzida no futuro. E onde a ideia de “volume” e de “rede” se tornam mais tangíveis para se conceber o cenário onde hipertexto, hyperlink, hipermídia e multimídia se tornam todos recursos existentes da forma como a fonte estará disponível.

Com efeito, toda forma de rastro digital, de dados produzidos ou recuperados, são vestígios e, portanto, “matéria-prima” para se conhecer os fatos humanos produzidos no passado e no presente, como diria Marc Bloch ao discorrer sobre o ofício do historiador.<sup>172</sup>

O grande volume de dados e informações advindos dessas fontes digitais faz mais uma vez ser tempestiva a pergunta de Daniel J Cohen e Roy Rosenzweig sobre como as mídias e redes digitais permitem aos historiadores realizarem melhor seu trabalho.<sup>173</sup> Afinal, variedade e volume de dados — e nesse sentido potenciais fontes — exigem do historiador mais do que simples “talento” hermenêutico, pensamento crítico ou erudição. A transformação com a qual lidamos a partir do que Nicholas Negroponte chamou de digitalização da vida,<sup>174</sup> tem implicações em nossa cultura material. Sem embargo, também nos suportes de informação — portanto, de leitura — com o quais passamos a lidar, infligindo de forma compulsória uma mudança também em seu respectivo ato.<sup>175</sup>

A “superfície” informacional pela qual navegamos é imensa, assim como sua profundidade é diferente de tudo que já se experimentou pois, ao pensarmos bites, dados e algoritmos, há de se cogitar a forma — (in)formar — pela qual ela se apresenta nessa “superfície” representada pelas plataformas, softwares, aplicativos, e demais objetos digitais. Penso ser uma ingenuidade alegar familiaridade da História com a computação simplesmente a partir das experiências métricas, quantitativas e seriais produzidas ao longo da segunda metade do século XX.

A história tem sido associada à tecnologia pelo menos desde a criação de seu ramo quantitativo nos anos quarenta. Foi representada nos EUA pelo chamado movimento cliométrico e na Europa pela história serial. Esta corrente historiográfica levou muitos historiadores - incluindo Lawrence Stone e a ‘*Nouvelle Histoire*’ da Escola Francesa dos *Annales* - a rejeitar esta forma de fazer história. Em seguida, surgiram várias iniciativas relacionando História e Computadores como a Associação Americana de História e Computação. Os anos 90 assistiu-se ao surgimento da História digital, ligada à Internet, essencialmente a partir do Centro de História Digital da Virgínia. De alguma forma, a História Digital (que não se limita à digitalização de documentos) é uma nova maneira de encarar a História que pode ter relação com (a) a maneira como a História é escrita, (b) a pesquisa, (c) o ensino e (d) a construção de uma nova perspectiva metodológica e teórica.<sup>176</sup>

Afinal, tais experiências inicialmente conduzidas nos anos 1940 e 1950, ainda que possam compor as raízes da investigação histórica no âmbito digital, não garantem por si mesmas, as ferramentas e o arcabouço necessário ao historiador dos anos vinte do século XXI; tampouco suficientes perspectivas teóricas para o que lhe fita diariamente: o receio dos sintomas vindouros decorrentes da entropia informacional que nossa era digital nos implica a enfrentar. Assim como a constante, e urgente, busca por desenvolver uma literacia computacional capaz de sustentar inovações metodológicas e suas respectivas aplicações no campo de pesquisa cada vez mais digitalizado e/ou digitizado.<sup>177</sup>

A mudança em voga é maior, por afetar a própria forma de leitura/escrita com a qual o historiador precisará lidar. Não há como esperarmos por uma continuidade da leitura/escrita apenas enquanto prática linear, textual, com a gramática enquanto seu recurso técnico. Ela já é, também, imagética, não-linear, multi-dimensional — marcada pela ascensão dos aparelhos e dispositivos de visibilidade da informação — e mosaica. Nesse mesmo prisma cabe apontar

que no campo da História, até mesmo seu respectivo tecnoleto passa por mudanças que representam a relação do historiador com as fontes, com os fatos e com seus potenciais métodos a ser implementados em face da “virada digital”<sup>178</sup> pela qual passamos.

Ou seja, um número expressivo de fontes digitais, de conteúdos distintos e formas variadas demandam ao historiador contemporâneo uma capacidade razoável de cobrir não somente a extensão dessa “tapeçaria digital” a qual me remeti pouco acima, mas de desenvolver competências capazes de transversalizar diferentes registros, sejam eles dados, linhas de código, informações ou imagens, concatenando-os em prol de sua pesquisa.

Nesse caso seu *modus faciendi* deve distanciar-se do paradigma bidimensional de uma História escrita unicamente em folhas de papel ou por meio dos processadores de texto, e se assemelhar a uma perspectiva mais “tridimensional” de uma História que também se molda a novas formas de escrita e leitura.

Esta “proposta” de História pode oferecer ainda um desafio de difícil resolução para aqueles que *stricto sensu* se dedicam a compreendê-la, questioná-la e a partir dela produzir conhecimento. A aceleração da vida. Tal fenômeno pode ser compreendido por meio de algumas perspectivas cada vez mais comuns ao longo dos nossos dias: seja pela compressão do tempo, ou pela crescente simultaneidade das ações do mundo social, de suas estruturas por eles produzidas, além de seus sistemas e processos técnicos — o que pode ser identificado por Hartmut Rosa quanto do universo da aceleração “técnica” e daquela responsável pelas “mudanças sociais”<sup>179</sup>.

Fato é que a aceleração da vida social atinge a todos nós seja na condição de objeto — afinal todos nós somos sujeitos históricos —, seja na condição de inquiridor — ou seja, quem a investiga, a questiona — dos fenômenos pretéritos e mnemônicos que marcam a sociedade.

Com efeito, tal evidente processo de aceleração da vida encontra nas tecnologias de informação e comunicação (TICs) as ferramentas responsáveis pela ininterrupta escalada de capacidade de processamento de dados e informações de tamanha monta.

As TICs são, sem embargo, os meios pelos quais tanto escrita como leitura

se mantém em um cenário como o nosso de contínua — e de exponencial efeito — “explosão informacional”<sup>180</sup> onde apenas pela (inter)mediação das máquinas é garantido o acesso à informação e, portanto, às fontes no formato digital. Ou seja, dos objetos técnicos constituídos pelo(a) homem/mulher com o intuito protético de intervir no tempo/espaço encurtando distâncias, acelerando processos e atuando de forma ubíqua.

O tempo, em sua condição processual, intimamente ligado à perspectiva explicativa da narrativa histórica, advindo da aproximação entre as dimensões da experiência e da expectativa<sup>181</sup> parece dar sinais de transbordamento, outorgando algumas dificuldades para o campo lógico, analítico técnico e interpretativo do historiador contemporâneo e, sobretudo, daquele que se debruça sobre o campo da História do Tempo Presente. Há dados demais, fontes demais e tempo de menos seja para acessar todas as fontes e informações que são produzidas minuto a minuto, seja para produzir nossa análise por meio da escrita tradicional.

A Era Digital e seus respectivos espaços informacionais — sejam eles representados pelo ciberespaço, pela internet, mídias sociais, aplicativos e softwares, objetos inteligentes — parecem ser mesmo “um campo movediço, rápido, e muitas vezes traiçoeiro”.<sup>182</sup> Já como o historiador poderá desvincilar-se disso, me parece pertencer à ordem de uma revisão íntima de sua própria formação, lá onde são forjadas e aprimoradas as técnicas do seu ofício. Sendo assim, cabe apontar que as práticas transdisciplinar e interdisciplinar jamais foram tão imperativas sobretudo quando nosso objeto é composto pela própria “areia movediça” e somente no seu respectivo ambiente sua dinâmica pode ser mais bem compreendida.

Como a areia movediça, o que está em questão é o difícil acompanhamento, a difícil atualização, de todos nós em face do desenvolvimento tecnológico que também nos “encanta”. Marshall McLuhan aponta para a narcose que acompanha todo projeto protético, ou de extensão, do corpo humano.<sup>183</sup> Tal projeto é claramente representado, inclusive do ponto de vista etimológico da linguagem, pelo mito de Narciso que se detém sobre o espelho d’água ao contemplar sua própria imagem.

Os recursos tecnológicos, enquanto extensões do corpo humano, nos

convidam à admiração e igualmente à paralisação em face de suas possibilidades. Ao olhar para o espelho d'água reforçamos a condição narcótica de admiração ou surpresa com aquilo que nos deparamos — e de que somos também produto. É preciso tocar o espelho d'água sem receio de profaná-lo. É preciso, possivelmente, repreender a nadar, pois não é mais possível — e nunca foi realmente — não nos “molharmos” naquilo que nos intriga, nos chama e que pode nos auxiliar a explicar publicamente sobre o mundo e sobre nós mesmos. Mergulhar e não afundar. Sobretudo readquirir técnicas que nos permitam dominar o tempo do nosso trânsito, do nosso deslocamento, nosso movimento sem perecermos sobre dilúvios e profundidades que ainda hoje podem assustar.

Talvez um dos problemas da sociedade contemporânea ocidental seja o de não possuir mais uma finalidade direcionada para o futuro, pela rapidez das transformações tecnológicas do final do século XX e início deste que permitem a comunicação instantânea entre os seres humanos e a sensação que o presente está em constante alteração. A recepção de fatos variados e diversos imediatamente ao acontecido — vantagem das comunicações em tempo real acaba trazendo a presentificação de todas as informações e de todos os momentos. A avalanche de informações aparentemente destrói a reflexão sobre os fatos e a necessidade de referenciar os fatos ao seu contexto, isto é, à sua história. E é em tal situação que o historiador do século XXI vai atuar. Se na vivência cotidiana das pessoas conectadas em tempo real ao universo das informações a história enquanto conhecimento não parece ser necessária, pois exige algum tempo para configuração de sentido e, portanto, para a compreensão do que está ocorrendo, por outro lado, a multiplicidade de usos do passado e do conhecimento histórico que permeia a vida cotidiana, nos impressiona por sua variedade e diversidade, que são de tal monta que nem nos damos conta disso, já que estamos imersos nela. Variedade de fontes e documentos em suportes tão diferenciados que os cursos de formação de profissionais em história não conseguem colocar no horizonte de aprendizagem.<sup>184</sup>

Para aqueles que estão em formação, alguns desafios já estão naturalizados. Dilton Maynard nos lembra que:

nossos alunos, em sua maioria, são agora do tipo digital born (nativos digitais): devotados ao repetitivo exercício de responder, sempre rapidamente, a dezenas de mensagens de textos e e-mails durante as aulas, atualizando redes sociais, encontrando informações sobre eventos, mas também sobre a vida privadas dos seus professores.<sup>185</sup>

O fazer historiográfico é, portanto, uma ação em franco processo de aceleração. E seu sucesso depende do incremento de técnicas, de fazeres, que se

apliquem aquilo que se torna o próprio *habitus*<sup>186</sup> de seu campo social e de seus atores. Pensar nesse incremento é pensar criticamente sobre o seu próprio fazer e incorporar possivelmente, e desejavelmente, pela interdisciplinaridade novos métodos e novas dinâmicas para o ofício do historiador que, e principalmente, no tempo presente tem objeto, delimitação temporal, problema e hipótese atravessados pelas singularidades de um cenário de fontes e de fenômenos sociais extremamente modificados e mediados pelas extensões tecnológicas que criamos para nos comunicar, nos mover, e atuar no mundo via telas. Já não cabe mais a ideia de “recuo” apresentada por Jean-Pierre Rioux, pois como poderíamos nos afastar de algo no qual já estamos todos submersos?<sup>187</sup>

Com efeito tal proximidade é um dos elementos que distingue a História do Tempo Presente das demais temáticas ou subáreas do campo Historiográfico. Mas é aí também, em tal característica, que jaz um novo desafio à medida que fontes, recursos tecnológicos e métodos passam a impor o desenvolvimento de novas competências informacionais quando não computacionais ao historiador. Pensar o desenvolvimento de tais literacias digitais é repensar a formação do historiador e sua própria interlocução com outros campos do conhecimento humanístico e tecnológico.

Se por um lado a grande maioria dos usuários da *informação lato sensu* tem formado suas competências necessárias no uso doméstico do computador como ferramenta de escrita, por outro, a escalada das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das linguagens de programação em computação, ambas ligadas à cena da rede mundial de computadores, apresentou, sobretudo para o pesquisador das Humanidades *grosso modo* a necessidade de tornar-se, ele próprio, um ‘indivíduo especializado’ capaz de conjugar seu conhecimento stricto das humanidades com aquele capaz de operar estruturas informacionais digitais.<sup>188</sup>

Para a História do Tempo Presente, a Era Digital a presenteou com um manancial de fontes e de possibilidades de exposição do conhecimento, então fruto do ofício de seus historiadores dedicados, mas colocou igualmente em seu colo o peso da imperativa necessidade de mudança, adaptação e criação de novos meios, novas ferramentas e novos métodos.

Vale ressaltar que a medida que os anos avançarem a história digital poderá se tornar um neologismo para toda a História que se produzirá já que, como dito acima, estamos submersos em um ambiente cada vez mais marcado pela

mediação digital onde ainda nos cabe desenvolver meios que lidem com tamanho, volume, tamanha velocidade e ainda inovações do ponto de vista tecnológico que afetam direta e indiretamente a maneira como deixamos rastros de nossas ações no espaço/tempo cada vez mais digitizado.

## *Mineração de história em acervos históricos digitalizados*

*Alesson R. Rota*<sup>189</sup>

Com o advento de tecnologias digitais, aceleradas por um processo pandêmico, condições de trabalho, hábitos sociais, formas de comércio e os métodos de pesquisa estão se transformando com grande velocidade. Algumas das lógicas digitais são menos intuitivas do que as analógicas em sua relação de causa e consequência, como as chamadas *startups*, que se expandem pelo mundo através do capital especulativo, mas sem dar lucro no curto e médio prazo. Há também as criptomoedas, que são desreguladas em relação às normatizações dos Estados, cujo funcionamento ocorre através do processamento descentralizado de dados, chamado de *blockchain*. De empresas de transporte sem veículos às práticas que pressupunham algum tipo de contato presencial, como aulas e atendimentos clínicos, tais circunstâncias fazem parte de um longo processo, da revolução industrial até um fato biológico, uma pandemia. De um lado, o vírus traz interrogações sobre a fragilidade da espécie humana e de nossa capacidade em lidar com condições adversas. Do outro, ele reforça ainda mais a necessidade de métodos científicos, seja no desenvolvimento da vacina, em logística, em conhecimento demográfico e histórico, tendo em vista que não é a primeira vez que a humanidade se depara com um vírus mortal e que tais doenças afetam de maneira diferente comunidades, cidades e países.

À prática historiadoriadora, a pandemia trouxe diversas transformações na

sala de aula e na pesquisa. Na presente reflexão me detenho à fase documental da escrita da história, conforme a clássica análise de Michel de Certeau.<sup>190</sup> Com o fechamento dos arquivos por conta das políticas de isolamento social e saúde, passei a construir um banco de dados voltado para pesquisa em história da historiografia e história intelectual a fim de dar continuidade ao mesmo objeto do doutorado, sobre redes intelectuais e usos semânticos. Tal mudança nos procedimentos metodológicos iniciais trouxe outras práticas e possibilidades de pesquisa, que parecem ser bastante promissoras se utilizadas criticamente. Procurei construir as reflexões em duas partes, a primeira voltada à computação enquanto mediação metodológica e a segunda sobre a construção de banco de dados para pesquisa em história.

### Mediações

A questão da mediação computacional para processamento de dados e informações pode ser circunscrita dentro da história da técnica, que vem mudando as formas de sociabilidades e relacionamento dos humanos nos últimos milênios. A palavra algoritmo, por exemplo, é muito anterior à própria computação e denota processos e etapas planejadas a serem executadas para solução de um problema.<sup>191</sup> Os trabalhos clássicos de Martin Heidegger e Walter Benjamin foram pioneiros, ainda no século XX, em problematizar como a técnica (também compreendida como ciência) modifica a experiência humana no mundo, na interpretação e produção de sentidos. Mais especificamente sobre a computação, há pesquisas que procuram mensurar o quanto essa tecnologia altera nossos modos de vida, seja convertendo o analógico em digital, gerando novos tipos de informações,<sup>192</sup> ou até mesmo convertendo todos os aspectos da vida humana em dados, a chamada datificação.<sup>193</sup> Não desconsidero aqui as lógicas de grandes empresas e suas plataformas, redes sociais e sistemas construídos para a comercialização de dados, mas procurei desvincular a noção de algoritmo e ferramentas digitais, porque há processos criativos que podem ser operados a partir da computação, inclusive utilizando as estruturas dessas grandes empresas.

Um exemplo cotidiano de como o digital mudou a forma de pensar a história é o famoso comando CTRL + f. A sua criação está ligada à história dos teclados, com a adição de teclas que modificam a função original de outras

teclas, ainda no século XIX. Posteriormente, as teclas de modificação de outras teclas foram incorporadas às funções de softwares, gerando também formas de atalhos. Tudo isso para dinamizar o uso das tecnologias. Em 2011, o antropólogo do Google Daniel M. Russel concluiu que as pessoas que conhecem o atalho CTRL + f seriam cerca de 12% mais rápidas em seus comportamentos de pesquisa.<sup>194</sup> A possibilidade de encontrar palavras chaves em um texto sem precisar lê-lo por completo criou a condição de filtrar uma maior quantidade de informações dentro de arquivos, livros, artigos e publicações em geral na web. Se conseguimos separar “o joio do trigo” com maior velocidade, então conseguimos dar mais atenção às informações que são eleitas dentro de uma pesquisa. Logo, dentro da logística temporal da pesquisa temos um aumento no ganho de qualidade. Todavia, esta lógica, que parece recair sobre o mundo contemporâneo, de perdas e ganhos, de administração econômica da vida, da individualização do sucesso e do fracasso, não funciona tão bem para a escrita da história.

No olhar da historiadora ou do historiador, não somente o trigo faz parte da história. Contar a história do trigo, se fosse possível em sua totalidade, seria apenas 50% de uma história do joio e do trigo. Muitas pesquisas nascem do silêncio dos vencidos, do interesse justamente por aquilo que é descartado.<sup>195</sup> Outras pesquisas nascem em contato com bibliografias diferentes do objeto selecionado, como um acidente ao encontrar um livro mais interessante na biblioteca do que o procurado. Ou a descoberta no arquivo que conduz a pesquisa para outros rumos. O acaso faz da pesquisa em história um livro sem final definido até que a última página seja escrita. E, por vezes, o final é modificado por prefácios, apresentações e epílogos, de modo a expressar uma outra condução sobre um trabalho já escrito, como pode ser observado em pesquisas de história da historiografia e história intelectual. Porém, ainda que o CTRL + f não substitua a função do historiador, é inegável a possibilidade de dinamizá-la. E se fosse possível construir novos índices a partir de dados estratosféricos, contidos em revistas, livros, periódicos, dicionários e anais de Congressos? E se estes índices funcionassem como pontos de partida para localizar as informações dentro de acervos que seriam humanamente impossíveis de serem buscadas em curto prazo de tempo?

Desde os anos de 1990 o debate sobre a relação entre história e uso da

computação tem se dividido em dois campos, um chamado de história digital e outro de humanidades digitais. Autores como Anita Lucchesi e Dilton Maynard entendem que a história digital não opera uma revolução na prática historiadora porque os fundamentos da disciplina, baseados na inquirição de documentos, construção narrativa, verificação dos pares e pacto com o leitor continuam inalterados. A história digital adiciona, portanto, “ferramentas à oficina da história, mas os fundamentos da disciplina continuam os mesmos”,<sup>196</sup> “porque as antigas bases metodológicas permanecem importantes”.<sup>197</sup> As humanidades digitais, nesse sentido, são um campo mais amplo, definido pela interdisciplinaridade em áreas como história, literatura, linguística, ciências sociais, filosofia, artes e computação. As noções mais recentes procuram defini-la como qualquer conhecimento humanístico que use ou problematize a computação, seja em aspectos metodológicos ou epistêmicos, durante a pesquisa.<sup>198</sup> Há definições mais deslumbradas, como a de Matthew Jockers, que entende que a computação opera uma revolução nas humanidades, a ponto de poder se equiparar às outras ciências, em uma fórmula que parece requentar a suposta igualdade entre ciências de espírito e ciências naturais debatida e superada ainda no século XIX.<sup>199</sup> Contudo, o que se apresenta no interior do livro são dados construídos que contribuem para análises, mas não modificam totalmente os campos de estudo. Outra definição possível e mais condizente com as práticas de pesquisa provém de Geoffrey Rockwell, para quem a computação funciona como um tipo de hermenêutica que auxilia as humanidades.<sup>200</sup>

Na maioria dos casos em que se observa o uso de computação para análise de textos, o que se está empregando é a mineração de dados. Este subcampo da computação tem crescido desde os anos 1990, quando se percebeu que era necessário compreender a quantidade de informações produzidas e armazenadas pelos computadores. Segundo De Castro e Ferrari, minerar dados consiste em produzir conhecimento a partir da extração de informação em bases de dados.<sup>201</sup> A analogia com a busca de objetos preciosos vem justamente de encontrar informações úteis que possam ser usadas para uma finalidade específica. Segundo Mehmed Kantardzic, a mineração de dados se apoia tanto em conhecimentos clássicos da matemática, como a estatística, quanto recentes da computação, como inteligência artificial e aprendizagem de

máquina.<sup>202</sup> Percebe-se, portanto, que não é uma simples técnica aplicada, mas uma série de procedimentos que envolvem debates altamente teóricos sobre representação, probabilidade, padrões e subjetividade, porque todos os parâmetros são configurados por um ser humano.

O desvelamento dos métodos computacionais em relação às humanidades tem feito surgir diversos laboratórios de humanidades digitais pelo mundo, até 2011 mais de 114 foram criados, segundo levantamento do Centro de Humanidades Digitais da University College.<sup>203</sup> Não há dúvidas que os números continuam em expansão e que diversas experiências não eurocêntricas não foram registradas, conforme os levantamentos feitos para elaboração do presente livro. Apesar da expansão do campo, críticas às humanidades digitais têm sido presentes desde sua gênese enquanto campo institucionalizado de pesquisa. Analisando o caso da Universidade de Virginia, nos EUA, Danielle Allington et al procuraram correlacionar o uso de uma hermenêutica conservadora com o discurso empreendedor do Vale do Silício.<sup>204</sup> Segundo a autora, na década de 1960, Eric Donald Hirsch foi contratado pela Universidade da Virgínia para tratar da intencionalidade do ao escrever um livro. Para Hirisch, quando lemos, devemos avaliar a validade de uma determinada interpretação. A intenção de um autor é assumida por Hirsch como principal objetivo a ser buscado na leitura por ser um elemento objetivo e universalmente aceito.<sup>205</sup>

Allington et all consideram que a contratação não foi desproposital, dado que uma hermenêutica focada apenas na intenção de um autor afastava do debate novas refigurações de obras que trazem abordagens relacionadas às demandas do tempo presente. Anos mais tarde, Jerome McGann coordenou uma reforma na mesma Universidade, reformulando quadros, agendas e bolsas de pesquisa. Técnicos da computação que trabalhavam a serviço de professores passaram a ser vistos como pesquisadores. Todo esse movimento resultou no evento Is Humanities Computing an Academic Discipline?, em 1999, e Digital Humanities Curriculum Seminar.<sup>206</sup> O que chama atenção na crítica de Allington et al. é o uso da computação como uma tentativa de desqualificar estudos sobre gênero, raça, classe, sexualidade etc., enquanto forma de afastar debates contemporâneos dos livros estudados já nos anos de 1990. Dados, estatísticas e tabelas funcionaram como retórica de que a humanidade poderia

ser definida pela técnica como um fim em si mesma.<sup>207</sup> Em outras palavras, apenas os dados já bastavam. Essa característica também é notada por Timothy Brennan. Para ele, o

termo ‘HD’, então, não é sobre a introdução de tecnologias digitais onde não existiam antes, mas sobre um reenquadramento institucional. O que as pessoas querem dizer com ‘HD’ é um programa e, em última análise, uma epistemologia.<sup>208</sup>

Contudo, para Brennan, as humanidades digitais se propõem a fazer mais do que realmente realizam. Os problemas levantados pela computação geralmente possuem conclusões já conhecidas ou que não interessam às discussões literárias. A crítica de Nan Z. Da visou poupar as humanidades digitais e se dirigir à falta de justificativas para estudos computacionais de literatura, porque 1) os padrões digitais reafirmam conhecimentos literários já descobertos tradicionalmente, mas que agora contam com complementos seriais; 2) não há divulgação dos parâmetros de análise de softwares; 3) os parâmetros de análise são definidos por um pesquisador humano, assim como nos clássicos; 4) o investimento é alto para pouca entrega; e 5) a análise de dados em big data não é mais objetiva que um estudo qualitativo apenas pelo fato de ter números.<sup>209</sup>

Apesar das inúmeras críticas, se colocarmos em suspenso o conceito de humanidades digitais, observamos dentro da história da historiografia e da história literária ricos debates sobre aspectos quantitativos e qualitativos ou, pelo menos, exemplo de uso.<sup>210</sup> É o que defende Ted Underwood, para quem o método da *distant reading* não deveria ser confundido com humanidades digitais, porque o uso de estatística e produção de dados a partir de textos literários foi praticada desde o século XIX e facilmente encontrada em clássicos, como Raymond Williams.<sup>211</sup> A semelhança se dá justamente porque em várias pesquisas de humanidades digitais a computação é utilizada juntamente para produzir dados. Para mim, a problematização de usar ou não dados estatísticos ou métodos computacionais deve estar relacionada à perda da gerência sobre os significados semânticos do texto que se analisa. O próprio Franco Moretti, propositor do conceito de *distant reading*, fez um interessante exercício de pensar a literatura global juntamente a partir de recortes e complementando com dados extraídos da própria literatura ou de outras análises.<sup>212</sup> Ora, se os métodos quantitativos e qualitativos não são novos para

análises textuais e se parte das humanidades digitais se fundamentam nesses métodos, o uso da computação parece perfeitamente legítimo, desde que se mensure o quanto a computação está mediando as análises.

A título de teste, analisei frases destacadas de Eric Hobsbawm, Marco Túlio Cícero e Gilberto Freyre em uma Interface de Programação de Aplicações (API) desenvolvida pela plataforma Algorithmia.<sup>213</sup> O que a plataforma promete são ferramentas de análises textuais (*text analysis*), aprendizagem de máquina (*machine learning*), identificação de objetos por imagens (*computer vision*) e aprendizagem profunda (*deep learning*). Testei frases dos historiadores conforme uma ferramenta de análise textual que detecta que tipo de sentimento ela emana, se é um ato de fala positivo ou negativo, variando de 1 a -1. Para Hobsbawm, que definiu a função social do historiador ao “lembra daquilo que os outros esquecem ou querem esquecer”, o resultado foi negativo (-0,3612).



Imagen 1: gráfico gerado na plataforma Algorithmia. Fonte: Algorithmia.

A definição de Cícero, em que “A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador”, foi interpretada pelo algoritmo com um valor positivo de 0.091. Agora vamos a uma frase mais incômoda, proferida por Gilberto Freire em entrevista nos anos de 1970, como parte do argumento luso-tropicalista: “o Brasil é, creio que se pode dizer sem dúvida, a mais avançada democracia racial do mundo de hoje”. Para esta sentença o valor de retorno foi positivo de 0.3167. Perceba que a análise de sentimento entendeu a definição de Hobsbawm como negativa, pressupondo um fardo para o historiador carregar numa determinada sociedade pouco afeita ao passado. A sentença de Cícero foi lida a partir dos adjetivos que enaltecem o papel da história e, em Freyre, interpretou-se os supostos adjetivos que enaltecem o Brasil. Apenas com esses três exemplos observamos que os sentimentos são analisados segundo sua literalidade, desprezando inúmeras camadas de significados contidas em cada definição sobre a história

social, a industrialização, a relação da sociedade com o passado. Apesar de não haver acesso ao algoritmo que define o sentimento, é perceptível o nível de simplicidade e distorção a que a ferramenta pode levar. A seguir, demonstrarei outros tipos de ferramentas com melhor aplicação no campo da história.

### **Uma nova forma de índice a partir de arquivos históricos digitalizados**

A iniciativa de construir um grande índice para servir de suporte para pesquisas em história veio de uma situação adversa criada pela pandemia. Em meio aos arquivos fechados, à impossibilidade de acessar documentos pouco estudados sobre a história das universidades na América Latina, em face aos relatórios a serem produzidos para a Fapesp, foi desenvolvido um banco de dados para dar continuidade aos trabalhos. A partir desse banco, pode-se realizar consultas sobre frequências de palavras, que podem ser conceitos ou intelectuais. Os resultados possibilitam ler *in loco* as citações por meio da obtenção de informações como livro ou volume e página. Trata-se da possibilidade de dar um Ctrl + f em milhares de documentos ao mesmo tempo.

Uma proposta parecida já tinha sido colocada em prática pelo Google quando iniciou o processo de digitalização de algumas das principais bibliotecas do mundo. Na época levantou-se a questão sobre os riscos de uma única empresa ter acesso a uma quantidade de informações que, talvez, nem mesmo os estados nacionais mais beligerantes possuíam. Robert Darnton alertou sobre os perigos da digitalização, porque somente um livro físico seria capaz de atingir o seu leitor em plenitude, através do seu layout, páginas, cheiro, tipografia e capa. Pior ainda, seria o risco de o Google possuir uma biblioteca virtual maior que qualquer biblioteca física no mundo e disponibilizar o conteúdo para download, alterando drasticamente a lógica que existe no mercado editorial.<sup>214</sup>

Ainda hoje, o Google não disponibiliza tais acervos para download, mesmo de autores e editoras cujos direitos autorais expiraram. O Google Books passou a ser utilizado como plataforma de venda de livros, de obras que ainda estão em catálogo e como ferramenta de pesquisa, a exemplo do Google Ngram - ferramenta poderosa que mostra a frequência de palavras dentro dos acervos Google. Foi através dessa ferramenta que Mateus H. de F. Pereira e Valdei L. de Araújo concluíram recentemente que a palavra update está sendo uma das

mais utilizadas no século XXI.<sup>215</sup> Contudo, o Ngram possui limitações ao não oferecer a localização das palavras identificadas e não possibilitar pesquisas em língua portuguesa.

Pensando em contornar tais limitações e desenvolver uma lógica própria para pesquisa em documentos históricos digitalizados, com a qual pudesse ser mensurado os níveis de abrangência e distorção da busca, passei a pesquisar sobre as diversas formas de construção de bancos de dados. Na época havia a pretensão de fazer algo parecido com o Many Eyes, uma ferramenta criada pela pesquisadora brasileira Fernanda Viégas, que possibilitou inúmeras formas de minerar dados com base em infográficos. Em 2013 trabalhei em um pequeno ensaio de iniciação científica envolvendo a coleção de livros didáticos organizada por Sérgio Buarque de Holanda a qual comparei, por meio de algoritmos, com *Raízes do Brasil*.<sup>216</sup>

Posteriormente o Many Eyes foi acoplado ao Watson, um supercomputador da IBM conhecido por frequentar programas de auditórios e pela capacidade de ler artigos e indicar possíveis soluções a partir da leitura. Hoje o Watson é vendido pela IBM como uma plataforma de serviços cognitivos. A opção pelo Watson foi descartada inicialmente em função dos altos custos. A IBM tem como prática cobrar por processamento de dados, o que significa que, quanto mais buscas se fizer, mais caro fica o procedimento.

Por outro lado, bancos de dados são definidos pela capacidade de registro de informações, consulta e atualização das mesmas. Há inúmeras formas que podem ser feitas, desenvolvendo algoritmos próprios, utilizando os disponíveis compartilhados pelas comunidades de usuários ou contratando empresas especializadas. Existe um local em que são armazenadas as informações, podendo variar a forma de gravação (formato do arquivo e método de registro), e comandos para que o motor de busca procure pelos dados solicitados. Para concretizar isto em serviços como o da IBM (Watson), Google ou Microsoft, um programador utiliza as Interfaces de Programação de Aplicações (API) desenvolvidas pelas marcas e implementa em algum software local ou web que cumpra as funções solicitadas. Neste caso, o processamento dos dados sempre ocorrerá no servidor das empresas e os dados retornarão ao lugar desejado. É um funcionamento similar à Nuvem, de modo que se

conserva o sigilo sobre as rotinas e algoritmos desenvolvidos pelas empresas prestadoras de serviço.

Há inúmeras ferramentas similares de código aberto, muitas delas disponíveis na plataforma GitHub, para incontáveis tipos de análises, sejam textuais, numéricas, de mapas, entre outras. Para mineração de dados, podemos citar alguns exemplos, como o TidyText e o Quanteda, que são bibliotecas a serem instaladas no RStudio, software dedicado à programação na linguagem R. Tais bibliotecas possibilitam a análise dos dados e a construção dos recursos visuais com comandos simples. Outra opção com uma interface visual mais amigável é o Iramuteq, software que possibilita análises textuais quantitativas e qualitativas sem a necessidade de linhas de comandos. Mas, aqui, nos deparamos com dois problemas: o primeiro é que os dados ainda precisam ser construídos, seja quanto tabelas (que nada mais são que matrizes ou bancos de dados) ou trechos de texto (citações que são interpretadas dentro das linguagens de programação enquanto string, isto é, uma cadeia de caracteres); o segundo está relacionado à universalidade dos softwares construídos e disponibilizados pela comunidade. Como se vê, são experimentos elaborados em ambientes específicos que geralmente não funcionam em outros computadores sem a instalação de determinados pré-requisitos, que, por vezes, exigem conhecimentos avançados em sistemas operacionais.

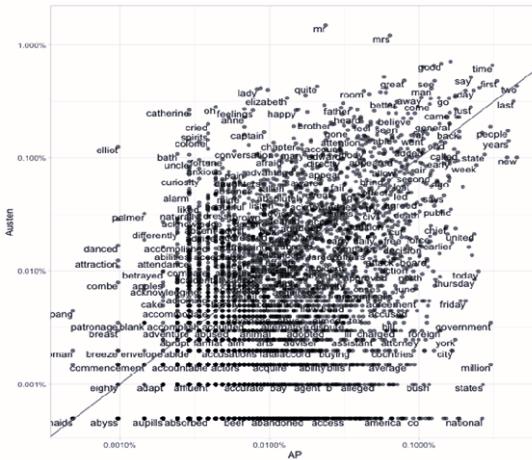


Imagen 2: Gráfico de frequências das palavras usadas por Austin em todos os seus livros. Fonte: TedyText, GitHub.

Os dois conceitos elementares para a construção de um banco de dados são

entidades e relacionamentos.<sup>217</sup> Ao visualizar uma tabela (Imagem 3), as entidades são os títulos dados às colunas e são elas que possibilitam o relacionamento com outras tabelas que podem ter origens diferentes. Para o banco que construí, tabelas diferentes representam livros e acervos diferentes, mas como construo sob o mesmo formato (entidades com o mesmo nome) é possível relacioná-las. O que faço basicamente é encontrar as palavras-chaves pertinentes para pesquisa e organizá-las segundo Acervo, Volume ou Livro (dependendo da publicação, se é periódico), Ano, Termo Buscado e Citação. As combinações de entidades e relacionamentos são inúmeras, conforme a extensão do banco de dados.

Foram utilizadas diferentes formas de busca em arquivos coletivos para catalogar os dados. Inicialmente trabalhei com gerenciadores genéricos de arquivos, como o Foxit Reader e o Notepad++ para fazer as buscas e salvá-las. Tais softwares são gratuitos e cumprem boa função em lotes menores que cem arquivos ou um gigabyte. Com o aumento das demandas e dos arquivos, posteriormente passei a utilizar a linguagem Python e as bibliotecas como Pandas, PyPDF2 e o RegEx, nativo da linguagem, para ler os arquivos em PDF, destacar os trechos que interessam, bem como o nome do livro e página, salvando tudo em tabelas. Posteriormente, tais tabelas foram relacionadas através do Power Bi utilizando conceitos básicos da linguagem Visual Basic (que é equivalente ao que se utiliza no Excel ou em outras ferramentas da Microsoft).<sup>218</sup>

Os arquivos que tenho utilizado para construir as tabelas (os dados) estão em Portable Document Format (PDF) em função da sequência de etapas realizadas para obtenção dos arquivos históricos digitalizados. Cada arquivo histórico digitalizado possui estruturas de disponibilização diferentes. Inicialmente mapeei trinta iniciativas nacionais e internacionais de digitalização que pudesse ter documentos sobre a rede intelectual que estudo, voltada para debates sobre a escrita da história da América e relações internacionais nas primeiras décadas do século XX. Comecei pelos acervos digitais em que houve certeza da existência de informações relevantes para o objeto, como a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Boletim da Junta de História e Numismática Americana (posteriormente Academia Nacional de História Argentina), conforme os estudos de Castro

Gomes, Paschoal Guimarães, Devoto e Pagano.<sup>219</sup> Ambos os periódicos estão digitalizados e são disponibilizados para download, mas a Revista do IHGB não possui o processo de reconhecimento de caracteres. Toda digitalização nada mais é do que uma foto.

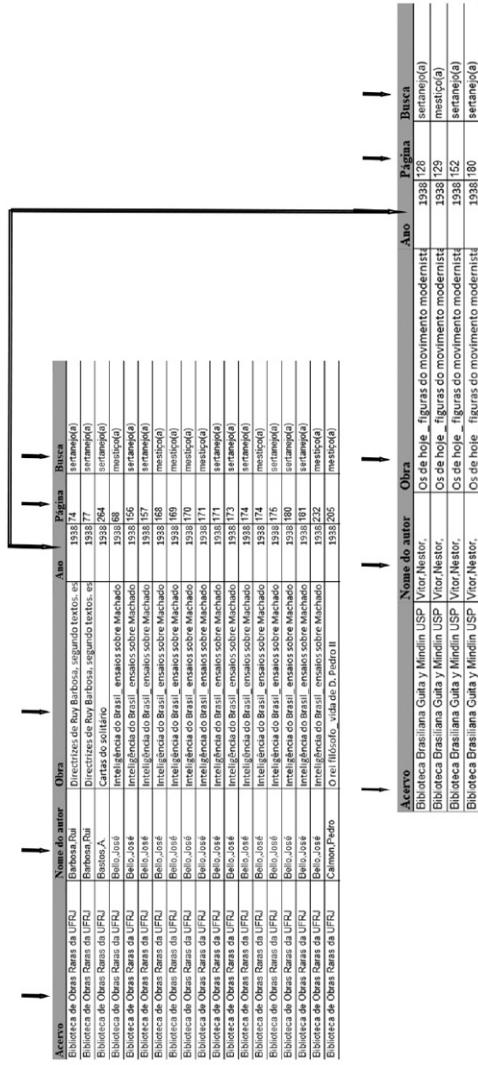


Imagen 3: Demonstração de como funciona o relacionamento através da entidade. Tratam-se de uma tabela composta pelo acervo de Obras Raras da UFRJ e outra pela Revista do IHGB. Através da entidade Ano, por exemplo, é possível relacionar informações iguais de tabelas diferentes. No caso o Ano: 1938 possibilita acesso às informações das demais entidades para a mesma linha. A seleção de entidades diferentes com valores diferentes possibilita múltiplas formas de relacionamento. Fonte: autor.

Para pesquisar é necessário que os arquivos sejam convertidos em texto. Atualmente existem inúmeras tecnologias de Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR), muitas delas gratuitas, como o próprio Tesseract, utilizado aqui.<sup>220</sup>

Com o desenvolvimento da pesquisa passei a utilizar novos acervos, como da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A Hemeroteca possui uma estrutura completamente diferente dos dois acervos mapeados inicialmente porque apenas disponibiliza imagem por imagem para download e não todo o volume de cada período. Assim, foi construído um algoritmo (também chamado de robô ou crowler) para automatizar o download dos arquivos a serem pesquisados. Atualmente trabalho com outros dois acervos, a título de teste e pesquisa: a Biblioteca Brasiliiana Guita e José Mindlin da USP e a Biblioteca de Obras Raras da UFRJ. Tal estudo tem possibilitado integrar acervos históricos digitalizados de universidades e instituições brasileiras e relacioná-los, obtendo informações relevantes sobre o caráter das digitalizações, periodizações mais frequentes, temáticas e método de disponibilização do conteúdo. Em resumo, as etapas realizadas nesta fase arquivística da pesquisa são: 1 - Download dos acervos, 2 - Utilização do OCR se necessário, 3 - Pesquisa nos documentos salvos em .pdf, 4 - transformação dos dados em tabelas (ou modelagem de dados), 5 - construção dos painéis de dados no Power Bi para relacionamento.

Todo o processo poderia ser algoritmizado (ou automatizado), mas dada a heterogeneidade dos acervos de origem e minha pretensão fundamental em mapear redes intelectuais e temas para ler os documentos, preferi ainda não fazê-lo. Para as pretensões de uma pesquisa em história que queira conservar os métodos de análise mais tradicionais, na etapa três já se cumpre os requisitos, porque nela é possível localizar os dados considerados relevantes e lê-los in loco. As etapas 4 e 5 são apenas para melhor organizar os dados obtidos, dependendo do objeto, construir novas formas de abstrações e, talvez, visualizações, conforme as pretensões de Lev Manovich, ao entender que a digitalização e o mapeamento produzem novos tipos de dados.<sup>221</sup>

A título de demonstração, busquei as aparições da palavra historiografia e suas variações morfológicas nos acervos da Revista do IHGB, nas publicações nacionais da Biblioteca de Obras Raras da UFRJ e da Biblioteca Brasiliiana Guita e José Mindlin da USP. Ao todo, são 3.030 publicações circunscritas ao século XIX e 1.350 para o século XX. Mesmo que não dê conta de todas as publicações brasileiras para tais séculos, trata-se de uma amostragem relevante, que serve de termômetro para avaliar a produção nacional em escala

transnacional. Thiago Nicodemo, Matheus Pereira e Pedro dos Santos analisaram uma curva com base no Ngram Viewer para vocábulos similares à historiografia nos idiomas inglês, espanhol, francês e alemão. Isso porque o Google não disponibiliza buscas para o idioma português. Ao comparar um gráfico produzido por eles ao gráfico criado a partir do nosso banco de dados, nota-se semelhanças na curva. Tanto a ascendência durante o século XIX, quanto a curva exponencial no século XX dão a perceber que a experiência de escrita da história no Brasil acompanhou movimentos globais.



Imagen 4: Frequência historiography. Fonte: PEIRERA, Matheus; DOS SANTOS, Pedro; NICODEMO, Thiago. Brazilian historical writing in global perspective: on the emergence of the concept of "historiography. *History and theory*, v. 54, n. 4, 2015.

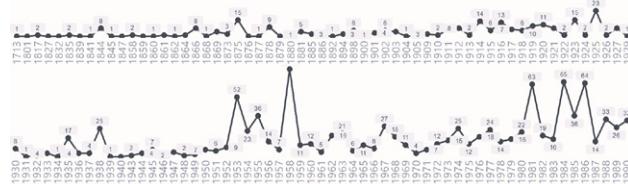


Imagen 5: Frequência, historiografia, historiógrafo e historiografar, segundo os acervos da Revista IHGB, Biblioteca de Obras Raras da UFRJ e da Biblioteca Brasiliiana Guita e José Mindlin, de 1713 a 1988. Fonte: autor.

A principal vantagem do banco de dados construído aqui em relação à ferramenta do Google é justamente mensurar o conteúdo das terminologias que estão sendo pesquisadas. Além de sabermos quais livros, autor, ano e página, há possibilidade da análise semântica in loco. Na Revista do IHGB, por exemplo, analisei para o presente texto todas as aparições no século XIX a fim de entender se o vocábulo contribuiu para a formação da matriz disciplinar da história. Lendo o conteúdo das buscas se constata que a primeira aparição da palavra historiografia, com ph, ocorreu no texto clássico de Carl Friedrich Philipp von Martius – *Como se deve escrever a história do Brasil* – para distinguir uma história pragmática, voltada ao passado, de uma história filosófica, isto é, mais especulativa. No mesmo volume, de 1844, Francisco

Adolfo Varnhagen usou o termo “historiógrafo” para se referir a quem tinha autorização ou favorecimento Real para escrever história. Trata-se do significado também encontrado nos dicionários modernos, como o Dicionário de Raphael Bluteau, de 1728.

Nas décadas de 1850 e 1860, o termo historiógrapho se deslocou para um significado ligado ao profissional que compila documentos e produz informações capazes de emanar história. Na década de 1870, o termo historiógrapho virou um sinônimo de historiador, usado muitas vezes para ressaltar a qualidade do autor como, por exemplo, “profundo historiographo”, “grande historiographo”. Na década de 1880 aparece historiographar como verbo, enquanto se populariza o historiographo como um historiador distinto. O retorno da palavra historiographia ocorreu apenas em 1899, quando António Zeferino Cândido disse que sua obra “começará a penetrar com persuasão nos átrios da historiographia”,<sup>222</sup> como quem reconhece a existência de trabalhos escritos que servem de referência, mas que almeja ir adiante.

Apesar das variações morfológicas de historiografia possibilitarem diversas formas de estudo nas décadas citadas, outros vocábulos foram mais relevantes no interior da Revista para definir o campo do historiador, como se pode observar nas pesquisas de Salgado Guimarães, Temístocles Cézar e em Fernando Nicolazzi (org), nas quais termos como sciencia, nação, etnia, monografia, síntese, entre outras, estiveram mais presentes.<sup>223</sup> De todo modo, a conversão de historiographo em historiografia oferece subsídios para o entendimento de vocabulário que ganhou mais projeção no século XX. Todos os dados citados sobre acervos históricos digitalizados nesta reflexão podem ser acessados nas plataformas do Centro de Humanidades Digitais da Unicamp (<http://chd.ifch.unicamp.br>) e da História da História (<http://historiadahistoria.digital>). Estamos elaborando uma plataforma capaz de indexar temas relevantes para pesquisas em história, principalmente para redes intelectuais, história dos conceitos e história da historiografia, que tenham alguma inserção do digital durante a operação historiográfica.

### Considerações Finais

O banco de dados que está sendo desenvolvido dá a possibilidade de pensar os processos de mediação que operamos quando utilizamos a

computação. A principal preocupação até o momento tem recaído sobre a gerência dos dados, para que eles não se transformem em números frios que poderiam substituir a hermenêutica historiadora. Daí a manutenção dos textos dos documentos, a fim de acessá-los e lê-los, e a não conversão dos acervos históricos digitalizados somente em dados quantitativos. Entende-se que as humanidades digitais precisam ser melhor refletidas mediante experimentos empíricos, a fim de testar e avaliar as possibilidades provenientes da computação, sobretudo desmistificar algoritmos, que são apenas sequências de instruções configuradas por pessoas, encontradas dentro e fora do ambiente computacional.

## *Farejar carne humana em meio a bytes: a internet, a História e Tempo Presente<sup>224</sup>.*

Dilton Cândido Santos Maynard<sup>225</sup>

O historiador precisa mesmo ser uma expert em computadores para explorar a internet? Neste texto, apresentamos algumas observações sobre “este falso dilema” sugerindo uma concepção do historiador como uma figura mais próxima do *Ogro*, o temido ser de lendas infantis, personagem da cultura europeia imortalizado no *O pequeno polegar*, de Charles Perrault, e nas ilustrações de Gustave Doré (1832-1883), distanciando-a tanto da imagem de um “hacker” ou “nerd”, profundo conhecedor dos segredos das novas tecnologias, quanto do “geek” que, nos últimos anos, apareceu como o típico usuário “high-tech”. Defenderemos a ideia de que para aventurar-se pelo estudo da História, sobretudo nos temas e objetos daquela que se volta para o Tempo Presente, o pesquisador não necessita ser uma espécie de maestro de computadores, alguém insensível aos seus dias e aos acontecimentos que o circundam.

De início, no entanto, precisamos reconhecer que o nosso convívio com as

tecnologias digitais e com a internet é relativamente recente. É certo que temos muito a aprender com elas. Como já nos foi lembrado, se toda história humana fosse condensada em 24 horas, as mídias como nós conhecemos hoje teriam aparecido nos 2 minutos antes da meia-noite.<sup>226</sup> Mas, desde que começaram a se popularizar entre os acadêmicos, elas não deixaram de seduzir e provocar o surgimento de “neoluditas” ou “technocéticos”, por um lado, e “ciberentusiastas”, de outro. Os primeiros denunciam a todo custo os riscos apocalípticos dos computadores e da internet. Na verdade, os neoluditas já nos acompanham há certo tempo. O que dizer dos críticos do cinema, do rádio e do ensino a distância, por exemplo? Para eles, estas novas tecnologias da comunicação, cada uma em seus primeiros dias de uso, seriam um engodo, uma fraude, uma ferramenta de potencial limitado, principalmente quando concebida para fins educacionais.

Marc Ferro mencionou as referências ao cinematógrafo como passatempo de iletrados, *mídia* dos idiotas.<sup>227</sup> Evgeny Morozov, por sua vez, aponta as muitas críticas recebidas pelo telégrafo por sua aparente capacidade de divulgar assuntos banais no século XIX. Para alguns, este invento seria capaz até mesmo de acabar com as guerras. Com um aparelho que podia fazer qualquer mensagem correr o Mundo e tocar os pontos mais extremos da Terra à velocidade antes inimaginável, possibilitada pela eletricidade, não havia razão para a descrença na paz, na capacidade de produzir consensos ou para os avanços diplomáticos. A ideia era a de que o diálogo entre os homens ganharia, com o telégrafo, um poderoso aliado. O novo invento apresentava potencial para aproximar a humanidade.<sup>228</sup> Mas o influxo da popularização dos computadores sobre os historiadores parece ter sido ainda maior.

Talvez o melhor exemplo do segundo grupo – aquele dos otimistas - seja a previsão feita por Emmanuel Le Roy Ladurie, num artigo publicado no *Le Nouvel Observateur*, em 8 de maio de 1968. Nela, o autor afirmava: “o historiador do futuro será programador ou não será”.<sup>229</sup> Ainda que tendo o cuidado de restringir a sua observação ao campo da História Quantitativa, Ladurie esboça certa tecnofilia que parece ter tomado os trabalhadores de Clio por um tempo. O quanto isso alterou nosso modo de pensar? Provavelmente seja ainda muito cedo para que tenhamos uma resposta. Porém, evitar o debate não nos parece a estratégia acertada. Propomos o contrário: vamos a ele.

Ensaiemos reflexões sobre o ofício do historiador diante das novas mídias, em dias de internet.

Deste modo, quais as ressonâncias das novas tecnologias na prática histórica? Essa pergunta põe em relevo a necessidade de aprofundarmos a discussão sobre o fazer história na era digital. Ela encontra mais força ainda no fato de que os nossos alunos, em sua maioria, são agora do tipo *digital born* (nativos digitais): devotados ao repetitivo exercício de responder, sempre rapidamente, a dezenas de mensagens de textos e e-mails durante as aulas, atualizando redes sociais, encontrando informações sobre eventos, mas também sobre a vida privadas dos seus professores e colegas na internet. Os estudantes, jovens em sua maioria, dispensam muito tempo “cutucando”, curtindo, postando, comentando e principalmente compartilhando. Mesmo assim, o ciberespaço ainda é um país estrangeiro para parte significativa dos historiadores que, em lugar de nativos, são antes imigrantes digitais e, por mais que se esforcem para dominar a linguagem, sempre falarão com certo sotaque.

É, pois, um distanciamento inquietante. Um silêncio sem sentido. A era digital tem afetado todos aqueles que praticam e estudam a história profissionalmente. Todavia, o mais correto seria considerar que historiadores não necessitam aprender novas tecnologias ou dominar os intrincados códigos de computadores; eles não precisam se tornar cientistas de computadores. Os historiadores não precisam obrigatoriamente ser hackers ou *geeks*. Talvez resida aí um primeiro erro. Como explica Toni Weller, parte considerável do problema reside nesta ênfase em discussões técnicas, distantes dos debates sobre as habilidades realmente imprescindíveis ao historiador.<sup>230</sup> Tamanha exigência, tamanha distorção, acabou antes por afastar os historiadores, em lugar de aproxima-los de aliados como os computadores, as novas mídias e a internet. Tentemos entender como este quadro se desenhou.

Resultante de um processo iniciado ainda ao final da década de 1950, a internet se tornou comercial por volta de setembro de 1993 (março de 1994 para outros). Portanto, já experimentamos duas décadas de convivência. De lá para cá, a rede deixou de ser um reduto de *nerds* e militares e foi colonizada pela gente comum, por não especialistas.<sup>231</sup> As palavras de Marc Zuckerberg,

um dos fundadores do Facebook, afirmando que “um esquilo morrendo na porta da tua casa pode ser mais importante para os seus interesses agora do que pessoas morrendo na África”<sup>232</sup> dão a dimensão da banalidade e do olhar para o presente contínuo que a rede adotou. Tudo está na internet agora ou, ao menos, é esta a nossa impressão. Certa vez Norbert Elias (1897-1990) nos lembrou que

o aparecimento mais ou menos súbito de palavras e línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais e de longa duração como esses.<sup>233</sup>

Ora, a internet gerou verbos próprios (“google me”, “tweet me”, “mail me”, por exemplo), criou as suas próprias palavras, suas próprias doenças, rearranjou a esfera pública, as relações pessoais, a economia e até mesmo a política.

Historiadores como Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Peter Burke e Robert Darnton abordaram as influências da internet. Para Ginzburg,<sup>234</sup> a internet, mais especificamente o Google, é um poderoso instrumento de pesquisa histórica e, ao mesmo tempo, um poderoso instrumento de cancelamento da História. Enquanto para Roger Chartier<sup>235</sup> os expedientes clássicos do ofício parecem inalterados, Darnton<sup>236</sup> chama a atenção para possíveis riscos de uma privatização da internet. Este último, inclusive, enquanto diretor da Biblioteca da Harvard University, bateu-se contra o Google e seu projeto de digitalização das obras com copyright daquela instituição, propondo algo mais democrático e gratuito. Mas os trabalhos destes pesquisadores não constituem estudos exaustivos, e pesquisas de fôlego ainda são pouco conhecidas em língua portuguesa. As reflexões de autores como Ginzburg e Burke são principalmente impressões que não se pretendem como coordenadas para a pesquisa. Apesar disso, o desafio do estudo dos usos da internet entre historiadores continua relegado a conversas, aos cafés, a breves artigos (como também lembrou Toni Weller).<sup>237</sup> O quadro tem sido transformado numa velocidade bem abaixo do esperado. Todos concordamos que algo precisa ser feito, mas, de fato, sabemos o quê?

Se nos voltarmos à paisagem nacional, a imagem não é lá muito diferente. Nossas vulgatas mais conhecidas têm evitado abordagens aprofundadas sobre o tema. Pouco se avançou. Se tomarmos alguns dos mais conhecidos manuais,

quase nada encontraremos sobre computadores, novas tecnologias da informação ou internet. Por exemplo, em *Os métodos da História*,<sup>238</sup> obra basilar de Ciro Flamarión Cardoso (1942-2013) escrita em parceria com Héctor Pérez Brignoli, percebe-se certo encantamento pelos computadores como colaboradores das pesquisas históricas. Por sua vez, os dois volumes dos *Domínios da História*,<sup>239</sup> também organizados pelo mesmo Cardoso em parceria com Ronaldo Vainfas, pouco espaço dedica ao mundo digital. Se no primeiro livro, de 1997, podemos explicar a defasagem no texto de Lucas Figueiredo<sup>240</sup> pela experiência recente, haja vista que a internet ainda engatinhava entre os pesquisadores brasileiros (o próprio autor nos avisa disto no capítulo que escreveu), o mesmo não se pode dizer do volume dois, lançado após quinze anos do primeiro. Lamentavelmente, o único capítulo a se debruçar sobre o assunto, assinado por Célia Tavares, que reflete sobre a informática e sua relação com a produção e divulgação do conhecimento histórico, limita-se a menções de autores que abordaram a web de modo ocasional, deixando de lado investigações mais recentes, articuladas e densas.

Ao que parece, experimentamos um curioso paradoxo. A constatação se dá porque embora a maioria dos historiadores utilizem cotidianamente a internet e seus recursos em suas pesquisas: e-mails, listas de discussão, sites oficiais, sistemas de editoração eletrônica, divulgação através de redes sociais e até mesmo a maior associação brasileira de professores e pesquisadores de História – a ANPUH – disponha de um site ([www.anpuh.org](http://www.anpuh.org)) para apontar seleções, lançamentos e eventos, seus associados (a maior parte deles docentes) não costumam se envolver com reflexões sobre recursos digitais. Consequentemente, estudantes não são instigados a pensarem sobre o digital, não são motivados a aplicar as metodologias tradicionais da história ao seu cotidiano digital e a experiências online.

No entanto, é sempre conveniente lembrar que a mudança é uma marca da História enquanto campo do conhecimento. Ela precisa ser pensada como uma prática social,<sup>241</sup> é algo construído, mediatizado, comunicado e que responde a determinados anseios no tempo e no espaço. Indubitavelmente, a História – enquanto um campo de saber, com regras próprias para a sua produção – mudou no tempo. Mas a chegada de novas mídias, da internet e o olhar apurado para o tempo presente não tiram de nós a preocupação típica do

historiador. Marc Bloch nos lembra que:

se as ciências tivessem, a cada uma de suas conquistas, que buscar por uma nova denominação para elas, que batismos e que perdas de tempo no reino das academias! Mesmo permanecendo pacificamente fiel a seu glorioso nome helênico, nossa história não será absolutamente, por isso, aquela que escreveu Hecateu de Mileto; assim como a física de Lord Kelvin ou de Longevin não é a de Aristóteles.<sup>242</sup>

É, portanto, história o que fazemos e nela deve residir a nossa preocupação. É deste lugar que emitimos o nosso discurso. É da História que elaboraremos as nossas questões. A inclusão de que novas mídias não devem exercer, no caso da História do Tempo Presente, o papel de fiel da balança, embora seja inegável o seu influxo sobre o campo.<sup>243</sup>

O observatório mais rico para pensarmos o tempo presente é sempre aquele instalado nas produções culturais de cada época. É isto que nos lembra a poesia de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), que se empolga na ânsia de entender o tempo vivido: “O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente”. Conforme nos ensina Marc Bloch (1886-1944),

o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, merecerá talvez, como dizia Pirenne, o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador.<sup>244</sup>

E qualquer um que olhe ao seu redor verá um mundo cada vez mais digital, cada vez imerso em cliques e alavancado pela velocidade, estruturado entre bites e profundamente dependente das trilhas eletrônicas da internet.<sup>245</sup>

Por falar em mudanças, um dos primeiros aspectos a serem considerados no caso da web provavelmente é o tipo de prática que ela implica e potencialmente amplifica. A cultura de compartilhamento e participação baseia as normas deste novo ambiente desde os seus primeiros dias, como nos mostraram Manuel Castells em sua *Galáxia da Internet* e Richard Barbrook, em *Futuros Imaginários*.<sup>246</sup> Neste sentido, é importante considerar quais os desdobramentos dessa cultura para os historiadores. Vejamos alguns deles.

Uma primeira constatação encontra-se no potencial democratizador que a rede possui. Para aqueles que pesquisam e ensinam a História, certamente, esta é uma tendência a ser considerada. Um exemplo pode ser observado no Arquivo Nacional Britânico, através de iniciativas como a digitalização e

disponibilização de diários<sup>247</sup> escritos por soldados que participaram da I Guerra Mundial (1914-1918). Onde está a diferença? É possível identificar alguma mudança substancial? O que distinguiu grupos como aquele do *invisible college*, surgido no século 17, dos alquimistas foi provavelmente a cultura de compartilhamento. Ambos usavam as mesmas ferramentas e tinham acesso ao mesmo tipo de formação. Mas, enquanto os alquimistas envolviam seus procedimentos e descobertas em uma névoa de segredos, em chaves e mais chaves de leitura, os participantes do *invisible college* trocavam informações, compartilhavam seus resultados e inquietações. Os resultados deste segundo grupo reforçam a ideia de que precisamos considerar que a ciência é feita através de operações solidárias, em trabalhos coletivos em rede, em cooperação. É assim que ela dá saltos.

Olhando por esta ótica, a preservação e a privatização dos arquivos merecem estudos cuidadosos, mas parece-nos que, no segundo caso, ficou mais difícil monopolizar registros, não impossível. Isso implica em uma quebra de centro, em um poderoso deslocamento de forças nas Academias. E, possivelmente, esta modificação encontra-se relacionada a novas dinâmicas culturais. Se considerarmos as dimensões continentais de um país como o Brasil, por exemplo, essa mudança possui um efeito democratizador sem precedentes.

Indubitavelmente, a mudança de uma cultura de escassez para uma cultura de abundância é uma marca destes tempos digitais. Em lugar de relíquias, temos uma riqueza atordoante de fontes. O caso *Wikileaks*, pelo embate de forças envolvidas nele, é possivelmente o exemplo mais representativo desta mudança: 251 mil documentos roubados em um CD,<sup>248</sup> numa operação que antes dos tempos digitais não poderia ser suscitada sem considerar o uso de alguns caminhões. E tal metamorfose faz emergir uma pergunta fundamental: quem é o responsável por preservar o registro histórico na era digital? Afinal de contas, digitalização e preservação não são baratos. E, ao mesmo tempo, o presente eletrônico, conforme advertiu Ginzburg (2014), pode apagar o passado. O quadro pode ficar ainda mais angustiante se considerarmos que, além disso tudo, também precisamos atentar para o fato de que muito do que hoje está sendo feito simplesmente será perdido para sempre. De um modo ou de outro, os historiadores enfrentarão desafios na era digital. A seguir, alguns

deles são sumariamente colocados.

Um primeiro desafio diz respeito à preservação de material digitalizado. Há décadas, diferentes documentos têm sido digitalizados sob o argumento central de que a preservação deles é necessária. Iniciativas resultantes de importantes missões de estudos, intercâmbios acadêmicos, dispendiosos projetos de pesquisa ofereceram como produtos principais rolos e rolos de microfilmes, CDs e mais recentemente DVDs com uma infinidade de registros, alocados em prestigiosos lugares de memória do mundo. A questão mais preocupante não é como navegar nesta maré de dados, mas como se dará a preservação daquilo que suporta tais documentos, que os exibe, que os faz visíveis para o pesquisador. Ou seja, além de preservar, precisamos refletir e planejar o acesso, o uso desses registros.

Mas, se os problemas são grandes com o material convertido para o formato digital, não são menores para aqueles que já nascem assim. Como arquivar blogs, reportagens ou vídeos produzidos na internet? A quem caberá tal função? O debate sobre a conservação precisa levar em conta as exigências da preservação de material nascido digital.

Outro importante desafio está na migração para novos formatos diante da rápida obsolescência de hardwares e softwares. Devido à dinâmica em suas transformações, registros digitais necessitarão de ferramentas que possibilitem o acesso às informações neles contidas, embora os suportes para leituras muito provavelmente já tenham se tornado obsoletos. Deste modo, como ler as mensagens deixadas nos velhos disquetes de 5,25 polegadas? Ou, como fazer um site criado em 1998, idealizado para ser o mais interativo do seu tempo, comportar-se dentro do que era esperado naquele ano? Como aproximar o pesquisador da experiência de usar uma página eletrônica na versão 1.0 da web? Como emular o passado cibernetico?

Assim, a tarefa de ensinar através da rede talvez seja o desafio mais admirável e inquietante. Se é certo que a rede mundial de computadores apresenta um inegável potencial democratizador, ela também pode limitar, ludibriar e colaborar para o esquecimento do passado. Podemos tomar o exemplo usado por Carlo Ginzburg (2010) e da jovem russa chamada por ele de “Diana”. Quando a moça passou a sofrer ataques epiléticos, usou o Google

para encontrar uma resposta e viu-se como uma *benandanti*<sup>249</sup> tal qual aqueles mencionados em obras do historiador italiano: “Em poucos minutos e graças ao Google Diana transitou por 15 séculos e diversos territórios”.<sup>250</sup> É justamente esta imensa capacidade de dissolver o passado, fragilizar o presente, que exige atenção quanto ao ensino da História em tempos de internet.

Tais desafios certamente exigem dos historiadores muita destreza. Ao mesmo tempo, nos colocam algumas tendências. Uma delas está no fato de que historiadores do futuro que desejem utilizar documentos nascidos digitais terão que desenvolver novas formas de pesquisa e mesmo novas habilidades.<sup>251</sup> A consulta a sítios fora de funcionamento, a jogos eletrônicos que já não possuirão facilmente os seus consoles originais, a blogs e redes sociais que caíram em desuso (pensemos na relação dos brasileiros com o Orkut, por exemplo), somente será viabilizada através da utilização de suportes que talvez não sejam popularizados justamente por lidarem com registros que não mais interessarão. Precisamos lembrar que certos programas foram e são criados para serem lidos em versões específicas de máquinas como jogos para consoles do tipo Playstation 2, Atari 2600 ou XBox, por exemplo. Ou CD-ROMs interativos produzidos para serem lidos em plataformas que trabalhavam com os limites da tecnologia dos anos 1990 em termos de som, imagem e velocidade.

Desta forma, arquivos gerados em computadores com Windows 98 tendem a não ser lidos por aqueles produzidos em 1995, por ambientes MS-DOS e assim por diante. As dificuldades para aqueles que trabalham com registros que foram guardados em disquetes, em fitas cassetes e, em certos casos, em CDs já são grandes. O que ocorrerá quando as máquinas leitoras se tornarem ainda mais raras? Experimentamos, por outro lado, através de redes como o Facebook, mais recentemente com o Instagram, a musealização da vida cotidiana, como afirmou Andreas Huyssen.<sup>252</sup>

Outra percepção a ser adotada é a de que, embora a preservação não seja possível quando tratamos da experiência original, podemos e devemos explorar aquelas implicações que de fato fazem a diferença.<sup>253</sup> A ideia de que não se pode pesquisar a internet por não se poder dar conta dela

integralmente é ingênuo, remetendo a um positivismo rasteiro. Ora, o historiador lida com registros do passado, com evidências de um tempo que não é mais o seu. A própria existência deste ofício resulta da incapacidade de retermos tudo, da impossibilidade de imobilizarmos o passado. Cientes desta dinâmica, não temos como criticar a ausência de uma capacidade infinita da internet ou das novas mídias de tudo guardar. Não podemos preservar as tropas de Napoleão, mas nem por isso se deixa de estudar Waterloo, tampouco se aponta o fim de pesquisas sobre a Amazônia porque parte significativa dos seus historiadores sequer percorreu 5% daquele território. Em diversos lugares, parte da história do rádio tem sido feita sem registros sonoros disponíveis simplesmente porque eles não existem. Em que medida tais casos se diferenciam dos problemas enfrentados pela internet?

Por outro lado, a existência de falsificações também não pode servir como argumento para que os trabalhos em torno da web sejam desaconselhados. Basta uma rápida consulta aos manuais e relembrarmos que os problemas em torno dos falsos documentos ocupam os historiadores há tempos. Confrontar registros, verificar a sua autenticidade, é parte do nosso ofício. Como utilizá-los agora para imobilizar possíveis pesquisas? Assim sendo, como Weller reforça, diante de desafios e problemas é mais proveitoso que consideremos a necessidade de domínio de habilidades básicas.<sup>254</sup>

As ferramentas digitais têm alterado a produção e a disseminação do conhecimento. Seu uso adequado implica a compreensão, mas não necessariamente o profundo entendimento delas. Não precisamos mais dominar enormes fórmulas para operar computadores. E isso é algo muito bom. Contudo, além dessa importante constatação, é pertinente atentarmos para pontos centrais da arquitetura das novas tecnologias, em especial a internet, considerando as suas potencialidades e os riscos em que elas podem implicar.

Evidentemente, muitas das promessas em torno do universo digital não se cumpriram. Graças a isso, o Apocalipse sugerido por William Gibson em seu “*Neuromancer*”<sup>255</sup> não se realizou. E para o espanto de alguns, os professores não desapareceram. A História não teve fim. Ao contrário, acontecimentos como o 11 de setembro de 2001, a crise econômica de 2008, as eleições de governantes

de esquerda na América do Sul no começo do século XXI e a Primavera Árabe são exemplos de como uma forte demanda social se formou em torno não apenas da pesquisa histórica, mas do seu ensino. E, em meio a isso, a necessidade de pensar como celulares, tablets, computadores, e-mails e tweets influenciaram em tais processos históricos empurrou os historiadores contra a parede.

Em meio a tudo isto, conforme Daniel Cohen e Roy Rosenzweig (2006), a história sofreu importantes transformações. As tais novas tecnologias, com participação destacada da internet, obrigaram os historiadores – ainda que a contragosto – a considerarem as implicações destas inovações nas formas de pesquisar, escrever, difundir e ensinar acerca do passado.<sup>256</sup> Mas, historiadores – e aqui entramos no delicado terreno que envolve a profissionalização – ainda podem ser definidos de maneira ampla. Sob esta “rubrica” podem ser encontrados diletantes, jornalistas, professores da educação básica, memorialistas, cineastas, literatos, acadêmicos das mais diversas áreas.<sup>257</sup> Sendo assim, uma pergunta adequada seria: de quais modos os tempos digitais influenciam o ofício do historiador?

Acompanhamos aqui os professores Daniel Cohen e Roy Rosenzweig que delimitam sete qualidades na produção da história em tempos digitais. São elas: capacidade, acessibilidade, flexibilidade, diversidade, manipulabilidade, interatividade e hipertextualidade. Entre tais traços é possível identificar mudanças de ordem “aditivas” ou quantitativas e mudanças de ordem qualitativas ou “expressivas”. Vejamos, ainda que sinteticamente, cada uma delas.

Uma primeira qualidade apontada por Cohen e Rosenzweig é a capacidade. Em tempos de novas mídias, os historiadores se veem diante da possibilidade de trabalhar com muitos dados em pouco espaço e, em grande maioria, a baixo custo.<sup>258</sup> Com as novas tecnologias, os arquivos tiveram as possibilidades de armazenamento ampliadas. Evidentemente a mera condição de estocar registros não constitui um arquivo, mas é inegável o horizonte que tanto suportes físicos quanto virtuais abriram para a conservação de dados das mais diferentes naturezas, isto é, de uma diversidade antes impensável: áudios, vídeos, infográficos, imagens digitalizadas, animações, jogos eletrônicos etc. As

mídias digitais podem condensar uma quantidade sem precedentes de dados. Em contrapartida, como se produz uma história se toda a evidência possível estiver indisponível ao historiador?

A questão acima abre espaço para o debate sobre a acessibilidade, pois de nada adianta guardar material se ele não estiver disponibilizado. Cohen e Rosenzweig observam que a obtenção de um público mais amplo é uma das preocupações frequentes entre os historiadores. E esta pretensão ganha com a internet e as novas tecnologias da informação um importante auxiliar para concretizar-se. Por outro lado, o acesso instantâneo a fontes primárias e secundárias, bem como a habilidade para muito rapidamente produzir conexões provocam mudanças significativas na forma de pesquisar e de escrever a história.<sup>259</sup> Consequentemente, a internet permite aos historiadores falar a um público mais vasto, mais disperso, sem que os custos para isto sejam ampliados. Importantes iniciativas têm possibilitado a democratização de acervos.<sup>260</sup>

Outra característica que novas mídias e principalmente a internet permitiram aos registros foi a de flexibilidade – o passado pode se tornar mais rico quando o registro assume diferentes formas. A flexibilidade conferida aos registros digitais e marcante na internet possibilita que um mesmo dado seja rearranjado, servindo a comparações, contrastes ou complementações.<sup>261</sup> E, assim, ela transforma a experiência de consumir a história e as circunstâncias para a produção da história. Por exemplo: a internet não apenas se tornou mais aberta para novos leitores, ela também se abriu para novos narradores de história. Resultante disso, o número de autores de páginas dedicadas à história tende hoje a ser muito superior ao número de autores de livros de história. Tais autores, é preciso que se lembre, formam um público diversificado (e assim a hierarquia é quebrada). As críticas e as reclamações são grandes por parte dos historiadores profissionais, por aqueles assentados em respeitadas instituições de pesquisa, diante da constatação de que parte considerável dos best-sellers escritos sobre temas históricos não são obras de membros da corporação. Sendo assim, o que podemos aprender com tais mudanças quantitativas? Nós podemos chegar a mais pessoas, obter e produzir mais material histórico para as salas de aulas, oferecer aos estudantes mais acesso a documentos antes enclausurados, ouvir diferentes perspectivas.

Mas tais transformações, se afetam o aspecto quantitativo, também atingem substancialmente a qualidade dos registros. As mudanças nesse aspecto podem ser pensadas a partir do conceito de manipulabilidade, entendido como a possibilidade de engendrar dados através do uso de ferramentas eletrônicas conduzindo a descobertas que antes não estavam evidentes. Softwares podem permitir a ampliação e a distorção de imagens. Para o estudo de documentos, por exemplo, a possibilidade de aplicar o “zoom” ao registro, recortar a parte que imediatamente interessa, girá-la, criar a partir dela uma galeria, compará-la, melhorar a sua resolução são processos proveitosos no andamento de qualquer pesquisa. Porém, esta capacidade de manipular a fonte pode promover experimentos de diferentes fins e tipos.<sup>262</sup>

A relação com o público ganha, na preocupação com a interatividade, um destaque importante. Afinal de contas, ela estabelece diferentes e múltiplas formas de diálogo histórico. Temos aí uma imensa possibilidade de transformação da prática histórica, de ampliar as formas de levantamento de fontes, de troca de informação, de redução nos custos das pesquisas e na ampliação no compartilhamento de trabalhos. A rede trouxe consigo um leitor que se encontra em posição diferenciada. Se o texto chega ao ciberespaço, este novo público pode corrigir, colaborar com o envio de dados, divulgar e até corrigir a pesquisa.

Por fim, temos a hipertextualidade; uma espécie de princípio constitucional da web. Ela exige refletir sobre um paradigma antes pautado nas ideias de centro, hierarquia e linearidade. Entram em cena multilinearidade, nós, links, redes de trabalho. Embora permaneça ainda claro que a História em sua narrativa, para ser comunicada, precisa ter uma estrutura que mantenha o circuito começo, meio e fim, a forma clássica e linear de exposição tende a se modificar em ambientes digitais. Esta nova forma, que certamente atordoará a muitos, permite ao leitor acompanhar a produção do conhecimento histórico: ler as fontes que foram utilizadas, talvez ouvir a música que se menciona, assistir ao vídeo que foi criticado e, deste modo, realizar ele mesmo a crítica ao trabalho lido.<sup>263</sup> Tudo isso sem que a estrutura básica da arquitetura argumentativa seja perdida. E, também, sem uma inflação nos custos. O que é o hipertexto, senão a pretensão de oferecer a experiência da leitura do registro em três dimensões?

Apesar da paisagem de avanços e vantagens, é preciso salientar que os empecilhos também não são poucos. Por isso, tocaremos aqui em apenas alguns dos estorvos no horizonte da pesquisa e do ensino da História quando o assunto são vestígios eletrônicos.

O primeiro deles diz respeito a algo que tira o sono de qualquer historiador: a qualidade do registro. Neste novo universo, os tradicionais repositórios de informação irão manter o seu status? Como avaliar as fronteiras da qualidade histórica e da autenticidade na web? Uma coisa a se considerar é que a discussão em torno da qualidade, autenticidade e autoridade antecede, e muito, ao advento da internet. Consequentemente, nossos debates sobre fontes históricas, sobre heurística, sobre os procedimentos de crítica não podem ser postos de lado. Porém, eles precisam, em certos casos, ser atualizados. Concordamos com Weller no argumento de que se a mídia digital abalou a confiança e autoridade de certos registros, já que agora tudo pode ser manipulado e postado na internet, cabe a nós como historiadores restabelecer os procedimentos de legitimação, discernimento e autoridade. Afinal de contas, os historiadores já fizeram isto outras vezes, quando enfrentaram os desafios provocados pelos filmes, por exemplo.<sup>264</sup>

Outro problema é a durabilidade, já que os tempos digitais abrem generosamente as portas ao sonho de tudo preservar. No entanto, a preservação e o arquivamento de material histórico são problemas que nos impelem a pensar *o que* deve ser preservado e *quem* deve preservar. Experiências como as do site *Internet Archive* ([www.archive.org](http://www.archive.org)) revelam o esforço por permitir pesquisas em versões “antigas” de sítios eletrônicos. No nascente século 21, uma questão fundamental gira em torno dos custos de manutenção e da responsabilidade por arquivar e organizar estes registros.

O debate acima colocado se mostra estratégico, haja vista que os historiadores já enfrentam o problema da inacessibilidade. E tal dificuldade se dá por diferentes razões, sendo possível destacar duas delas: a) há um problema de letramento digital. Nem todos dominam os procedimentos básicos para a navegação em alguns ambientes ou mesmo o uso de um computador; b) os custos do acesso a internet. Todavia, ambas as variáveis tendem a cair. No caso do acesso, a expansão de experiências de internet livre

em praças, escolas, bibliotecas, universidades e outros locais de pesquisa certamente colaborará para que os usos dos ambientes digitais sejam ampliados. No que se refere ao domínio das novas tecnologias da capacidade de navegação da internet, as contínuas atualizações que máquinas e programas experimentaram nos últimos anos, a preocupação com a criação de diferentes recursos de acessibilidade – comandos por voz, telas em contraste, ampliação de fontes etc. – sinaliza os ganhos no sentido de transformar usuários originalmente analógicos em legítimos imigrantes digitais.

### Considerações finais

Diante desse cenário desafiador, vale lembrar que, no final das contas, o ganho considerável diante da capacidade de reunir diferentes tipos de registros merece celebração, não desespero e temor, pois, como observaram Jean Boutier e Dominique Julia,

não pode haver História senão erudita; a coleta metódica dos dados repousa sobre o recurso, frequente ainda que variável, segundo as épocas e os lugares.<sup>265</sup>

Evidentemente é importante salientar que embora seja possível falar em uma história digital, as perguntas que tradicionalmente surgem para o historiador permanecem as mesmas: *quem, o que, quando, onde e por quê?* formam o grupo de questionamentos que continuam a nos inquietar, a movimentar nossas investigações. Ou seja, as antigas bases metodológicas permanecem importantes, mas novos aportes chegarão. No caso da História do Tempo Presente e dos registros digitais, o segredo é entender que eles são complementares, mas não excludentes.

As ferramentas digitais têm alterado a produção e a disseminação do conhecimento. Entretanto, é preciso ter consciência de que o uso adequado de tais recursos implica a *compreensão*, mas não necessariamente o *domínio* das mesmas. Temos aí problemas importantes, complexos. Quem regulará a ideia de autoria ou autenticidade? O acervo disponibilizado online será livre ou, ao contrário, ficará à mercê de megacorporações?

Enfrentamos indubitavelmente o desafio de lidar com “novas percepções do tempo e do espaço nas sociedades midiáticas contemporâneas”.<sup>266</sup> Consequentemente, fazer história digital é estabelecer uma nova estrutura através da tecnologia para as pessoas experimentarem, lerem, e seguirem um

argumento sobre um problema histórico. E para colocar o passado online, devemos lembrar do conselho de Marc Bloch. No fim das contas,

são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.<sup>267</sup>

Por fim, se for possível fazer um diagnóstico das influências das novas tecnologias no trabalho do historiador poderíamos dizer: 1) tais tecnologias, reforçamos, já não são assim tão novas; 2) a partir da emergência de suportes digitais temos problemas de hierarquia, de autoria, de acesso, de arquivamento e preservação que precisam ser enfrentados 3) o historiador do presente envolve-se com uma tarefa em que quanto mais se comprehende, mais se tem a necessidade de procurar. Como um lago que que nunca se enche... Portanto, o historiador deve se aproximar da internet e dos tempos digitais dominando as habilidades básicas do seu ofício, sem necessariamente ter que ser um programador. O historiador precisa enfrentar estes desafios, não deve deixá-los aos colegas de outras áreas. Ele não precisa ser um hacker, um expert em informática. Mais vale permanecer inspirado pelo ogro e buscar carne humana. Afinal de contas, é disso que trata a história, qualquer história, digital ou analógica, que mereça assim ser chamada.

## II

### *Arquivos e fontes digitais*

## *Arquivos da web como fonte de pesquisa em humanidades digitais*

*Moisés Rockembach<sup>268</sup>*

### **Introdução**

Desde a visão crítica cinematográfica das relações entre o homem e a máquina, exposta por Charles Chaplin em *Tempos Modernos* (*Modern Times*, 1936), até os impactos atuais do século XXI, refletido em produções como *Black Mirror* (2011), *Ela* (*Her*, 2013), que reimaginam o uso das tecnologias e a interação social com inteligências artificiais, passando pelas questões éticas digitais das redes sociais expostas em documentários como *Citizenfour* (2014) e *O dilema das Redes* (*The Social Dilemma*, 2020), temos uma grande reflexão sobre os caminhos que a tecnologia passa e no que devemos nos preocupar no uso e manipulação da informação. Neste ponto, há uma convergência entre os estudos da tecnologia digital e as contribuições das Humanidades de uma forma geral. O intuito deste trabalho é abordar aspectos importantes das humanidades digitais, suas possibilidades de estudo e como os chamados Arquivos da Web podem ser formados e utilizados por diversas áreas do conhecimento.

As humanidades digitais tiveram origem nos estudos do Padre Roberto Busa, em meados dos anos 1940 quando, ao transferir a obra de Tomás de Aquino para cartões perfurados e processar e analisar os dados com computadores da IBM, procurou responder a pergunta: qual é a metafísica da presença em São Tomás de Aquino? Deste modo, Busa procurou realizar a análise da preposição inglesa “in” nos textos processados, o resultado desta pesquisa gerou o instrumento chamado *Index Thomisticus*. Uma versão digital do *Index Thomisticus* encontra-se disponível na web, sob o endereço *Corpus Thomisticum*.<sup>269</sup>

Outro contributo importante no desenvolvimento das humanidades digitais é a criação da Revista *Computer and the Humanities*, na década de 1960, que pode ser considerada a primeira revista científica com foco na “computação nas humanidades”, termo que a partir de 2004 foi convergindo para humanidades digitais.<sup>270</sup> Hoje, as humanidades digitais considera termos como grande tenda (*big tent*) ou guarda-chuva (*umbrella*) para designar a variedade de campos de pesquisa que se abrigam sob o seu contexto. Conforme Brügger<sup>271</sup> as humanidades digitais podem ser consideradas como termo abrangente para teorias, metodologias e práticas relacionadas às ciências humanas, utilizando o computador como parte integrada e essencial de suas atividades de pesquisa e ensino.

Pensar as novas fontes de informação nas humanidades digitais requer observar como a sociedade tem produzido conhecimento e quais os meios utilizados para comunicar e produzir interações. Neste contexto, a web se destaca como o maior meio informacional e comunicacional da sociedade, gerando milhões de dados diariamente. Um exemplo pode ser demonstrado pelos dados do site *Internet Live Stats*,<sup>272</sup> onde é possível acompanhar o aumento a cada segundo da quantidade de usuários da internet ao redor do mundo, quantidade total de sites na web, quantidade diária de pesquisas no Google, quantidade de usuários e conteúdos publicados nas principais redes sociais, dentre outros dados.

### **Projetos em humanidades digitais e as novas fontes de informação**

Refletindo sobre a relação entre a tecnologia digital e as humanidades, podemos fazer algumas perguntas para elucidar a questão: estariamos falando da digitalização das humanidades ou de humanidades digitais? Distinções podem ser feitas entre um conceito e outro. O primeiro pode ser compreendido em um sentido amplo, da digitalização e convergência digital a que todos os meios e atividades da sociedade contemporânea vem passando. A convergência digital é bem exemplificada por Jenkins<sup>273</sup> que, por meio do termo “cultura de convergência”, demonstra, não só o processo tecnológico envolvido nas atividades humanas, mas o uso cada vez maior da cultura participativa, impulsionada pelas redes sociais, e a “inteligência coletiva”, aquela que é distribuída entre indivíduos e que, pelo compartilhamento de saberes, torna-se valioso para todos conceito trazido por Lévy.<sup>274</sup>

Enquanto isso, o segundo conceito abarca o movimento que reúne-se em torno do Manifesto de humanidades digitais, trazendo o histórico da computação nas humanidades, mas com importantes adendos que ajudam a construir o contexto deste campo multifacetado de pesquisa. O Manifesto das humanidades digitais,<sup>275</sup> produzido no evento *THATCamp* em Paris, em maio de 2010 e publicado em diversas línguas, define as humanidades digitais como o conjunto das Ciências Humanas e Sociais, as Artes e as Letras, configurando-se em uma transdisciplina, com métodos, dispositivos e perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências Humanas e Sociais, com apelo ao acesso aberto, livre circulação de dados e criação de

ciber-infraestruturas que respondam a necessidades reais. No Brasil, o campo das humanidades digitais aparece no início dos anos 2000, mas tem chamado especial atenção de pesquisadores e grupos nos últimos cinco anos, com o aumento do interesse pelos estudos culturais com a algoritmização da vida.<sup>276</sup>

Muitos novos campos de pesquisa vêm surgindo com o avanço tecnológico. Na web: a produção e uso de algoritmos, o estudo das redes sociais e seus fenômenos, como o impacto dos filtros bolha, efeitos da polarização ideológica e os sistemas de recomendações. O paradigma Open: dados abertos (*open data*), ciência aberta (*open science*), código aberto (*open source*). Nas fontes de dados: os grandes conjuntos de dados (Big Data), a Ciência de Dados e as estratégias e ferramentas de visualização de dados. No ensino: as aplicações da realidade virtual e realidade aumentada, da gamificação dos ambientes de aprendizagem. Na inteligência artificial e na conexão dos dispositivos: o desenvolvimento da aprendizagem de máquina e da inteligência artificial, a internet das coisas e os sensores digitais que começam a permear todos os ambientes, a robótica, a internet móvel, aplicativos e o monitoramento por georreferenciamento, e que vêm se modificando com maior possibilidade de comunicação com a chegada do 4G, e mais recentemente, do 5G. A pergunta que fica é: como todos esses avanços impactam e interagem com nossas respectivas áreas de pesquisa nas Humanidades?

No caminho de uma perspectiva interdisciplinar, como defendido por Pombo<sup>277</sup> torna-se possível a conversa entre distintos campos do conhecimento e a (re)aproximação da áreas da ciência que a hiperespecialização do século XXI produziu ao longo dos anos, no sentido moriniano da complexidade.<sup>278</sup> Neste diálogo de saberes científicos é interessante perceber, como o digital está modificando as Humanidades? Como as Humanidades estão modificando o digital? Como as Humanidades e o digital se interrelacionam e convergem para uma direção em comum?

As humanidades digitais possuem uma vertente muito voltada para uma abordagem científica aplicada, em trazer respostas e plataformas que conversem com os públicos, que produzam possibilidades de uso e reuso dos dados científicos e que transformem a forma como fazemos ciência. Neste caso, algumas questões que surgem serão: como integrar métodos digitais nos

projetos de pesquisa, desde a coleta, a análise dos dados e a visualização? Como pensar em meios de disseminação da pesquisa no meio digital? Como engajar o público em torno de um assunto científico?

Estes e outros desafios são colocados atualmente a todos aqueles que pretendem desenvolver projetos em humanidades digitais e tornar sua pesquisa mais acessível ao grande público e em consonância a todas as possibilidades que a interação entre as Humanidades e o Digital tem a oferecer.

### **Arquivos da web como fonte de informação**

A web, nascida no CERN (*Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire - Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear*) pela proposta de Tim Berners Lee, em 1989 como uma proposta teórica e em 1990 como o primeiro *website* do mundo, torna-se uma plataforma de domínio público em 1993, transformando-se no meio informacional e comunicacional mais utilizado pela humanidade. Graças a um projeto realizado pelo CERN, é possível visualizar o primeiro site da web, nos navegadores atuais Word Wide Web e por emulação Line Mode Browser 2013.<sup>279</sup>

O impulso dado pela web 2.0 e as redes sociais nos anos 2000 contribuiu com uma maior produção informacional e de interações digitais, derrubando de vez as fronteiras geográficas. Desde 1997, com o surgimento da primeira rede social do mundo, *Sixdegrees*, baseada na teoria dos seis graus de separação,<sup>280</sup> foi possível perceber as potencialidades da cultura de compartilhamento e colaboração, que atingiu um outro patamar na década seguinte.

Nas humanidades digitais percebe-se três enfoques ao longo do tempo no uso das fontes de informação: métodos computacionais com os computadores de grande porte e a digitalização de materiais (1950-1960), a abordagem da interação humano-computador (1980) com computadores pessoais e o uso de mídias e dispositivos digitais, a partir dos anos 1990. A web, que surge nos anos 1990, era considerada mais como um meio de comunicação e distribuição do que material para investigação propriamente dito.<sup>281</sup>

É evidente, hoje em dia, a necessidade de preservação digital imposta pela

efemeridade das informações existentes na web. Muitos estudos indicam que a vida de um website é muito curta, em comparação com outros meios analógicos ou digitais. Em 1 ano, aproximadamente 80% das páginas web e 11% de recursos de redes sociais somem ou não estão em sua forma original,<sup>282</sup> as publicações científicas que utilizam referências da web também sofrem com o desaparecimento, como os artigos de periódicos científicos,<sup>283</sup> materiais suplementares de artigos,<sup>284</sup> teses e dissertações,<sup>285</sup> gerando tanto problemas na constituição de uma memória virtual, como na comunicação científica e na validação das pesquisas ao longo do tempo.<sup>286</sup>

A atualização ou a remoção de conteúdos, o que torna a web dinâmica, também é responsável pela perda da informação digital. Outra característica, que relaciona-se com a forma de conexão, por meio dos hiperlinks, também é causa de perda de informações, pois quando não há ligação efetiva entre o usuário e o conteúdo, não há acesso. O sistema cliente-servidor da web, em que um usuário requisita, com base em uma URL (Localizador Uniforme de Recursos, do inglês *Uniform Resource Locator*), um recurso de informação para o servidor, implica que qualquer alteração no endereço eletrônico ou quebra de link resulte em uma página inacessível, podendo gerar, entre outros resultados, o famoso erro 404, quando o recurso não foi encontrado no servidor.

O arquivamento da web pode ser definido como “um processo que compreende coletar, armazenar e disponibilizar a informação retrospectiva da World Wide Web para futuros pesquisadores”.<sup>287</sup> A preservação digital aplicada aos conteúdos da web, não só sistematiza a informação que é distribuída pela rede, permitindo organização e recuperação conforme as necessidades do arquivo a ser formado, mas também garante o acesso ao longo do tempo, visto a efemeridade da web. Internacionalmente, duas organizações são relevantes no que tange a preservação da web, o W3C (*World Wide Web Consortium* - [w3.org](http://w3.org)), fundado em 1994 e que determina as principais normatizações referentes a web e o Consórcio Internacional de Preservação da Internet,<sup>288</sup> fundado em 2003 e que elabora padrões e coordena esforços para a preservação da web. No Brasil, desde 2017, o *Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da Web e Preservação Digital*, grupo de pesquisa certificado pelo CNPq, atua nos estudos teóricos e aplicados à preservação da web com foco nos sites brasileiros.

Além de ser um ambiente de comunicação, a web pode ser considerada um meio informacional com características de unicidade. Apesar de reproduzir informações de forma transmídia, isto é, replicar ou complementar a comunicação direcionada por diferentes mídias, a web também pode possuir dados que só existem neste meio. Portanto, uma vez que estes dados sejam deletados, será como se eles nunca tivessem existido, produzindo um apagamento digital.

Neste sentido, o arquivo da web surge como um arquivo da vida contemporânea, registrando nossas maiores interações, emoções expressas por conteúdos e sinais, como aquelas possibilitadas por plataformas como o Facebook, imagens, vídeos e tudo o que representa o cotidiano. Algumas das características deste arquivo são exemplificadas por Brügger e Finnemann:<sup>289</sup> a compreensão do arquivo da web como em tempo real (*real-time archive*) e renascida (*reborn*), pois, respectivamente, só é possível preservar o que ainda se encontra disponível na internet e acaba por tratar-se de uma versão renascida digitalmente, emulando os sites e passando por fases de captura e reprodução. Além disso, é multiespacial e multi-temporal, cobre distintos espaços da web, conforme a captura, e possibilita a navegação por diversas versões ao longo do tempo.

As políticas de preservação dos conteúdos online são o primeiro passo rumo ao estabelecimento de procedimentos de formação de arquivos da web, que envolvem captura, armazenamento, descrição e contexto de produção a partir dos metadados e disponibilização na internet. Nas políticas de preservação, são essenciais o levantamento da infraestrutura e serviços necessários, a execução da preservação digital, a definição do escopo do arquivo da web, a avaliação e seleção dos conteúdos a serem preservados, a frequência de captura a qual dependerá do tipo de atualização dos sites selecionados, a forma de controle de qualidade dos materiais capturados, a maneira de reprodução dos conteúdos, o desenvolvimento de documentos que descrevem os termos de uso e as políticas de privacidade conforme a legislação em vigor especialmente nas questões de proteção de dados, que no Brasil é regida, principalmente, pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Rockembach e Pavão<sup>290</sup> identificaram as políticas de preservação,

relacionadas a seleção dos conteúdos, de 11 instituições membros do Consórcio Internacional de Preservação da Internet e outras 7 instituições não pertencentes ao Consórcio, deste escopo, analisou-se as instituições membro: Biblioteca Nacional da França, Biblioteca do Congresso Americano, Biblioteca Britânica, Arquivos Nacionais do Reino Unido, Biblioteca Nacional da Finlândia, Suíça, Áustria e Holanda, Arquivo da Web Portuguesa, Bibliotecas da Universidade de Columbia e Universidade de Stanford. Nestes locais, foram encontrados desde o atendimento às necessidades informativas atuais ou futuras, uso do depósito legal, informações com risco de perda, coleta de registros onde constem a interação do Estado com a vida de seus cidadãos, usos educativos, científicos ou de pesquisa.

O levantamento da infraestrutura e serviços destinados a preservação da web precisa levar em consideração as necessidades de pesquisa, da organização, a projeção da quantidade de armazenamento e requisições simultâneas do servidor, a configuração e execução do rastreador de páginas web, a reprodução das páginas web arquivadas para os usuários, bem como para os responsáveis pelo controle de qualidade do rastreamento realizado.

A captura das páginas web, considerada a etapa inicial dos procedimentos de preservação digital, é realizada por *crawlers* (rastreadores da web), e pode ter como escopo o domínio, delimitação político-geográfica, tópicos de interesse, foco institucional, entre outros. Preferencialmente, a captura dos sites acontece tanto de forma intensiva, quanto extensiva, mas diversos fatores relacionados à disponibilidade de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura podem levar a diferentes definições.<sup>291</sup> Quando realizada somente de forma extensiva, a cobertura de captura dos sites atinge o maior número de endereços eletrônicos possíveis, dentro do escopo, avaliação e seleção de conteúdos previamente definidos nas políticas de preservação da web. Isto significa também que o foco maior será a variedade de endereços eletrônicos únicos e seus principais links internos, modelo seguido por organizações como o Internet Archive. A infraestrutura destinada à preservação digital pode ser variada conforme a disponibilidade da organização, portanto, esta é uma forma de concentrar esforços na variedade de conteúdos e cobertura ampla.

Por outro lado, a captura intensiva implica em determinar menos endereços eletrônicos e capturar todos os dados destes sites, inclusive a reprodução das requisições das bases de dados, com a devida permissão dos proprietários desses dados. Essa concentração de esforços em menos sites é aplicada para arquivos da web de nicho ou destinados a pesquisas específicas, quando uma maior quantidade de informações sobre determinado tema torna-se mais interessante e permite maior profundidade do que menos informações sobre mais sites.

O modelo de captura estabelecido também está atrelado à avaliação e à seleção de conteúdos que precisam ser realizados pela organização. Da mesma forma que os documentos tradicionais em papel, produzidos no decurso das atividades meio e fim de uma organização, são objetos dos arquivos, os documentos digitais, que cumprem a mesma finalidade, também o são, incluindo aqui sites institucionais e perfis oficiais em plataformas e redes sociais. Todas estas informações, produzidas de forma orgânica, são fonte de informação e comprovam a execução das atividades e cumprimento da missão, visão e funções de determinada organização.

A informação como objeto cultural, mas também educacional e científico, objeto este tradicionalmente processado nas bibliotecas, também tem a web como meio de produção e divulgação, portanto a preservação da web também cumpre este papel de resguardar a memória cultural, educacional e científica, servindo de fonte de pesquisa.

A preservação e armazenamento dos arquivos da web segue padrões internacionais já estabelecidos por norma ISO, como é o caso do formato de arquivo, chamado de WARC (Web ARChive) sob a International Standards Organization.<sup>292</sup>

Os usos dos arquivos da web incluem os estudos longitudinais aplicados a diversas áreas do conhecimento, devido à possibilidade de comparar versionamentos dos sites preservados em diferentes tempos. Muitos profissionais e cientistas podem fazer uso destes conjuntos de dados, jornalistas que buscam informações da web que foram deletadas ou buscam comprovar dados, na luta contra a desinformação, historiadores que utilizam os arquivos da web como fonte do fazer historiográfico e na reconstrução de

fatos, designers e desenvolvedores que gostariam de visualizar e comparar versões anteriores de sites, profissionais do Direito que procuram evidências digitais de conteúdos apagados, o público em geral que, por interesse pessoal, *hobby* ou nostalgia, gostaria de revisitar a web do passado, estes são alguns dos exemplos possíveis de listar.

Alguns aspectos éticos da informação em relação aos arquivos da web precisam ser ressaltados na captura, acesso, uso e preservação),<sup>293</sup> como os que demonstramos a seguir.

Na captura:

- Quais parâmetros são usados para avaliar e selecionar as informações a serem arquivadas digitalmente?
- Qual é a frequência de captura e a influência desta frequência na formação de uma memória digital?
- Essa captura ocorre igualmente em todas as regiões (caso o escopo seja geográfico)? E, se a relação é desigual, por que é assim?
- Como o direito à privacidade pode ser protegido?

No acesso e uso:

- Que perguntas devem ser abordadas em torno de como as informações são usadas e manipuladas?
- Como os direitos autorais podem ser tratados em termos de uso dessas informações?

Na preservação:

- Quem é o responsável pela preservação da web?
- Por quanto tempo as informações serão preservadas?
- O que determinará os parâmetros de tempo de preservação?

A formação de novos arquivos da web segue sempre a filosofia de integrar esforços coletivos na preservação da web mundial, já que, pela dificuldade em realizar um projeto de tal façanha, torna-se fundamental a colaboração entre organizações, cobrindo da melhor forma possível conteúdos publicados e que podem se perder rapidamente. Alguns projetos, como o protocolo Memento, buscam a integração de diversos arquivos da web, visando disponibilizar

recursos para a busca e recuperação de informações preservadas em distintos arquivos a partir de uma mesma plataforma. Também em um sentido colaborativo, organizações públicas e privadas, projetos como o Internet Archive, instituições de pesquisa, arquivos e bibliotecas nacionais e regionais, unem-se no mesmo propósito de tornar a memória da web preservada e acessível ao longo do tempo.

### Considerações finais

Os usos e usuários dos arquivos da web são o motivo pelo qual as informações são preservadas, portanto, começar com as políticas de preservação digital, pensar de maneira colaborativa e, a partir disto, planejar a estrutura e procedimentos de preservação digital fazem parte de um projeto que pode atingir êxito na produção de novas fontes de informação digital que sejam acessíveis ao longo do tempo. Estas fontes são um elemento chave para a execução de pesquisas em humanidades digitais.

Percebendo as humanidades digitais como um campo científico guarda-chuva, que congrega as diversas áreas das Humanidades, na interação com os meios tecnológicos, precisamos refletir sobre como os conhecimentos científicos são produzidos e validados no âmbito das humanidades digitais, quais são as práticas adotadas, os métodos utilizados, os discursos dominantes, os modelos epistemológicos e éticos seguidos pela comunidade científica e quais as relações existentes entre os métodos computacionais e humanísticos, no ensino, pesquisa e extensão universitárias.

As humanidades digitais não se trata simplesmente da informatização dos processos de pesquisa em Humanidades. Vincula-se a como são pensados e utilizados meios computacionais nas Humanidades como parte da metodologia de pesquisa, disseminação dos resultados ou ainda o engajamento público com estes resultados. A interação entre Humanidades e o Digital tem a potência de produzir novos tipos de pesquisa e diferentes resultados e conclusões advindas destas possibilidades.

# *História digital e protagonismo africano: questões éticas e metodológicas na elaboração de bases de dados sobre populações escravizadas*

*Aldair Rodrigues*<sup>294</sup>

## **Introdução**

Partindo da experiência de elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada que viveu na região de Mariana (Minas Gerais) no século XVIII, este capítulo reflete sobre os desafios éticos e metodológicos subjacentes às abordagens digitais sobre a diáspora africana<sup>295</sup> São enfocados os aspectos relacionados às origens das pessoas escravizadas e sua agência histórica.

O texto encontra-se articulado a partir de dois eixos principais. No primeiro, oferecemos uma análise abrangente sobre os impactos das tecnologias digitais nos projetos que utilizam documentação produzida em contextos escravistas. Em seguida, elaboramos uma proposta metodológica para o processo de criação de registros que levem em conta o protagonismo das pessoas escravizadas. Iremos considerar, de modo particular, a tensão entre variabilidade das formas de grafar as origens africanas (“nação”) preservando suas marcas fonéticas e a necessidade de padronização da terminologia.

O fio condutor do capítulo são as implicações da transposição de informações históricas presentes em documentos produzidos em um contexto marcado pelas relações de poder escravistas para sistemas digitais. Quais são as potencialidades e os riscos dessa tarefa? O enfrentamento desses desafios agrupa contribuições ao campo das humanidades digitais e da história digital, um de seus subcampos. Interessa compreender as transformações contemporâneas no processo de produção do conhecimento nas ciências humanas e historicizar os efeitos da aplicação da informática na operação

historiográfica. *Strictu sensu*, o conceito de documento não sofre modificações na sua dimensão digital porque, segundo Paes, “documento é o registro de uma informação, independente da natureza do suporte que a contém”.<sup>296</sup> Porém, acreditamos que as tecnologias digitais impactam os procedimentos envolvendo a busca por informações em geral, as pesquisas em fontes primárias (digitalizadas), a coleta, a organização e a análise de evidências históricas, bem como as relações sociais que permeiam o trabalho do historiador.<sup>297</sup>

A área de estudos que compreende a vida dos africanos e seus descendentes no mundo Atlântico foi uma das mais impactadas pela penetração das tecnologias digitais nas ciências humanas. Em parte, isto se explica pela natureza seriável dos documentos produzidos pela contabilidade comercial do tráfico, pelas fontes cartoriais que registravam as transações envolvendo pessoas escravizadas e pelos registros paroquiais de batismo e óbito. De acordo com Daryle Williams, as informações presentes naquelas tipologias, embora apresentassem algum grau de variabilidade quanto aos contextos de onde foram extraídas, compunham uma grelha básica de variáveis separadas por vírgulas (quando não são preenchidos em tabelas impressas).<sup>298</sup> Nos sistemas informáticos, elas tendem a ser facilmente replicadas em planilhas, colunas e células de softwares voltados para a recolha e tratamento de grandes volumes de dados. Na apreciação do autor, esta é uma das principais características dos estudos sobre o tráfico na era digital.

Podemos afirmar que o grande precursor da produção de conhecimento em torno da aplicação da informática em metodologias quantitativas a respeito do tráfico transatlântico foi o projeto *Voyages - Slave Trade Database*. Conforme David Eltis, seu principal coordenador, o histórico de desenvolvimento do projeto confunde-se com a própria história da penetração da computação nas ciências humanas. Primeiro, por testemunhar o esforço coletivo para reunião dos dados seriados sobre o volume e fluxos do tráfico que vinham sendo compilados por pesquisadores dispersos por várias universidades desde as décadas de 1960 e 1970. Seu primeiro resultado foi publicado em 1999 em CD-ROM.<sup>299</sup> Segundo, pela disponibilização dos dados online de maneira interativa, na medida em que a internet se popularizava. O projeto tornou acessível para um vasto público o levantamento mais completo

que se conhece acerca dos números e estatísticas do tráfico negreiro, com as origens e destinos das embarcações e o volume de pessoas transportadas. Em seu website, é possível encontrar ainda uma série de artigos que orientam os usuários acerca da dinâmica da base, as metodologias e práticas adotadas na sua construção e uma série de recursos imagéticos que funcionam como ferramentas didático-pedagógicas.<sup>300</sup>

Nos últimos anos, notamos uma ampla diversificação das iniciativas relacionadas ao passado escravista das Américas, que vão muito além das estatísticas do tráfico. Jorge Flores, um dos editores da rede de pesquisadores que alimenta o fórum *H-slavery* no portal *Humanities and Social Science On Line*, computou um total de 54 projetos (junto com seus respectivos links) que se encontram atualmente disponíveis na web ou em andamento.<sup>301</sup> Notamos importantes avanços nas relações entre os projetos e a sociedade, mormente no que se refere à memória da experiência histórica das populações negras das Américas. Os repertórios disponibilizam imagens e fontes visuais; entrevistas e recursos audiovisuais; mapas; digitalização de fontes seriáveis e qualitativas; e bases de dados de diferentes alcances e em diferentes estágios de desenvolvimento.

Parte destas iniciativas elencadas por Flores engajaram-se num esforço para superar o peso excessivo das abordagens quantitativas que se expandiram na esteira do projeto *Voyages – Slave Trade Database*. Alternativamente, tendem a privilegiar a reconstituição de biografias e memórias vivenciadas em contextos escravistas do Atlântico. De alguma forma, estariam em sintonia com a “virada biográfica” (*biographical turn*) que marcou a historiografia do tráfico e da escravidão a partir dos anos 2000, conforme análise de Joseph Miller.<sup>302</sup>

O exemplo mais contundente do impacto da “virada biográfica” é o projeto interdisciplinar *Enslaved: Peoples of the Historic Slave Trade*, liderado por Walter Hawthorne no Centro de Humanidades Digitais e Ciências Sociais da Michigan State University. O seu foco é a compilação e disponibilização na web de uma série de bancos de dados que possibilitem a recuperação de informações sobre as biografias de pessoas escravizadas.<sup>303</sup> O projeto partiu inicialmente da reunião dos dados cartoriais compilados pelos projetos anteriores de Gwendolyn Middlo Hall sobre a população africana da

Louisiana, *Afro-Louisiana History and Genealogy*,<sup>304</sup> e dos dados coletados por Walter Hawthorne em cartórios do Maranhão.

A reunião de dados e fontes digitalizadas oriundos dos múltiplos arquivos que contam a história da experiência dos africanos e seus descendentes em grandes portais da internet abre novos caminhos para a visualização e interpretação da diáspora africana. Se antes os documentos que testemunhavam a sua história encontravam-se espalhados por inúmeras instituições, espelhando a própria violência da dispersão, as ferramentas digitais proporcionam análises a partir do sentido inverso desta história custodial. Em escala sem precedentes, é possível localizar os vínculos entre as pessoas e os destinos de grupos que tinham a mesma origem africana, sem ignorar os efeitos disruptivos do tráfico em milhares de trajetórias.

No entanto, em termos globais, quando analisamos o balanço dos 54 projetos elaborado por Flores, notamos que a maioria das iniciativas enfoca regiões específicas, sobressaindo os estados escravistas do sul dos Estados Unidos, sendo raras aquelas que privilegiam outras territorialidades das Américas. No que toca especificamente ao Brasil, poucos projetos realçam seu passado. As exceções são os dados disponibilizados por Hawthorne sobre o Maranhão e o projeto *Slave Societies Digital Archives*, coordenado por Jane Landers na Vanderbilt University, que oferece milhares de imagens digitais de documentos referentes às vidas das pessoas escravizadas que viveram no Brasil.<sup>305</sup> Em linhas gerais, apesar de estarem sediados em diferentes países, há uma predominância absoluta de projetos coordenados por instituições anglófonas do hemisfério norte.

No volume *African Studies in the Digital Age*, editado por Barringer e Wallace, esta mesma assimetria entre espaços acadêmicos do Norte e do Sul foi observada na área de estudos africanos, tanto no volume dos conteúdos acessíveis às bibliotecas dos países da África, como, ironicamente, no acesso a conteúdos sobre o continente disponíveis na web.<sup>306</sup> Tais disparidades refletem, em parte, a distribuição desigual da infraestrutura global de comunicação na África subsaariana, segundo Sharath Srinivasan e Claudia Abreu Lopes. As autoras destacam a importância de considerarmos os impactos desta realidade na vida comunitária e nos projetos de

desenvolvimento voltados para os países do continente.<sup>307</sup>

Do ponto de vista epistemológico, o conjunto das desigualdades mencionadas pode potencializar a projeção de imagens globais dos fenômenos contidos nas bases sem contemplar devidamente a diversidade de realidades históricas marcadas pela escravidão e seu legado, por exemplo, nos mundos de colonização portuguesa, espanhola, holandesa e francesa.

### **Procedimentos metodológicos: ética e agência histórica**

Os emergentes debates sobre as relações entre ética e dados na produção do conhecimento envolvendo o emprego de tecnologias digitais vêm colocando em perspectiva crítica as dicotomias sujeito/objeto e analógico/digital nos processos de digitalização e de elaboração de bases de dados, sobretudo no que tange ao papel social e político de seus coordenadores.<sup>308</sup> O debate ganhou mais urgência nos últimos anos após, primeiro, os escândalos envolvendo as políticas de privacidade e o uso devastador de dados de usuários das empresas gigantes de tecnologia, como, por exemplo, o da Cambridge Analytica (2018); e, mais recentemente, com a visibilidade adquirida pelo impacto dos algoritmos do Google na reiteração e realce de estereótipos de gênero, classe e raça.<sup>309</sup> Em ambos os casos, fica evidente que os processos de intermediação entre os usuários e os conteúdos que buscam na internet não são neutros, mas sim permeado por algoritmos que expressam interesses comerciais e os vieses constituídos em meio a estruturas de poder desiguais da sociedade contemporânea.

No caso da história digital, o corolário das discussões sobre ética e *big data* é o de que as bases de dados não são neutras, sobretudo porque o processo de produção das informações históricas que compilamos foram atravessadas por uma série de relações sociais no passado. Consequentemente não estamos apenas desenvolvendo ferramentas de mediação, mas também produzindo significados e, por isso, devemos ser corresponsáveis pelas possibilidades de utilização que se abrem com projetos desta natureza. Na definição de Tiago Gil, “um banco de dados é quase uma forma de narrativa histórica”.<sup>310</sup> Por isso, devem ser sopesadas a construção e a definição de seus campos; que tipo de informação será considerada uma variável e qual a sua natureza (codificável e seriável); o que é coletado e o que é deixado nos documentos históricos; e, por

fim, devem ser escrutinadas as decisões ligadas à disponibilização da base na internet, como seu sistema de busca e sua interface.<sup>311</sup>

Em termos epistemológicos, outro cuidado prende-se ao fato de que as inúmeras possibilidades de cruzamento de grandes volumes de informações tendem a deslocar o foco das pesquisas para a escala macro-analítica. Esta certamente tem o potencial de desvendar dimensões ainda pouco conhecidas dos fluxos comerciais e das lógicas do tráfico e da escravidão, das tendências e características demográficas da população escravizada, entre outros aspectos cruciais que se tornam mensuráveis apenas em enquadramentos quantitativos e macro-analíticos. Porém, junto com todas essas potencialidades, há o risco de paradigmas centrados em ferramentas analíticas de *big data* dissiparem a visibilidade das experiências humanas presentes nas entrelinhas das fontes, subestimando a ação histórica e as vozes de sujeitos marginalizados.<sup>312</sup>

No limite, a hiperfragmentação das trajetórias de vida por meio da criação de variáveis codificáveis pode configurar uma plataforma de comodificação contemporânea da vida dos africanos, podendo convertê-las em meros produtos acadêmicos a partir de lentes racializadoras. Kim Gallon, em seu ensaio “Making a case for the Black Digital Humanities”, sublinhou a relevância das tecnologias de recuperação (*technology of recovery*) no campo das humanidades digitais enquanto parte de estratégias de visibilização da experiência humana de grupos marginalizados por meio de plataformas digitais, sobretudo na área de *Black Studies*.<sup>313</sup> Em diálogo com Tara McPherson,<sup>314</sup> Gallon argumenta ainda que, sem uma apreciação crítica do processo mais amplo em que se inserem, os projetos tendem a reproduzir no campo das humanidades digitais estruturas desiguais de poder, entre elas, a racialização de minorias.

Para lidar com estas questões é necessária a formulação de metodologias que permitam ao usuário enxergar as relações de poder assimétricas plasmadas nos documentos e, concomitantemente, aproximá-las das vozes e da experiência histórica das populações escravizadas da forma mais densa possível. O equacionamento desse desafio metodológico implica o exercício de crítica documental que começa com uma reflexão sobre as dinâmicas subjacentes à constituição dos arquivos em contexto escravista. As lógicas que

informaram a constituição do que hoje compreendemos como fontes primárias são derivadas das relações sociais que buscavam legitimar e reiterar a posse de pessoas. O próprio ato de descrever, avaliar e caracterizar as africanas e os africanos era expressão do exercício do poder senhorial e colonial. Os cartórios e todo o aparato burocrático que gerou a documentação arquivística potencialmente utilizável em bases de dados tinham por função normalizar a escravização daquelas pessoas. Daí emergiriam as informações que se tornam variáveis por meio do tratamento digital. Por exemplo, o nome português atribuído a cada africano pode ser considerado um índice que encapsulava a violência simbólica do domínio escravista. Havia sido impostos contra suas vontades, sobrepondo-se aos nomes que haviam recebido nos contextos africanos.<sup>315</sup>

Os catálogos dos arquivos reificam as lógicas de organização das informações que eram centradas no protagonismo dos segmentos sociais possuidores de escravizados, pois os documentos são normalmente indexados pelos nomes dos proprietários. Exceções são os livros paroquiais e as fontes sobre as alforrias. Ainda assim, tendencialmente registram os nomes dos proprietários que forneceram as informações sobre os africanos para os escrivães.

Ao mesmo tempo, todas aquelas descrições dispostas nos códices, conforme a ideologia senhorial, trazem dados biográficos importantes sobre a vida dos africanos e seus descendentes e, por vezes, suas redes familiares e sociais. Por isso, é importante o desenvolvimento de metodologias que permitam a sua compilação de forma crítica e, ao mesmo tempo, abrangente.

À luz da problematização realizada por Gallon, mencionada acima, uma possível saída dessa configuração seria a inversão estrutural do método de organização e disposição das informações históricas no arquivo colonial, durante o processo de recolha de seus dados e estabelecimento de sua representação digital. Ao invés de criar os registros na base em função do nome do senhor, seria interessante abrir um registro novo para cada pessoa escravizada descrita nos documentos. Por exemplo, se encontramos o testamento de um português que listava a posse de 5 pessoas africanas acompanhadas de suas respectivas informações (nome, nação, idade e, por

vezes, valor), abriríamos cinco novos registros na planilha, um para cada pessoa. Ou seja, o eixo central da organização da base de dados passaria a ser a singularidade e agência histórica dos africanos e seus descendentes. Não se trata de ignorar o nome do senhor ou deturpar informações históricas. Na verdade, esta variável seria preservada em todos os cinco hipotéticos registros. Deste modo, ao mesmo tempo que a relação de poder senhor-escravo continua sendo passível de análise, o usuário poderia rastrear a vida da pessoa escravizada em outros documentos indexados pelo nome do proprietário, flagrando uma mesma pessoa escravizada (ou forra) em uma cadeia maior de informações a qual estava relacionada. Sem o nome do proprietário, seria difícil realizar com sucesso tal procedimento.

### **Padronização das variáveis: como preservar a historicidade das vozes africanas presentes nas variações ortográficas?**

O segundo desafio a ser enfrentado na abordagem digital em relação a documentos do século XVIII diz respeito à transposição da grafia daquele período para o sistema informatizado de preenchimento de registros e de recuperação de informações. Naquele contexto, a língua ainda não possuía a relação que passou a ter com o estado-nação no século XIX, quando foi sendo codificada lexicalmente e subordinada a uma norma ortográfica fixa. No Antigo Regime português, ainda que existissem manuais de caligrafia, a alfabetização, a escolarização e a formação profissional não eram processos regulares. Os escrivães gozavam de relativa liberdade quanto à forma de grafar as palavras, o que resultava em muitas variações. Por exemplo, uma mesma pessoa poderia ter seu nome escrito de múltiplas formas ao longo da sua vida: Joseph, Jozé, Jozeph etc. No tratamento digital, mesmo que a diferença na variação de um termo seja de apenas de um caractere, a depender do filtro da busca, cada variação pode ser lida digitalmente como sendo referente a múltiplas pessoas, embora todas refiram a um mesmo personagem.

Esse quadro impõe a necessidade de tomada de decisões sobre os processos de atualização do português arcaico. A adaptação e fixação das formas setecentistas para uma forma estática contemporânea deve ser precedida de uma reflexão sobre possíveis perdas das dimensões históricas dos registros, caso sejam inseridos apenas em um campo por meio de uma uniformização

unilateral.

Essa discussão torna-se crucial, por exemplo, quando nos deparamos com o descriptor de origem dos africanos: “nação”. Trata-se de uma nomenclatura cujos usos e sentidos oscilavam intensamente, podendo significar topônimos das macro-áreas da organização do tráfico na costa africana; portos de embarque; unidades políticas; identidades que expressavam microfiliações políticas; meta-etnônimos ou etnônimos, que designavam identidades étnicas mais específicas. Dependendo do momento de sua trajetória e do contexto em que uma pessoa era descrita, a nação poderia oscilar de um subgrupo para o descriptor genérico mais amplo criado pelos agentes do tráfico e vice-versa.<sup>316</sup> Em todos esses casos, a solução seria a transcrição da grafia original num primeiro campo (exatamente como aparece nos documentos) e a abertura de um segundo campo na planilha para padronizar a grafia das nações, possibilitando seu tratamento estatístico por meio de seriação.

A justificativa metodológica para a manutenção das grafias originais da nomenclatura no primeiro campo é a sua relevância para a etnolinguística histórica. As nações, tal como foram redigidas pelos escrivães, podem conter o encapsulamento de múltiplas dinâmicas forjadas nas interações entre diversos agentes do tráfico e as narrativas dos próprios africanos sobre suas origens (reinos, designação etno-linguística, linhagem, territorialidade etc.). Neste último caso, podem designar suas concepções sobre formas de pertencimento com base em ancestralidade e territorialidade. Vários termos claramente refletem pronúncias africanas do léxico que descrevia suas origens. Considerando que eram palavras novas sendo incorporadas ao mundo colonial, os escrivães muitas vezes tendiam a anotá-las conforme ouviam-nas, mas adaptando-as à transcrição fonética portuguesa. Os termos específicos de origem africana apareceriam concomitantemente ou sobrepostos a descriptores mais genéricos atribuídos pelos agentes do tráfico, como “Mina” significando Costa da Mina.

Além disso, o historiador Marcos Abreu Leitão argumenta que a grafia de várias nações pode conter a transcrição portuguesa da pronúncia dos intérpretes africanos que auxiliavam os escrivães durante os registros. Segundo o autor, as marcas fonéticas das nações podem expressar a predominância

demográfica dos grupos sobre quem aqueles que atuavam como línguas tinham maior conhecimento. Eles apresentavam maneiras específicas de nomear suas próprias procedências e a de outros grupos.<sup>317</sup>

É possível localizar vários descritores de origem influenciados por perspectivas africanas a respeito de suas procedências na região do golfo do Benim. Por exemplo, é comum em Minas Gerais a ocorrência da nação “ladano”, que provavelmente é a transcrição de *Alladahonu*.<sup>318</sup> Na área gbe da África Ocidental o termo significava “gente de Aladá” expressando, portanto, a identidade política dos súditos do antigo reino de Aladá, que ficava no sudeste do território onde atualmente é o Benim.<sup>319</sup> Tal região foi invadida pelo reino do Daomé em 1724 no contexto das guerras de sua expansão política e militar sob a liderança do rei Agadja, resultando na escravização de milhares de pessoas que acabaram sendo deportadas para o Brasil.<sup>320</sup>

Na documentação que compulsamos em Minas Gerais, o etnônimo relacionado à *Alladahonu* emerge como “ladano” e “ladana”, indicando uma inflexão de gênero adaptada à língua portuguesa. Além disso, oscila também para as formas “de nação ladá” ou “nação ladá”. Todas essas variações precisam ser retidas em base de dados no campo “nação” a fim de capturar o processo histórico que mediava sua difusão. Já no campo “nação atualizada”, as flutuações foram padronizadas como “Aladá”, que é o nome africano da unidade política de onde as pessoas daquele grupo eram oriundas.

Encontramos também uma grande volatilidade quanto ao termo utilizado na documentação para descrever os povos de língua iorubá que foram escravizados e levados para a área mineradora: “nagô”, “nagó”, “anagô”, “anagu”, “anagonou” e “nagouno”. No caso em apreço, nagô tornou-se a forma mais comum no Brasil contemporâneo. Possivelmente, as formas originais das suas variações trazem as marcas fonéticas dos falantes de língua do grupo Gbe (sobretudo Fon), predominantes em Minas Gerais.<sup>321</sup> Portanto, as flutuações “Nagono”, “Naguno”, “Anagono”, “Anagô” podem ser evidências da nomenclatura colonial permeável ao modo como os grupos gbe da Baía do Benim descreveriam no cotidiano das vilas mineradoras do século XVIII os grupos iorubás seus vizinhos situados a leste, que estavam presentes nas Minas em menor número.

Deste modo, propomos uma metodologia articulada em torno das seguintes decisões: 1) manter as formas originais num campo (“nação”) e, num segundo campo (“nação padronizado”), 2) estabilizar as variações considerando os seguintes critérios, na ordem que segue:

- a) padronizar as variações da nomenclatura para o termo conforme formas africanas atuais, quando é possível estabelecê-la;
- b) fixar conforme a grafia contemporânea lusófona, quando estas palavras ainda são usadas;
- c) ou, não sendo possíveis as duas opções acima, padronizar as oscilações para o termo mais recorrente na documentação.

Em resumo, as facetas da predominância demográfica e cultural gbe podem ser compreendidas pela forma como os descriptores de origem aparecem nos documentos. Deixar de inserir na base as grafias originais e sua instabilidade equivaleria a apagar digitalmente as evidências históricas das dinâmicas de interação social referidas acima. Com efeito, à luz dos estudos sobre as conexões entre África e Brasil, optamos por manter em dois campos a nomenclatura que designava a origem das pessoas escravizadas, repetindo então: no primeiro, a versão original dos documentos em todas as suas variações; e no segundo campo a versão fixa atualizada para que possa ser codificada de modo a facultar que todo o grupo seja recuperável na busca.

Nomenclatura das origens africanas em Mariana	
Original	Atualizado
Ladá, Lada, Ladano, Ladanu, Ladana	Aladá
Anagô, Anagó, Anago, Anagonu, Naguno, Nagono	Nagô
Fom, Fono, Fona, Fon	Fon
Sabarú, Sabará, Sabalu	Savalou
Courá, Courano, Courana	Courá

Quanto ao nome dos proprietários, propomos a padronização da grafia já na entrada das informações na base. Assim, aumentaríamos as possibilidades de rastrear os dados sobre os escravizados, com mais chances de chegarmos a todas as vezes em que aparecem nos documentos, pois, como vimos, as descrições das pessoas escravizadas sempre fazem referência aos senhores. Abdicar das variações originais dos nomes dos proprietários, neste caso, não

significa perdas relevantes quando comparadas com as oportunidades de buscas abrangentes que a padronização de seus respectivos nomes possibilita. Em síntese, a padronização viabiliza que a busca recupere informações sobre uma pessoa de forma não fragmentada, conforme cada variação ortográfica dos vocábulos. Por exemplo:

Variação onomástica	
Versão Original	Versão Padronizada
Joseph, Jozeph, Jozé	José

### Considerações finais: visualidade e interface

Além do funcionamento da busca e da sua interligação com o processo de recolha de dados, a visualização das informações na interface é outra etapa relevante das metodologias interdisciplinares adotadas nos projetos da área de humanidades digitais, em geral, e da história digital, em particular (que é compreendida aqui como um subcampo das humanidades digitais). Segundo Anne Burdick, no quadro das transformações na materialidade da informação nas tecnologias comunicacionais, “as mídias devem ser vistas como parte do processo de criação de significados”.<sup>322</sup> As escolhas tocantes à exibição das informações na tela (ordem em que aparecem, seu design, escolha da fonte, cores, tamanho, disposição na tela e configuração em geral) impactam sobremaneira as formas de produção de conhecimento mediadas pela tecnologia. Por isso, devemos considerar as interrelações entre forma e conteúdo na história digital, superando uma divisão rígida entre equipes dedicadas somente à materialidade e profissionais dedicados unicamente ao conteúdo.

Ao deslocarmos as informações históricas dos aparatos materiais em que se encontram inscritas nos arquivos coloniais e transformá-las em variáveis, criamos inúmeras possibilidades de cruzamentos e combinação de informações em novas escalas de análise. Por outro lado, cria-se um obstáculo para que o usuário tenha consciência da integralidade dos documentos de onde os dados foram compilados e o contexto arquivístico em que se encontram inseridos. A experiência de pesquisa tende a ser marcada pela fragmentação em virtude de a busca por variáveis nas bases de dados normalmente ser realizada por meio de palavras-chave.

Em sua discussão sobre os impactos e meandros destas transformações, Joshua Sternfeld enquadrou a problemática a partir de suas conexões entre a arquivística e a história. O autor propõe que as soluções para a interface devem ser centralizadas na construção e exibição dos metadados que apontem a localização nos arquivos das informações históricas representadas digitalmente. Essa informação deve ser exposta na interface dos artefatos digitais que lidem com dados históricos de todo tipo. Sternfeld argumenta que, na produção do conhecimento historiográfico em contexto digital, tal medida é fundamental para o estabelecimento de uma relação de confiança entre as práticas historiográficas, as instituições e os usuários de sites, bases de dados e aplicativos que trabalham com informações históricas.<sup>323</sup>

Destarte, nossa preocupação converge para a proposta de construção de uma base cuja interface do sistema de busca e visualização das informações exiba, independente do filtro que o usuário venha a adotar, a referência (códice, caixa, prateleira, estante, pasta, lata, livro, fólio etc.) do documento no arquivo e a tipologia documental de onde o dado foi extraído. Ou seja, os resultados são mostrados por cada registro de pessoa escravizada. Disto depende não apenas a relação de confiança entre o usuário e a base de dados, mas também a percepção de que os registros foram abertos em função da agência histórica da população africana e seus descendentes.

No caso de usuários historiadores, haverá a possibilidade de aprofundamento das pesquisas em arquivos a partir da informação localizada na base. Com os documentos originais em mãos, o pesquisador poderá se familiarizar com a integralidade do suporte material em que o fragmento se encontra registrado, recuperar informações qualitativas que não foram compiladas na base e conhecer a história custodial da fonte de onde os dados foram extraídos. Ou seja, as bases de dados podem ser artefatos que criam pontes com os arquivos, e não necessariamente os substituem.

*Um acervo para a história (digital): a*

# *digitalização de documentos históricos através do projeto Brasil: Nunca Mais Digit@l<sup>324</sup>.*

*Bruno Grigoletti Laitano<sup>325</sup>*

## **Introdução**

Na madrugada do dia 1º de abril de 1964, em meio às crises que fragmentaram o governo do então presidente João Goulart, a operação militar que deu origem à última ditadura do Brasil partiu em direção ao Rio de Janeiro. No dia seguinte, sob a liderança do senador Auro Soares de Moura Andrade, da União Democrática Nacional (UDN), foi declarada vaga a Presidência da República, consumando o golpe de Estado no âmbito do Congresso Nacional. Jango, que ainda estava em território brasileiro, seguiu do Rio Grande do Sul, onde havia se refugiado, para o Uruguai. Alguns dos chefes militares que não haviam aderido ao movimento golpista insistiram em um plano de resistência às tropas de oposição, mas a iminência de uma guerra civil desmobilizou a possibilidade de uma reação por parte do governo recém-golpeado. Entre manchetes de apoio ao novo regime e objeções de jornais democratas, que foram logo sufocados pela censura, consolidou-se o poder das Forças Armadas. O próximo presidente civil só viria a tomar posse em 1985, vinte e um anos depois do golpe. As eleições diretas retornaram tempos depois, em 1989.

Duas décadas de repressão política, mortes e desaparecimentos deixam marcas na memória coletiva de um país. Mesmo que o poder público imponha obstáculos sobre o acesso às informações acerca do período, mesmo que grupos negacionistas levantem suas bandeiras, os resquícios de uma ditadura seguem definindo a formação de uma democracia pujante e a fixação de valores democráticos. Não há como negligenciar as suas implicações. A abertura dos arquivos produzidos pelo regime, que ainda não foram revelados em sua totalidade, adquire o status de luta política. Inicia-se uma “luta pela busca da

verdade” por parte de familiares que perderam seus entes queridos para a repressão, os quais “veem a possibilidade de ter acesso aos documentos como uma forma de *provar* o que sempre afirmaram e, por outro lado, a possibilidade de obter novas informações sobre os desaparecidos”, além de servirem como base de processos jurídicos movidos contra o Estado brasileiro.<sup>326</sup> Embora exista uma série de limitações legais para a publicização de dados administrativos, como a proteção da intimidade de pessoas referenciadas nominalmente nos arquivos, por exemplo, trata-se de um dever do poder público e de um direito civil. O passado não pode ser sonegado.

Em maio de 2012, poucos meses após a sanção da Lei 12.528/2011 por parte da então presidente Dilma Rousseff, a Comissão Nacional da Verdade foi oficialmente instalada, com o objetivo de investigar violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado brasileiro entre os anos de 1946 e 1985. O órgão colegiado esteve ativo por pouco mais de dois anos, tendo se dedicado à escuta de diversos sobreviventes da última ditadura civil-militar e de militares ligados à repressão. Organizou audiências e tomadas públicas de testemunhos, eventualmente apresentando à sociedade o progresso da pesquisa que envolveu sete membros centrais, a maioria deles egressos do campo jurídico. Mesmo sob pressão das Forças Armadas, bem como de alguns grupos de familiares de mortos e desaparecidos descontentes com a timidez da Comissão, o relatório final foi publicado em dezembro de 2014. Reconheceu-se a responsabilidade do Estado brasileiro pelos crimes cometidos contra civis ao longo das duas décadas de regime, tendo sido identificados os pormenores de vários assassinatos e os nomes de figuras envolvidas direta ou indiretamente com os delitos. A Comissão Nacional da Verdade ainda recomendou 29 medidas de prevenção a novas violações de direitos humanos no país, entre as quais se destaca a responsabilização jurídica dos agentes da repressão, o que vai de encontro às deliberações da Lei de Anistia, sancionada por João Batista Figueiredo, o último ditador do regime, em agosto de 1979. A lei garantiu (e permanece inalterada) impunidade aos militares e às violências infligidas contra a população em nome da segurança nacional durante as crises finais da ditadura.

Uma iniciativa como a Comissão Nacional da Verdade, que esteve no centro do debate público brasileiro ao longo de toda a sua vigência, não

impacta somente o plano administrativo - isto é, o que o Estado deve fazer, quais leis devem ser promulgadas em razão daquilo que foi revelado ou de que formas a Justiça pode atuar a partir da publicação do relatório final. Esperava-se que os resultados de um trabalho investigativo tão significativo inspirassem a consolidação da democracia no Brasil, bem como a superação (ainda que parcial) de heranças da ditadura civil-militar.<sup>327</sup> O contexto político, social e cultural do qual a Comissão fez parte foi igualmente sensibilizado pelo reavivamento do período através de discussões cada vez mais acirradas.

### ***Brasil: Nunca Mais Digit@l, um acervo para a história***

No ar desde agosto de 2013, o *Brasil: Nunca Mais Digit@l* foi lançado em meio aos anos de funcionamento da Comissão. Pode-se dizer que a sua criação é resultado desse reavivamento. O projeto coloca à disposição de pesquisadores os 710 processos produzidos no âmbito do Superior Tribunal Militar (STM), o relatório completo do projeto *Brasil: Nunca Mais*, o acervo do Conselho Mundial de Igrejas e documentos da Comissão Justiça e Paz. Além disso, também conta com uma coleção de 166 fotografias doadas por Dom Paulo Evaristo Arns e pelo Reverendo Jaime Wright à Unicamp nos anos 1980. Ainda fazem parte do acervo alguns registros filmográficos de depoimentos prestados por figuras centrais na história do projeto, bem como materiais de divulgação, um documentário e um curta, vídeos do ato de repatriação dos arquivos e do lançamento da obra.

É uma iniciativa conjunta do Armazém Memória, um movimento que se dedica à preservação digital de registros históricos e culturais e da memória nacional, da Procuradoria Regional da República da 3<sup>a</sup> Região, segmento do Ministério Público Federal (MPF), do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), do Arquivo Nacional, do Instituto de Políticas Relacionais (IPR), da *World Council of Churches* (WCC), da própria Comissão Nacional da Verdade (CNV), do *Center for Research Libraries* (CRL), da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Rio de Janeiro (OAB/RJ), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), do escritório de advocacia Rubens Naves Santos Jr. Advogados, da Universidade Brown, da *Red Latinoamericana para la Prevención del Genocidio y Atrocidades Masivas* e, enfim,

do Consulado Geral do Brasil em Chicago. Trata-se de um grupo extenso de colaboradores que congrega, em torno do mesmo objetivo, organizações de diferentes áreas do conhecimento - de advogados e juristas a arquivistas. Destaca-se, também, a presença de núcleos universitários, especialmente de instituições de ensino privadas.

Cada um dos colaboradores foi responsável pela execução de uma etapa específica do desenvolvimento do projeto. Profissionais da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), por exemplo, foram responsáveis pelo manejo de equipamentos e pela filmagem e edição dos vídeos de reuniões, diligências e eventos patrocinados pelo *Brasil: Nunca Mais Digit@l*. A pedidos do Ministério Público Federal, e com o suporte do Consulado Geral do Brasil em Chicago, todo o material microfilmado que havia sido enviado para a Suíça na década de 1980 foi replicado por uma equipe do *Center for Research Libraries* e encaminhado para o Brasil. Em território nacional, as cópias foram digitalizadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, que ainda trabalhou em conjunto com o Superior Tribunal Militar e com a Comissão Nacional da Verdade a fim de reproduzir partes de um dos processos. Em contato com o Arquivo Edgard Leuenroth, o APESP também digitalizou documentos que não passaram, à época, pela microfilmagem, destacando o compromisso geral do projeto com a coleção de todos os arquivos.

O Armazém Memória, o Instituto de Políticas Relacionais, o Centro de Documentação e Informação Científica da PUC/SP e a OAB/RJ atuaram conjuntamente na avaliação dos documentos digitalizados, detectando erros que escaparam à equipe responsável pela digitalização, como cópias de baixa qualidade ou a falta de determinadas folhas. No site do projeto, informa-se que 35% dos arquivos digitais haviam sofrido alguma perda, sublinhando não apenas a importância da densa revisão que foi empreendida, mas também os contratemplos enfrentados ao longo do processo de digitalização das mais de oitocentas mil páginas. Deste percentual, uma parte foi submetida com sucesso ao tratamento digital. Outros documentos só poderiam passar por uma revisão gráfica a partir do acesso aos autos originais, o que não foi possível à época em razão da presença de fungos que tornavam impróprio o manuseio do acervo localizado no Superior Tribunal Militar. O encaminhamento dos documentos defeituosos foi efetuado por membros do Ministério Público Federal, do

escritório Rubens Naves Santos Jr. Advogados e da Faculdade de Direito da PUC/SP. As correções ou substituições, no caso de imagens irreparáveis, que compreenderam mais de duzentas mil cópias, foram realizadas pelo Instituto de Políticas Relacionais e pelo Armazém Memória, com a ajuda financeira da Unicamp, bem como pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Manteve-se um rígido controle da cadeia de custódia de todos os arquivos copiados, atestando a correspondência dos documentos publicados em relação aos acervos originais.

A admissão do *DocPro*, o serviço de indexação das imagens, foi custeada pelo Ministério Público Federal, que ainda arcou com as despesas da hospedagem e manutenção do site, desenvolvido por uma equipe do Armazém Memória e do Instituto de Políticas Relacionais subsidiada pela OAB/RJ. Todo o acervo digitalizado referente ao projeto *Brasil: Nunca Mais* foi somado aos arquivos da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, que já faziam parte do banco de dados do Armazém Memória. Em 2016, o site foi atualizado e modernizado pelo setor de Tecnologia da Informação e de Comunicação do Ministério Público Federal, incluindo versões em inglês e espanhol, cujas traduções foram respectivamente elaboradas pela Universidade Brown e pela Rede Latino-Americana para a Prevenção ao Genocídio e Atrocidades Massivas. Outras atualizações seguem sendo feitas no site do projeto, visando tornar a pesquisa e as buscas mais ágeis. Desejada desde a publicação do portal, está próxima de uma conclusão a disponibilidade de download de praticamente todo o acervo existente na plataforma. Acontece, ainda, um extenso monitoramento das falhas técnicas e ataques externos que eventualmente acometem a página, embora o ambiente tecnológico do MPF garanta elevados níveis de proteção digital.

De acordo com a equipe do *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, com quem mantive contato via e-mail nas figuras de Maycon Antonio Moreira e de Suzana Vereta Nahoum Pastore,<sup>328</sup> os quais gentilmente responderam ao meu questionário acerca da iniciativa, o procedimento administrativo do Ministério Público Federal referente ao projeto registra os seguintes custos diretos: R\$ 130.000,00 repassados pela OAB/RJ e outros R\$ 130.000,00 repassados pela Unicamp ao Instituto de Políticas Relacionais, e R\$ 183.587,00 incorridos pelo MPF com a contratação de empresas para a prestação de serviços. Na íntegra, o

desembolso direto chega a R\$ 443.587,00. Trata-se, portanto, de um empreendimento que implicou gastos consideráveis, embora seu sucesso e amplitude revelem o acerto de uma mobilização tão aplicada. Atualmente, já são mais de quatro milhões de documentos acessados desde o momento do lançamento do projeto.

A despeito da grande diversidade de arquivos disponíveis no site, eles não serão trabalhados individualmente neste texto. Não apenas em razão da amplitude de fontes (no total, foram publicados 848.076 documentos), que extrapola o limite de nossas habilidades de investigação, mas também porque o nosso interesse de pesquisa está relacionado ao projeto enquanto um arquivo da ditadura civil-militar brasileira, levando em consideração os aspectos que lhe definem, como o acesso às informações acerca desse período e a facilitação de pesquisas que se debruçam sobre o tema. Nesse sentido, na qualidade de um repositório ou acervo, o próprio *Brasil: Nunca Mais Digit@l* é uma fonte histórica. Assim, utilizando-o como um estudo de caso, trataremos do arquivo digitalizado e colocaremos em perspectiva os sentidos que a digitalização produz para o ofício histórico. O que se perde e o que se ganha no caminho entre o original e a cópia digital? De que formas a digitalização impacta a teoria e a metodologia da história? Interrogações como essas serão esmiuçadas a seguir.

### **Digitalizar o arquivo**

O passado manifesta-se de muitas maneiras no presente. Através de relatos orais, de testemunhos escritos, do cinema, da literatura, da música ou de games. Independentemente do formato que assume, toda e qualquer menção a eventos históricos ocorridos em um passado mais ou menos distante é uma expressão desse tempo que se foi. Não falo apenas de vestígios do pretérito, como cerâmicas, tabletes, jornais ou fotografias, mas também de produtos culturais que, mesmo baseados no passado, nasceram décadas depois da época a qual fazem referência. O fato é que, assim, carregando consigo os sentidos do tempo, esses produtos tornam-se fontes para investigadores interessados nos acontecimentos que lhes antecederam. Não é diferente com documentos históricos, os papéis amarelados, machucados pela passagem dos anos, preservados em instituições autenticadas ou organizados dentro de caixas de

sapato empilhadas no armário de um desconhecido.

O historiador Paulo Knauss divide a vida de um arquivo em três fases: a fase “corrente”, quando ele é concebido e cumpre uma função imediata; a fase “intermediária”, momento em que as ações inscritas em uma fonte são efetivamente levadas a cabo; e, por último, a fase “permanente”, a transformação de uma ação documentada em memória. Em suas palavras, “é diante de sua condição permanente que [os arquivos] afirmam sua dimensão histórica”.<sup>329</sup> A título de exemplo, vejamos como essas fases operam em um caso prático. Encerrados os longos debates, um projeto de lei hipotético é impresso a fim de receber a assinatura do Presidente da República. Esse projeto, redigido em apenas uma folha, vive, então, a sua fase corrente, já que foi concebido com o objetivo de cumprir um propósito – isto é, o de receber a sanção presidencial. No momento em que as ações prescritas na lei são executadas, o arquivo adentra a sua fase intermediária. A terceira e última fase, à maneira de Knauss, refere-se ao arquivamento do projeto de lei, observados os devidos procedimentos de preservação, e a inserção desse registro em uma narrativa histórica sobre o período em que foi idealizado, debatido e implementado, bem como acerca dos eventos e personagens que lhe dizem respeito.

A mesma alegoria é possível no contexto das investigações da Arquidiocese de São Paulo. Cada um dos mais de setecentos processos militares analisados no projeto de Arns e Wright, um conjunto que soma mais de oitocentas mil páginas, viviam, no momento de sua escrita (realizada por datilógrafos, no caso dos documentos produzidos em máquinas), a fase corrente. Em seguida, na fase intermediária, os processos eram devidamente executados no âmbito da Justiça Militar, em um contexto de perseguição e repressão política aos opositores da ditadura. Uma vez arquivados, já na fase permanente, as milhares de folhas, com seus traços à caneta, assinaturas e carimbos, passam a integrar uma narrativa histórica a respeito do regime. Deixam de ser meramente um registro jurídico e se tornam um documento da história nacional. O projeto *Brasil: Nunca Mais*, que logo deu origem ao célebre livro homônimo, ao introduzir esses arquivos em uma determinada narrativa sobre a ditadura civil-militar, administrou a fase final das fontes.

Se aquele projeto de lei fosse submetido a um processo de digitalização, seria possível criar uma cópia digital da folha que tanto teria circulado pelas devidas instâncias políticas. A cópia facilitaria o acesso da população aos temas debatidos e às medidas aprovadas no âmbito do poder público, tornando-o transparente e, de certa maneira, um tanto mais republicano. Além disso, tendo passado por sua fase permanente, seguindo as categorias de Knauss, o documento seria encontrado com facilidade por pesquisadores interessados no período em que a lei foi sancionada e implementada. A mesma relação é possível no que diz respeito aos processos consultados pelos idealizadores do *Brasil: Nunca Mais* em meados da década de 1980, que logo se tornou um dos livros de maior circulação do país à época, e que foi digitalizado a fim de otimizar a disponibilidade deste acervo tão importante para a história nacional. Fotocopiados ainda no contexto da ditadura a fim de assegurar o acesso às fontes ao longo da produção da obra, poderíamos dizer que a criação das cópias habitava a fase permanente, já que foram criadas justamente para consolidar, a partir da publicação do livro e da publicização das violações, uma narrativa sobre a ditadura. Isso pode valer para o posterior *Brasil: Nunca Mais Digit@l*: a digitalização é mais um passo na direção do acesso às fontes por parte de um grande público e, em especial, de pesquisadores cada vez mais numerosos. A digitalização parece dar amplitude às narrativas construídas pelos fundadores da iniciativa.

A tipologia de Knauss, entretanto, não é uma leitura definitiva dos arquivos históricos, cuja trajetória por vezes escapa às categorias criadas pelo autor, embora nos ajude a visualizar os caminhos percorridos por uma fonte – desde o instante em que não era exatamente uma fonte histórica (ou que não era assim interpretada) até a sua devida historicização. A digitalização, por exemplo, dificulta a inserção dos processos em apenas três etapas. O escaneamento e a reprodução dos documentos fariam parte de qual fase? Iniciariam outras fases não pensadas pelo autor? De acordo com Niels Brügger,

o material digitalizado é definido pela sua existência prévia em um formato não digital, tendo sido transformado para se tornar digital. Por exemplo, os originais não digitais poderiam ser documentos escritos à mão, mídias impressas ou meios eletrônicos audiovisuais analógicos, como o rádio e a televisão, e poderiam ter sido digitalizados de diversas formas, desde a datilografia e a sua transferência para cartões perfurados, até o escaneamento de documentos, impressões e fotografias, bem

como a criação de arquivos de imagem, ou a gravação digital de sons analógicos e figuras em movimento.<sup>330</sup>

Em outras palavras, o arquivo digitalizado presume uma versão anterior em formato analógico - isto é, um arquivo físico - como é o caso do projeto de lei hipotético sobre o qual raciocinamos anteriormente ou dos processos militares utilizados na produção do *Brasil: Nunca Mais*.

A despeito de seu atual sucesso, porém, iniciativas de digitalização nem sempre foram vistas como funções primordiais da pesquisa acadêmica. De acordo com Jim Mussell, a estabilidade é uma característica comumente associada à fonte histórica, garantindo-lhe a convicção necessária para que seja observada a partir dos devidos paradigmas científicos.<sup>331</sup> O mesmo vale para Pedro Telles da Silveira, para quem

ainda que a instabilidade do documento histórico na internet seja reconhecida, não deixa de estar pressuposta a necessidade de que a fonte histórica possua outra característica para se tornar analisável – nomeadamente, que uma fonte histórica tem de ser *estável*.<sup>332</sup>

Documentos digitalizados, entretanto, por vezes são encarados apenas como ferramentas opcionais ou versões inautênticas dos originais. Os pesquisadores Eric Brasil e Leonardo Fernandes Nascimento argumentam que

toda cópia, para que seja considerada “verdadeira” – no sentido de semelhante ou fidedigna ao original –, exige *uma forma relativamente fixa*, em termos de um conteúdo estável, uma procedência e um contexto que assegurem que a digitalização foi bem-sucedida: a inteireza do conteúdo necessita de fato estar presente na cópia digitalizada, aquilo que os arquivistas denominam cadeia de custódia.<sup>333</sup>

Um acervo digital, pois, só é reconhecido enquanto fonte legítima de pesquisa se cumprir certos pré-requisitos, os quais são igualmente determinados em trabalhos baseados em fontes físicas ou analógicas.

Não ser estável, pois, é característica suficiente para que uma fonte seja tomada pela desconfiança. Todavia, nem mesmo os registros físicos são herméticos ao ponto de que informações importantes não escapem à análise de um pesquisador. Repete-se exaustivamente ao longo dos anos de graduação em história que uma fonte nunca segue a mesma quando revisitada. Por que, pois, alimentar a expectativa de que o documento digital fornecerá todos os dados que um investigador necessita para a sua pesquisa? Independentemente do

suporte, uma fonte deve ser sempre examinada de forma crítica ou seja, é essencial saber quem a criou, com qual finalidade, como e por quais motivos ela foi selecionada e preservada.

Na introdução da obra *History in the digital age*, uma coletânea de artigos publicada pela editora Routledge, a historiadora Toni Weller defende que o meio ou suporte de uma mensagem é capaz não só de alterá-la, como também de transformar as interpretações que produz.<sup>334</sup> A digitalização não provoca apenas uma mudança de suporte, mas também uma transformação da materialidade da fonte. Brasil e Nascimento destacam que,

ao ser digitalizada, a fonte torna-se *dataficável*. Um documento de texto, por exemplo, converte-se em uma base de dados de *strings*, termo que, na programação de computadores, representa uma cadeia ou sequência de caracteres: as fotos ganham regiões medidas em *pixels*; os registros, em áudio, diferentes comprimentos de onda.<sup>335</sup>

Em outras palavras, as interpelações que fazemos aos documentos digitais acabam assumindo abordagens diferentes. No caso dos arquivos, uma preocupação especial de Weller, a digitalização – e, consequentemente, a conformação da fonte a um novo suporte – resulta em variações entre o original e a cópia. Em menção a um estudo de caso acerca da eclosão da cólera em uma cidade do século XVIII, a autora revela que as cartas que circularam pela região contaminada eram desinfectadas com vinagre a fim de evitar a propagação da doença. O forte odor da substância, que ainda podia ser sentido após dois séculos do surto epidêmico, bem como as datas registradas nas cartas, foram elementos cruciais no mapeamento da progressão da cólera.<sup>336</sup> Nesse sentido, Brasil e Nascimento atentam para o fato de que

a rematerialização envolve o desaparecimento parcial ou total de uma considerável gama de propriedades organolépticas (a cor, o brilho, a luz, o odor, a textura, a maciez, o som, o sabor etc.) que, de fato, podem ser determinantes na descrição de determinadas fontes históricas.<sup>337</sup>

Se esta investigação tivesse por base um acervo digitalizado, que certamente não contaria com os cheiros dos arquivos originais, como os pesquisadores poderiam ter chegado àquela conclusão? Uma curadoria atenta incluiria os dados olfativos nos metadados de uma versão digital das cartas, mas de que maneira seria possível garantir esse cuidado?

Além da perda de certas propriedades, há de se destacar o fato de que, em

certas ocasiões, a digitalização sequer é possível. A título de exemplo, Katie Halsey e Rosalind Crone citam o caso da criação de um acervo digital a partir de mil e quinhentas peças teatrais de Thomas Hailes Lacy, das quais cerca de quatrocentas foram excluídas do projeto em razão da intensidade com a qual os textos de um dos lados das folhas foram marcados, fator que impossibilitou o uso da tecnologia OCR (*Optical Character Recognition* ou Reconhecimento Ótico de Caracteres, em português).<sup>338</sup> Quando foram submetidas ao escaneamento, a iluminação fez com que as páginas traseiras dessa seleção de peças transparecessem sob as partes digitalizadas, tornando inviável a conversão do material em documentos de texto editáveis. Quem quer que estivesse escrevendo suas teses com base no acervo de Lacy deparava-se com uma lacuna razoável, tendo que buscar alternativas que suprissem essa falta como a requisição de fotografias das peças (que não contariam com os prós do OCR) ou, abdicando do conforto possibilitado pela digitalização, a visita ao local em que foram preservados os documentos originais.

Na coletânea citada anteriormente, Kevin Kee, Spencer Roberts e William Turkel sugerem que todo pesquisador que se depare com documentos ainda não digitalizados tem o dever de criar cópias desse material e torná-lo disponível para um público maior através da internet.<sup>339</sup> A sugestão também facilitaria o trabalho do próprio investigador, já que a busca pelas fontes seria otimizada pelo uso de um banco de dados digital. No entanto, se um trabalho que exige comprometimento for realizado de maneira displicente e desatenta às premissas que fazem da fonte digitalizada um meio que dispensa a consulta à sua versão analógica, multiplica-se a ocorrência de falhas ou lacunas, estimulando ainda mais a suspeita que pesquisadores apegados às tradições científicas possuem sobre o digital. Se as cartas dos tempos do cólera tivessem sido digitalizadas por um pesquisador independente, ou mesmo se as peças de Lacy fossem escaneadas sem que se levasse em consideração as falhas sobre as quais comentamos no parágrafo anterior, esses acervos digitais sofreriam com uma série de incongruências e possivelmente não contariam com prestígio e com muitos usuários.

É claro que os processos de digitalização não acarretam sempre na perda de detalhes, mas por vezes acabam colocando-os em evidência. Uma iniciativa da instituição britânica *Royal Academy School of Arts* e da Google, empresa

responsável pelo projeto de preservação artística *Google Arts & Culture*, disponibilizou na internet uma imagem em alta resolução de “A última ceia”, a famosa obra do pintor italiano Leonardo da Vinci, replicada em tinta a óleo pelos seus alunos a fim de garantir a conservação da pintura original. Do pequeno saleiro derrubado pelo braço direito de Judas Iscariotes aos pés de Cristo, apagados do original após a construção de uma porta na parede em que haviam sido pintados, a qualidade da versão digital permite que os detalhes da cena, os quais passavam despercebidos a olho nu, possam ser vistos de perto, como demonstra Camilo Rocha em uma matéria publicada no jornal Nexo a respeito do projeto.<sup>340</sup>

A digitalização demanda um investimento financeiro considerável, o que nem sempre está ao alcance de grupos de pesquisa ou institutos no âmbito das humanidades, os quais sabidamente sofrem com carência financeira e aplicação desigual de recursos nas universidades. Trata-se, também, de um método complexo que exige certos enquadramentos. Halsey e Crone lançam mão de algumas interrogações que podem balizar a avaliação de um acervo digital. São elas:

quais foram os princípios de seleção e os critérios para a inclusão ou exclusão do material? Como e onde as fontes seriam pesquisadas? Quem as encontraria? Quantos documentos constituem uma amostra suficientemente ampla para dar início a uma pesquisa? Como atestar a confiabilidade das fontes?<sup>341</sup>

Não se trata apenas da vontade de tornar uma coleção pública e acessível através da internet, mas de dedicar tempo, dinheiro e um esforço intelectual à digitalização de arquivos e à constituição de um acervo. Nesse sentido, a doutora Mariana Giorgetti Valente, diretora do *InternetLab*, aponta para o problema da descontinuação de projetos de digitalização, provocada pelo desinteresse acerca do futuro dessas iniciativas. Em suas palavras,

a produção imediata, de preocupação jornalística, para plataformas externas e sobre as quais não se tem controle de continuidade é um problema para a construção da memória.<sup>342</sup>

A autora identifica um clima de urgência acerca do digital que paira sobre as humanidades, especialmente no caso da digitalização, que surge como uma condição inevitável, uma exigência moderna para os arquivos e todos aqueles interessados em sua manutenção. Se forem tomadas como imposições ou

obrigações, as iniciativas de digitalização correrão o risco de ser mal implementadas. Em detrimento da ideia de projeto, Valente defende as “políticas de digitalização”, colocando em evidência a sua continuidade e a devida aplicação. Executada sob as definições de uma política, a digitalização torna-se uma espécie de *modus operandi* da pesquisa acadêmica. Ela é implementada tendo em vista a sua permanência, a sua atualização, a reflexão sobre os seus desdobramentos. É acompanhada de perto por pessoas engajadas na criação de acervos digitais qualificados e na formação teórica em humanidades digitais.

Levando em consideração as utilidades diversas de um acervo digital, os altos custos costumam compensar (especialmente se todas as premissas de uma digitalização funcional forem cumpridas). Em uma conferência proferida para o público de um dos encontros da *Association for Spanish and Portuguese Historical Studies*, o pesquisador Adrian Shubert, especialista na história espanhola, expôs as suas impressões sobre as grandes mudanças pelas quais passou o arquivo municipal de Mieres, uma comunidade autônoma das Astúrias, desde o final dos anos 1970, momento em que buscava o seu título de PhD. Shubert contou aos colegas que o assistiam a seguinte anedota:

hoje, há um *website* com fotos de uma confortável sala de leitura, os horários de abertura e uma pequena coleção de documentos digitais, além de uma página informativa em inglês, francês e asturiano, bem como em espanhol. Nada disso, nem mesmo a sala de leitura, existia quando realizei a minha pesquisa na cidade de Mieres há 35 anos. Naquela época, eu era conduzido até uma longa e estreita escadaria que me levava até um úmido porão, conectado a um corredor igualmente apertado que seguia na direção de uma frágil porta de madeira. Iluminada por uma lâmpada à mostra, havia uma pequena sala com algumas estantes e uma série de papéis espalhados pelo chão. Enquanto eu buscava pelas folhas desorganizadas – e vocês podem imaginar em que condição estavam em meio ao clima das Astúrias –, ouvi um som assustador (que eu pensava ter sido emitido por um cachorro ou por um gato do lado de fora do prédio) vindo da prisão da comunidade, bem próxima ao porão, onde um jovem solitário chorava debaixo de seu casaco militar. Somente após uma escapada para o bar ao lado do arquivo e um gole de conhaque que pude me acalmar e retomar o meu trabalho.<sup>343</sup>

Frequentemente visitado pelo pesquisador durante os seus anos de formação na Universidade de Londres, o local deixou marcas muito singulares na trajetória de Shubert. Diante de seu público, reembrou as péssimas condições de um dos arquivos mais importantes de sua pesquisa, bem como os

embaraços pelos quais passou nas visitas àquele lugar.

O que nos importa é a surpresa de Adrian com as modificações implementadas no arquivo municipal de Mieres. Entre os tempos do porão e a palestra citada, realizada em 2013, o espaço passou a contar com documentos digitalizados colocados à disposição de outros pesquisadores na página oficial da instituição. Os novos recursos do arquivo estimularam Shubert a refletir sobre a digitalização de fontes históricas e seus variados impactos teórico-metodológicos. Para ele, não há quem negue o avanço que a difusão dos acervos digitais representa para toda a comunidade de pesquisadores em história. Os documentos são mais facilmente acessados pelos investigadores, as tecnologias de busca otimizam o tempo de trabalho e facilitam a procura por termos-chave relativos ao tema pesquisado e as instituições envolvidas em projetos de digitalização têm colaborado cada vez mais entre si, o que resulta em um convívio intelectual e profissional bastante construtivo.<sup>344</sup>

Mesmo com vantagens substanciais, há quem prefira dar destaque às perdas causadas pela criação de acervos digitais e pela conformação de fontes históricas a um suporte digital. Algumas delas, inclusive, já foram colocadas em questão em parágrafos anteriores – como é o caso das propriedades organolépticas de um arquivo, por exemplo. De acordo com o historiador e cientista da informação Hercules Pimenta dos Santos,

a virtualização dos acervos permanentes dos Arquivos, com sua disponibilização remota por meio da Internet, pode desencadear num esvaziamento dos Arquivos físicos impactando de algumas formas na instituição e nas narrativas históricas.<sup>345</sup>

Ao longo da produção de seu artigo, o pesquisador entrevistou vinte e seis historiadores e arquivistas brasileiros e espanhóis, os quais emitiram suas visões sobre a necessidade (ou não) da visita aos arquivos públicos. Os entrevistados dividiram-se em pontos de vista mais ou menos apegados à importância de estar presente em uma instituição arquivística, colocando em questão a flexibilização do acesso às fontes, a comprovação da integridade do material investigado, o conhecimento de outros acervos (não exatamente no foco de uma pesquisa) à disposição neste espaço e a relevância de estar em contato com os documentos originais (e com todas as dimensões que lhe são próprias). Santos defende que,

para os casos de pesquisas que estabelecem seu foco no conteúdo textual do documento de arquivo, existindo essa fonte digitalizada de forma a permitir contato efetivo com o conteúdo textual, será claramente possível realizar uma pesquisa remotamente. De tal modo, compreendemos que algumas pesquisas carecerão de visitas ao arquivo e outras, não. Mas o contato com a materialidade do documento é capaz de promover novos olhares para o pesquisador, permitindo ampliações em suas predefinições iniciais. Por exemplo, ter contato com um dossiê completo pode levar o pesquisador a conhecer novos documentos que dilatarão suas percepções e seus questionamentos.<sup>346</sup>

O autor, portanto, coloca-se de forma ponderada entre os argumentos de seus entrevistados. Reconhece a possibilidade de pesquisar remotamente sem que o distanciamento afete negativamente a qualidade de um trabalho acadêmico, mas também admite a existência de elementos que só são revelados ao pesquisador se este deslocar-se até um arquivo e consultar os acervos presencialmente.

Já observações como “uma coisa é ver na tela do computador um documento do ano 1500, outra, é vê-lo pessoalmente” ou “os jovens pesquisadores acreditam que o que está digitalizado e disponível na rede é o que se tem disponível para consulta, não despertando a curiosidade de acudir a outros documentos”, respectivamente expressadas por um arquivista brasileiro e por um *documentalista* espanhol, denotam um estranho fetiche pelo arquivo físico, que se manifesta de maneiras pouco factíveis e em visões essencialistas.<sup>347</sup> Há sempre o pressentimento de que algo foi perdido na produção de trabalhos baseados em acervos digitalizados – e, também, a convicção de que eles estariam completos caso fossem privilegiadas as fontes em seu suporte original. O fetiche, aliás, não se restringe a observações descompromissadas, como essas que Santos reuniu em sua pesquisa. Em *O sabor do arquivo*, Arlette Farge manifesta a sua desconfiança em relação à tecnologia da microfilmagem de fontes históricas, as quais, em sua visão, embora “úteis para a conservação”, “farão com que alguns esqueçam a abordagem tátil e imediata do material, essa sensação preensível de vestígios do passado”.<sup>348</sup> O fetiche é um fenômeno que se manifesta em diferentes estágios da vida acadêmica. Os trechos em destaque, porém, dizem mais sobre a inclinação teórica de Farge e dos profissionais entrevistados do que propriamente sobre as vantagens e o ônus da digitalização.

Entre as vantagens e as desvantagens, as políticas de digitalização tornaram-se um norte para muitos profissionais envolvidos com arquivos e com a preservação de documentos. Hoje em dia, todo novo acervo coloca aos seus autores a tarefa de criação de uma versão digital – quando já não é inteiramente virtual. É uma tendência que se expande pela pesquisa acadêmica, na visão de David M. Berry, para quem as humanidades digitais se manifestam em “ondas”.<sup>349</sup> Segundo Nanna Bonde Thylstrup, a digitalização é, atualmente, um paradigma político-cultural:

projetos de digitalização em massa são marcadamente políticos. Não no sentido de mimetizarem políticas de instituições relativas à memória cultural analógica e as transferir para a esfera digital, ou de libertarem objetos pertencentes à memória cultural dessas mesmas políticas institucionais. Na realidade, a digitalização em massa revela um novo paradigma político em torno da memória cultural, o qual exibe continuidades técnicas e ideológicas combinadas a novos ideais e oportunidades.<sup>350</sup>

Nesse sentido, os documentos físicos, das papeladas burocráticas aos livros, têm sido frequentemente submetidos a processos de digitalização, adaptando-os a um novo suporte.

De que maneiras tantas observações sobre a digitalização se manifestam no contexto do *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, o acervo criado a partir dos arquivos utilizados na escrita do livro homônimo para o qual dedicamos a primeira parte deste texto? A constituição do acervo foi conduzida por grupos efetivamente interessados na criação de uma ferramenta sólida, rastreando detalhadamente cada uma das falhas surgidas ao longo da digitalização das mais de oitocentas mil páginas entre processos judiciais, partes do relatório e peças de outros acervos que foram integradas ao projeto. Como foi dito na seção anterior, as correções ou substituições, no caso de imagens irreparáveis, somam mais de duzentas mil cópias. Nesse sentido, as variações que inevitavelmente se manifestam na geração de cópias digitais de arquivos físicos foram bem administradas pelas diversas entidades em cargo da digitalização (e assim devem ser em qualquer outra iniciativa).

Não há registros sobre a inclusão de dados acerca das propriedades organolépticas nos metadados de cada página – isto é, os cheiros, as cores ou texturas, elementos que poderiam produzir algum impacto sobre a fonte –, mas foi mantida a organização original das pastas tanto nos casos do acervo do

Conselho Mundial de Igrejas e da Comissão de Justiça e Paz quanto no caso dos processos militares. Além disso, é possível fazer o download de todo o conteúdo documental disponível no site, o que permite aos pesquisadores o acesso às fontes de maneira offline – ou seja, sem haver uma conexão com uma rede de internet, ainda que seja necessária a posse de dispositivos que reproduzam os arquivos. Cada segmento dos processos foi estruturado em arquivos .pdf, cujos tamanhos variam bastante (a título de exemplo, o processo 001, que corresponde à ação penal 65/69, possui pouco mais de oitenta megabytes, enquanto o processo 279, referente à ação penal 7735/69, possui mais de seis gigabytes de informação). O relatório do *Brasil: Nunca Mais* e os acervos da Comissão de Justiça e Paz e do Conselho Mundial de Igrejas, por sua vez, são transferidos em pastas .zip, exigindo, ainda, programas de descompactação de dados que possibilitem o acesso aos respectivos arquivos no formato .pdf.

A despeito dos requisitos técnicos, o *Brasil: Nunca Mais Digit@l* não cria barreiras para os usuários que tenham interesse em armazenar as fontes acessadas online nos seus computadores pessoais, garantindo certa estabilidade para pesquisas baseadas no acervo (afinal, sempre há um receio de que os servidores do portal possam cair e deixá-las desamparadas), embora não seja possível realizar determinadas edições nos arquivos .pdf em razão de limitações tecnológicas. Recapitulando, a primeira fase do projeto envolveu a obtenção de cópias do acervo mantido no *Latin American Microform Project*, do *Center for Research Libraries* (CRL/LAMP). Os 543 rolos microfilmados foram duplicados nos Estados Unidos e trazidos para o Brasil com o apoio do Consulado Geral do Brasil em Chicago, por intermediação do Ministério Público Federal. A partir do emprego de equipamentos e serviços próprios, os rolos ainda foram digitalizados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, que também digitalizou um processo original (BNM 279) cedido pelo Superior Tribunal Militar. Em seguida, efetuou-se uma revisão para identificar folhas ilegíveis ou ausentes e cópias de baixa qualidade, danificadas, repetidas ou fora de ordem. Tudo foimeticulosamente conferido a fim de garantir a sequência e a integridade dos processos militares originais, e logo passaram para o processo de indexação, executado pela empresa *DocPro*, responsável pela aplicação de uma tecnologia de reconhecimento ótico de caracteres própria.

Do ponto de vista teórico e metodológico, o *Brasil: Nunca Mais Digit@l* é

baseado em conhecidos fundamentos da disciplina histórica. Colocando à disposição de um grande público todo o acervo utilizado na produção do livro *Brasil: Nunca Mais* sem que seja feita qualquer consideração sobre o impacto da digitalização desses documentos, o projeto exerce apenas a função de facilitador entre as fontes e os pesquisadores, que já não dependem de custosas viagens até os locais onde os arquivos foram armazenados. É claro que isso não desqualifica o projeto, uma das grandes iniciativas de digitalização do país – não apenas pela lisura do trabalho que foi empreendido, mas também pela quantidade de pessoas cujas pesquisas foram possibilitadas pela existência do acervo na internet. O que coloco em discussão é se, à maneira de Anaclet Pons, “a história digital efetivamente promove algo diferente ou, por um outro lado, se apenas ilumina o passado de um novo ângulo”.<sup>351</sup> O *Brasil: Nunca Mais Digit@l* reinventa a prática histórica, algo que se presume sobre iniciativas informacionais, ou apenas lhe garante novos suportes? Assim como a grande maioria das interrogações levantadas neste trabalho, a pergunta não conta com soluções fáceis. O debate, inclusive, segue ativo, e variadas respostas podem dar outros sentidos à questão.

# *Acervos de museus nas redes sociais: as pinturas do Gabinetto Segreto no Instagram do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles*

*Gabriela Isbaes*<sup>352</sup>

## **Introdução**

É convencional pensar nos museus como espaços para a construção de memórias, os quais realizam coleções e expõem objetos com o intuito de

preservar e divulgar bens culturais que constituem o passado de determinados indivíduos ou sociedades. Apesar dessas instituições ainda cumprirem esse papel, com o advento do digital enfrentam alguns desafios concernentes a sua posição.<sup>353</sup> Isso porque os modos tradicionais de preservação das memórias sofrem tensões, haja vista que os arquivos físicos vêm sendo complementados, ou até mesmo substituídos, por bancos de dados digitais.<sup>354</sup> Estes, como aponta Lev Manovich,<sup>355</sup> se configuram como os novos espaços de conceituação da memória cultural e coletiva, os quais propiciam a disponibilização massiva de informações na internet.

Seguindo essas tendências, diversos museus têm adotado o uso de bancos de dados online para expor seus acervos e coleções, bem como utilizam as redes sociais como meio de divulgação. Isso porque, o armazenamento digital é encarado como ilimitado, o que garante de forma mais acertada a salvaguarda desses materiais (ao menos de fotografias e catalogações destes) para a posteridade. Ademais, essa nova forma de armazenamento de dados impactou as pesquisas na área de Ciências Humanas, ao popularizar o acesso às bases de conteúdo e a uma ampla variedade de arquivos e fontes, antes pouco acessíveis por estarem presentes apenas de forma física nos museus e instituições de pesquisa.<sup>356</sup>

Apesar da tendência em acreditar que a perda de arquivos inseridos em espaços virtuais é impossível de acontecer, ela precisa ser considerada.<sup>357</sup> Exemplos como o Museu Arqueológico Nacional de Nápoles (MANN), que teve seu site com uma galeria de imagens retirado do ar, e que será trazido adiante, nos fazem refletir e compreender que estes arquivos, assim como os deixados no suporte físico, também são efêmeros.<sup>358</sup> Ademais, as relações de poder e as concepções sociais, culturais e políticas que perpassam os diversos momentos da história, determinam quais materiais serão preservados, divulgados ou descartados.<sup>359</sup>

No sítio arqueológico de Pompeia, na Itália, desde o início das escavações no século XVIII, os itens encontrados nas ruínas soterradas pelo Vesúvio em 79 d.C. vinham sendo explorados pelos regimes de governo que estiveram vigentes na região. O intuito era o de selecionar peças que resgatassem o passado romano do qual acreditavam ser ancestrais. Essa seletividade deixou

marcas significativas nas visões sobre a cidade e sobre o mundo romano, em especial no que diz respeito às noções de gênero e sexualidade.<sup>360</sup>

Uma das salas mantidas no Museu Arqueológico Nacional de Nápoles sofreu influências significativas dessa seletividade. O *Gabinetto Segreto* (GS) por muitas décadas teve visitas proibidas por possuir peças das cidades vesuvianas consideradas de cunho erótico, as quais não faziam parte do passado romano que a modernidade desejava construir. Hoje o GS é aberto ao público e possui fotografias de alguns de seus artefatos no site<sup>361</sup> e na página do Instagram do MANN,<sup>362</sup> sendo que na rede social a quantidade de imagens disponibilizadas é muito maior, de modo que se torna um banco de dados do museu, mesmo que informal.

Por conseguinte, me volto às pinturas constituintes do acervo do *Gabinetto Segreto* presentes no Instagram do MANN. O intento é o de averiguar as diferentes recepções e reações dos usuários da rede social às imagens, e se estas se conectam aos estudos mais recentes, que se debruçam a estudar essas peças e reinterpretar seus significados além da esfera sexual, encarando a sexualidade dos povos antigos dentro de seu contexto específico. Além do mais, o modo de divulgação desses materiais será analisado, tendo em vista que o próprio museu pode dar contornos interpretativos de acordo com as legendas que emprega nas publicações.

As imagens do *Gabinetto* foram selecionadas para análise na página do Instagram entre os dias 23 e 26 de novembro de 2019. Portanto, os dados trazidos correspondem a esse período, podendo os números ter variado em momento posterior. Ainda, cabe discorrer acerca dos museus na era digital, a fim de compreender como se dá a dinâmica de interação entre espaço físico e virtual, e quais as implicações dessa relação para a preservação e divulgação dos acervos museológicos. É interessante, por fim, trazer algumas particularidades de como cada momento lidou com as descobertas de Pompeia, com enfoque na criação dos acervos do *Gabinetto Segreto*.

### **O acervo de Pompeia no *Gabinetto Segreto***

A história do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles tem início em 1734, quando Nápoles se torna um reino independente e passa aos comandos do rei espanhol Carlos III, da dinastia Bourbon. O monarca empreendeu

escavações nas regiões dos sítios arqueológicos de Herculano, Pompeia, Estábia e Oplontis, cidades soterradas pela erupção do Vesúvio no ano 79 d.C, pois visava consolidar a posição do reino por meio da exploração da história e cultura local.<sup>363</sup> Assim, é possível constatar que as pesquisas na região vesuviana tiveram início não devido a avanços científicos na área arqueológica, mas sim, foram influenciadas por questões políticas, visto que Carlos III buscava estes materiais para solidificar seu poder.<sup>364</sup>

As primeiras escavações foram realizadas na região de Herculano, e se depararam com as ruínas da cidade em 1738. Pompeia foi descoberta dez anos mais tarde.<sup>365</sup> Os vestígios das casas, prédios públicos e objetos cotidianos presentes nesses sítios arqueológicos chamaram a atenção por conta de seu bom estado de preservação. Entretanto, Carlos III visava encontrar objetos de arte, como esculturas e pinturas, com o intento de demonstrar o esplendor do passado napolitano, ligado diretamente aos romanos. Estes materiais eram levados às coleções particulares do monarca, garantindo o status e o poder necessários à consolidação da monarquia.<sup>366</sup>

Nesse interim, a primeira escultura a ser escondida do público, e que começa a dar moldes ao que décadas mais tarde seria o *Gabinetto Segreto*, foi a de Pã com a Cabra (Imagem 1), encontrada na Vila dos Papiros, em Herculano, no ano de 1752. Carlos III julgou a escultura ofensiva, uma vez que esta traz Pã, deus grego dos campos, bosques e pastores, a copular com uma cabra. No entanto, ao invés de destruí-la, o monarca ordenou que a trancassem em uma caixa do Museo Real di Portici, na coleção denominada *Priappi* – em alusão do deus Priapo, que tem seu grande falo como característica física mais marcante.<sup>367</sup>



Imagen 1: Autor desconhecido. Pã copulando com uma cabra. Escultura de Herculano. Acervo do MANN. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BD5oR54CM9i/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

Fernando I, filho de Carlos III, unifica em 1777, na cidade de Nápoles, as coleções de antiguidades sob poderio de sua família. Estas foram alocadas no prédio do recém-criado Museo Bourbonico, o qual comportava também a Real Biblioteca. A instituição passou a servir de referência para as pesquisas na área da antiguidade e o seu acervo se expandia com os avanços nas escavações. Décadas mais tarde, a polêmica com os objetos considerados obscenos começa a germinar, o que leva à criação, em 1819, do *Gabinetto degli Oggetti Osceni*.<sup>368</sup> Com mais de 100 objetos, a coleção era frequentada apenas por pessoas consideradas como portadoras de boa moral e de idade avançada.<sup>369</sup> Contudo, por ser tão restrita, ao invés de permanecer em um espaço silencioso na história do museu, despertou a curiosidade do público e passou a receber constantes requisições de visitação. Como reconstruir um passado dotado de sexualidade não era o intento da casa Bourbon, todo o impacto causado pelo *Gabinetto* faz com que a entrada neste fosse vetada por completo.<sup>370</sup>

Em 1863, com as movimentações para a unificação italiana, Giuseppe Fiorelli é colocado no comando das escavações da região vesuviana e se torna diretor do renomeado Museo Nazionale di Napoli, agora propriedade do Estado. O diretor tinha a incumbência de auxiliar no processo de criação e legitimação da nação, por meio da utilização das peças sob salvaguarda da

instituição que geria. Neste momento, a coleção do *Gabinetto* passa a ser denominada *Collezione Pornografica*, e é reaberta para visitação, mesmo que com algumas restrições para mulheres e clérigos. Fiorelli dá um importante passo ao catalogar os objetos nela expostos, que até então eram retirados de seus locais de achado sem os cuidados devidos, sendo, em alguns casos, escondidos e até destruídos.<sup>371</sup>

Na primeira metade do século XX o fascismo entra em curso na Itália e novas direções são dadas à *Collezione Pornografica*. Mussolini, ao pregar um ultranacionalismo e a reconstrução de um império tal qual foi o romano, buscava a criação de uma identidade nacional baseada no passado antigo e, por isso, mais uma vez é vetada a visitação aos objetos que continham um aparente cunho sexual.<sup>372</sup>

O GS foi reaberto apenas no ano 2000, com restrições de público e horário de visitas, tendo que lidar com ferrenhas críticas do Vaticano, que considerava imorais os objetos expostos. A abertura do *Gabinetto* após tantos anos selado é reflexo de esforços empreendidos por pesquisadores que buscam os significados desses materiais na cultura pompeiana além da esfera erótica.<sup>373</sup>

Desse modo, é possível compreender como os valores morais de cada uma das sociedades no tempo e espaço influenciam as escolhas e interpretações realizadas sobre a cultura material, bem como sobre as demais fontes. Além disso, fica evidente o uso político da memória, pensado a partir das localidades e momentos nos quais se dá a construção de discursos.<sup>374</sup>

### **Os museus em diálogo com o digital**

A preocupação com a memória passa a ser uma das grandes inquietações culturais e políticas que emergem nas sociedades ocidentais no final do século XX, no que Andreas Huyssen denomina de mudança dos “futuros presentes” para os “passados presentes”.<sup>375</sup> Isso porque, a ansiedade com relação ao futuro, que marcou as vanguardas e a modernidade, cedeu lugar a uma necessidade de responsabilidade pelo passado, de preservação das marcas deste em nosso presente.

Nesse sentido, durante a pós-modernidade a preocupação com a memória ganha lugar de destaque e os museus tomam novas configurações. Desde a

Revolução Francesa, no século XVIII, essas instituições realizaram um uso político da memória, ao articular em suas exposições e coleções as noções de nacionalidade, tradição e herança, de modo a legitimar a identidade cultural de algumas nações. Entretanto, a partir da pós-modernidade e dos movimentos sociais emergentes no decorrer do século XX, os museus, antes encarados como espaços conservadores, protetores das culturas de elite e por ela frequentados, se transmutam em local de representação de grupos sociais diversos. Além disso, são empreendidas modificações na arquitetura dos prédios e nos modos de elaboração das exposições e coleções, sendo realizadas melhorias na curadoria das obras relacionadas a grupos antes relegados.<sup>376</sup>

Assim, fica perceptível que os discursos de memória são específicos a cada momento histórico e social,<sup>377</sup> de modo que os museus se adaptam aos gostos de seus frequentadores, inseridos agora em uma dinâmica de vivências imediatistas, que requerem maior interação e reconhecimento com o acervo.<sup>378</sup>

Os arquivos digitais atendem a essa demanda, haja vista a possibilidade de acesso facilitado aos objetos e exposições, bem como da interação com estes, que agora ultrapassa o espaço físico e se ressignifica. Portanto, além das divulgações online, considera-se cada vez mais colocar os acervos completos à disposição do público na web. Hoje, os exemplos de acervos digitais são muitos, e vão desde bibliotecas e centros de documentação, até bancos de dados completos de museus que, em alguns casos, permitem visitas online, como o Louvre, na França.<sup>379</sup> Por meio do digital, muitas imagens e representações dos acervos podem ser preservadas a longo prazo ou recuperadas com maior facilidade, de modo a favorecer a recriação de peças perdidas ou sem possibilidade de restauro, bem como as pesquisas desenvolvidas com essas fontes.<sup>380</sup>

Ademais, a ameaça de perda dos objetos alocados em acervos físicos, como exemplo do ocorrido no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 2018, que foi acometido por um incêndio que destruiu a maior parte de seu acervo, faz com que um dos grandes objetivos da criação de arquivos digitais seja a salvaguarda para a posteridade. Nesse sentido, políticas para a preservação de documentos digitais precisam ser pensadas. Estas devem ter como pauta um compromisso ético para a tomada de decisões sobre o que se deve ou não preservar, levando

em conta ainda os interesses do público, a diversidade e a acessibilidade, para que haja o acesso democratizado a esses materiais.<sup>381</sup>

No entanto, o próprio acervo digital, que parece de início ser indestrutível, de modo a salvaguardar esses objetos de arte de maneira infindável, pode não dar conta de atender a essa demanda. Servidores podem sair de mercado, softwares podem se desatualizar e informações e arquivos ser perdidas, tal como acontece com os materiais físicos.<sup>382</sup> Outrossim, a qualidade de backup das imagens que trazem os acervos pode ser baixa, de modo a não permitir uma boa visualização dos objetos, algo que com suporte físico, visto ao vivo, não aconteceria.<sup>383</sup>

Amparo-me no caso particular do MANN, pois além da página no Instagram, na qual são disponibilizadas fotografias com algumas das peças componentes das coleções do museu, este possuía até o início de 2018 um endereço virtual com uma galeria de imagens. Nesta era possível visualizar fotografias de uma parcela das esculturas, pinturas, objetos cotidianos, entre outros artefatos sob posse do museu e que são oriundos, sobretudo, dos sítios arqueológicos da região vesuviana. As fotografias, apesar de não possuírem boa definição, eram acompanhadas de informações referentes à catalogação e interpretação das peças, o que facilitava a pesquisa daqueles que se debruçavam a estudar estes materiais. Contudo, nesse mesmo período, o link de acesso à página deixou de funcionar, e uma nova página do MANN foi criada, contando com ares mais modernos e um *layout* que facilita o acesso dos usuários às informações.

Com a reformulação, a galeria de imagens foi retirada ar, e o novo site conta apenas com algumas poucas fotografias dos objetos, dispostas em abas específicas para cada uma das coleções e salas temáticas. A instituição não emitiu nenhuma justificativa para a mudança, mas é possível partir da hipótese de que se trata de uma necessidade de modernização, haja vista que o primeiro site trazia um *layout* antiquado, que dificultava o carregamento dos textos e imagens.

Além disso, como afirma Quaranta, com o advento do digital os museus físicos passam a perder público, em razão de que as obras se encontram disponíveis online, sem necessidade de deslocamento ao espaço físico para a

sua contemplação.<sup>384</sup> Entretanto, mesmo que os endereços institucionais não forneçam o conteúdo de seus acervos na íntegra com o intuito de que o público se dirija ao museu, diversos outros, como a Wikipedia,<sup>385</sup> o fazem.

De acordo com Pedro Paulo Funari “os documentos digitais apresentam-se, de imediato, como discursos, portanto subjetivos, e que dependem de uma interpretação para ser inteligível, também algo subjetivo”.<sup>386</sup> Nesse sentido, outro fator que pode ter contribuído para a retirada das imagens foi o uso descontextualizado dessas na web, de maneira a permitir apropriações, muitas vezes, desvinculadas do contexto original.<sup>387</sup>

Reproduções das pinturas e dos demais artefatos constituintes do *Gabinetto Segreto*, podem ser encontradas com facilidade na web, seja em artigos científicos e obras especializadas disponíveis online, bem como em blogs e sites de pesquisa. Além disso, games, documentários, filmes, entre outras produções atuais, exibem tais materiais do passado romano.

O problema, como afirma Funari, não está em recriar o passado em documentários ou em outros tipos de mídia de massa, afinal, estas reconstituições, apesar de carregarem certas doses de sensacionalismo, auxiliam a visualizar, por exemplo, como era uma casa ou algumas experiências sociais e culturais na Roma Antiga.<sup>388</sup> Todavia, a complicação está no tipo de discurso empregado e nas apropriações das imagens feitas nessas produções, posto que as informações atingirão um público que, em geral, é leigo no que diz respeito à história romana, que irá aderir-las como verdadeiras.

Os materiais componentes do acervo do GS, muitas vezes, são utilizados com a intenção de moldar a imagem de Pompeia como uma cidade envolta em sexo e prostituição, como se pode ver no documentário “Sexo no mundo antigo: Prostituição em Pompeia”, lançado no Brasil pelo *History Channel* em 2010. A produção traz objetos componentes da cultura material de Pompeia, alguns deles presentes no GS, empregados em diálogo com a fala de especialistas na área. O intuito é o de criar a imagem de Pompeia como a cidade do sexo na antiguidade. Isso porque, os significados diversos que estes elementos da cultura material possuíam nas vivências dos habitantes da cidade, são pouco explorados.<sup>389</sup>

Outros exemplos também podem ser encontrados com uma breve busca no

Google. Para citar um deles, o site Hypeness traz uma matéria, sem data de publicação ou autoria, que aborda Pompeia como “a primeira capital do sexo”.<sup>390</sup> A não ser pela menção de uma pequena fala da historiadora Kelly Olson sobre o trabalho das prostitutas na cidade, nenhuma referência é trazida para que saibamos de onde o autor retirou as informações trazidas no texto. No entanto, é interessante notar que imagens de alguns afrescos presentes no Lúpianar, considerado um prostíbulo pompeiano, são colocadas no decorrer da matéria, para justificar o título. A aposta é de que por meio do visual e de chamadas sensacionalistas, o autor consiga convencer o público leitor de maneira mais facilitada sobre os argumentos ali expostos.

O problema das cópias e das falsificações também pode fazer com que os museus restrinjam seus acervos virtuais.<sup>391</sup> As ferramentas de edição atuais permitem alterações que dificultam determinar se lidamos com a imagem original, livre de interferências, ou com uma cópia que sofreu modificações.<sup>392</sup>

Portanto, a disponibilização das coleções na internet não pode ser realizada de forma descuidada, mas sim, precisa levar em conta alguns critérios alinhados às intencionalidades da instituição, bem como contar com uma catalogação, a qual contemple aspectos históricos, sociais e culturais de produção.<sup>393</sup> Por isso, trata-se aqui da disponibilização no Instagram do MANN das imagens do *Gabinetto Segretto*, a fim de compreender qual o tratamento dado a estas fontes na rede social.

Com o advento do digital e a difusão das redes sociais, as postagens com fotos passam a ser as mais populares, as quais acabam por gerar um vasto banco de dados de imagens alocados em aplicativos como o Instagram. Essa rede social foi lançada em 06 de outubro de 2010 e hoje o aplicativo pode ser baixado em qualquer smartphone, ou mesmo utilizado em computadores.<sup>394</sup>

O Instagram, de acordo com Manovich, é um produto marcante na história das mídias modernas, uma vez que aloca em sua plataforma elementos diversos da cultura fotográfica, e ainda permite explorar outras funções em um único espaço.<sup>395</sup> Por meio do aplicativo é possível realizar fotos e vídeos editáveis, compartilháveis e ao vivo, visualizar fotos de outros usuários, curtí-las, comentá-las, e desenvolver uma conversa no *direct*, o bate-papo da plataforma. O autor atesta que o número de fotos publicadas no Instagram em

2013 era de 55 milhões por dia, dois anos depois, essa quantia passa para 80 milhões. No que diz respeito aos usuários, em 2015 eles eram cerca de 3,4 milhões, número que é projetado para crescer para 6,4 bilhões em 2021. Ou seja, é uma ferramenta que alcança um número expressivo de indivíduos, sendo um potencial espaço para divulgação de informações e dados.

Talvez os números supracitados, aliados às funcionalidades da rede social, sejam o motivo que levou o Museu Arqueológico Nacional de Nápoles a investir na divulgação de seu acervo no Instagram.

### **As pinturas do *Gabinetto Segreto* no Instagram**

A página do MANN no Instagram teve sua primeira publicação em abril de 2016, e até o dia 26 de novembro de 2019 somava 443 postagens, com 48 mil seguidores, sendo atualizada quase todos os dias. Como é característica dessa rede social, os *posts* do museu consistem em fotos e alguns poucos vídeos com legendas informativas, nas quais os seguidores do perfil podem interagir com poucos cliques por meio de curtidas e comentários.

Fotos de alta resolução, quando transferidas para a rede social, têm a qualidade diminuída para que o upload seja facilitado.<sup>396</sup> No caso do acervo do GS no Instagram do MANN, a informação de quais aparelhos foram utilizados para tirar as fotografias não é disponibilizada, mas estas possuem uma qualidade padrão para a rede social, de modo que as características principais das obras podem ser observadas com facilidade. Contudo, devido à possibilidade de inserção de filtros, aliada à limitação imposta pela plataforma para a dimensão das imagens, em alguns casos elas possuem recortes e variações de cores que prejudicam a visualização completa de seus elementos. As imagens aqui trazidas são capturas de tela das postagens do Instagram do MANN.

Apesar do Instagram do MANN contar com 443 publicações até o dia 26 de novembro de 2019, apenas algumas se referem aos materiais do *Gabinetto Segreto*. Ao consultar as publicações desde a data de início das postagens no perfil, em 6 de abril de 2016, puderam ser selecionadas sete delas, que trazem pinturas e servem ao propósito da pesquisa. Cabe ressaltar que, logo de início, no dia 7 de abril, a fotografia da escultura de Pã com a Cabra (Imagem 1), que compõe o acervo do GS, foi publicada. As reações à publicação são mínimas,

muito por conta de ser o segundo dia de funcionamento do perfil.

A primeira pintura do GS postada no Instagram do MANN traz as Três Graças, e aparece mais de uma vez entre as publicações. As Graças são Tália, Aglaia e Eufrosine, filhas de Zeus, que na mitologia grega eram as deusas de todas as diversões sociais.<sup>397</sup> O afresco encontrado em Pompeia data do século I d.C. Assim como as demais pinturas aqui trazidas, o pedaço de parede no qual a pintura estava alocada originalmente no sítio arqueológico foi retirado e levado até a coleção particular do museu.



Imagen 2: autor desconhecido. As Três Graças de Pompeia. Século I a.C. Pintura de Pompeia. Acervo do MANN. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BFBPoqeCMzC/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Na primeira vez em que é publicada (Imagen 2), em 5 de maio de 2016, a imagem aparece com detalhes da moldura de madeira na qual foi inserida após ter sido retirada do local de origem. Até o dia 23 de novembro de 2019 a publicação possuía 93 curtidas, um número pouco expressivo se contarmos a quantidade de seguidores que o perfil do MANN possui. Porém, essa publicação faz parte dos primeiros meses de existência da página do museu e, por isso, não teve tantas interações. Os únicos comentários que constam na foto são um emoji com um balão de aniversário, e um “*bella!*”. O fato de a pintura estar no *Gabinetto Segreto* não é mencionado na legenda, que traz a história mitológica das três mulheres ali representadas.

Na segunda vez em que aparece (Imagen 3), em 12 de novembro de 2019, a

legenda faz menção à exposição da imagem no *Gabinetto*, mas nenhuma das reações de usuários faz referência a isso. No total foram 2.064 curtidas, mas os comentários se mantiveram poucos, apenas três, que expressaram “*Che belleza!!*”, *emojis*, e a marcação de outro usuário na publicação.



Imagen 3: Autor desconhecido. As Três Graças de Pompeia. Século I a.C. Pintura de Pompeia. Fonte: Acervo do MANN. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B4w\\_qN\\_ojek/](https://www.instagram.com/p/B4w_qN_ojek/). Acesso em: 23 nov. 2019.

A segunda postagem encontrada é a fotografia de um espaço do GS (Imagen 4), que chama a atenção por conta das diversas pinturas com representações fálicas. Na parede do lado esquerdo há a pintura de um homem com um grande falo, interpretado como o deus Priapo. Ao fundo, penduradas na parte superior das paredes central e direita, estão duas esculturas em formato fálico, além de um afresco que não pode ser bem identificado. A legenda da foto não faz menção a nenhum dos objetos, apenas cita: “*Museo Archeologico Nazionale di Napoli, Gabinetto segreto*”. Por se tratar de uma postagem de 27 de maio de 2016, poucas reações foram dadas na imagem, apenas 44, e o único comentário diz “*Belíssimo!!!*”.



Imagen 4: Área do Gabinetto Segreto, no MANN. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BF6GApCiMoa/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

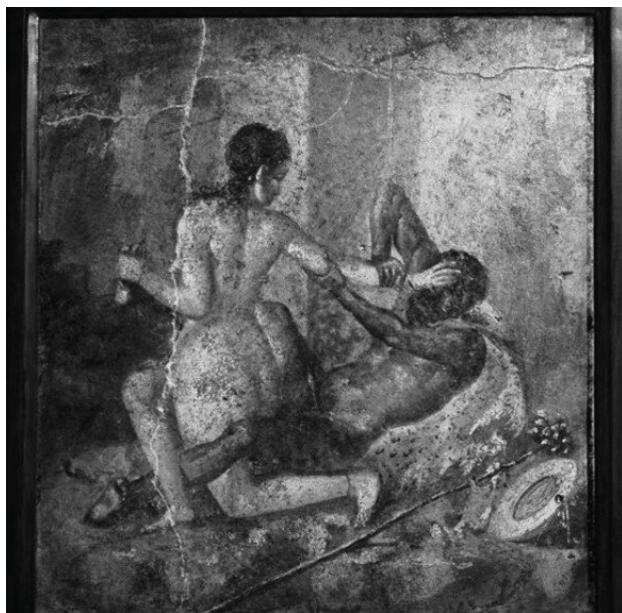
O deus Priapo teria nascido da relação entre os deuses Afrodite e Dioniso, porém, Hera, temerosa que a criança herdasse os atributos de beleza e poder dos pais, o amaldiçoou com uma deformidade genital e feiura. Cabe ressaltar aqui que o falo, para os romanos, além de possuir conotação sexual, também possuía função protetiva, de modo que era utilizado como símbolo de fertilidade e de afastamento do mau agouro.<sup>398</sup> Assim, é possível encontrar em Pompeia representações fálicas em diversos objetos cotidianos, como pinturas, grafites, campainhas, lucernas e esculturas, alocados em partes variadas das residências, e que serviam como amuletos.<sup>399</sup> Tais informações, no entanto, não são ressaltadas na publicação do Instagram do MANN, o que pode dar margem às interpretações que tomam o falo como relacionado à esfera sexual apenas.

Outra pintura do *Gabinetto* é a que traz um Sátiro em luta com a divindade Hermafrodito publicada em 27 de setembro de 2017 (Imagen 5). Hermafrodito é o deus grego filho de Hermes e Afrodite, o qual possuía características genitais femininas e masculinas e, por conta disso, era encarado como uma divindade delicada e passiva. Entre a cultura romana, sobretudo religiosa, os seios femininos representavam a fertilidade, assim como o falo, como já mencionado. Por conseguinte, Hermafrodito, ao possuir estas duas características físicas, se tornou uma deidade relacionada a aspectos protetivos e de fertilidade. Isso fez com que diversas das pinturas que o representavam fossem colocadas na entrada das residências pompeianas como amuletos, ou

em locais públicos, como os banhos, nos quais os corpos nus ficavam expostos à inveja.<sup>400</sup>

A imagem 5 não demonstra de forma explícita os órgãos genitais de Hermafrodito, mas, ao colocá-lo em luta com o Sátiro, permite questionar a passividade a ele atribuída.<sup>401</sup> A imagem possui 503 curtidas e três comentários. Um deles apenas marca um outro usuário da rede social, enquanto o segundo traz a informação de uma possível exposição que ocorrerá no MANN.

A publicação de 3 de novembro de 2017 traz o beijo do ciclope Polifemo na ninfa Galateia (Imagem 6). A cena contém um caráter sensual, uma vez que durante o beijo a ninfa se encontra nua, com as vestes a cair ao lado do corpo, enquanto o ciclope o percorre com as mãos. Conta o mito que Polifemo era apaixonado por Galateia, entretanto, a ninfa vivia um romance com o pastor Ácis. A paixão do ciclope era tão intensa que, furioso por não ser correspondido, surpreende Ácis e Galatéia durante um encontro e mata o amado da ninfa.<sup>402</sup>



*Imagem 5.* Autor desconhecido. Sátiro e Hermafrodito. Sem data. *Fonte:* Pintura de Pompeia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BZiiScpF5S7/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Após analisar o mito que envolve os dois personagens, fica perceptível que a pintura retrata algo contrário à história, pois Galateia se entrega a Polifemo. A publicação do Instagram do MANN possui uma legenda que conta a mesma história, a qual ainda faz menção ao local de achado da pintura em Pompeia,

bem como deixa claro que ela se encontra no acervo do GS. Ao todo, 911 curtidas foram recebidas, e os comentários são apenas os de costume, *emojis*, marcações de outros usuários e elogios, sem mencionar o fato de pertencer ao *Gabinetto*.



Imagen 6: Autor desconhecido. Beijo entre Polifemo e Galateia. Século I d.C. Pintura de Pompeia. Fonte: Acervo do MANN. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BbCNJ19jDn5/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Outra publicação que faz menção ao *Gabinetto* é a de 2 de agosto de 2018, e foi formulada com o intuito de divulgar atividades noturnas no MANN, entre elas, uma visita guiada denominada “História de uma coleção: o gabinete de objetos obscenos”. Para isso, o *post* traz diversas imagens, como a placa que indica a entrada do GS no museu e novamente a pintura de Galateia e Polifemo, a qual se encontra em um enquadramento mais completo do que o anterior. Agora são mostrados todos os elementos que compõem o afresco (Imagen 7) e que permitem uma melhor interpretação deste, a exemplo do carneiro, que auxilia na compreensão de que é Polifemo o homem na pintura. O único comentário nesta fotografia é pergunta de um usuário sobre quando começam as atividades e a publicação teve 988 curtidas.



Imagen 7: Autor desconhecido. Beijo entre Polifemo e Galateia. Século I d.C. Pintura de Pompeia. Acervo do MANN. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bl-Oc5aAamh/>. Acesso em: 23 nov. 2019.

A última pintura referente ao GS no Instagram do MANN foi publicada em 18 de novembro de 2019. É o retrato de um Sátiro com uma Ménade, encontrada na casa de L. Cecilio Giocondo, em Pompeia (Imagen 8). Dentre as pinturas do GS postadas no Instagram, está é a única que traz um comentário crítico com relação à exposição desse tipo de imagem. O usuário comenta “*Cretinate*”, que pela tradução da ferramenta Google Tradutor, seria algo como “porcaria” em italiano. Em tom sarcástico, a ser atestado pelo emoji rindo, outro usuário responde “*vabbe, se lo dici tu*”, que ao traduzir fica “oh bem, se você diz”. Os demais comentários da publicação são elogiosos, sendo que esta possuía cerca de 2.141 até o momento de análise.



Imagen 8: Autor desconhecido. Sátiro e Ménade. Século I a.C. Pintura de Pompeia. Fonte: Acervo do MANN. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B5AIdX\\_ofIG/](https://www.instagram.com/p/B5AIdX_ofIG/). Acesso em: 23 nov. 2019.

Após a análise das publicações, fica perceptível que o perfil do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles no Instagram mantém neutralidade ao comentar os artefatos arqueológicos de cunho sexual encontrados em Pompeia. Isso porque, expõe as imagens com legendas que apenas abordam as figuras mitológicas presentes nos afrescos, ou com informações institucionais, sem determinar valorações. Todavia, pouco contribui para as interpretações mais plurais e alinhadas aos estudos atuais, posto que não informa os significados que as representações poderiam possuir no contexto romano além da conotação sexual, o que pode dar margem para qualquer tipo de apreciação por parte dos usuários.

Por meio dos comentários e das reações dos seguidores da página é possível perceber que a sexualidade deixa de ser um tabu, de forma que agora a abertura para tratar do tema é maior, e há o entendimento dos significados diversos que esta pode receber em contextos culturais variados. Mesmo que os comentários sejam escassos, o que, de acordo com Mariana Marques, se explica pelo próprio modelo da rede social, que investe em reações e comunicações mais imediatas e sucintas, eles trazem, em sua maioria, elogios aos afrescos.<sup>493</sup> Entre todas as postagens com pinturas analisadas, apenas uma possuía um comentário que repreendia esse tipo de publicação. As demais exprimiam admiração, o que pode ser um sinal de que o público está em contato com perspectivas historiográficas que trazem os debates mais atuais sobre Pompeia. Existe, ainda, a possibilidade desse público ser composto por pesquisadores e

admiradores da cultura romana, uma vez que é usual, no Instagram, que as pessoas sigam apenas as páginas que expõem conteúdos de seu interesse.

## Conclusão

A sobrevivência dos museus na atualidade passa a ser questionada, haja vista que o modelo tradicional de instituição, com salas e coleções alocadas em um espaço físico e sem grandes interações com o público, perde espaço no cenário digital. Este requer uma dinâmica organizacional mais ativa, para que os espectadores se sintam atraídos pelas exposições. Destarte, debates a respeito de como estas instituições devem se adequar às novas práticas emergem, e muitos museus mantêm sites e perfis em redes sociais para a divulgação de seus acervos e atividades culturais, como é o caso do Museu Arqueológico Nacional de Nápoles. Assim, passa-se a pensar acerca do uso de fontes retiradas de ambientes virtuais, hoje tão dinâmicos e que alcançam um público muito maior de pessoas do que o próprio museu físico, sendo encarados como os novos espaços de conceituação da memória cultural e coletiva.

Entretanto, a disponibilidade online de arquivos de museus carece de discussões e melhorias, tendo em conta que as imagens do Instagram, por exemplo, não trazem catalogações, possuem baixa qualidade, e nem sempre têm as dimensões adequadas, o que traz um obstáculo à análise dos elementos constituintes desses materiais. Além disso, a dificuldade entre o que manter ou descartar aumenta, tendo em vista que materiais que hoje parecem não ser úteis, poderão vir a ser no futuro, a depender dos contextos sociais, políticos e culturais de produção da memória. Desse modo, historiadores e demais profissionais que lidam com o arquivamento devem estar atentos às tendências e às potencialidades futuras das fontes.

A interação com as obras de arte disponibilizadas em meios digitais ocorre de maneiras diversas, de modo a instaurar novas redes de relacionamento entre homem e máquina. Essas interações demonstram a complexidade que ronda a inserção dos acervos nos meios tecnológicos. O fato de o MANN controlar a quantidade de fotografias de seus exemplares expostas nas redes sociais e no próprio site abre uma nova linha de pensamento, que diz respeito ao medo da perda da agência sobre estas peças em um ambiente tão cheio de

possibilidade como o virtual. Apesar disso, após as análises realizadas no Instagram, que buscou as pinturas do *Gabinetto Segreto*, é perceptível que os debates sobre a sexualidade na antiguidade se expandiram, e a aceitação do público a exibição desses objetos é maior, mas não total, dado que se o fosse, o *Gabinetto* não existiria como uma sala separada das demais dentro do MANN.

# *A ferramenta de busca da Hemeroteca Digital Brasileira e o ofício do historiador: reflexões para a história digital<sup>404</sup>*

Eric Brasil<sup>405</sup>

Leonardo Fernandes Nascimento<sup>406</sup>

## **Introdução**

No silêncio do arquivo, através da solidão de horas e horas de leitura, o historiador realiza transcrições e anotações. Trajando luvas e máscaras, ele tenta evitar se contaminar pelos fungos e bactérias que se abrigam nos arquivos, aconchegados nos documentos centenários, às vezes milenares. As fontes precisam ser protegidas do toque hodierno e úmido das mãos de historiadores ávidos por fragmentos do passado. De volta à mesa de trabalho, o pesquisador inicia novas etapas do silente trabalho e, muitas vezes, isolado de todo contato social: o tratamento e análise das fontes e bibliografia e, por fim, o processo de escrita.

Faz muito tempo que o trabalho do historiador deixou de ser apenas o de recolher papéis antigos em arquivos escuros e úmidos.<sup>407</sup> Além disso, mesmo quando ele se encontra imerso em acervos de documentos escritos, isto não acontece de maneira isolada. Em seus momentos de análise, reflexão e escrita, mesmo que a solidão pareça primordial, o historiador avança imensamente seu trabalho a partir da participação em grupos de pesquisa, em reuniões de

orientação, nas apresentações e participações em seminários, mesas e congressos, preparando e ministrando aulas, nas conversas com colegas acadêmicos ou não. Além disso, como não considerar a ajuda paciente e atenta dos arquivistas e demais funcionários dos arquivos e bibliotecas. Em suma, as relações sociais estabelecidas durante a pesquisa representam elementos essenciais na trajetória do investigador com suas fontes. Muitas vezes, são estes “atores contemporâneos” que conduzem a pesquisa para caminhos inesperados.

Por outro lado, a pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020, acelerou um processo de interdependência entre o ofício do historiador e ferramentas e materiais digitais. Processo este que há mais de uma década se apresentava à disciplina, mas que ainda não havia sido encarado com o aprofundamento epistemológico necessário: como a História seria reconfigurada diante da era digital? Historiadores/as têm andado com passos tímidos e vagarosos nas reflexões de alguns tópicos centrais para nos aproximarmos de possíveis respostas a essa pergunta. Apesar do avanço nos debates sobre humanidades digitais no mundo e também no Brasil,<sup>408</sup> parece que a História ainda não encontrou seu espaço no debate teórico-metodológico e epistemológico nesse mundo cada vez mais mediado por ferramentas e plataformas digitais. As pesquisas historiográficas que abordem esse viés ainda são exceções.<sup>409</sup> O surgimento de projetos colaborativos como este próprio livro poderá abrir novos caminhos de consolidação para a história digital.

Neste capítulo, nós não buscamos responder ou propor uma definição derradeira para o problema da História na era digital. Ao contrário, tentaremos apresentar uma reflexão que avance na avaliação teórico-metodológica do uso de ferramentas digitais para a pesquisa e o próprio ofício do historiador. Para tanto, analisaremos as relações entre a ferramenta de busca da Hemeroteca Digital Brasileira (doravante HDB) da Biblioteca Nacional e a pesquisa histórica. Primeiramente discutiremos o próprio caráter das fontes digitais e digitalizadas; em seguida, vamos descrever e analisar a ferramenta de busca da HDB; por fim, buscamos entender brevemente como essa ferramenta tem sido utilizada e argumentar acerca do uso metodológico rigoroso, retomando princípios básicos da História.

## História em *strings*

Concordamos com Fish *et. al* quando ele retoma Marcel Mauss e considera o digital como um “fato [ou fenômeno] social total”, querendo sugerir que nenhum aspecto da vida contemporânea permaneceu incólume diante das transformações ocasionadas pelas TDICs (Tecnologias digitais da informação e comunicação).<sup>410</sup> A prática da pesquisa científica, por seu turno, nunca se furtou a tais mudanças. Ao contrário, desde os seus primórdios – pensemos, por exemplo, em Galileu e sua luneta – a ciência sempre esteve na dianteira da utilização de diferentes tecnologias. Se isto é bem evidente nos campos científicos mais experimentais, o que podemos dizer sobre as humanidades?

Atualmente já possuímos algumas reflexões importantes na área de sociologia, geografia e ciência política sobre a utilização de recursos digitais, digitalização de fontes, utilização de softwares de análise qualitativa de grandes bases de dados, georreferenciamento e seus impactos nos resultados da pesquisa. Os debates sobre as TDICs e os diferentes campos das ciências humanas propiciaram o surgimento de campos híbridos como o das humanidades digitais, que vêm ganhando terreno em diferentes espaços acadêmicos.<sup>411</sup> Trata-se, antes de tudo, de um campo transdisciplinar em desenvolvimento, pois agrupa métodos, dispositivos e perspectivas analíticas das ciências humanas e sociais, ao mesmo tempo em que mobiliza as ferramentas e abordagens singulares abertas pela tecnologia digital.

Muitas pesquisas atuais na área de História têm utilizado recursos digitais sem que o/a pesquisador/a se empenhe em realizar um debate aprofundado das especificidades teórico-metodológicas de sua utilização. Segundo Hitchcock, os historiadores estariam menosprezando o impacto das novas tecnologias.<sup>412</sup> Para ele, no início da década de 2010, a História como disciplina

em grande parte não está envolvida na produção de recursos digitais e, aparentemente, não está interessada em mudar a forma como o seu conhecimento se acomoda ao digital, colocou sua cabeça na areia e tentou ignorar toda a questão.<sup>413</sup>

Em artigo um pouco mais recente e bastante crítico sobre como historiadores vêm encarando a “virada digital”, Laura Putnam afirma que as práticas digitais de pesquisa comumente utilizadas (sejam elas buscas no Google, a utilização de repositórios de fontes digitalizadas, o uso de e-mails e

aplicativos de edição de textos, planilhas, etc.).

caem no reino do método invisível, a caixa preta onde, por consenso, deixamos muito do trabalho pesado de nossa disciplina. A extensa discussão da digitalização em andamento nos periódicos de ciência da informação está em nítido contraste com o silêncio sobre esse tema nas principais publicações de historiadores.<sup>414</sup>

A partir de 2021, olhando retrospectivamente, é possível afirmar que este panorama está sendo progressivamente alterado. Entretanto, ainda permanece a urgente tarefa de colocarmos as seguintes questões: existem diferenças substanciais entre fontes digitais e/ou digitalizadas e as fontes “tradicionalis”, em papel? O uso de ferramentas digitais na prática de pesquisa é capaz de modificar os processos, percepção, intuição e interpretação da História? Por fim, estariam as tecnologias digitais proporcionando algum tipo de mudança na prática de pesquisa do historiador e de sua imaginação e escrita historiográfica? Se, mesmo que parcialmente, respondêssemos positivamente a todas estas questões, ainda nos restaria delinear os contornos e características destas transformações.

Quando um registro histórico – seja ele um manuscrito, uma carta, uma edição de jornal, uma foto, um livro, etc. – se converte, através de algum processo computacional, em um documento digital, ocorre aí uma mudança que dificilmente poderia ser considerada trivial. Apesar da informação contida na fonte, continuar “sendo a mesma” – no sentido de que a digitalização não alteraria substancialmente o conteúdo do registro histórico – podemos dizer que a modificação na “materialidade” da fonte histórica nos conduz, inevitavelmente, a uma nova condição em relação ao modo de lidarmos com a informação ali contida. Se concordarmos que [no] “setor da informática, não há nada de virtual” – pois os arquivos digitais “ocupam espaço” em servidores, cabos, antenas, *hard disk drives*, etc. –, a desmaterialização não é, senão, uma re-materialização.<sup>415</sup>

É possível, deste modo, considerarmos esta re-materialização em um duplo aspecto. O primeiro deles, ainda que seja um pleonัsmo, é que a cópia digitalizada – diferentemente dos documentos nativamente digitais, isto é, aqueles já surgem em formato digital – é uma cópia de um objeto real. E toda cópia, para que seja considerada “verdadeira” – no sentido de semelhante ou fidedigna ao original – exige uma forma relativamente fixa, em termos de um

conteúdo estável, uma procedência e um contexto que assegure que a digitalização foi bem-sucedida: a inteireza do conteúdo necessita *de fato* estar presente na cópia digitalizada, aquilo que os arquivistas denominam cadeia de custódia. Em outros termos, qualquer tipo de erro, negligência ou até mesmo má-fé no processo computacional pertinente à digitalização será determinante no trabalho historiográfico. Além disso, a re-materialização envolve o desaparecimento parcial ou total de uma considerável gama de propriedades organolépticas (a cor, o brilho, a luz, o odor, a textura, a maciez, o som, o sabor, etc.) que, de fato, podem ser determinantes na descrição de determinadas fontes históricas.

Por fim, a cópia digital, decaída à condição da “nova materialidade digital dos bits”, adquire o conhecido caráter de reproduzibilidade. Em outras palavras, assim como ocorre com todo “arquivo” de computador, é possível fazer cópias do registro histórico digital – em certa medida e asseguradas algumas condições – indefinidamente. Com isso, a possibilidade de acesso ao registro histórico se amplifica ou, para usarmos um termo muito em voga, ele “viraliza”. Isto nos conduz ao segundo aspecto da mudança de materialidade: ao ser digitalizada, a fonte se torna *dataficável*. Um documento de texto, por exemplo, se converte em uma base de dados de *strings*, termo que na programação de computadores representa uma cadeia ou sequência de caracteres, as fotos ganham regiões medidas em *pixels*; os registros em áudio, em diferentes comprimentos de onda.

Além do “dado” referente ao conteúdo da fonte, a digitalização instaura a presença de metadados, isto é, “dados sobre os dados”. Os metadados são constituídos por aquelas informações complementares sobre o conteúdo da informação (qual tipo de informação os objetos contêm), o contexto da informação (indica quem, o quê, o porquê, onde e como associados à informação) e a estrutura da informação (a relação entre os diferentes tipos de informações).<sup>416</sup> São os *metadados* que explicam, contextualizam, conferem veracidade ao documento. No caso específico de documentos de texto, ocorre algo ainda mais peculiar e que constitui o cerne do processo de *dataficação*: os dados e metadados podem vir a se tornar pesquisáveis. Qualquer documento textual que passe por um *scanner* e pelo tratamento através de softwares de reconhecimentos óptico dos caracteres<sup>417</sup> permite ao historiador a busca por

ocorrências de palavras-chave ao longo de toda sua extensão.

A *dataficação*,<sup>418</sup> possibilitada pela digitalização das fontes históricas, não é, de modo algum, um fenômeno novo.<sup>419</sup> De maneira similar, os livros digitais e o hipertexto já haviam instaurado uma nova relação entre o leitor e o texto segundo aquilo que foi descrito pelo historiador Roger Chartier como uma tríplice ruptura:

assim, quanto à ordem dos discursos, o mundo eletrônico provoca uma tríplice ruptura: propõe uma nova técnica de difusão da escrita, incita uma nova relação com os textos, impõe-lhes uma nova forma de inscrição.<sup>420</sup>

Primeiramente, vejamos a questão da difusão das fontes históricas. A possibilidade de cópia digital dos arquivos, o surgimento de gigantescos repositórios, em diversos idiomas e com diferentes tipos de acervo, descontinaria um mundo de pesquisas e achados que até então era difícil de imaginar.

Esses projetos [de arquivos digitalizados], exibindo coleções de dados numéricos, textos, imagens, mapas e sons, criam grandes repositórios proporcionando espaços nos quais os usuários fazem conexões e descobertas por si mesmos. Tais arquivos aproveitam a massa, a multiplicidade, a velocidade, a reiteração, a reflexividade e a precisão oferecidas pelos computadores.<sup>421</sup>

Entretanto, a possibilidade da criação de cópias idênticas pode gerar um impacto profundo na primeira tarefa básica do método histórico mais elementar: a heurística. A análise crítica do conteúdo da fonte é fundamental no fazer historiográfico. Segundo Bresciano, a crítica heurística pressupõe fazer a história da própria fonte, da sua criação até o momento da análise, passando pela reflexão sobre as características do suporte, sua estrutura formal, o perfil do discurso e do léxico utilizado, e a “coerência entre os dados que apresenta e as informações contextuais disponíveis”.<sup>422</sup>

Por outro lado, Bresciano também chama atenção para a necessidade de uma heurística digital e usa o trabalho de Chaudhuri para caracterizá-la. É preciso investigar os *metadados*, verificar a existência de marcas d’água; revisar na Internet a existência de modelos que poderiam ter sido usados para fraudar os documentos; comprovar se os conteúdos podem ser sustentados ou verificados por outras fontes; confirmar os conteúdos gerais em buscas online; avaliar a congruência de dados específicos, como datas e lugares; detectar erros

de transcrição de nomes próprios e de instituições públicas e privadas.<sup>423</sup> O trabalho do historiador diante do arquivo digital, portanto, não é tão diferente do trabalho diante do arquivo físico, pois exige tanto rigor metodológico no tratamento da fonte quanto o tratamento de uma fonte não digital. Entretanto, este cuidado, muitas vezes, é escamoteado ante a profusão de fontes, a agilidade da busca, a velocidade do acesso e a facilidade do armazenamento.

Além da difusão, haveria uma nova relação com a informação contida na fonte digital, especialmente nos documentos textuais. Semelhante ao que ocorreu com os livros digitais e com o advento do hipertexto, o documento histórico textual também se converte, como dissemos, em uma base de dados de *strings*. A possibilidade de buscas, intra-documento e inter-documentos, através de massivos acervos de dados e metadados digitais, apresenta diferenças na maneira de condução da pesquisa. A possibilidade de localizarmos – e, de certo modo, quantificarmos – a ocorrência de determinados termos em um vasto material textual permite acelerar o foco da atenção do historiador em relação a temas e assuntos do seu interesse de pesquisa.

Entretanto, a vantagem de tratar o “documento como *string*” pode se tornar uma fonte de erros na pesquisa. O encontro de um termo de interesse pode vir a fragmentar a relação com o documento histórico, pois a busca automática subtrai a compreensão acerca do contexto de aparição da própria palavra. Semelhante ao que ocorreu com os livros digitais, podemos perder a noção do todo ou, como sublinha Roger Chartier,

num certo sentido, no mundo digital todas as entidades textuais são como bancos de dados que procuram fragmentos cuja leitura absolutamente não supõe a compreensão ou percepção das obras em sua identidade singular.<sup>424</sup>

Além disso, a lógica da pesquisa parece se inverter, pois, já deveríamos saber, em certo sentido, aquilo que desejaríamos encontrar. Ou seja, a própria escolha do termo de interesse ou da “palavras-chave” implica a existência de um conhecimento ou interpretação prévia daquilo que é possível de ser encontrado no(s) documento(s). Se considerarmos que tal busca seria apenas um momento inicial, para filtrarmos o que deve ou não ser analisado por uma leitura atenta, os problemas ainda assim persistem em no mínimo três

aspectos. O primeiro é que a digitalização sempre pode comportar erros nos caracteres de documentos que não são nativamente digitais. Segundo, a linguagem tem a incrível capacidade de nos permitir falar das coisas sem que necessariamente mencionemos o nome delas. Por fim, e não menos grave, o horizonte de possibilidades daquilo que sabemos que vamos encontrar sempre pode ser surpreendido por algo que sequer imaginávamos que poderia ser encontrado.

A leitura diante da tela é geralmente descontínua, e busca, a partir de palavras-chave ou rubricas temáticas, o fragmento textual do qual quer apoderar-se (um artigo em um periódico, um capítulo em um livro, uma informação em um web site), sem que necessariamente sejam percebidas a identidade e a coerência da totalidade textual que contém esse elemento.<sup>425</sup>

Entretanto, as novas modalidades de produção e transmissão dos textos e das fontes, que Chartier chama de revolução, também é “uma mutação epistemológica fundamental”<sup>426</sup>. As novas possibilidades abertas pela digitalização das fontes, sua disponibilização online, o desenvolvimento de ferramentas de busca textual e aplicativos de análise computadorizada tem impacto ainda não conclusivo e estimulante no trabalho hermenêutico do historiador.

Como argumentam Graham, Milligan e Weingart é muito importante que os historiadores participem ativamente na elaboração tanto dos bancos de dados, ferramentas de coleta e raspagem, tratamento, análise e visualização dos conjuntos cada vez maiores de fontes digitais.<sup>427</sup> A dataficação das fontes históricas e o seu próprio volume nunca foi tão vasto como na atualidade, segundo Ian Milligan, e as especificidades das fontes nativamente digitais, como os sites, blogs, postagens nas redes sociais, vão demandar novas habilidades para o acesso, coleta, preservação e tratamento.<sup>428</sup>

A aplicação de Inteligência Artificial e Processamento de Linguagem Natural em corpus de documentação manuscrita ou impressa de grande valor para a pesquisa historiográfica ainda está dando seus primeiros passos, mas o seu futuro é sem dúvida grandioso e desafiador, como mostram Fortes e Alvim.<sup>429</sup>

Nos próximos tópicos, buscamos realizar uma análise crítica e apontar caminhos possíveis para o uso da HDB que leve em consideração princípios

elementares da História.

### **Buscando e pensando com a HDB**

Historiadores/as das mais variadas filiações teóricas e de diferentes gerações vêm utilizando com enorme frequência as ferramentas de busca disponibilizadas pela HDB,<sup>430</sup> sobretudo a busca por palavra, nominativa. Buscamos neste tópico elencar alguns problemas, estratégias e caminhos metodológicos de uma prática historiográfica digitalizada, colocando em destaque as novas possibilidades de resultados de pesquisa oriundos da utilização da HDB.

Esta ferramenta digital tem ampliado de maneira exponencial a possibilidade de fazermos novas perguntas e respondê-las com auxílio desta tecnologia. Sem a busca nominativa por palavras-chave disponibilizada pela HDB, os/as pesquisadores/as alcançariam os mesmos resultados através de métodos analógicos? Essa questão é fundamental para uma reflexão sobre os impactos dessa ferramenta específica na nossa imaginação histórica.

Nos anos 1940, a Biblioteca Nacional (doravante BN) iniciou o processo de microfilmagem dos periódicos, mas apenas em 1978 foi criado o Plano Nacional de Microfilmagem.<sup>431</sup> Durante décadas, pesquisadores dedicaram horas a fio girando e rebobinando os microfilmes, lendo minuciosamente cada página, cada coluna, cada sessão dos periódicos. Anotavam à mão o que interessava. Depois, os computadores portáteis facilitaram o trabalho da transposição da fonte do suporte do microfilme para o suporte digital. Os pesquisadores passaram a ter a oportunidade de transcrever imediatamente para um editor de texto o que interessava. Para preservação do original, acesso, mobilidade e velocidade da pesquisa, a mudança do suporte, do papel para o microfilme, foi uma transformação significativa no fazer historiográfico.

Entretanto, a partir de 2006, a mudança de suporte, associada à tecnologia digital, implicaria transformações na imaginação histórica em uma ordem sem precedentes. Neste ano, a BN iniciou o trabalho de digitalização de parte de seu acervo. O projeto, que englobaria livros, partituras, fotos, revistas e periódicos, daria origem à BN Digital. Segundo o site da instituição, os objetivos da digitalização seriam a difusão das coleções, “diversificando sua esfera social e enriquecendo as possibilidades de acesso e uso” e salvaguardar o

acervo original”.

O acervo total da BN é de uma magnitude impressionante. A seleção para a digitalização precisou considerar diversos fatores, como o valor e importância históricas, a raridade, “assim como a relevância de coleções”, a demanda dos usuários, itens de efemérides, fragilizados etc. Atualmente, a BN Digital conta com 2.078.154 – dois milhões e setenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro – documentos digitalizados para livre acesso, sem contar os periódicos.<sup>432</sup> Como parte da BN Digital, temos acesso à HDB, um repositório de jornais, revistas, almanaques, anuários, boletins com acesso livre de qualquer equipamento conectado à internet. Seu uso passou a ser aberto ao público a partir de 2012 e alterou profundamente a forma de pesquisar através das fontes de periódicos.

Nela encontramos desde as primeiras publicações da imprensa brasileira no início do século XIX, até os jornais impressos extintos do século XX. Além de ser livre e gratuita, com acesso de qualquer lugar do mundo, o diferencial da HDB é a sua ferramenta de busca, avançada e bastante eficaz. Ao acessarmos o site Hemeroteca Digital encontramos três abas de pesquisa: *Periódico*, *Período* e *Local*.<sup>433</sup> Cada uma delas possui especificidades e servem para objetivos distintos de cada pesquisador. Na aba *Periódico*, a busca está centrada em um determinado periódico, o que possibilita analisar como um jornal aborda um determinado assunto em um período específico: como a *Gazeta de Notícias* abordou a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea, por exemplo. Essa aba também é fundamental para aqueles que têm o próprio periódico como objeto de estudo: uma pesquisa sobre o *Jornal do Comércio* durante o Segundo Reinado, por exemplo.

A segunda aba, *Período*, é mais indicada para pesquisas sobre temas com marcos cronológicos ou recortes de tempo muito delimitados, em que o pesquisador busque encontrar as representações e análises num período específico. Nessa opção, o pesquisador pode selecionar um recorte temporal, adicionar um recorte geográfico ou optar por todas as regiões que o período contempla no acervo. O mesmo serve para o periódico. Por exemplo, você pode selecionar o período de 1880-1889, o local CE e buscar nos 57 periódicos disponíveis o termo desejado.

Por fim, a terceira aba: *Local*. Essa é a opção que mais abre possibilidades de busca para quem estuda trajetórias de indivíduos, as ações de grupos e associações, quem busca nomes, títulos, temas e assuntos em local e período delimitados. Com essa ferramenta de busca podemos, por exemplo, colocar o nome de um sujeito que apareceu numa fonte policial, e delimitar a região, o período e o periódico.

A ferramenta de busca textual da HDB e o novo suporte das fontes, possibilita elaborar novas perguntas, novos objetivos e, talvez, encontrar novas respostas que seriam impensáveis de outro modo. Para o estudo das trajetórias, o peso das novas tecnologias é muito promissor. Segundo Laura Putnam,

A relevância da digitalização em massa para esses objetivos analíticos deveria ser óbvia. Fontes de texto pesquisável possibilitam rastrear pessoas individuais (ou músicas, panfletos ou frases), permitindo-nos observar no nível micro os processos que geram, no agregado, fluxos e conexões de nível macro. À medida que os repositórios digitalizam e carregam fontes cada vez mais cotidianas, as possibilidades de usar a pesquisa de termos on-line para o que os historiadores costumavam chamar de vinculação de registro nominal expandem-se.<sup>434</sup>

Um resultado de busca de um simples nome pode retornar milhares de ocorrências após o algoritmo da HDB analisar o conjunto total de páginas no acervo, que atualmente tem mais de onze milhões de páginas digitalizadas. Por este motivo, é importante a compreensão do mecanismo por trás do funcionamento da HDB. Após clicarmos em “pesquisar”, uma nova página se abre com os resultados gerais da busca. A ferramenta de busca digital irá apresentar todas as ocorrências encontradas numa listagem contendo as seguintes informações: o título do periódico, as páginas totais digitalizadas, o número de ocorrências e as opções de “ir para a primeira página” do periódico e “ir para a primeira ocorrência”. Ao selecionarmos o periódico desejado, uma nova página será aberta. Em seguida, é possível navegar de três modos em cada periódico selecionado: a) navegar por ocorrências – a ferramenta irá passar para a próxima página em que o termo procurado foi encontrado, e estará sempre destacado em verde no corpo do texto; b) navegar por páginas da edição – assim é possível ler toda a edição de cada ocorrência; e c) abrir todo o acervo daquele periódico e navegar por todas as edições livremente. A soma dessas três possibilidades de navegação e a leitura disponibilizadas pela HDB cria as condições de superação da principal crítica feita ao seu uso: de que a

busca nominativa levaria a uma quase inevitável leitura e análise fragmentada, sem a compreensão do todo que forma esse tipo de fonte.

Muitos jornais permitem que o leitor salve a página como imagem (formato jpeg) em seu computador. Outros podem ser acessados (com busca e leitura) mas sem a opção de salvar – como o Jornal do Brasil e o Jornal do Comércio. Outras ferramentas importantes disponíveis são o *zoom in* e *out* para melhorar a visualização e a possibilidade de salvarmos o hiperlink da página atual: isto possibilita formas mais eficazes de catalogação e acesso posterior. É possível acessar as informações detalhadas sobre o acervo do periódico específico e todas as pastas dos anos do acervo. O hiperlink, as informações detalhadas e o acesso às pastas com todas as edições digitalizadas nos permitem, deste modo, demonstrar os caminhos metodológicos realizados durante a pesquisa.

É importante destacar que as ocorrências que temos acesso não correspondem à totalidade das vezes que o termo aparece efetivamente no periódico, mas sim o número de vezes que a ferramenta de busca foi capaz de encontrar o termo através do Reconhecimento Ótico de Caracteres (*Optical Character Recognition* – OCR). O usuário da ferramenta não tem acesso à acurácia percentual do OCR para os jornais ou para aquele termo encontrado. Apesar dos documentos serem impressos, estamos diante muitas vezes de periódicos centenários, com distorções, rasuras ou digitalizados a partir de microfilmes com variadas resoluções. A maioria dos programas de OCR não foram desenvolvidos para tratar especificamente de documentos com essas características. Por este mesmo motivo há uma profusão de pesquisas empenhadas em aprimorar o reconhecimento de caracteres especificamente em arquivos históricos.<sup>435</sup>

Isso quer dizer que devemos deixar de usar a busca textual? Obviamente que não. A busca em acervos e fontes digitalizadas parece constituir um caminho sem volta. A questão que agora deve ser colocada é sobre o significado para a pesquisa e a imaginação historiográfica ao “confiarmos” naqueles resultados que nos são apresentados. Para Laura Putman, tais tecnologias explodiram o alcance e a velocidade das descobertas, porém nossa habilidade “para ler com precisão as fontes que encontramos e avaliar seus

significados não pode ser magicamente acelerada".<sup>436</sup> Com isso, ela prossegue, talvez estejamos corremos o risco de criar um retrato parcial do passado do mundo inteiro.

Este “perigo da parcialidade” não seria, a bem dizer, uma exclusividade da história digital. A maior facilidade de leitura de um manuscrito medieval, por conta, por exemplo, de um “copista aplicado” pode vir a produzir uma maior atenção a um documento e/ou autor que talvez tenha sido irrelevante para o seu tempo.<sup>437</sup> Da mesma forma, a maior “legibilidade” de uma cadeia de texto em um processo de reconhecimento de caracteres pode não apenas suscitar ao historiador a relevância de um sujeito ou ideia<sup>438</sup> ou, pior ainda, obscurecer e/ou invisibilizar coisas que deveriam ser analisadas.

Apesar de todos estes riscos e limitações, é importante argumentar que no próprio escopo da HDB encontramos os subsídios para escapar dos problemas apontados: a leitura fragmentada que perde os significados contextuais, e o conhecimento parcial da fonte e seu conteúdo. Através da HDB podemos, além da busca nominativa, buscar e navegar pelos acervos completos dos periódicos. Podemos, portanto, realizar as leituras diárias, como era feito nas máquinas de microfilme décadas atrás. Podemos (e devemos) também registrar as informações detalhadas sobre cada periódico estudado, o acervo, o volume de digitalizações, o período de publicações, seus donos, redatores, editores, jornalistas, suas imagens, gravuras, colunas, preço, circulação, etc. Inclusive confrontando estes detalhes com outras fontes e, certamente, com a bibliografia sobre o assunto. Portanto, os problemas metodológicos são responsabilidade do historiador, que muitas vezes, por descuido ou desconhecimento técnico, usa a tecnologia como uma mera forma de confirmar seus desejos e hipóteses.

Uma crítica mais importante, na nossa concepção, recai sobre a própria escrita da história. Os historiadores que utilizam a HDB e qualquer outro método digital não têm dedicado a devida atenção e relevância para uma maior transparência acerca das reflexões metodológicas do uso destas ferramentas. A seguir, vejamos isto mais com mais detalhes.

### **Em defesa da transparência metodológica**

Em uma investigação em desenvolvimento, os autores têm se debruçado

sobre as formas de uso da HDB nas produções acadêmicas da área de História desde o lançamento da ferramenta, em 2012, até dezembro de 2020. A pesquisa está baseada em técnicas de raspagem de dados (*web scraping*),<sup>439</sup> organização e catalogação através da linguagem de programação Python<sup>440</sup> e em codificação e análise qualitativa através do programa ATLAS.ti 8. O objetivo seria analisar como a HDB é citada, utilizada e avaliada teórico-metodologicamente em publicações da área de história nos repositórios de artigos científicos avaliados por pares e anais de eventos nacionais no Brasil.

Nós levantamos a hipótese de que o uso da HDB na historiografia recente brasileira não receberia os devidos cuidados teórico-metodológicos primordiais ao ofício do historiador. Ainda é cedo para realizarmos uma categorização desses usos ou apresentarmos uma avaliação sistemática da historiografia. Apesar disso, é possível constatar que a ferramenta de busca da HDB ocupa um papel central nos estudos que têm como fonte o uso de periódicos. Tais pesquisas deram origem a centenas de artigos avaliados por pares na última década.

Apenas na base de artigos do Scielo,<sup>441</sup> nós encontramos 2.664 (dois mil seiscentos e sessenta e quatro) artigos, resenhas, entrevistas, editoriais e erratas de nove revistas ligadas a programas de pós-graduação em História entre 2012 e 2020.<sup>442</sup> Nesse escopo, trezentos e cinquenta e sete artigos citaram nominalmente a HDB (13,4%). Apesar disso, os artigos não realizaram reflexões minimamente aprofundadas sobre a metodologia desenvolvida e aplicada nem mencionam o papel da ferramenta para os resultados alcançados na pesquisa. Tal constatação aponta para o nosso argumento em defesa de uma transparência metodológica por parte dos historiadores quando utilizam ferramentas digitais.

Como vimos, a ampliação do uso de ferramentas digitais na pesquisa histórica tem se difundido e propiciado a elaboração de novas perguntas e novas possibilidades de respondê-las. No entanto, a utilização acrítica e “silenciosa” pode esconder limitações, enevoar vieses, e invisibilizar condicionamentos gerados por códigos, algoritmos, motores de busca criados e mantidos por profissionais de áreas muito variadas, distantes muitas vezes dos interesses e práticas historiográficas. Outrossim, a própria estrutura das

buscas, os parâmetros utilizados, as frequências e repetições, as formas de acesso, armazenamento e recuperação das fontes empreendidas pelo pesquisador terão peso significativo no conjunto de fontes a serem analisadas e nos próprios resultados da pesquisa.

Deste modo, é fundamental explicitar o método desenvolvido e aplicado durante a pesquisa, apresentar e refletir sobre as ferramentas utilizadas durante e suas relações no processo de interpretação final das fontes. Gibbs e Owens afirmam que

novos métodos usados para explorar e interpretar dados históricos exigem um novo nível de transparência metodológica na escrita histórica. Exemplos incluem discussões de consultas de dados, fluxos de trabalho com ferramentas específicas e a produção e interpretação de visualizações de dados. No mínimo, as publicações de pesquisa dos historiadores precisam refletir novas prioridades que explicam o processo de interfacear, explorar e, em seguida, compreender as fontes históricas de uma forma fundamentalmente digital - ou seja, a hermenêutica dos dados.<sup>443</sup>

Não se trata de condicionar a qualidade da pesquisa e análise histórica à capacidade técnica nas áreas relacionadas à computação, especialmente a programação.<sup>444</sup> Tratamos aqui, na verdade, de sublinhar a importância de se retomar cuidados metodológicos presentes nos textos mais elementares da disciplina. Marc Bloch, em seu livro indispensável para todos os historiadores, afirmava que em nosso ofício não bastava listar os arquivos e pacotes de fontes vasculhadas. Seria preciso explicar e explicitar minuciosamente “como posso saber o que vou lhes dizer”.<sup>445</sup>

É retomando essa premissa que olhamos para a HDB. Entendemos que as críticas e reflexões presentes neste capítulo apontam não apenas para a ferramenta analisada, mas também para a História enquanto disciplina. Entretanto, elas não devem ser entendidas como uma barreira para o uso das ferramentas, fontes e métodos digitais. Pelo contrário, devem servir como impulso para problematizações mais aprofundadas de seus aspectos teórico-metodológicos e promover a superação de certa negligência historiográfica que tende a subsumir as avaliações epistemológicas ante o volume de fontes e as possibilidades de descobertas a partir da busca, organização e recuperação em meio digital.

# *Nas tramas da memória visual: reconfigurações de fotografias do cangaço no mundo digital<sup>446</sup>*

Vagner Silva Ramos Filho<sup>447</sup>

A forma e qualidade dos espaços culturais de recordação [...] são determinadas tanto por interesses políticos e sociais quanto pela transformação das mídias técnicas.<sup>448</sup>

## **Repensando (in)visibilidades**

Um dos contatos mais prolongados que alguém pode ter com as imagens do cangaço atualmente será talvez no mundo digital. Mesmo que veja em outros locais, por outros meios e de variados modos, parece ser esse o ambiente que prolonga sua observação, devido a facilidade do acesso a um clique. Um exemplo ocorreu com o badalado filme “Bacurau”,<sup>449</sup> no qual o cangaço tem centralidade, como alegoria de “síntese de um Brasil Brutal”.<sup>450</sup> Muito curioso notar que parte das fotografias de cangaceiros, sobretudo aquelas de suas cabeças cortadas exibidas em um acervo de museu, são essenciais nessa trama, que se passa no sertão nordestino contemporâneo. Com o sucesso da película, em território nacional e internacional, o tema repercutiu em vários espaços online, onde as imagens viralizaram, movimentando uma rede de memórias característica da cultura digital.

A cena parece despretensiosa. Aponta para algo rotineiro na vida da maioria das pessoas, que passam grande parte do tempo conectadas na internet, acessando conteúdos de todo o mundo. Neste escrito, contudo, torna-se um convite para observar modos de reinterpretar o cangaço, particularmente sua memória visual, diante das inquietudes de nossos tempos. Por isso, o que se segue são reflexões a respeito de formas de memória do cangaço como um dito tema sensível nacional, com atenção às reconfigurações dos lugares de fotografias dos restos mortais dos cangaceiros, em contexto de expansão globalizada da cultura da memória, sobretudo a partir do terço final do século XX. O esforço encadeia-se em pautas urgentes à epistemologia

histórica, pois o problema estruturante é a transformação da memória pelas mídias técnicas, o que demanda um trânsito entre o evento, a memória e o arquivo. No todo, a fotografia é a fonte matriz do trabalho, cujo fim visa ampliar modos de olhar o assunto, valendo-se inclusive do impulso digital para ir além da corriqueira questão nacional na lida de suas veredas.

O cangaço foi um fenômeno de banditismo vivenciado nos sertões do Nordeste brasileiro entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião, o “Rei do Cangaço”, nasceu no sítio de Passagem das Pedras, Serra Talhada-PE, em 1897, e morreu na Grotta de Angico, Poço Redondo-SE, em 1938. Depois da morte dos principais bandoleiros, encomendadas pelo “Estado Novo” (1937-1945), por os considerarem estorvos ao processo de centralização político-administrativa, suas cabeças decepadas e seus despojos foram tomados como “troféus” contra a desordem ao serem exibidos por várias cidades nordestinas. Embora tenha acabado há décadas, sua memória sobreviveu em diferentes meios e mídias, como oralidades, cordéis, artesanatos, periódicos, fotografias, livros, filmes, músicas etc. que, por sua vez, propiciaram demais tipos de conservação, transmissão e ressignificação.<sup>451</sup>

A expressão “tema sensível” tem sinalizado para passados que geram desconforto no cerne de narrativas da história nacional. Diante da noção de “herança da violência fundadora”, nota-se como o cangaço, passível de ser visto como uma “derrota histórica, às vezes é transformado em conquista cultural, praticamente uma vitória, nas rememorações da cultura popular nordestina que, antes de ser revisitada no tempo presente, foi revistada, policiada e censurada”, numa espécie de “palimpsesto da cultura brasileira” reencenado em múltiplas “(con)fusões da memória”.<sup>452</sup> Uma forma de analisar isso no transcurso do tempo é por meio do próprio trato com as cabeças e os corpos dos cangaceiros mortos: da decapitação das cabeças à denúncia de preservação sob interesse científico (1938-1959); das denúncias realizadas ao efetivo sepultamento reivindicado em distintas frentes (1959-1969); e do seu sepultamento ao tombamento do local onde foram decapitadas (1969-1989). Políticas de memória do cangaço repletas de ramificações que indicam os acordos e conflitos da sociedade que o lembra e/ou o esquece.

Essas políticas incidem nas fronteiras de sua memória comunicativa, corporificada por testemunhos, e da memória cultural, prolongada por formas midiatizadas; nas passagens de tema em geral periférico, por ser regional, para o centro do debate da cultura nacional, sem desconsiderar interações globais; e nas reelaborações que a revestem de memória referencial, como o cânone e o arquivo.<sup>453</sup> Com isso, a distinção às tramas da memória visual é um modo de pensar a relação entre “imagens agentes” e formas de memória, ou vice-versa, afinal, não é de agora que se atenta para “imagens de grande efeito que, por sua força impressiva, são inesquecíveis e podem ser utilizadas como suporte memorativo”.<sup>454</sup> Não obstante, instiga o olhar para tensões nas “visibilidades da história”,<sup>455</sup> pois, se, por um lado, lidamos com “instrumento de conhecimento no interior da memória disciplinar da história”, por outro, as “imagens podem ser mobilizadas no próprio processo de produção de conhecimento”, fazendo pautarmos tensionamentos de políticas ligadas “ao dar a ver/não dar a ver, ser visto/não ser visto” nos domínios em cena.<sup>456</sup>

Certamente, essa intensificação memorial está relacionada ao surgimento, à dilatação e à expansão globalizada da cultura da memória que “elevou-se na década de 1970, ganhou força na década de 1980 e atingiu proporções inflacionárias na década de 1990”.<sup>457</sup> No mundo digital, percepções espaciais e temporais são constantemente remodeladas, muito em função das novas tecnologias que fazem o *atualismo* tornar-se um imperativo no tempo presente.<sup>458</sup> A intenção de investigar imagens nesse cenário híbrido conduz-nos a notar como áreas centrais nesta pesquisa vêm lidando com tais questões. Nos Estudos da Memória, Aleida Assmann tem sinalizado com ênfase como “o salto entre a memória individual e viva para a memória cultural e artificial” é impactada diretamente pela transformação técnica destas mídias.<sup>459</sup> Quanto às teorias do Arquivo, a partir das leituras de Mario Wimmer, enfatiza-se como a história da avaliação arquivística, enquanto análise do passado futuro aí organizado, tem relação intrínseca com a história da escrita da história *avant la lettre*, devido a sua implicação na reorganização do futuro passado que escrevemos.<sup>460</sup> Nessa sintonia, provém das discussões na Cultura Visual a aprendizagem da Arqueologia da Mídia, como indica Ina Blom, de que não se trata apenas de localizar a mídia na narrativa de uma memória histórica, mas de analisar a historicidade da memória operacional nas técnicas da própria

mídia.<sup>461</sup>

Nas iminências que se formam ao pensar com imagens, o conceito de “entre-imagens” é basilar para indagar visualidades constituídas: “um lugar, físico e mental, múltiplo - ao mesmo tempo muito visível e secretamente imerso nas obras”.<sup>462</sup> Em particular, a biografia de fotografias, como “meios de agenciamento de memória pública em disputas políticas”,<sup>463</sup> “não interessa somente como imagem isolada, mas também pelo conjunto de práticas que a produz, percebe, consome e/ou a recepciona”.<sup>464</sup> Assim, seu próprio estatuto de documento histórico vem à tona, considerando a “potência heurística de indagar os fenômenos da vida pública que permitem perceber como as pessoas cotidianamente mobilizam imagens, fazendo-as existir e/ou viver”.<sup>465</sup> Uma dimensão pulsante nos debates da *história (in)disciplinada*, que, a seu modo de (des)aprendizagem política, também evoca a ideia de “como nunca fomos tão úteis”, porque, dentre outros aspectos, grande parte das lutas pelo passado em distintos campos configuram-se potencialmente com imagens.<sup>466</sup>

Seguindo esse propósito, enfatiza-se como as áreas em destaque repensam suas balizas diante do universo virtual, pois o “que muda não é apenas o contexto do *fazer* a pesquisa, mas o estatuto do *pensar* a pesquisa”.<sup>467</sup> Fazemos um debate simultâneo que entrecruza os seguintes aspectos: formas de memória visual em contextos de diferentes arquivamentos, destacando casos relacionados ao cangaço; singularidades de arquivos públicos, pessoais e digitais, ressaltando aqueles com maior circulação na cena pública do tema; observações de reconfigurações das fotografias entre-imagens diversas, com atenção aos registros dos restos mortais dos cangaceiros, sobretudo das suas cabeças cortadas e/ou mumificadas. Ao final destacam-se notas de aprofundamento em perspectiva global e/ou transnacional, com intuito de contribuir para a conexão de uma agenda de investigação histórica em expansão, a partir dessas imagens nas eclosões e/ou aberturas de pensamento em algumas sobreposições de memórias e temporalidades que as atravessam.

### **Arquivos públicos, museus e centros de cultura**

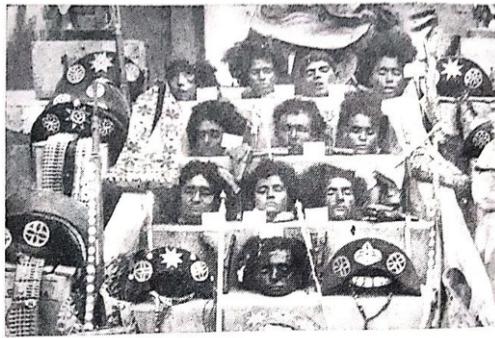
Toda mídia tem uma dinâmica específica com a memória cultural. O arquivo, enquanto meio de memória, teve sua singularidade acentuada com a expansão da arquivabilidade de dados ligadas às tecnologias de novos sistemas

de registro, tais como fotografia, filme, mídias de áudio e de vídeo.<sup>468</sup> Se, durante muito tempo, foi visto somente como um lugar para a memória do Estado, hoje é corrente pensá-lo como testemunho do passado, por meio do qual geram-se processos que constroem esse próprio passado. Essa dimensão política do arquivo, ao operar conservação, seleção e acessibilidade, faz com que, antes de ser uma memória histórica, ele também possa ser constituído como memória de dominação. Sobre os arquivos do cangaço, a premissa faz todo sentido. O tema figura em vários arquivos públicos da “memória nacional” localizados no eixo Rio-São Paulo, mas, logicamente, a maior quantidade de coleções está em espaços públicos dos estados nordestinos onde os cangaceiros passaram. Trata-se de museus de Estados ou cidades, de Institutos Históricos e Geográficos, e memoriais de universidades. Na maioria, a fotografia é documento bastante presente, muitas vezes lida como “prova” inconteste do acontecimento.

Nesse sentido, alguns arquivos públicos criados no final da década de 1950 merecem destaque. Por um lado, o Museu Antropológico e Etnográfico Estácio de Lima, inaugurado em 1958, em Salvador-BA, com intuito de continuar os estudos do médico Nina Rodrigues, fundador de museu homônimo no início do século XX, na Faculdade de Medicina da Bahia, para abrigar coleção de objetos ligados à “antropologia criminal”.<sup>469</sup> Um lugar onde as cabeças dos cangaceiros foram apresentadas por muitos anos junto a “anomalias genéticas, armas, drogas e objetos relacionados às religiões afro-brasileiras apreendidos pela polícia”.<sup>470</sup> Por outro lado, também em 58, foi criado o Centro de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), no Rio de Janeiro, com finalidade de trabalhar com “expressões dos saberes e fazeres do povo brasileiro”. Vê-se que, dentre quase 80 pastas no acervo, apenas uma refere-se a acontecimento, sendo justamente sobre o cangaço. Afora sua ocorrência em outras pastas, como “Folcloristas”, “História do Brasil e do Folclore”, “Instituições Culturais e Museus”, e “Memória da Instituição”. Tudo isso faz-nos pensar nos jogos de poder que marcam suas “escritas com imagens tornadas (in)visíveis como patrimônio” por meio da materialização de arquivos, museus e demais esforços de culturalização.<sup>471</sup>

Para notar os distintos significados que as fotografias podem ganhar nesses arquivamentos, a noção de “entre-imagens” é interessante. Tal “lugar de

passagem entre as imagens faz vacilar as reivindicações de autossuficiência dos meios”, em função de suas assimilações, contágios e confrontações.<sup>472</sup> Quer dizer, trata-se de “não apenas reconhecer um realismo fotográfico, intrinsecamente associado à sua estrutura técnica, mas de aferir as inflexões exibidas pelas imagens fotográficas em diferentes contextos históricos e institucionais”.<sup>473</sup> Daí emergem encadeamentos, interrupções e acelerações que alteram as fruições entre o sujeito e seu domínio visual. Para observar isso mais concretamente, vejamos algumas imagens.



Logo após a tragédia de Angicos (julho de 1938).  
(Foto do arquivo da Polícia alagoana)

Imagen 1: Foto das cabeças cortadas no arquivo da “Polícia alagoana” (1938). Fonte: Estácio de Lima.<sup>474</sup>



Imagen 2: Foto das cabeças cortadas no jornal “Diário Pernambucano” (1966). Fonte: Severino Barbosa.<sup>475</sup>

Nessa primeira imagem, temos a fotografia das cabeças cortadas dos cangaceiros perfiladas junto aos seus despojos, cuja autoria é marcada por ser largamente desconhecida. Após o ocorrido, em 1938, um dos lugares a armazená-la foi um arquivo policial alagoano. A imensa circulação que a foto possui indica muitos usos em outras mídias, embora seus arquivos iniciais

pouco tenham sido acessados, tornando difícil o mapeamento do contexto de produção. Um desses usos foi operado por Estácio de Lima, médico-criminalista diretor do Museu onde os restos mortais de cangaceiros estavam conservados e presidente do Conselho Penitenciário da Bahia, em seu livro “Mundo estranho dos cangaceiros”, de 1965. Diante das denúncias que passaram a acompanhá-lo na opinião pública, as quais cobravam o sepultamento das cabeças, o uso vinha quase como legitimação de sua narrativa. A atribuição na legenda do termo “tragédia” e do “arquivo da Polícia” como lugar da fonte não é aleatória. Combinação que sugere como a violência tinha sido provocada por outros, não por ele, cujo propósito era estudar as cabeças mumificadas com fins científicos. Ademais, seu livro tem maior presença em bibliotecas de especialistas do tema, por ser uma “raridade”, não alcançando assim tanta circulação. Dito isso, passemos a outro contexto de arquivamento, notando certas variações.

Na outra imagem, a fotografia é usada em reportagem do “Diário Pernambucano”, do ano de 1966, com a manchete “Combate da Grota de Angicos marcou o fim da era do cangaço”, assinada pelo jornalista Severino Barbosa. Se saber de onde a foto foi retirada é difícil, o mesmo não se pode dizer da sua intenção. Na legenda, uma crítica à “horripilante exposição” dos “troféus macabros da chacina”. Esse é um registro que se encontra no acervo do CNFCP, no Rio de Janeiro, que o julgou importante de conservação. Um dos motivos deve-se a participação de folcloristas na campanha de sepultamento das “peças” em exibição no Museu Estácio de Lima, iniciada antes com os familiares dos cangaceiros que denunciavam o interesse científico em torno da mumificação. Embora isso não apareça tanto na matéria, é comum no conjunto de registros. A escolha de transpor o recorte de jornal para o universo digital há não muito tempo ampliou o acesso à tal narrativa. Todavia, nota-se como a foto em si, interessa mais do que qualquer exame da sua circulação, deixando à margem arquivamentos que tornam o tema recorrente no acervo.

As formas de memória que se fazem entre as imagens em distintos contextos de arquivamento explicitam como o arquivo adquire tom de “memória potencial ou pré-condição material para memórias culturais futuras”.<sup>476</sup> As camadas de significação se entrecruzam de maneira que a

percepção para esse processo fique muitas vezes naturalizada. Retomar tais circuitos ajuda a perceber sentidos que atravessam suas transformações mnemônicas entre os arquivos: um policial, em que a fotografia tem valor quase probatório e informacional da ação de repressão aos entraves à ordem pretendida do Estado; outro antropológico, que a reveste de valor histórico e científico, a fim de ampliar estudos de caráter ligado sobretudo à antropologia criminal; e um de folclore, que a engendra valor cultural de cunho popular tão extenso que o torna figura corrente em sua compilação. Evidentemente, algumas narrativas circulam mais do que outras, instigando demais olhares.

### **Arquivos pessoais, intelectuais e memorialistas**

Os arquivos têm perfis, funções e alcances múltiplos. Diante dos arquivamentos de temas arredios à ordem estatal, temos os arquivos pessoais que tanto contribuem para entender a constituição do arquivo público, quanto aqueles que operam outra lógica, desenvolvendo práticas alternativas com fins de conservar, ordenar e publicizar vestígios. Assim, uma série de trabalhos de artistas, colecionadores, memorialistas e demais sujeitos podem “nem sempre funcionar como um armazenador, mas estimulam-no ao tematizar os processos de lembrar e esquecer”.<sup>477</sup> Em princípio, alguns arquivos pessoais de intelectuais com experiências entre o final de 1960 e começo de 1970, mas que se tornaram referências longevas no trabalho do cangaço, podem ser citados, como o do médico-criminalista Estácio de Lima, o do folclorista Câmara Cascudo, o do cineasta Glauber Rocha e a da acadêmica Christina Machado. O fato de conhecermos mais uns do que outros tem relação direta com as difusões de acervos, onde também há presença marcante da fotografia, como objeto de estudo, de trabalho e de colecionismo.

O caso que trazemos é, todavia, o do memorialista paulista Antônio Amaury. Conhecido inicialmente do grande público como “acertador do programa 8 ou 800”, da Rede Globo de televisão, dizia, em meados da década de 1970, realizar, há mais de vinte anos, o ato de “tomar depoimentos, ao vivo, dos sobreviventes da tragédia que assolou o Nordeste, anotando-os, gravando-os, compilando-os”.<sup>478</sup> Seus trabalhos indicam a compilação de um vasto conjunto de registros livros, documentos, jornais, fotografias e entrevistas que impulsionou muitos outros. Situação significativa foi quando Amaury

contribuiu com a entrada do tema em circuitos mais ampliados, ao apresentar seu material oriundo de transcrições com gravações de ex-cangaceiros para o núcleo de produção da “Blimp Filmes”, responsável por reportagens especiais do programa Globo Repórter, vinculado à rede homônima. Isso foi responsável, em parte, pelos documentários de caráter histórico exibidos nos anos de emergência da televisão aberta brasileira sobre o assunto, como “O Último Dia de Lampião”, de 1975.<sup>479</sup> Nos dias atuais, trata-se de um sujeito pouco conhecido do grande público, mas com memória muito presente em espaços memorialistas do cangaço.

Esse caminho de análise é instigante, pois “um indivíduo produz documentos para satisfazer seus interesses, seus gostos ou sua personalidade, e não porque alguma lei, estatuto, regulamento ou política empresarial o obriga a isso”.<sup>480</sup> Impulsiona aprofundar estudo dos “lugares onde os dados estatais são escassos ou ausentes, considerando todo o potencial analítico dos arquivos informais para a pesquisa”.<sup>481</sup> Difícil não associar essas notas com o que se vê no filme “Bacurau”, uma vez que o arquivo do museu da cidade interiorana marcada por ser desassistida pelo poder público, contendo objetos, jornais, fotografias e demais registros de sua história, decorre da organização de acervos pessoais dos moradores. Fator que indica, nas dimensões (in)visíveis do patrimônio, os “anseios de novos sujeitos históricos que forjam a necessidade de se repensar os silêncios e os ocultamentos, bem como o que deve ser protegido, valorizado e repertoriado”.<sup>482</sup>

O lugar que a fotografia pode ocupar em meio a outras mídias nos contextos de arquivamento é igualmente relevante. Das muitas passagens que as atravessam, cabe sinalizar a intersecção entre as imagens fixas e as imagens em movimentos. Interessante que diversos artistas criem trabalhos mobilizando certos dispositivos com intuito de conferir dinamismo às imagens fixas, “promovendo aceleração, retardo ou congelamento da imagem móvel, de modo a questionar a concepção convencional da imagem fotográfica e do fotograma”.<sup>483</sup> Em sentido parecido, a imagem movimento do vídeo e do cinema, pode comportar, por sua vez, paradas, suspensões e até congelamentos. São estes estados transitórios que dão a ver tensões historicamente inseridas nas imagens entre uma “força interna que aponta para sua singularidade como ocorrência pontual e uma força narrativa que se desdobra no tempo”.<sup>484</sup>

Algumas situações a seguir tornam as considerações mais concretas.



Imagen 3: Foto das cabeças mumificadas na revista “O Cruzeiro” (1953).



Imagen 4: Fotograma de cabeça mumificada no filme “Memória do cangaço” (1965). Fonte: Antônio Amaury e Luiz Ruben.<sup>485</sup>

Nessa terceira imagem, uma fotografia das cabeças mumificadas, junto aos apetrechos dos cangaceiros e outros objetos de interesse da antropologia genética e criminal, observadas pelo responsável do Instituto baiano onde estavam conservadas. Para o registro, datado de 1953, a posição das cabeças foi ordenada a fim de causar impressão de dominação, controle e segurança sobre elas. Tem autoria atribuída à revista “O Cruzeiro”, do Rio de Janeiro, que costumava publicar sobre o tema na ótica do “povo brasileiro” no sertão. A foto foi usada pelos memorialistas Antônio Amaury e Luiz Ruben no livro “Lampião e as cabeças cortadas”, publicado no septuagésimo de morte do cangaceiro, em 2008. Na transposição do registro para o livro, os comentários da legenda restringem-se a explicitar dados básicos. A composição visual entre as páginas permite, todavia, indicar algumas percepções construídas. A narrativa enfoca detalhes aproximados das cabeças em estado de

decomposição que, ao serem contrapostas com fotos como esta, sugerem violência com os restos mortais. Para atingir esse fim, os autores recorreram à registros de outras mídias que se aproximam desses contornos.

Na quarta imagem, a saber, apresenta-se um fotograma do filme-documentário “Memória do Cangaço”, dirigido por Paulo Gil Soares, em 1965. Esse é um quadro que aparece na parte final da produção, gravada com passagens no Instituto Nina Rodrigues, de Salvador, em sequência que combina depoimentos de policiais-volantes responsáveis pelas decapitações das cabeças com as cenas filmadas das cabeças mumificadas de alguns cangaceiros. No livro dos memorialistas, demais informações sobre as trajetórias desses restos mortais são ressaltadas até a data do sepultamento, ocorrido no ano de 1969. O perspicaz é notar que, enquanto a maioria dos registros das cabeças de cangaceiros ocupa meia página, a cabeça mumificada de Lampião tem espaço ampliado. Nessa parte, a maneira como o fotograma foi impresso no livro tem formato semelhante ao do documentário, transmitindo sensação de fria残酷. A disposição mostra como faces de diferentes mídias podem dialogar entre si em tais composições.

As formas de memória que circundam tais imagens indicam como arquivamentos pessoais também codificam informação que incide nas maneiras como serão lidas pelas gerações vindouras. Práticas de memória organizadas por disposições pessoais que também desvelam bastante sobre como lidamos com o passado. Nesses trabalhos, distintas mídias podem se entre cruzar, como revistas, documentários e livros, fazendo com que as fotografias se misturem de vários modos em contextos de significação dos seus arquivamentos. Um ato que, quando acionado por memorialistas, não pode ser visto só como fruto de suposto saudosismo ou retórica testemunhal para legitimar-se diante de outros saberes. Ao ser investigado, indica múltiplas variações de valores culturais em cena, como os simbólicos e estéticos. Diferentes modos de análise que permitem contar outras histórias.

### **Arquivos digitais, redes sociais e blogs**

Um dos desafios do mundo digital é descobrir novas formas para o armazenamento da informação em contextos nos quais o arquivo tradicional adquire tom de obsolescência. Os arquivamentos têm sido tanto mais

diferenciados na documentação de realidades passadas, quanto mais frágeis em estabilidade de longo prazo.<sup>486</sup> Alguns dos ambientes virtuais equiparam-se a um “cérebro computacional” que administra seus dados de maneira autônoma, corroborando para que “categorias antropomorfas como de recordar e esquecer soem inadequadas”,<sup>487</sup> assim como uma “biopolítica da memória” seja lançada ao debate.<sup>488</sup> Tratando-se do cangaço, não há nomeadamente nenhum tipo de arquivo digital, mas é possível comentar a respeito das suas formas de arquivamento na internet. As redes sociais do cangaço, nos mais diferentes formatos, acabaram cumprindo esse papel de forma direta ou indireta publicamente. Nesses meios, as fotografias variam em usos, sobretudo nas edições técnicas que recebem, mas o que chama atenção é a diferenciação pouco tocada entre a foto, a foto da foto, ou até a foto digitalizada.

A criação de páginas virtuais do cangaço desde o fim da década de 1990, com expansão a partir da metade dos anos 2000, enreda-se em várias dinâmicas. A maneira como essas novas mídias arquivam através de determinada memória técnica é uma das mais intrigantes. Mesmo quando não há uma programação voltada para arquivar com longa durabilidade, o formato desses perfis possibilita um armazenamento à medida que guarda as interações sociais nas suas plataformas, considerando desde redes extintas até as mais recentes, como o Orkut, o Facebook e o Instagram.<sup>489</sup> Citando apenas esses perfis de universo extensamente maior, os blogs possuem algumas ferramentas mais semelhantes ao tipo de arquivamento como estamos habituados. O caso do blog “Lampião Aceso”, criado em 2008, pelo jornalista sergipano Kiko Monteiro, é interessante, por ser talvez mais estável em nível de armazenamento e ter atravessado distintas ondas de transformação da web. Ressalta-se que toda notícia é acompanhada de “marcadores”, fazendo com que o próprio blog crie automaticamente “abas” de conteúdo que formam um “índice”. No blog, o índice chama-se “É do Gogó ao Mocotó”, tendo uma listagem ordenada por cronologia, eventos consagrados e personalidades, sejam os personagens da época, autores clássicos e/ou memorialistas que colaboram com a página.

Nesse regime generalizado das interfaces virtuais, em que o estatuto da imagem é redefinido, pode-se perguntar também onde sua presença começa e acaba. Importante perceber “como as mudanças perceptivas decorrentes das

transformações técnicas estão reencenando os modelos realistas e, simultaneamente, ampliando o poder produtivo do corpo no processo de aquisição perceptiva”.<sup>490</sup> A Arqueologia da Mídia se concentra justamente na “multiplicidade de constelações espaço-temporais que são encontradas nesses meios técnicos”, o que não se reduz aos seus sistemas operacionais padronizados.<sup>491</sup> Um exemplo da mudança seria o código que rompe lógica moderna da autenticidade, como ocorre com as novas sociabilidades advindas da circulação social de coleções patrimoniais fotográficas no universo digital. A digitalização modifica essencialmente a relação da sociedade com os jogos de (in)visibilidades do patrimônio, uma vez que o substituto não é mais concebido como um suporte de registro, mas como um suporte de mediação.<sup>492</sup> Vejamos casos de imagens nesses tempos de virtualidade expandida.



Imagen 5: Foto das cabeças cortadas colorizadas em perfil no Facebook (2019). Fonte: Rubens Antonio.<sup>493</sup>



Imagen 6: Foto de souvenir das cabeças cortadas no blog “Lampião Aceso” (2010). Fonte: Kiko Monteiro.<sup>494</sup>

Nessa quinta imagem, a fotografia das cabeças colorizada, em 2019, na rede social Facebook. Publicada no perfil do seu editor, Rubens Antonio, a foto

tem alta resolução, se comparada a outras que circulam com frequência, o que indica o cuidado da seleção para usá-la nessa “retificação” e “colorização”. Antonio dispensa comentários, resumindo-se a dizer que é um trabalho de longa data, como se a foto falasse por si mesma de tão viva que se tornou. É detalhista, porém, na assinatura para garantir autoria da “edição” de uma foto tão marcada por sua produção desconhecida. A maneira como é exibida visa gerar impressão de maior objetividade, embora ao fazer isso retire a significação do seu contexto de produção e circulação. Mais importa, entretanto, perceber a sua reencenação ligada às sociabilidades geradas, por exemplo, nas reações, comentários e compartilhamentos. Cada interação faz com que seja acionada de modo distinto. Uma busca na internet por essa imagem, todavia, dificilmente garante algum êxito, a não ser que fique armazenada em outra mídia, pois simplesmente a procura pela foto colorizada pode levar à várias outras, geralmente com qualidade reduzida. Mas, observemos outro caso, ligado aos usos das fotos nesses meios.

Na outra imagem, uma fotografia de souvenir que reproduz o registro fotográfico das cabeças, no blog “Lampião Aceso”, em 2010. A matéria em que foi inserida permite saber que se trata de objeto particular do memorialista cearense Ângelo Osmiro, registrada em visita do jornalista Kiko Monteiro à sua biblioteca, considerada por muitos a maior do cangaço. A relação entre a foto do objeto e a foto que à simboliza desvela alguns usos. Ao tomá-la como “altar macabro”, com uma adição de sangue que não está presente na fotografia que o souvenir reporta, fortalece-se narrativa de crítica aos excessos de violência com os restos mortais, num recurso muitas vezes usado por quem busca questionar estigmas do tema. A escolha do lugar onde é posicionada, na frente de vários livros, sugere que não se trata de mera opinião, mas algo fortemente documentado. A transposição da foto para o blog facilita maior acesso a objeto que não circularia tanto só com a publicação de seu colecionador. Todavia, por mais que esse tipo de página tenha maior estabilidade, há que se ressaltar certa falta de agência, pois, a administração do meio pelo seu gerenciador não garante, obviamente, a propriedade da plataforma como um todo.

As formas de memória que atravessam muitas imagens em contextos de arquivamento digital indicam a necessidade de considerar o estatuto das

memórias técnicas da própria mídia no estudo sobre a organização de registros para posteridade. As camadas de significação atingem cada vez mais outros patamares, sem sequer darmos conta das mudanças. Se os arquivos públicos e pessoais trabalham de modo que alguns valores brotem mais do que outros, seja o probatório, o informacional ou o cultural, com os arquivos digitais precisamos repensar essa lógica. Situação que demanda atenção aos suportes que acionam os registros, sejam os mais analógicos ou digitais, considerando as dinâmicas mnemônicas das máquinas, metaforizadas pelos seus algoritmos mobilizados entre diferentes tipos de repetições e aleatoriedades.

### **Perspectivas (in)disciplinares**

As várias camadas do filme “Bacurau”, relacionadas ao cangaço, ao acervo do museu onde a trama se passa e as fotografias que reportam ao tema, assim como nossa relação com seus rastros no mundo digital, impulsionam a entender formas de memória no tempo presente. Apesar da consistente crítica “Bacurau: será mesmo resistência?”,<sup>495</sup> lançada em função da repetição de estereótipos nacionais, muitas entradas, interfaces e fruições globais na película suscitam entrecruzamentos mais complexos nas suas montagens, como sugere o recurso dos habitantes aos mapas-múndi físicos e virtuais para localizar a pequena cidade do sertão nordestino contemporâneo. No conjunto do raciocínio, todavia, expõe-se a válida necessidade de enfrentar outros modos de pensar, organizar e narrar temas nordestinos tão caros à imaginação visual de Brasil.

Depois de perceber imbricações dessas imagens entre o evento, a memória e o arquivo, saltam aos olhos reconfigurações dos lugares de fotografias que marcam o fim do cangaço numa disputa sem fim até hoje em visualidades na cena pública. Nota-se como o cangaço é figura presente em mídias que se entrecruzam em arquivamentos públicos, pessoais e digitais, com expansão em contextos de globalização da cultura da memória a partir do terço final do século XX. Nesse plano, as fotografias dos restos mortais dos cangaceiros, sobretudo das cabeças cortadas, constituem-se em metonímia potencial do assunto, não só pelo que tem de suposto meramente ilustrativo, mas por seu rebatimento em várias combinações narrativas como partes constitutivas de nossa percepção. Tal lugar em políticas de memória convida a indagar os

circuitos de outras imagens, inclusive das vítimas do cangaço, notando seus “usos recombinados com processos de (re)significação que garantem sua longevidade e/ou levam à sua hibernação”.<sup>496</sup>

Das tramas ligadas à memória visual nas “transformações de momentos contingentes em durações de temporalidades significativas”,<sup>497</sup> fica nítido como sinalizar que a narrativa projeta (in)visibilidades é tão importante quanto reconhecer que distintas percepções (in)visíveis impactam estas narrativas. Referente ao debate nas áreas abordadas, a fim de ampliar estudo com imagens em nuances das fotografias como documentos históricos, há muito a explorar. Notamos, nos Estudos da Memória, sobretudo com Aleida Assmann, o realce na “dependência que a memória cultural tem com certas práticas e mídias”, uma vez que ela “não dá prosseguimento sozinha, precisando sempre ser renegociada, mediada e readquirida”.<sup>498</sup> Dentre outras partes, por vezes esquecidas na historiografia, as proposições sobre o Arquivo, com destaque para Mario Wimmer, potencializam a ponderação das “leis silenciosas que organizam o espaço produzido que incide diretamente na pesquisa”.<sup>499</sup> Nesse ritmo, Ina Blom, em notas para a Arqueologia da Mídia, é uma das quais atenta para a mudança profunda do estatuto do arquivo tradicional que, costumeiramente organizado com a premissa da seleção de objetos originais, exemplares e documentos, vê-se hoje num “mundo de mobilidades em rede com transmissões, atualizações, negociações, associações e especulações”.<sup>500</sup>

Diante de tais impulsos, o instigante tem sido refinar a pesquisa à luz de problemas contemporâneos, pois todo o *atualismo* que vivenciamos também pode ser apropriado para organizar novas formas de temporalização do presente em uma *história (in)disciplinada*, quer dizer, repensando o desacerto temporal entre uma disciplina nascida no século XIX e demandas do século XXI que se fazem latentes.<sup>501</sup> Um dos lapsos seria a baliza da lógica do Estado-nação e do paradigma de ocidentalização eurocêntrico que faz a “História em sua maior duração ser sinônimo de história nacional”.<sup>502</sup> Por isso, a recorrência em “tratar temas em perspectiva fortemente nacional e local, embora suas historicidades estejam inseridas em redes transnacionais e/ou globais”.<sup>503</sup> Assim, em meio a importância da “virada visual para as humanidades, em que núcleos de epistemologia / alteridade da imagem deslizam entre vidas, corpos,

usos, cognição e intersubjetividade”,<sup>524</sup> a investida com imagens é potente nas redefinições de (in)visibilidade da história.

Para não extrapolar os propósitos do texto, façamos algumas observações a partir da icônica fotografia das cabeças cortadas dos cangaceiros, ensaiando o que a imagem dá a pensar em modos de (in)disciplina, reorganizações de arquivos e outras epistemes, sem neutralizar qualquer tipo de violência que atravessa o fenômeno. A partir das notas suscitadas, é possível dizer como os traços das suas vidas, corpos e usos apontam para agências que oscilam entre experiências inscritas nas materialidades que as envolvem em variadas práticas sociais, enquanto os traços de suas cognições, afetos e intersubjetividades indicam como todos esses aspectos abrangem intrinsecamente as identidades e alteridades na produção de conhecimento e outros saberes. Apesar da pluralidade de olhares que podem tocá-la, a imagem é largamente marcada pelo atributo da história como coletivo-singular baseado em preceitos temporais europeus, que tanto demarcam polarizações entre “progresso” e “atraso”, “urbano” e “rural”, “erudito” e “popular”, com replicações nas composições de inúmeras identidades espaciais, sejam locais, regionais ou nacionais.

Nas iminências entre como as olhamos e, também, como elas nos olham, as imagens têm mais sobreposições de memória e temporalidade do que se imagina.<sup>525</sup> As fruições podem ser muitas, mas aqui indicamos apenas algumas. Na seara da natureza, convém perceber mais a relação do cangaço na convivência com o semiárido, abordando o próprio fato dos corpos mutilados dos cangaceiros terem sido deixados a céu aberto para servirem de alimento aos urubus, não para aguçar curiosidade com o ocorrido, mas como condição para entender cadeia orgânica maior que afetam e são afetados. Em direção parecida, na dimensão do trabalho, a relação com a criação de gado possibilita notar não só o culto da coragem ou da valentia regional, através do uso de objetos como as armas brancas, mas uma sensibilidade corporal formada nesse meio que incide em afeição tanto ao conflito rural quanto ao artesanato junto à indumentária do couro. Na ótica do gênero, abordar a presença de máquinas de costura no cotidiano deste cangaceiro não apenas para expressar a vontade do “cabra-macho” de transmitir orgulho pela coloração que usava em meio dito cinzento e pobre, mas notando como um tipo de hábito geralmente associado

à subjetividade feminina traz consigo uma perfuração de códigos cristalizados que expõem contradições de identidades espaciais idealizadas.

Trata-se de notas pontuais, mas de menção válida para sugerir que, mesmo em cenários confusos pela entrada no mundo digital, algumas apropriações são instigantes. Uma delas ocorre com o hipertexto, que indica um conjunto constituído de documentos não hierarquizados ligados entre si por links. Sua disposição caracteriza-se por não ser linear, formatado tal qual um livro para ser lido em continuidade, página após página, podendo-se

passar pelos links propostos, voltar atrás, encontrar outros percursos, outros caminhos, que devem poder fazer sentido, mas num outro tipo de narratividade.<sup>506</sup>

Há quem acredite que esse fluxo rizomático rompe hábitos enciclopédicos que marcam leituras de textos, imagens, sons etc. Mas, independentemente disso, o valor de tratar o estatuto dos arquivos, logo, da própria epistemologia da história, é notório. Um modo de repensar formas de memória no presente em suas várias conexões de investigação histórica.

# *Arquivos digitais da Covid-19 na América Latina*

Leonardo Lehmann Concentino<sup>507</sup>

## **Introdução**

A tecnologia e o mundo digital permeiam a vida hodierna. A internet, os smartphones, microcomputadores e computadores são elementos marcantes dos dias atuais que atuam em diversas esferas do cotidiano. Não é possível pensar mais nas dinâmicas humanas sem considerar o impacto do universo digital – as análises das ciências humanas devem inserir o ambiente virtual em suas investigações.

Byung-Chul Han afirma logo na primeira página de seu livro *Sociedade do*

*Cansaço* que cada época possui suas doenças fundamentais. Na perspectiva do filósofo sul-coreano, a sociedade do século XXI lida com as doenças neuronais, como a depressão e a Síndrome de Burnout, principalmente pelo ritmo da vida imposto pelo neoliberalismo e pelo mundo digital.<sup>508</sup> Curiosamente, Han afirma que “não vivemos em uma época viral”<sup>509</sup> - quem imaginaria que 10 anos após a publicação dessa obra, o globo encontrar-se-ia em quarentena diante de uma pandemia viral?

Em *No enxame: perspectivas do digital*, Han trabalha mais os efeitos do mundo virtual na sociedade dos dias de hoje. O filósofo declara que

o smartphone funciona como um espelho digital para a nova versão pós-infantil do estágio do espelho. Ele abre um espaço narcísico, uma esfera do imaginário na qual eu me tranco. Por meio do smartphone o outro não fala.<sup>510</sup>

Nota-se o impacto que as ferramentas virtuais exercem na vida humana. Dessa forma, construímos bases sólidas na justificativa da interpretação dessas dinâmicas inéditas criadas pelo enxame digital. Essa tarefa diz respeito às ciências humanas, às humanidades digitais.

A História não pode ser uma exceção. Com efeito, não é: tanto voluntária quanto involuntariamente, componentes da disciplina histórica migraram (e ainda migram) para a internet. Isto é, as produções historiográficas são disponibilizadas na rede através de revistas digitais e de bancos de teses e dissertações, sem considerar os conteúdos pirateados; manuscritos, imagens, objetos, múltiplos tipos de documentações históricas se encontram na internet por conta do movimento de digitalização desses documentos. E, finalmente, os arquivos históricos sofrem com a tendência de digitalização de seus acervos e da sua institucionalidade.

O movimento em direção às redes e ao digital só se intensifica. Com a pandemia do Sars-Cov-2 declarada pela Organização Mundial da Saúde em 12 de março de 2020, a quarentena foi uma prática adotada ao redor de todo o planeta. Como afirma Chakrabarty, a pandemia causada pelo novo coronavírus foi o maior fenômeno global da história da humanidade: assim, grande parte da população isolou-se socialmente, como medida preventiva.<sup>511</sup> Com o confinamento, as relações sociais ficaram restritas ao digital, atenuando a importância do mundo virtual na sociedade atual.

Nesse sentido, este trabalho almeja evidenciar e relatar uma pesquisa executada pelo autor, a qual consistiu em uma coleta crítica de arquivos digitais com acervos sobre a pandemia de Covid-19 na América Latina. Para tanto, tece-se inicialmente uma discussão sobre arquivos digitais, tanto formais quanto informais e suas possibilidades de pesquisa, principalmente através do *crowdsourcing*. Feita tal exposição, apresenta-se a construção de um banco de dados de arquivos digitais latinoamericanos sobre a pandemia de Covid-19. Essa pesquisa sobre arquivos da Covid-19 se insere em um projeto de estudo de arquivos digitais do Centro de Humanidades da Unicamp, juntamente com o professor Thiago Lima Nicodemo e demais pesquisadores, como Pedro Telles da Silveira, Alesson Rota e Ian Kisil Marino.

Através da pesquisa em mecanismos de busca como o Google, redes sociais (Instagram e Facebook, por exemplo) e sites de instituições governamentais e universitárias, a coleta de arquivos digitais encontra um vasto campo de pesquisa de arquivos que armazenam documentos sobre a pandemia do novo coronavírus. Finalmente, são expostos dados e estatísticas desse banco de dados, como tipo de armazenamento dos dados, método de coleta e modos de publicação e visualização desses documentos.

### Arquivos digitais

Uma das instâncias alteradas pela influência do advento digital hodierno são os arquivos e a prática arquivística. Até então, os arquivos funcionavam de maneira analógica; isto é, os documentos físicos, palpáveis, eram armazenados e cuidados levando em consideração todos seus aspectos e condições físicas. Agora, com as máquinas e documentos virtuais, a conservação dos documentos e armazenamento dos acervos são executadas de formas completamente diferentes. O documento não passa de uma coleção de dados sequenciados, números binários, que representam correntes elétricas em uma placa eletrônica.<sup>512</sup>

A preservação arquivística digital diz muito mais respeito à conservação da placa eletrônica, e não mais ao documento. A disponibilidade do acervo e categorização dos documentos, ademais, começam a mudar de figura: não mais atendem somente ao perfil acadêmico de historiadores e afins. Qualquer usuário da internet pode acessar os arquivos digitais e interessar-se por ler os

vestígios ali presentes. Deve-se concentrar foco nos arquivos digitais, seus funcionamentos, nos caminhos abertos que os acervos virtuais oferecem.

Surgida na passagem da década de 1990 para 2000, a categoria “arquivo digital” sofreu modificações em seu significado e atualmente remete a todas as experiências arquivísticas da internet, sejam formais ou informais.<sup>513</sup> Sendo assim, tanto as coleções organizadas por instituições públicas ou privadas, de cunho formal, quanto os acervos informais formados através de iniciativas autônomas englobam o universo dos arquivos digitais.

O surgimento do arquivo digital é um fenômeno mundial, conforme Nicodemo e Marino, e

compreendê-los requer uma análise empírica de experiências arquivísticas que se repetem em diferentes partes do mundo, detectando os problemas práticos e teóricos de sua implementação.<sup>514</sup>

Além disso, os autores expõem a categoria de coleções nato-digitais, isto é, acervos os quais documentos nasceram no formato virtual. Esses acervos possuem suas particularidades que devem ser estudadas, pois diferem da documentação tradicionalmente investigada.<sup>515</sup>

Roy Rosenzweig aponta a dicotomia documental nas redes. Embora o autor teorize que “historiadores, de fato, podem estar enfrentando uma virada fundamental de paradigma de uma cultura de escassez para uma cultura de abundância”,<sup>516</sup> Nicodemo *et al.* afirmam que a linha entre escassez e abundância é tênue. Com as redes sociais e com o Big Data, salta aos olhos dos historiadores uma imensidão documental extremamente valiosa todavia, esses arquivos são em imensa maioria privados, os quais não podem ser acessados.<sup>517</sup> É um paradoxo documental no qual ao mesmo tempo há um vasto mar de fontes históricas, porém com uma barreira opaca de difícil transposição que são as grandes corporações como o Google e o Facebook e suas diretrizes de arquivamento.<sup>518</sup>

Um caso que muito elucida esse aspecto foi o banimento do então presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, de diversas redes sociais, no dia 9 de janeiro de 2021.<sup>519</sup> Trump é conhecido por suas declarações polêmicas no Twitter: seu perfil nessa rede social era uma fonte extremamente rica em documentação. Com o banimento de Donald Trump do Twitter (e de

outras plataformas), não é mais possível ter acesso a todas suas publicações, as quais eram fontes imensuravelmente valiosas em termos historiográficos. Como os historiadores e humanistas recuperarão esses *tweets* de Trump?

Maynard, em consonância com Rosenzweig, alude à problemática do documento digital. O processo arquivístico de documentos nascidos no ambiente virtual é divergente dos documentos na realidade objetiva: por exemplo, como armazenar um site? Ou um código-fonte? São estruturas oriundas da esfera digital, as quais não existem no mundo físico. Portanto, tanto o documento em si quanto o armazenamento desse é essencialmente divergente dos conceitos tradicionais.<sup>520</sup>

Então, estamos diante de um problema metodológico, de uma necessidade de mudança crucial das técnicas tradicionais de pesquisa, desenvolvidas ao longo do século XX, a fim de atualizar as pesquisas historiográficas para o ambiente digital. Fickers certifica que os historiadores futuros, a fim de analisar com competência os arquivos digitais, deverão “desenvolver habilidades em ciência da computação, análise de imagens digitais e tecnologia de redes”.<sup>521</sup> Isto é, a formação e o ofício do historiador extrapolarão os limites da História e as metodologias e ferramentas analíticas desenvolvidas até hoje. O historiador deverá ser programador, conhecedor dos mecanismos das redes virtuais e de algoritmos complexos de Big Data. Nesse âmbito, o historiador deve ser um profissional habilitado e capacitado em interpretar os documentos digitais, a fim de preservar a qualidade pública da memória e da história.<sup>522</sup>

Uma dinâmica demasiada interessante da História Pública Digital que engloba a comunidade da internet é o *crowdsourcing*. *Crowdsourcing* (colaboração coletiva, em uma tradução literal) diz respeito a práticas da web em que os usuários são responsáveis pela produção coletiva do produto final. No caso da História, o *crowdsourcing* diz respeito à produção de relatos, fontes e vestígios voluntários, na qual o usuário doa sua memória ao arquivo digital. É uma construção coletiva da memória pública, do acervo virtual.

O *crowdsourcing*,

sob várias formas e com diversos tipos de conteúdo, trabalho colaborativo e saberes, permitiu a gestão integrada dos conteúdos digitais por parte de quem tenha a

possibilidade e o conhecimento para assim proceder.<sup>523</sup>

Com o novo coronavírus, o *crowdsourcing* foi um método de coleta adotado ao redor de todo o globo como forma de registrar o momento disruptivo e caótico gerado pela pandemia. Como mostram Marino *et al.*, os modelos de coleta de arquivos similares ao *crowdsourcing* caminham em direção à democratização da memória social da pandemia – e o *crowdsourcing* foi utilizado amplamente pelos arquivos da Covid-19. O *crowdsourcing* constitui uma prática arquivística inclusiva, uma alternativa para as narrativas periféricas.<sup>524</sup>

Como o ambiente digital se tornou o principal meio de comunicação e interação entre humanos durante o período de isolamento social, as redes se tornaram fontes riquíssimas em documentação historiográfica. As instâncias arquivísticas iniciaram seus projetos de coleta e armazenamento da memória da pandemia através das redes sociais.

Aqui, tanto os arquivos formais (coordenados por instituições governamentais, pela iniciativa privada, ou por instâncias universitárias) quanto os arquivos informais (autônomos, geridos por não historiadores, não mapeados) são considerados igualmente relevantes, cada um cumprindo um papel essencial dentro do armazenamento da memória da Covid-19.

Auerbach elabora a categoria “arquivo informal” e suas potencialidades, sobretudo na questão de abordar as classes mais baixas e marginalizadas da sociedade e incluí-las na história.<sup>525</sup> A adjetivação como “informal” relaciona-se à localização imprecisa desses acervos e pela falta de uma criteriosa sistematização das coleções. Todavia, essas características não rebaixam a credibilidade e a riqueza dos arquivos informais: pelo contrário, os acervos informais, tanto digitais quanto analógicos, representam uma resistência ao sistema hegemônico e o agenciamento de populações marginalizadas.<sup>526</sup> Nas palavras de Silveira *et al.*,

arquivos informais são mais do que complementos aos arquivos oficiais ou aqueles estabelecidos em instituições formais, já que eles geralmente delineiam uma ação política de competição e crítica contra a autoridade e soberania da prática arquivística tradicional.<sup>527</sup>

É claro que a internet possui seus mecanismos de exclusão social e de

algoritmos que privilegiam determinados discursos e o *crowdsourcing* não está fora dessas problemáticas. Existe a possibilidade de experiências marginalizadas serem excluídas, como qualquer tipo de coleta, a partir dos critérios de aceitação dentro do ambiente virtual. Como afirmam Nicodemo *et al.*,

como destaca Byung-Chul Han, a colaboração digital gera resultados mais de caráter aditivo do que criativo, na medida em que a linguagem das redes sociais privilegia a sobreposição de experiências singulares, dificultando a criação de uma narrativa, que é o motivo que garante a relevância do lembrar e do esquecer no processo arquivístico.<sup>528</sup>

Apesar disso, os arquivos informais permitem abordar assuntos e armazenar conteúdos que remetem à população marginalizada, sejam esses arquivos digitais ou físicos. Auerbach enfatiza os arquivos informais:

arquivos informais têm sido indispensáveis na construção das narrativas históricas. Eles providenciam perspectivas da emergência da liderança da favela, da formação de ligações partidárias e das estratégias que os moradores usam para fazer reivindicações ao Estado.<sup>529</sup>

Para analisar com maestria e eficiência as populações marginalizadas e produzir historiografias fora do centro, os arquivos informais são cruciais.<sup>530</sup> Na coleta relatada neste trabalho, buscou-se abranger todas as mais múltiplas dinâmicas arquivísticas disponíveis na rede dentro da rede latinoamericana. Assim, foram registrados diversos arquivos digitais formais e informais, cada qual cumprindo com seu objetivo de armazenamento documental.

### **Arquivos digitais da Covid-19**

A pesquisa de arquivos digitais da Covid-19 se insere em um projeto de estudo das dinâmicas arquivísticas, com enfoque na pandemia do novo coronavírus, sediado no Centro de Humanidades Digitais da Unicamp (CHD), o qual envolve diversos pesquisadores como Thiago Nicodemo, Alesson Rota, Pedro Telles da Silveira e Ian Kisil Marino. Essa coleta construiu uma planilha com 51 arquivos listados, no momento deste texto além de suas respectivas técnicas de coleta e armazenamento, a qual é amplamente utilizada pelos pesquisadores do CHD.

Efetuada entre outubro e novembro de 2020, a investigação teve como cerne entender as dinâmicas, atividades, funcionamento e técnicas desses

arquivos digitais. Diante de um evento disruptivo como a pandemia de Covid-19, a qual isolou em quarentena grande parte da população mundial, o armazenamento da memória desse período é de extrema importância, principalmente por seu caráter destruidor e deveras peculiar. Se o isolamento social foi instaurado, as experiências sociais da pandemia ocorreram dentro do ambiente virtual ressaltando a necessidade de estudar e compreender os arquivos digitais.

Além do recorte digital, a pesquisa tem como foco a América Latina. Isso não apenas marca o lugar de fala de latinoamericanos marginalizados no sistema mundial capitalista, mas também reflete uma necessidade historiográfica de colocar como centro as experiências latinoamericanas na pandemia, as quais foram particularmente dramáticas.<sup>531</sup> Nos termos de Marino e Nicodemo,

a América Latina foi um dos principais epicentros da pandemia a partir de agosto de 2020, com a taxa de mortalidade por Covid-19 mais alta do planeta. Segundo um artigo do The Lancet, a situação pandêmica latinoamericana pode considerar-se uma ‘crise humanitária’.<sup>532</sup>

Ademais, deve-se levar em consideração a problemática da conservação documental na América Latina, que precede os arquivos digitais e o Covid-19.<sup>533</sup> É uma deficiência causada pela escassez de capital que finacie projtos arquivísticos e pela falta de práticas definidas de digitalização de acervos.<sup>534</sup> Dessa forma, a busca relatada engloba as iniciativas arquivísticas latinoamericanas levando em consideração todas as nuances apresentadas.

Primeiramente, discorrer sobre a experiência de busca dos arquivos da Covid-19 na América Latina requer algumas distinções essenciais. A primeira diz respeito a nacionalidade: a pesquisa no Brasil possui suas singularidades e certas facilidades, – as quais não encontramos ao investigar esses arquivos no restante da América Latina – tanto por conta da familiaridade da língua, quanto por conta da restrição da localização e vivência dos acontecimentos cotidianos no Brasil. Assim, uma pesquisa mais detalhada no Brasil apresenta menos obstáculos, dado a bagagem prévia que nós, pesquisadores brasileiros, possuímos.

O segundo ponto diz respeito a plataforma de busca: procurei arquivos digitais através do Google, mas também por meio de redes sociais, como

Instagram, Facebook e Twitter: e cada uma dessas plataformas também possui suas características próprias e únicas. A busca digital, seja por redes sociais ou mecanismos de buscas, é essencialmente diferente da busca analógica de documentos e arquivos, principalmente por conta da metodologia e do vocabulário necessário para atingir os objetivos da pesquisa.

Ademais, as redes sociais são atravessadas por diversos mecanismos de linguagem, como gírias, abreviações, memes, vídeos, áudios, imagens, isto é, conteúdos originais e únicos que surgem na internet e nas redes sociais e que perpetuam nesse meio. Muitas vezes, essas dinâmicas só têm lógica e sentido dentro do ambiente virtual, caracterizando práticas exclusivas da internet.

A dificuldade apresentada pelo segundo ponto reflete a necessidade do estudo do meio digital pela História. O mundo da internet e o mundo físico têm suas barreiras cada vez mais fragmentadas: as pessoas utilizam o celular por mais tempo e intensidade progressivamente, além do acesso aos smartphones e à internet estarem se popularizando. Memórias e registros do cotidiano das pessoas durante a pandemia estão sendo gravados e arquivados na internet, em arquivos privados das redes sociais. É necessário esforço dos historiadores para entender os mecanismos de interpretação e análise do mundo digital, assim como suas fontes e documentos.

Começou-se então pela procura dos arquivos no Brasil. O primeiro passo tomado foi coletar iniciativas arquivísticas digitais que já se tinha conhecimento sobre, mesmo que superficialmente. Esses arquivos em específico caracterizam-se por serem, em sua maioria, vinculados a universidades públicas brasileiras.

Para tanto, foi utilizada a plataforma da IFPH International Federation for Public History (Federação Internacional para História Pública, em tradução literal), a qual possui um mapa que coleta arquivos digitais ao redor do mundo que trabalham com a memória da Covid-19.<sup>535</sup> O IFPH é uma instituição que busca unir as iniciativas de História Pública ao redor de todo o globo.<sup>536</sup>

O mapeamento utilizado, intitulado *Mapping Public History Projects about COVID 19* (Mapeando Projetos de História Pública sobre COVID 19, em tradução literal), foi criado e gerenciado pelo projeto *Made By Us*, um grupo que traz história para gerações mais novas de maneiras significativas e

inovadoras.<sup>537</sup>

Embora a coleta através do IFPH tenha sido um ótimo primeiro passo, tal etapa se mostra insuficiente e revela a necessidade de mecanismos de busca alternativos. A coleta exibida no mapa é muito rica, principalmente no hemisfério norte, possuindo mais de 450 projetos mapeados. Ao Sul, as iniciativas são poucas e pontuais: no caso da América Latina, as iniciativas expostas no mapa se encontram apenas no Cone Sul e majoritariamente no Brasil (10 arquivos entre 13 totais). Os outros três arquivos restantes localizam-se unitariamente no Chile, Uruguai e Colômbia.

Majoritariamente, arquivos formais foram registrados na coleta do Made By Us. Isso diz respeito à característica fundamental de não localização dos arquivos informais, já que a coleta exposta no IFPH se dá em um mapa. Identifica-se no Brasil por exemplo o “#MemóriasCOVID-19”, ligado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e “Testemunhos do Isolamento” gerido pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Na Colômbia, mapeia-se somente o “Coronarchivos”, da Universidade Nacional da Colômbia e da Universidade de Cundinamarca. A iniciativa chilena é ligada à Biblioteca Digital da Universidade de Chile, intitulada “Memorias Covid19”. Já o arquivo uruguai é organizado pelo Museo Nacional de Antropología e chama-se “Proyecto Había una vez una Pandemia. Uruguay en tiempos de Covid 19”.

O segundo passo foi, instintivamente, partir para o mecanismo de busca do Google, especialmente pelo hábito de fazer todo tipo de pesquisa por tal plataforma. Entretanto, deparou-se com um desafio: quais perguntas devo fazer ao algoritmo? A ferramenta de busca do Google é deveras valiosa e tem grande potencial, mas é preciso fazer as questões corretas para obter os resultados desejados. Não existe uma resposta única para tal problemática acerca das perguntas, porém ao decorrer da pesquisa pode-se notar algumas especificidades que foram moldando e aprimorando as buscas.

Iniciou-se a pesquisa em português, buscando arquivos digitais do Brasil. Primeiramente, os termos “coronavírus”, “pandemia”, “Covid-19”, tanto sozinhos quanto combinados entre si foram pesquisados. Com efeito, foram encontrados uma variedade enorme de material, porém sem os resultados

desejados: a maioria dos links eram relacionados a informações médicas e notícias da doença, como plataformas do governo, sites sobre prevenção, evolução da doença e compilações das pesquisas científicas sobre coronavírus. Portanto, os termos escolhidos não foram efetivos para o objetivo dessa investigação.

Ao inserir “arquivos” à pesquisa, outros produtos foram exibidos; isto é, buscando por “arquivos pandemia” e “arquivos pandemia Covid-19”. Foi possível encontrar uma iniciativa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de construir uma exposição virtual de artistas retratando a pandemia. Outrossim, vídeos discutindo o arquivamento durante a pandemia foram localizados, principalmente através do YouTube.

Além de resultados divergentes, como medidas preventivas e sites compilando dados e notícias sobre a pandemia de Covid-19, o projeto de *crowdsourcing* da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) “Arquivos da Pandemia” foi exibido. Através do site da Fiocruz, localizou-se mais três projetos geridos pela instituição: “Aqui Por Nós: Trajetórias Cruzadas no Enfrentamento à Covid-19”, “Olhares sobre a Covid-19” e “Podcast Fiocruz Brasília”.

As palavras “isolamento” e “quarentena”, seguidas por “Covid-19” e “pandemia” ocasionaram em matérias que discutiam sobre saúde mental durante o período de confinamento, além das estatísticas da doença oferecidas pelo Google. Contudo, ao adicionar “arquivo” em ambas as pesquisas (Isto é, “arquivo” + “isolamento” ou “quarentena” + “Covid-19” ou “pandemia”), os resultados foram similares à busca por “arquivos pandemia” e “arquivos pandemia Covid-19”, ou seja, mostrou-se a iniciativa da Fiocruz e da UFMG.

Pesquisou-se, então, “iniciativas Covid-19” e encontrou-se o projeto “Arctivism” (Arte + ativismo, em tradução livre), uma plataforma desenvolvida pela Human Rights Defender Hub (Cubo do defensor dos direitos humanos, traduzido literalmente).<sup>538</sup> O Arctivism mapea 26 projetos artísticos ao redor do globo, sobretudo iniciativas de países latinoamericanos, asiáticos e africanos. Nessa plataforma, localizou-se 5 iniciativas relacionadas ao armazenamento da memória acerca da pandemia de Covid-19. Esses projetos são focados em criação de conteúdo original; isto é, produzem conteúdos que envolvem o tema da pandemia e arquivam essas experiências, principalmente no âmbito

artístico.

Exemplificando: no Brasil, “Cartografias das Memórias”, curiosamente gerida pela Universidade de York, e um arquivo informal formado entre duas mulheres do Brasil e da Espanha, “Duna”. Localizado no Equador, encontrou-se o projeto “Las Otras Pandemias”, da Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana, traduzido do espanhol). O “2050: El fin que no fue”, do México, administrado por Esto no es Radio (Isto não é Rádio, traduzido livremente) é um podcast disponível no Spotify e na Apple Music que reflete questões da pandemia. Finalmente, destaca-se o “Global Neighbors: Co-Creation in Isolation” (Vizinhos Globais: Co-criação em Isolamento), criado pelo ResonarLab, uma parceria entre Argentina, Colômbia, Etiópia, México, Inglaterra, França e Suíça.

Outro fato importante a ser salientado é o uso do termo “memória”. Para nós historiadores, memória e arquivamento estão intimamente ligados, e “memória covid-19 Brasil” foi uma das primeiras buscas. Porém, estudos apontam que a doença pode afetar a memória dos pacientes: logo, quem dera fosse apenas uma ironia, esse termo, que aparenta ser tão útil, se confundiu com as notícias e pesquisas a respeito das doenças e seus danos colaterais.<sup>539</sup>

Em questão da América Latina com exceção do Brasil, a busca no Google ocorreu com algumas diferenças. Primeiro, a pesquisa foi realizada com a localização no Brasil e termos em espanhol, como “archivo Covid-19” em vez de “arquivo Covid-19” e seus sinônimos. “Pandemia”, “cuarentena” somados a “archivo” não divergiram dos termos anteriores: o padrão de resultados foram matérias jornalísticas e dados relacionados à doença.

Mudando as configurações de busca para os respectivos países da América Latina, ao pesquisar em espanhol “memoria social de la pandemia” (memória social da pandemia, traduzido livremente), encontrou-se muitos projetos da Espanha que buscavam relatos da pandemia. Através desse arquivamento coletivo, podiam ser enviadas mensagens de incentivo, cartas, diários, desenhos, canções, poemas, contos, histórias, fotografias, vídeos, entre outras coisas. Tais projetos pertenciam a inúmeras iniciativas: municipais, editoriais de jornais, universidades, pessoais etc. Embora deveras interessante, esses

arquivos não se situavam na América Latina.

É notável a imensa quantidade de iniciativas de *crowdsourcing* em Madrid e Barcelona, inclusive informais, com diversas frentes. Por exemplo, um dos arquivos encontrados em Madrid, dizia respeito às crianças na quarentena, contendo fotos, desenhos, vídeos, depoimentos etc. Outro arquivo, em Barcelona, partiu da iniciativa dos moradores do bairro Gótico, com a criação de uma página do Facebook, nutrida pelos moradores contendo fotos e vídeos de como eles vivenciaram o confinamento em diferentes períodos, os registros variam desde ruas desertas, ausência de turistas, até crianças contemplando a vista da cidade de suas varandas.

Aqui, é possível apontar alguns questionamentos: por que existe dificuldade em encontrar arquivos na América Latina, buscando em espanhol, enquanto em um único país Espanha foram encontrados inúmeros projetos? Seria essa uma questão algorítmica ou social? Caso seja social, qual seria essa diferença da percepção da memória entre a Europa e a América Latina? Levando-se em conta o que e por quem está sendo arquivado a experiência da Covid-19, será que existe uma diferença de arquivamento dos países que vivem em um estado de bem-estar social e os países latinoamericanos?

Já por outro lado o algoritmo, seria porque o Google privilegia narrativas europeias acima das latinas? Mesmo com a localização da busca ativada na América Latina, os resultados exibidos pelo algoritmo do Google foram majoritariamente europeus. Isso diz respeito à construção da programação algorítmica ou de compilações de dados e sugestões de acesso que levam a narrativas europeias?

Existem, efetivamente, mais arquivos digitais sobre a experiência da pandemia na Europa do que na América Latina? Se sim, isso reflete quais dinâmicas metodológicas da História e práticas arquivísticas de ambos os lugares? Em outras palavras, a História na Europa está mais habilitada a armazenar a memória virtual da pandemia do novo coronavírus ou há mais incentivo de instituições públicas e privadas para a criação de iniciativas de arquivamento dos vestígios históricos?

Se não, é necessário fazer uma reflexão sobre narrativas hegemônicas dentro dos algoritmos do Google. Por que são exibidos em grande maioria

iniciativas arquivísticas da Espanha, quando procurado com localização na América Latina? Se essa hipótese é verdadeira e não diz respeito à capacidade arquivística latinoamericana, a conclusão é clara: os mecanismos de pesquisa do Google dão ênfase à História europeia, em detrimento das narrativas periféricas.

Em prosseguimento, utilizou-se a coleta da Universidad de la Castilla-La Mancha (UCLM) de arquivos digitais da América Latina,<sup>54Ω</sup> a qual compila arquivos digitais da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Através dos sites desses arquivos, foi feita a pesquisa dentro das plataformas a fim de encontrar iniciativas de armazenamento de memórias da pandemia de Covid-19.

Além de acessar os sites dos arquivos, acessou-se a plataforma da universidade responsável pelo arquivo e em suas redes sociais (principalmente Facebook e Instagram). A primeira ideia foi pesquisar na barra de busca de cada site os mesmos termos que se buscou no Google, mas os resultados foram majoritariamente iguais à pesquisa anterior.

Os sites foram explorados ao máximo. Alguns deles possuíam entradas para projetos de extensão, pesquisas, mas, mais uma vez, nenhum relacionado ao arquivamento da memória Covid-19. Não se localizou em nenhum dos sites das universidades alguma sinalização de projeto sobre arquivamento de memória da pandemia de Covid-19; porém, ao usar as abas de “notícias” de alguns desses sites, foram encontrados arquivos e iniciativas da pandemia de coronavírus.

Nessa busca dentro da seção de notícias dos sites, alguns termos chave mudaram drasticamente todos os produtos recebidos para a coleta. Os termos “covid commemorativo”, “memoria social de la pandemia” e principalmente “encuesta covid-19” se mostraram demasiadamente efetivos. Ademais, quando utilizados no Google, apresentaram resultados igualmente satisfatórios para o projeto.

Um fato curioso é que embora alguns dos arquivos ligados a universidades e instituições públicas já possuírem uma plataforma tanto para a coleta quanto para a visualização do material coletado, outros projetos ainda estão em fase de construção. Além disso, existem iniciativas que já encerraram as coletas,

porém ainda não possuem uma dimensão pública dos documentos.

Esse foi o método mais efetivo em relação à arquivos latinos hispanófonos. Localizaram-se cerca de 10 arquivos digitais, majoritariamente ligados a universidades, que possuíam projetos de coleta de documentos da pandemia. Entre eles, destaca-se a Universidad de Chile, com quatro iniciativas relacionadas à Covid-19: “Recursos bibliográficos COVID-19”, “Encuesta Impacto Social Covid-19 Chile”, “Experiencias educativas en casa en tiempos de pandemia” e “Seguridad alimentaria de estudiantes de la Universidad de Chile, en tiempos de COVID-19”.

As pesquisas nas redes sociais seguiram a mesma metodologia das buscas feitas pelo Google, porém com resultados totalmente divergentes. Pesquisou-se, majoritariamente, arquivos pelo Facebook e pelo Instagram, já que são as redes sociais mais utilizadas no Brasil, segundo Silveira *et al.*<sup>541</sup>

Os termos “coronavírus”, “covid-19” e sinônimos levavam ao perfil oficial da Organização Mundial da Saúde e outros perfis que tratavam da divulgação de conteúdo sobre a doença, como prevenção, cuidados, sintomas e pesquisas científicas. Ao adicionar “arquivo” a esses termos, o produto recebido não foi diferente.

Porém, palavras-chave exibem os resultados esperados. As redes sociais possuem sua própria lógica e caracterizam-se por perfis pessoais, contendo essa atenuação do individual, do privado. Dessa forma, termos-chave como “isolamento”, “quarentena”, “isolado(a)”, “quarentenado(a)”, “pandemia”, seguidos de “relatos”, “memórias” e “registros” apresentaram repercussões totalmente diversas. A palavra “isolamento” foi a menos efetiva, dado seu caráter genérico; isto é, o termo já era empregado pelo vocabulário das redes sociais antes do acontecimento disruptivo do novo coronavírus. Nesse sentido, localiza-se perfis que não são relativos ao isolamento social proveniente da pandemia do coronavírus, majoritariamente.

Contudo, as variações de “quarentena” e “pandemia” se mostraram imensamente satisfatórias. Essas palavras, mesmo que existentes previamente, não pertenciam ao vocabulário popular das redes sociais: na medida que a pandemia do coronavírus foi se alastrando, tais termos entraram em voga nas redes sociais. Assim, foi possível encontrar diversas iniciativas encabeçadas por

indivíduos autônomos e por centros universitários, as quais constituíam seu acervo por, principalmente, *crowdsourcing*.

Desse modo, os perfis coletavam os documentos (textuais, fotográficos e audiovisuais) através de mensagem privada da própria rede social ou por meio do Formulário Google. De modo geral, os perfis que coletavam registros de imagem e vídeo publicaram algum tipo de coletânea desses conteúdos em sua linha do tempo; os registros textuais geralmente eram armazenados pelas iniciativas. Claramente, os arquivos não tinham completa transparência das fontes coletadas.

Encontrou-se 4 arquivos informais nas plataformas de redes sociais, além de 2 administrados autonomamente, mas com ligações acadêmicas. Esses arquivos se concentram no Instagram e exibem o acervo em seus respectivos perfis. Interessante notar o teor dessas publicações, já que são acessíveis, diferente das outras coletas que em sua grande maioria não possuem uma plataforma de exibição da documentação. São produções textuais e imagéticas muito particulares, que dizem respeito às experiências da pandemia de modo individual.

Como exemplo, pode-se citar: “Cartas da Pandemia”, “Travessias da Pandemia”, “Museu do Isolamento Brasileiro” e “Observatório Tekoha”, o último especificamente ligado à universidade.

Ao que diz respeito às iniciativas dentro das redes sociais do restante da América Latina, não foi possível encontrar muitos perfis autônomos, isto é, que não fossem atrelados a algum tipo de universidade ou arquivo público. Entre eles, localizou-se, de arquivo formal, por exemplo, o “Archivo Covid19 Peru”, ligado à Biblioteca Central Pedro Zulen e ao Arquivo Histórico Domingo Angulo da Universidad Nacional Mayou de San Marcos. Em relação à perfis autônomos informais, cita-se o “Archivo Peruano Covid 19” e o “COVID-19 en Argentina”.

Ao todo, foram coletados 51 arquivos digitais sobre coronavírus na América Latina. Dentre eles, encontram-se iniciativas dos países: Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Equador, Peru, Costa Rica, México, Uruguai e Paraguai. Além disso, construiu-se uma planilha a qual funciona como banco de dados, contendo informações cruciais sobre as iniciativas arquivísticas.

Além do nome e nacionalidade do arquivo, coletou-se:

- 1 - Titularidade (universidade, arquivo público ou privado, museu público ou privado, autônomo, organização de sociedade civil ou imprensa);
- 2 - Técnica de composição do acervo (*crowdsourcing*, raspagem, conteúdo original e história oral);
- 3 - Ferramenta de coleta (upload via site, Formulário Google, postagem ou mensagem em rede social, Hangouts, Whatsapp, correspondência e e-mail);
- 4 - Armazenamento (site, Instagram, Facebook, YouTube, Spotify, Apple Music, Twitter, Tiktok e Google Drive);
- 5 - Tipo de documentação (imagem, dados estruturados, gráficos, vídeo, áudio e textos); e
- 6 - Método de visualização (site, Facebook, Instagram, YouTube, Spotify, Apple Music, Twitter, Tiktok e planilhas).

Esses arquivos, embora tenham o mesmo cerne ou seja, armazenar documentos da pandemia de Covid-19, possuem metodologias distintas de coleta, armazenamento, publicização, diretrizes, objetivos secundários, alvos (em relação à coleta, alguns arquivos enfatizam narrativas específicas) e de composição do arquivo. A pesquisa evidencia que as iniciativas latino-americanas acerca do armazenamento da memória da pandemia de Covid-19 são múltiplas e muito capazes de arquivar com maestria os vestígios dessa experiência disruptiva atual. Cabe aos pesquisadores entenderem as finalidades e objetivos de cada arquivo e introduzirem os documentos armazenados por essas iniciativas em suas investigações.

## Conclusão

Sendo assim, foram levantadas estatísticas interessantes da coleta. O Brasil ocupa a primeira posição em quantidade de arquivos pesquisados, com o número absoluto de 27 arquivos, aproximadamente 52% do total. Em sequência, vem: Chile (7), Colômbia (4), Argentina (3), Equador (2), Peru (2), Costa Rica (1), México (1), Uruguai (1) e, finalmente, Paraguai, com 1 arquivo em associação com o Brasil. Além disso, existem dois arquivos sem nacionalidade, isto é, que são de entidades gerais da América Latina, e uma iniciativa em colaboração entre Colômbia, Argentina, Etiópia, México,

Inglaterra, França e Suíça.

No que diz respeito à titularidade dos arquivos, 28 são pertencentes a universidades (54%), cinco à arquivos públicos, um à museu público, um à imprensa e um à rede de nações unidas. Além disso, iniciativas autônomas representam quase 20% da coleta, com o número de 10; por último, organizações da sociedade civil possuem seis arquivos. As estatísticas das composições do acervo em relação à técnica são: 54% *crowdsourcing* (28), 11% raspagem (6), 41% conteúdo original (21) e 5% história oral (3). As porcentagens ultrapassam 100%, pois as técnicas muitas vezes se mesclam.

Assim como as composições de acervo, as ferramentas de coleta podem ser mais de uma dentro de um arquivo assim, as estatísticas também superam os 100%. Nessa categoria, 18 arquivos não especificaram a técnica utilizada para coleta dos dados, um total de 35%. Em ordem decrescente, os números ficam: Formulários Google 14 arquivos, (27%), upload via Site 11 (21%), e-mail 5, Instagram 4, Hangouts 1, Youtube 1, Whatsapp 1, Facebook 1 e postagens em rede social 1.

Outrossim, as iniciativas armazenam os documentos de diferentes maneiras, e às vezes mais de um modo simultaneamente. Assim sendo, são os dados: 31 armazenados em site próprio (60%), 10 no Instagram (19%), também 10 no Youtube, 3 no Spotify, 1 no Apple Music, 4 no Facebook, 2 no Google Drive e 5 não identificados (10%).

Em relação ao tipo de documentação arquivada, temos: 33 arquivam texto (64%), 24 imagens (47%), 10 dados estruturados (19%), 19 vídeos (37%), 12 áudio (23%), 4 indefinidos, 2 notícias. Os dados sobre as plataformas de visualização dos arquivos são: 32 site próprio (62%), 10 Instagram (19%), 11 Youtube (21%), 1 presencial, 4 Twitter, 6 Facebook, 3 Spotify, 1 Apple Music, 7 indefinido.

Dante desse cenário, um campo de atuação historiográfica imenso se abre. Segundo Silveira *et al.*, os arquivos digitais no Brasil são pouquíssimos explorados.<sup>542</sup> Através de metodologias construídas embasadas na História Pública Digital, é possível investigar inúmeras características desses arquivos digitais. Sobretudo, deve-se concentrar atenção no material armazenado por essas instituições e refletir sobre as dinâmicas sociais e arquivísticas que a pandemia de Covid-19 impôs ao mundo: pois, como afirma Marino, “grande

parte experiência da Covid-19 será arquivada no meio digital”<sup>543</sup>

Mais que isso: historiadores e pesquisadores das humanidades digitais necessitam refletir sobre as mudanças e impactos que a pandemia e o isolamento social causaram nas disciplinas que as humanidades englobam. Se o universo virtual era uma dinâmica pungente na sociedade hodierna, com a quarentena e a exclusividade de interação social humana pelas redes aumentou exponencialmente a importância do ambiente digital na vida social e privada.

### *III*

## *Ferramentas, interfaces e mídias*

# *O atualismo chega à História? Virtualização do ofício do historiador durante a pandemia de Covid-19 (2020)*<sup>544</sup>

*Mateus Pereira  
Mayra Marques  
Walderez Ramalho*<sup>545</sup>

### **Introdução**

Após a deposição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, ampliou a circulação nas redes sociais de memes que brincam com a dificuldade que os historiadores do futuro terão para explicar o nosso tempo presente. O que ninguém esperava, no entanto, era que 2020 seria um ano que, sem sombra de dúvida, estará presente nos livros didáticos de história, devido não somente às reviravoltas políticas e aos movimentos sociais que ocorreram durante o ano, mas principalmente por um fato que atingiu todo o mundo: a pandemia da Covid-19. Assim, neste texto de caráter introdutório a algumas das dimensões

da história digital, gostaríamos de tentar compreender um pouco mais como o digital e a história se entrelaçaram em 2020 a partir do conceito de atualismo.

Em 31 de dezembro de 2019, a China informou à Organização Mundial da Saúde (OMS) o aparecimento de um novo tipo de coronavírus. Sua rápida propagação levou a OMS a declarar, no dia 11 de março de 2020, que a doença havia se transformado em uma pandemia. Como os casos graves da doença exigiam o uso de

## Professor de História em 2050 em uma aula sobre 2020

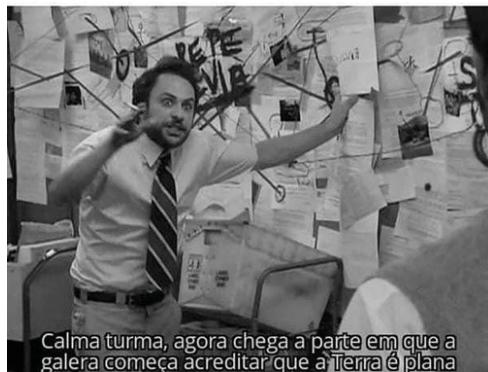


Imagem 1: meme que circula nas redes sociais.

respiradores, havia a preocupação em evitar o contágio para que os leitos de hospitais não fossem completamente ocupados, o que poderia levar a um colapso nos sistemas de saúde. Sem nenhuma vacina ou remédio que comprovadamente combatesse o novo vírus, a única saída era a prevenção: a lavagem correta e frequente das mãos com água e sabão, o uso de álcool 70%, o uso de máscaras ao sair de casa e, principalmente, a redução do contato entre as pessoas.

A crise do coronavírus impactou não apenas as formas de construir e atribuir sentidos e interpretações sobre o mundo, mas também os modos de sentir e experimentar ligados ao corpo, que Gumbrecht chamou de “presença”.<sup>546</sup> Muitos/as colegas historiadores ao final de 2020 manifestavam um cansaço extremo com as atividades remotas/digitais/atualistas e, sobretudo, uma certa nostalgia da presença, em especial, da sala de aula.<sup>547</sup>

Ainda no começo do ano, ao fim do mês de março, muitos países

decretaram *lockdown* ou, ao menos, estavam fazendo algum esforço de isolamento social. Muitos estabelecimentos comerciais foram fechados, enquanto os entregadores por aplicativos, expressão mais evidente da “uberização do trabalho”, se arriscavam nas ruas das cidades esvaziadas pela ameaça de um inimigo invisível. Nesse sentido, é preciso registrar que em 2020 os entregadores de moto e motoristas de carros de aplicativos se organizaram e fizeram diversas manifestações para lutarem por maiores direitos.

Por outro lado, aqueles que puderam trabalhar em suas próprias casas – *home office* foi um termo que passou a fazer parte do vocabulário cotidiano – foram obrigados a aprender a lidar com videoconferências, compartilhamento de tela, transmissões ao vivo (*lives*). A internet se revelou de vez como uma ferramenta de primeira necessidade não apenas para a realização de nossos deveres profissionais, mas também para interagirmos com pessoas queridas. A pandemia expôs e tornou ainda mais candente o problema da exclusão digital, que priva milhões de pessoas ao acesso a direitos básicos, como a educação.<sup>548</sup> Além de ter disseminado o uso de palavras “novas” em nosso cotidiano como aglomeração, perdigotos, aulas síncronas e assíncronas, quarentena, isolamento etc.

Por detrás dessas e de outras consequências advindas da crise do coronavírus – consequências que ainda estão a se desdobrar –, identificamos um processo de desestruturação da temporalidade cotidiana que caracterizamos, em diálogo com outros autores, como *tempo epidêmico*.<sup>549</sup> Eventos que marcam nosso calendário, como festas, eleições ou campeonatos esportivos, foram adiados, suspensos ou readaptados (isto é, *atualizados*), para poderem existir em uma situação pandêmica; a separação das horas do dia entre trabalho e descanso se tornou mais difícil e confusa; o tédio causado pelo isolamento – uma realidade que não deixa de ser um “privilegio” no mundo pandêmico – conviveu com a sensação de que tudo estava acontecendo muito rapidamente e que nos encontrávamos submetidos a um contínuo regime de urgência.<sup>550</sup>

Por todos os seus desdobramentos nas mais diferentes e cotidianas esferas da vida, a crise do coronavírus pode ser caracterizada como evento *histórico*; não no sentido de um fato que realmente ocorreu no mundo, mas porque ela

evidencia uma descontinuidade no tempo, ela marca um “antes” e um “depois”. Assim, a qualidade “histórica” desse acontecimento se revela no instante mesmo em que ela se desdobra, sendo, portanto, originária à própria experiência da história, e não apenas por uma classificação historiográfica *a posteriori*. Essa dimensão particular da historicidade, que remete à descontinuidade interna ao acontecer, foi teorizada por Gadamer a partir do conceito de “experiência epocal”, para designar a

experiência de que algo mudou, de que todo o antigo envelheceu e aparece algo novo, é a experiência de uma passagem que não garante a continuidade, mas que demonstra, ao contrário, uma descontinuidade e representa o encontro com a realidade da história.<sup>551</sup>

A pandemia representou esse tipo de encontro disruptivo com a “realidade da história” e esse tipo de experiência epocal impõe uma série de respostas e reorientações práticas por parte dos sujeitos. Acreditamos que parte importante desse processo pode ser compreendido a partir das reflexões em torno do conceito de *atualismo*.<sup>552</sup> Muitas das formas de trabalhar, interagir e habitar o mundo foram “atualizadas”, no sentido de sofrerem mudanças adaptativas diante da nova realidade que se impõe. Em larga medida, essas atualizações estão orientadas para a crescente virtualização (digitalização) da vida íntima e social.

Incluída nesses amplos processos de atualização forçada pela experiência epocal da pandemia estão as formas de produzir, apresentar e circular o conhecimento histórico feito por historiadores profissionais. Devido à própria natureza disruptiva e imprevista da crise do coronavírus, a virtualização do ofício de historiador(a) exigiu da comunidade respostas práticas e inventivas, resultando em uma série de iniciativas nos últimos meses. Descrevemos algumas delas na seção seguinte.

### **Iniciativas historiográficas na pandemia**

Foram muitas as atividades promovidas por historiadores e seus grupos de estudo durante o período de isolamento social. Certamente incorreremos no erro de esquecer ou mesmo desconhecer muitas destas iniciativas, mas cremos ser importante destacar algumas com as quais tivemos mais contato durante este período, assim como aquelas em que estivemos envolvidos. Tais escolhas,

portanto, estão mais próximas do campo de estudo de história da historiografia e teoria da história.

Uma “novidade” muito interessante da qual os historiadores puderam fazer uso durante o período de pandemia foi o *manif.app*, uma adaptação de um aplicativo francês através do qual as pessoas podem se manifestar nas ruas de forma virtual, sem sair de casa, por meio do Open Street Map. O governo federal brasileiro, em especial o presidente, já havia se posicionado diversas vezes de forma negacionista em relação às pesquisas científicas, que se evidenciaram ainda mais a partir do começo da pandemia, negando a seriedade da Covid-19. Além disso, em abril, o presidente vetou o projeto de lei que regulamentaria a profissão de historiador. Unidos em um sentimento de indignação contra as posições do presidente e em defesa da ciência e da democracia, diversas pessoas e instituições, dentre elas a Associação Nacional de História (Anpuh), participaram da Marcha Virtual pela Ciência, promovida pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, movendo seus avatares em direção à Brasília.

A Fiocruz, já nos primeiros meses de pandemia, lançou a série *Covid-19 – o olhar dos historiadores da Fiocruz*, “para a promoção e a divulgação da ciência produzida na Fiocruz”.<sup>553</sup> O objetivo desta série de artigos é divulgar temas de pesquisas que são desenvolvidas na instituição, mas que se relacionam e podem ajudar os leitores a compreenderem melhor aspectos da pandemia que nos atingiu e do momento que estamos vivendo. Embora a publicação de artigos seja uma forma mais tradicional de divulgação científica, a linguagem acessível dos textos em questão possibilita atingir os mais variados públicos sobre assuntos como a confiabilidade da ciência, comparações com outras pandemias do passado, bem como os impactos sociais da pandemia.

Aderindo à onda das transmissões ao vivo, que se tornaram parte do cotidiano devido ao isolamento, a Anpuh promoveu diversas *lives* desde o início da pandemia, muitas delas selecionadas por temas de acordo com o contexto do momento: discussões sobre os direitos LGBTQI+, sobre a semana da Consciência Negra, em defesa da democracia durante o 7 de setembro, além de outras séries como a Anpuh nas Redes e a Anpuh Travessias, com renomados historiadores discutindo temas diversos.

A *História em Quarentena*, como o próprio nome já indica, também tem como objetivo divulgar temas da História e outras ciências sociais durante o período de isolamento social. De acordo com seus organizadores, a iniciativa pretendeu “aproximar as pessoas em torno de interesses comuns”, “continuar o empreendimento de divulgar o conhecimento histórico, mas também o conhecimento proveniente de outras ciências humanas e sociais” e, para tal, o projeto dispôs das “possibilidades oferecidas pelas ferramentas digitais para reforçar o sentido de coletividade”.<sup>554</sup> Coordenado por Paulo César Gomes (NEC/UFF), Carlos Benítez Trinidad (USC/CHAM-UNL), Lucas Pedretti (IESP/UERJ), Mariana Meneses Muñoz (CHAM-UNL), Mélanie Toulhoat (IHEAL) e Natália de Santanna Guerellus (Université Jean Moulin), este projeto promoveu, a partir do mês de março, *lives* com especialistas em diversos temas, como história das doenças, violência de estado e autoritarismo, questões raciais, fake news, dentre outros.

Além da produção de *lives*, vale destacar o surgimento da série de vídeos *Crise & Historicidade*, iniciativa de jovens pesquisadores ligados ao NIET e ao LETHIS/UFES, em uma parceria com o portal HH Magazine. Essa série, disponível no YouTube, conta com 9 entrevistas feitas com pesquisadores(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as) em teoria da história para abordar a crise do coronavírus em seus diferentes aspectos. Os vídeos que compõem essa série possuem duração mais curta que as *lives* e foram submetidos a um processo de edição inspirado na linguagem do YouTube, incluindo vinhetas, cortes de tipo *jump cut*, citações textuais, disponibilização de legendas em português e inglês, entre outros recursos.<sup>555</sup>

O site *HuManas – Pesquisadoras em rede* nasceu de uma reunião virtual promovida no início do período de isolamento social por professoras e pesquisadoras de História, que pretendiam “enfrentar os problemas de gênero e suas interseccionalidades que, sob formas variáveis, condicionam e estruturam o mundo acadêmico”.<sup>556</sup> Contando com intelectuais de diversas instituições, o site possui colunas temáticas e um blog, no qual são publicadas resenhas, entrevistas, ensaios, artigos de opinião, e divulgação de eventos. Além dos textos escritos, esta rede de pesquisadoras também grava podcasts, disponíveis em três diferentes plataformas: Youtube, Spotify e Anchor.<sup>557</sup> Os episódios dos podcasts são perpassados pelos estudos de gênero e pelo

feminismo, sempre que possível relacionando estes temas com o momento atual. Um exemplo é o primeiro episódio, que trata do aumento da violência doméstica durante o período de isolamento social no Brasil.

Não apenas iniciativas relacionadas à divulgação científica foram feitas; o armazenamento de memórias pessoais sobre o período de isolamento social também se tornou comum. Pessoas das mais diversas áreas buscaram registrar e reunir memórias sobre esta experiência sem precedentes para a atual geração, e alguns historiadores se dispuseram a fazer projetos neste sentido. Um exemplo é o *Coronarchiv*, que, como o próprio site se define, é um

projeto conjunto de história pública da Universität Hamburg, Ruhr-Universität Bochum, Justus-Liebig Universität Giessen, do Museu Histórico-Médico de Hamburgo e do Museu de Hamburgo,<sup>558</sup>

coordenado por Benjamin Roers, Nils Steffen, Christian Bunnenberg e Thorsten Logge, professores e pesquisadores associados a estas instituições. O site recolhe relatos do cotidiano de pessoas em isolamento social durante o período da pandemia de Covid-19 e, embora seja uma iniciativa alemã e haja relativamente poucos relatos (33 no momento em que escrevemos), curiosamente, a maior parte de seus testemunhos é proveniente do Brasil. Há relatos em português, alemão e inglês oriundos dos cinco continentes, abordando temas como o medo do adoecimento de si ou de pessoas queridas, as alterações ocorridas no cotidiano das famílias, as saudades das atividades que, antes, pareciam coisas corriqueiras, como dar um passeio de bicicleta ou abraçar livremente as pessoas.

Outras iniciativas de memória relacionadas às experiências durante a pandemia muito relevantes são o Memórias Covid-19 Brasil e o Coronarquivo, ambas da Universidade Federal de Campinas (Unicamp).<sup>559</sup> Enquanto o Memórias da Covid-19 coleta memórias relatos através de crowdsourcing, o Coronarquivo pretende mapear as iniciativas de memória digital da pandemia. Além disso, os pesquisadores buscam desenvolver um algoritmo que consiga lidar com as grandes quantidades de documentos disponíveis na internet, auxiliando o trabalho de historiadores e arquivistas.<sup>560</sup>

Também fizemos uma tentativa de registrar os primeiros 150 dias da pandemia de Covid-19 a partir de nossas experiências. A ideia de escrever o

*Almanaque da Covid-19: 150 dias para não esquecer ou a história do encontro entre um presidente fake e um vírus real* nasceu, primeiro, como um diário. No entanto, à medida em que escrevíamos nossos relatos dia após dia, somando-os aos acontecimentos do Brasil e do mundo, sentimos a necessidade de escrever textos mais reflexivos, os quais publicávamos quase semanalmente no site *Jornalistas Livres*. A partir destes textos e dos comentários e críticas que recebemos de nossos leitores, escrevemos as *crônicas atualistas*, que passaram a compor o livro, assim como os hiperlinks, pequenos textos explicativos sobre temas relevantes para nosso momento atual. A junção destes três estilos de texto – o diário, as crônicas e os hiperlinks – com a intenção de fazer uma análise dos primeiros meses de 2020, marcados pelo ineditismo da experiência que estávamos vivendo, levou à escrita do *Almanaque*, um e-book que pode ser lido tanto em leitores digitais quanto no computador ou na tela do celular, através de um aplicativo.

Muitas das iniciativas que acabamos de citar têm a intenção de manter uma sensação de comunidade entre determinados grupos, especialmente entre pesquisadores e professores que perderam a convivência com alunos e colegas dentro do ambiente da Universidade e passaram a trabalhar, ao menos inicialmente, de forma mais solitária do que o habitual.

Vários dos projetos criados e colocados em prática durante o isolamento são, também, projetos feitos em grupo. Este é um aspecto interessante pois um fator característico do uso das redes sociais é o fenômeno das “bolhas”, que se torna cada vez mais limitante à medida em que os algoritmos nos direcionam para receber apenas as informações que se relacionam às nossas próprias buscas. Manuel Castells considera a individualização no recebimento das informações possibilitado pela internet uma contradição, tendo em vista que, através deste mesmo meio, podemos estar globalmente conectados.<sup>561</sup> Segundo o autor, diferentemente dos meios de comunicação em massa, através dos quais a sociedade podia receber as mesmas informações, a individualização da informação propiciada pela internet pode fragilizar o tecido social, dificultando a comunicação entre os indivíduos.

Castells acredita que a criação de “protocolos de comunicação cultural” é fundamental para que as sociedades continuem existindo. Protocolos de

comunicação significam, na linguagem informática, a capacidade de um sistema traduzir códigos. Castells emprega esse termo para definir uma linguagem cujos elementos sejam compreendidos por pessoas variadas, mesmo que elas se localizem em espaços e tempos diferentes. Um exemplo de protocolo de comunicação cultural seria, segundo Castells, a arte, que tem a capacidade de criar pontes entre o indivíduo e a rede que compõem a sociedade. As *lives* possuem uma semelhança com as transmissões televisivas: o público que as assiste tem a possibilidade de fazê-lo ao mesmo tempo embora muitas delas fiquem disponíveis após a sua transmissão, assisti-las ao vivo pode levar a uma reunião de pessoas que, em vez de estarem juntas no sofá da sala, se encontram através do chat. Tomando este ponto como referência, poderíamos pensar que as transmissões de debates acadêmicos, palestras e discussões sobre os temas contemporâneos podem ter criado, através de seus públicos, comunidades que tenham uma linguagem comum que permite o debate entre os indivíduos ao mesmo tempo em que os congrega sob determinados interesses, mesmo que à distância, isolados em suas casas.

Outro ponto comum a muitas iniciativas de historiadores durante o período de isolamento social é a intenção de promover a divulgação de conteúdos científicos, assim como tornar determinados debates, muito comuns no meio acadêmico, mais acessíveis a qualquer um que se interesse pelo assunto. É verdade que um tema não se torna acessível pelo simples fato de estar disponível de forma aberta online; se a sua linguagem não é acessível, isto continuará limitando o público. No entanto, as *lives* ocorridas em redes sociais como Facebook e Instagram já são um grande passo em direção à expansão do alcance dos temas discutidos, pois os eventos já não se limitam mais a um espaço físico, como o da universidade, mas pode ser acessado por qualquer pessoa através de um computador ou smartphone.

Esse processo de *atualização* do ofício do historiador possui, portanto, alguns pontos de contato com os campos da História Pública e história digital, que apresentamos sinteticamente a seguir.

### Breves considerações sobre a História Pública Digital

O conceito de *Public History* surgiu nos EUA nos anos 1970 para definir a atuação de historiadores e a utilização do método histórico fora de ambientes

acadêmicos, tornando-se uma área institucionalizada a partir dos anos 1990. No Brasil, a produção não-acadêmica de livros de história é feita em grande parte por jornalistas e outros profissionais que não são historiadores de formação: obras como as de Laurentino Gomes e Eduardo Bueno estão presentes nas grandes livrarias e em muitas lojinhas de aeroporto. Até autores descaradamente desonestos, como Leandro Narloch e sua série “politicamente incorreta”, fazem muito sucesso.<sup>562</sup> Mas além do formato de livro, temos visto crescentemente a produção de histórias produzidas para a internet, incluindo blogs, cursos online, e em formato de videodocumentários, séries para TV, ou em canais no YouTube dedicados aos assuntos históricos. De acordo com Jurandir Malerba,

a história social, processual, interpretativa, estrutural, analítica, crítica, não chega ao grande público, e sim a história paroquial, episódica, factual, pitoresca, anedótica, biográfica, das grandes batalhas, em rápidas narrativas dramáticas inflamadas.<sup>563</sup>

O aumento na publicação de livros sobre história escritos por não-historiadores é notável, mas a publicação de um livro ainda é algo restrito a camadas específicas da população, tendo em vista as condições de edição e publicação. No entanto, a popularização da internet a partir dos anos 2000 fez com que mais pessoas tenham acesso à rede mundial de computadores e possam, caso queiram, publicar suas opiniões, sua arte e, claro, suas histórias.

Desta forma, é preciso que o/a historiador/a se insira nos ambientes virtuais para divulgar suas pesquisas e reflexões, caso queira fazer frente à enxurrada de histórias “paralelas” que se espalham pelas redes sociais, plataformas de vídeo e aplicativos de mensagens.<sup>564</sup> De acordo com Bruno Leal, dois fatores fizeram com que os historiadores perdessem o protagonismo diante da divulgação de histórias, mesmo que a demanda por temáticas históricas seja muito alta nos dias de hoje: o primeiro foi a falta de priorização da divulgação científica para o grande público entre os acadêmicos, que por muito tempo se ocuparam mais da produção voltada aos pares; o segundo seria a relativização da autoridade não apenas do historiador, mas de especialistas em geral, provocada pelas novas tecnologias de informação. Segundo o autor:

erudição, títulos, docência, pesquisa ou vinculação institucional não necessariamente asseguram, hoje, prestígio credibilidade ou autoridade ao enunciador do discurso – elementos que o historiador costumava acumular no mundo analógico e que estavam

no cerne do seu reconhecimento social. No meio digital, credibilidade e autoridade dependem principalmente de outros dois elementos: a capacidade de dominar a nova linguagem digital, garantindo presença no novo ‘espaço público’, e a capacidade de alcançar grandes audiências, medida pelo número de cliques, compartilhamentos, visualizações, curtidas, seguidores e outras interações.<sup>565</sup>

A autoridade do enunciador – ou melhor, do produtor de conteúdo – na internet depende, principalmente, do domínio da técnica, do saber usar não apenas os recursos e ferramentas característicos da rede, mas também mobilizar o público através das interações e compartilhamentos. Uma crítica muito comum feita por historiadores profissionais às páginas dedicadas a imagens históricas e memórias na internet é a falta de crítica das fontes e de contextualização histórica, segundo Malerba.<sup>566</sup> Este autor se pergunta quais são as responsabilidades dos historiadores neste contexto de “perda” de autoridade diante da multiplicação de histórias possibilitada pelas novas mídias, dizendo que ou nos propomos a responder esta pergunta, ou deveremos aceitar que a historiografia acadêmica perderá seu significado. Para falar em outros termos: ou a historiografia acadêmica se *atualiza*, ou ela se torna *obsoleta*?

Uma resposta possível já se encontra justamente dentro da argumentação de Malerba: se o problema da história produzida por leigos na internet é a falta de contexto e de crítica, o historiador pode, em vez de ignorar estas histórias, reescrevê-las ou refutá-las, atuando como colaborador ou denunciante de quem as escreveu. Sendo assim, o trabalho do historiador que pretende alcançar um público maior que aquele composto por seus alunos e colegas não pode prescindir do ambiente virtual, o que implica aproximar-se de outro campo de estudos: o da história digital.

O termo história digital provavelmente surgiu quando William Thomas e Edward Ayers nomearam o *Virginia Center for Digital History*, no final da década de 1990, referindo-se basicamente ao trabalho historiográfico a partir de documentos históricos disponíveis online. Ao longo dos anos, no entanto, esse campo de estudo foi adquirindo um significado mais abrangente. Em 2005, Roy Rosenzweig e Daniel Cohen, pesquisadores do *Center for History and New Media* da Universidade George Mason, lançaram um manual para os historiadores que pretendem enveredar pelos meandros da internet, chamado

*Digital History: a guide to gathering, preserving and presenting the past in the Web.* Os autores, evitando tanto o pessimismo dos tecnocéticos ou neoluditas quanto a empolgação dos ciberentusistas, procuraram pensar, de forma crítica, quais as vantagens e desvantagens do uso das novas tecnologias que já faziam parte do cotidiano de muitos historiadores, mesmo que de forma pouco reflexiva.

Cohen e Rosenzweig, em seu guia, destacam sete qualidades das mídias e redes digitais: a capacidade, que permite um maior armazenamento das fontes; a acessibilidade, que permite que mais pessoas tenham acesso a determinado conteúdo; a flexibilidade, que é a possibilidade de “remidiação”, de transformação dos documentos em vários formatos; a diversidade, que contribui para narrativas mais completas; a manipulabilidade, que significa a facilidade em encontrar informações através de ferramentas; a interatividade - permite que o público, em certa medida, também se torne autor das narrativas; e a hipertextualidade - novas formas de leitura e navegação que transcendem a linearidade.

Os autores pontuam também cinco perigos: o problema da qualidade, pois há muitas informações duvidosas na rede; a durabilidade, já que as informações podem desaparecer do dia para a noite ou tornarem-se inacessíveis devido a restrições econômicas; a legibilidade, pois, a depender da qualidade da digitalização ou do formato do documento, ele pode não ser facilmente lido em qualquer dispositivo; a passividade, ou seja, a falta de interação mesmo que haja a possibilidade para tal; e a inacessibilidade, que significa a impossibilidade de acessar o conteúdo, seja pela falta da tecnologia necessária para tal ou pelo seu desaparecimento.

Para os autores, é preciso ter consciência de todas estas características para se fazer uma boa história digital, e a pouca experiência com as ferramentas digitais ou os perigos desta nova forma de trabalho não devem impedir os historiadores de se arriscarem a fazer história com os instrumentos disponíveis. Segundo os autores:

a deliberação é, com certeza, uma grande e digna virtude em nossa profissão, a investigação diligente do registro histórico, a ponderação cuidadosa das evidências, o diálogo cuidadoso com os colegas. Acreditamos, no entanto, que com tantos detalhes para pensar, muita deliberação pode ser contraproducente, fazendo alguns hesitantes

em contribuir para a História da Web - reduzindo assim o número e a variedade de criadores online. Para adicionar a web a seus meios de expressão e métodos de pesquisa, todos os historiadores devem se livrar da hesitação que muitas vezes acompanha o encontro com o novo e que nossa cautela natural e sensata pode exacerbar. A observação de Voltaire de que o perfeito é inimigo do bom parece especialmente aplicável ao trabalho nessa nova mídia.<sup>567</sup>

Independentemente de como os historiadores escolhem lidar com a “virada digital”, fato é que a própria produção de memórias e histórias se dá, atualmente, em meio digital. O uso de computadores, da internet, das redes sociais já faz parte da profissão do historiador nos mais diversos âmbitos, desde a pesquisa até a sala de aula.<sup>568</sup> Dilton Maynard, ao retomar o clássico de Marc Bloch sobre o ofício de historiador, nos lembra que nosso trabalho tem como premissa fundamental o interesse pelas ações humanas; sendo assim, não é possível que o historiador ignore as novas tecnologias que nos cercam sob a justificativa da falta de habilidades suficientes para lidar com as mesmas.<sup>569</sup> O historiador não precisa se tornar, necessariamente, um programador para fazer uso e refletir a respeito do digital. Não queremos dizer que esta não seja uma habilidade muito proveitosa para aqueles que se interessem pela história digital; apenas que a falta de conhecimentos técnicos profundos sobre computadores e redes não deve ser um empecilho para a prática, já que a história do presente está intrinsecamente ligada a estas tecnologias.

Cabe destacar que para a área de teoria e história da historiografia, no Brasil, a tese de Pedro Telles da Silveira representa uma grande contribuição, bem como para a discussão sobre o direito à história. Dentre outras coisas, para os nossos propósitos aqui, o autor afirma que

a história pública não diz respeito apenas a uma ampliação do mercado de trabalho dos historiadores, mas também a uma reflexão mais aprofunda dos significados do termo ‘público’ para a atualidade.<sup>570</sup>

Silveira também analisa a atualização das chamadas humanidade digitais para o ambiente digital, bem como as possíveis atualizações da profissão. Para o autor,

o modelo de uma sociedade em rede, portanto, é avesso à esfera pública, já que as redes tanto dissolvem a sociedade em nós e vínculos integrativos quanto integram o indivíduo em ‘tendências’ mais amplas. [Assim,] o que a internet traz é a ruptura na consideração do tempo e espaço comuns como dados que embasavam tanto a nação quanto a história.<sup>571</sup>

A partir da experiência epocal da pandemia, esse “encontro com o novo” já não pode mais ser adiado: a virtualização do ofício do historiador tornou-se um imperativo. Dado o caráter de surpresa e urgência das mudanças advindas com a crise, não havia mais muito espaço para a “cautela” de que falam Cohen e Rosenzweig. E, como dissemos, a comunidade dos historiadores tem respondido a esse chamado com iniciativas criativas e diversas, testemunhando uma “vontade de fazer” que deve ser destacada e valorizada. Ao mesmo tempo, essa virtualização também tem sido objeto de discussões na comunidade, como a publicação desta coletânea demonstra.

Tais reflexões acerca da virtualização do ofício envolvem questões de natureza teórica. Interpretamos tal virtualização em termos de um conjunto de *atualizações* dos modos de produzir e divulgar conhecimento histórico. Esse processo, em pleno vapor, coloca uma série de novas questões, possibilidades e perigos.

### **A atualização do ofício de historiador: possibilidades e perigos**

A continuidade do trabalho em tempos de isolamento social dependeu da adaptação [atualização] dos historiadores em vários níveis, desde preocupações básicas como a habilidade para fazer chamadas de vídeo, transmiti-las através das plataformas online e conseguir compartilhar nossas telas; até questões mais formais, como onde, no currículo Lattes, se deve colocar as *lives* realizadas. Sem contar questões de segurança nas redes, por exemplo: como proceder caso a transmissão seja atacada por *trolls* na internet (o chamado *zoombombing*)<sup>572</sup> ou como evitar vazamentos ou perdas do trabalho produzido?

No entanto, o receio de que o historiador, no futuro, precisaria se adaptar ao uso de computadores, sites e softwares já era tema de debates desde muito antes do aparecimento do novo coronavírus. Bruno Laitano chama a atenção para o modo profético com o qual historiadores como Ladurie e Grafton veem o futuro da disciplina histórica: ou ela se atualiza e incorpora as novas tecnologias e habilidades de programação, ou ela se tornará obsoleta. Por outro lado, há outros, como Robert Darnton e Roger Chartier, que temem que a preferência pelo digital em detrimento dos livros e documentos físicos possa descaracterizar a disciplina, relegando muitas fontes importantes ao abandono. Para esses historiadores, as novas tecnologias devem ser adotadas,

mas sem desvalorizar a cultura escrita que as precedem.<sup>573</sup>

O fato é que computadores e smartphones com acesso à internet se tornaram a realidade da maioria das pessoas ao redor do mundo. Algoritmos tentam direcionar nosso consumo, nossos interesses, nossas opiniões. Quem quer que pense em trabalhar com a história dos anos 2000, terá que lidar com uma infinidade de documentos digitais que, nos dias atuais, mal sabemos como organizar e armazenar. Há quem veja, em um futuro breve, bots historiadores que nos ajudem a selecionar fontes em meio ao aparente caos de informação no qual vivemos.<sup>574</sup> Mas enquanto o acesso a softwares especializados em recolher e selecionar documentos históricos não é algo corriqueiro, é preciso que os/as historiadores pensem formas de armazenar e analisar a imensa quantidade de documentação digital que surge a cada dia.

Também é necessária uma reflexão sobre o que é fazer história diante de tanta informação e quais mudanças as novas tecnologias trazem para nosso trabalho em termos práticos e teóricos. Com efeito, todo esse processo de virtualização envolve uma série de novas questões sobre as possibilidades e os limites para o trabalho do/a historiador/a no ambiente digital. Dentre essas questões está a de saber em que medida as formas contemporâneas de temporalização acentuadas desde a consolidação da revolução digital se relaciona com a virtualização do ofício de historiador.

Em linhas gerais, a ideia de atualismo caracteriza a crença de que a realidade se reproduz como que por si mesma, de forma quase mágica e independente de nossa deliberação. O exemplo paradigmático são as atualizações automáticas que simplesmente aparecem em nossos celulares, computadores e aplicativos de maneira quase irresistível, fora da nossa alçada.<sup>575</sup> A promessa é de que a atualização garantirá a estabilidade e segurança do sistema. Mas além de tal promessa ser, no limite, irrealizável, esse tipo de atualização atualista não engendra transformações estruturais, pois nela a ‘atualidade’ se atualiza (quase) exclusivamente em função da própria atualidade.

O atualismo descreve um modo de viver o tempo no qual nos encontramos sob a *pressão para nos mantermos sempre atualizados (com o mais recente)*, o que caminha de mãos dadas com o *medo de tornar-se obsoleto*. Estar desatualizado

passa a ser sinônimo de estar dessintonizado, desinformado, envolto por uma sensação de perda ou perigo. O ritmo e intensidade desse fluxo de atualizações é ditado pelo compasso do mundo digital, o que gera uma temporalidade de alta pressão que, por sua vez, se alastra para as mais diferentes esferas da vida social, incluindo as relações de trabalho, as comunicações, a política, e as formas de produção e circulação de narrativas históricas que subsidiam as “guerras culturais” do século XXI.<sup>576</sup>

No *Almanaque da Covid-19*, caracterizamos o fenômeno da *infodemia*<sup>577</sup> – abundância excessiva de informações que misturam dados factuais, especulações e rumores, impedindo a construção de sentidos e orientações minimamente estáveis – à luz da chave atualista. A explosão da produção e circulação de notícias via internet se soma à expansão dos canais de notícia 24 horas. A web descentralizou as formas tradicionais de veiculação e exploração comercial da notícia; mas, ao mesmo tempo, esse processo favoreceu enormemente a circulação de narrativas falsas e desinformação. “Nesse processo”, afirmamos no *Almanaque*, “percebemos que o valor de verdade é constantemente confundido com o valor de novidade ou atualização da informação recebida”.<sup>578</sup> Nessa lógica atualista, as fronteiras entre verdade e mentira, entre fato e opinião, tornam-se mais confusas, muito em função dessas condições atualistas de produção e circulação da informação.

Porém, o excesso de narrativas ocorre não apenas em relação aos assuntos presentes, mas também nas referências ao passado. Podemos falar de uma *infodemia de histórias*, que circulam livremente nas redes sob os mais diferentes formatos (textos, memes, vídeos) e meios (WhatsApp, Facebook, YouTube...). Some-se a isso a crise da autoridade epistêmica dos especialistas, que se abate não apenas na historiografia, mas também e cada vez mais na medicina e na economia, por exemplo.

A atualização/virtualização da historiografia acadêmica abre novas possibilidades e riscos para a profissão. Se esse processo permite novos tipos de cooperação entre pesquisadores e instituições, bem como novas formas de divulgação do conhecimento produzido na academia, ela também torna mais urgente o enfrentamento de novos problemas de ordem epistemológica (por exemplo, como renegociar a autoridade epistêmica dos historiadores

profissionais?), estética (quais possibilidades as formas digitais de apresentação, como textos e vídeos, podem ser apropriadas pela historiografia?) e ético-política (como responder aos diversos negacionismos que proliferam nas redes, cujas consequências políticas têm se tornado cada vez mais graves?). Como garantir que as grandes corporações do capitalismo de vigilância que oferecem a maior parte das plataformas digitais em que interagimos não usem o excedente comportamental e os dados imputados nessas plataformas em modos renovados de controle e manipulação social?

Parte da atmosfera atualista das redes digitais parece bastante hostil para a historiografia acadêmica, inclusive porque ela está na alça de mira das guerras culturais de nosso tempo.<sup>579</sup> Nesse sentido, um dos grandes desafios para o nosso campo é o de saber como os/as historiadores/as profissionais poderiam avançar na virtualização de seu ofício resguardando o rigor e a qualidade do conhecimento produzido, bem como manter o seu compromisso para a promoção da democracia e dos valores democráticos. Nesse caso, estaríamos performando um tipo de atualização não-atualista, ou seja, adentraríamos nesse movimento de virtualização-atualização não apenas de forma reativa e imediata, mas já imbuídos de uma decisão em reafirmar a importância do conhecimento histórico rigoroso em seu sentido epistemológico e ético-político.

### **Uma possibilidade de atualização positiva: curadoria histórica**

Ao nosso ver, uma das possibilidades de atualização positiva para a historiografia acadêmica seria a de enfrentar a infodemia de histórias por meio da noção e da prática da *curadoria*.<sup>580</sup> Com efeito, a ideia de curadoria tem sido incorporada por diferentes áreas do conhecimento (jornalismo, arquivologia, marketing, sistemas de informação, entre outros), e surge como uma resposta para a necessidade de organizar as informações em meio ao crescimento exponencial de geração de dados. De acordo com o verbete “Curadoria Digital” no Wikipédia, essa área de atuação “se caracteriza como um modo humano de administrar o fluxo de conteúdo digital em [contraposição] aos filtros automáticos gerados através de algoritmos”.<sup>581</sup>

Em nosso caso, o tipo de informação fundamental seriam as *histórias*, ou seja, formas de contar e dar sentido à experiência da história. A função social

do historiador como curador de histórias adquire uma nova dimensão, focada em não apenas produzir, mas também acolher as histórias produzidas pelos atores sociais. Nesse sentido, a questão da “autoria” deixa de estar centrada na figura do historiador enquanto um sujeito solar e se torna uma “autoridade compartilhada”,<sup>582</sup> que entende que a escrita em meio digital muitas vezes é feita mais por atores do que por autores.<sup>583</sup> Trata-se, portanto, de uma forma de atuação na qual o historiador reverbera e intensifica as histórias produzidas pelos sujeitos históricos. Um exemplo prático de autoridade compartilhada são os verbetes da Wikipedia, nos quais o historiador, embora não tenha necessariamente a palavra final, pode discutir com os outros usuários a fim de produzir um conteúdo de maior qualidade e legitimidade.<sup>584</sup>

Os objetos do historiador-curador não são exatamente informações pontuais e isoladas, mas sim *narrativas*, *histórias* que demandam um tipo particular de curadoria. A diferença aqui em questão é ilustrada pelo filósofo Byung Chul-Han: segundo o autor, enquanto a cultura digital se baseia na lógica da *enumeração* (ou seja, que adiciona os dados de forma sequencial e no interior da linguagem do desempenho e eficiência), a história seria fundamentalmente uma *narrativa* (que articula informações inicialmente dispersas de modo a constituir sentidos de orientação no mundo). Nesse sentido,

nem tweets nem informações se reúnem em uma *narrativa*. Também o *mural* não narra nenhuma história de vida, nenhuma biografia. Ele é aditivo, e não narrativo.<sup>585</sup>

Isto corrobora a observação feita por Thiago Nicodemo e Oldimar Cardoso:

o horizonte metahistórico do século XXI tem que considerar a tensão entre narrativa e bancos de dados (como modelo cultural) como uma questão não apenas válida, mas fundamental.<sup>586</sup>

A curadoria como uma vocação própria do ofício do historiador (juntamente com o ensino e a pesquisa) não apenas abre um campo promissor para a atuação profissional para historiadores/as de formação, como também seria uma forma de “atualizar” o ofício frente aos desafios próprios da era digital, em especial a infodemia de histórias e as consequências éticas e políticas desse fenômeno. A atualização do ofício, no entanto, não implica na obsolescência de práticas e métodos já existentes, pelo contrário: metodologias

como a da história oral podem contribuir muito para a curadoria das narrativas pessoais espalhadas pela internet, assim como pode prover direcionamentos para a construção de uma escrita da história colaborativa entre historiadores e usuários da rede.<sup>587</sup>

A prática da curadoria de histórias envolve, fundamentalmente, uma dimensão (e uma decisão) ético-política. Embora a facilidade do acesso à internet nos leve a pensar em uma democratização do conhecimento e da narrativa histórica, ela também possibilitou que muitos grupos anti-democráticos passassem a fazer uso de “contra-narrativas” sobre a história e a memória para afirmarem preconceitos e/ou com o objetivo de obter lucro. O historiador possui, então, um dever ético de combater qualquer história revisionista, negacionista, ou que reafirme desigualdades, ao mesmo tempo em que deve colocar em evidência as histórias que colaborem para reparar desigualdades e injustiças, contribuindo para a democracia. Este seria o trabalho de curadoria feito pelo/a historiador/a, que deve ser receptivo às histórias produzidas em outros meios e por outros atores sociais, dando destaque àquelas que dão voz a grupos historicamente excluídos, ao mesmo tempo em que refuta narrativas que perpetuem injustiças e preconceitos.

Poderíamos nos perguntar se não seria justamente essa “curadoria” que excluiria ou deslegitimaria as histórias de grupos que estavam fora da academia, limitando a suposta abrangência democrática da historiografia. No entanto, é notável o crescimento nos espaços universitários de grupos que reivindicam a incorporação de temas como gênero, raça e sexualidade não apenas como objetos de pesquisa, mas como orientações para a criação de novas epistemologias para a história.

Além disso, movimentos sociais como *Black Lives Matter* e outros têm reivindicado uma revisão de monumentos e narrativas que ignoram o passado violento da escravidão ao mesmo tempo em que glorificam determinados personagens. A derrubada de estátuas ou a sua ressignificação através de performances, assim como o acolhimento de outras epistemologias vindas de fora do ambiente acadêmico, são atualizações positivas e necessárias que podem ser feitas por historiadores e atores sociais em geral.<sup>588</sup> É preciso que a historiografia se amplie para essas questões, deixando de focar apenas nas

“representações privilegiadas dos historiadores” para acolher as “mais diversas apresentações históricas produzidas pelos atores sociais”.<sup>589</sup> Tornando necessário um movimento de reparação em relação aos grupos historicamente excluídos.

A noção de curadoria tem a ver não apenas com a produção de histórias mais inclusivas por parte dos historiadores acadêmicos, mas especialmente com a inclusão de histórias não acadêmicas de grupos que possuem suas próprias epistemologias na abordagem do historiador, que deverá valorizar aquelas que favoreçam a diversidade e a democracia e denunciar as outras que contribuam para a permanência de preconceitos e desigualdades sociais. O historiador deve contribuir para as comunidades contemporâneas produzirem suas próprias histórias, por exemplo por meios digitais, em vez de somente escrever sobre elas:

assim como hoje o ensino de história não pode ser resumido à ideia de transposição de um saber disciplinar para o espaço escolar, também a relação com a demanda e produção social de histórias não será atendida apenas pelas práticas de divulgação científica, embora elas sejam fundamentais, mas deve partir do reconhecimento dos diversos sujeitos e suas produções locais e epistemologias, surgindo daí mais a imagem de uma circulação do que a de uma difusão para auditórios cada vez mais amplos.<sup>590</sup>

São três condições incontornáveis para a atuação do historiador enquanto curador de histórias: a defesa da verdade, da democracia e da diversidade.<sup>591</sup> Seguindo esse direcionamento ético, podemos dizer que o historiador-curador atua no sentido de 1) dar voz aos grupos excluídos historicamente; 2) ajudar na reparação de feridas históricas, mostrando a conexão de ações do passado com preconceitos e exclusões que acontecem no presente; 3) levar para o ambiente acadêmico as diferentes metodologias desenvolvidas fora das universidades, permitindo que as narrativas não-hegemônicas possam ser compreendidas dentro de seus próprios sistemas de pensamento. Defender a justa delimitação das terras indígenas; clamar pelo reconhecimento das comunidades quilombolas; expor a violência cometida contra a população pobre e negra; todas estas são reivindicações cientes no atual contexto político e social brasileiro.

Na imensidão da internet, diversas histórias são escritas, reescritas e sobrescritas, seja para justificar estas reivindicações ou para combatê-las, seja

na Wikipedia, em redes sociais ou através de museus virtuais. Para o historiador que se dispõe a fazer a curadoria de tais histórias, jamais faltará trabalho, pelo contrário: agora, mais do que antes, são muitas e diversas as fontes a serem analisadas e narrativas a serem criticadas. Esse tipo de atualização positiva abre novos espaços e práticas profissionais comprometidas o fortalecimento e enraizamento das historicidades democráticas.<sup>592</sup>

# *Racismo no meio digital: estratégias de aquilombamento*

*Daniela Pereira da Silva*<sup>593</sup>

*Marcella Albaine Farias da Costa*<sup>594</sup>

*Stephanie Jimenes Tassoulas*<sup>595</sup>

## **Introdução**

*“Racista não é ser humano, é apenas um ser desprezível”.*

Começamos nosso texto com essa frase, registrada de forma despretensiosa durante um passeio de bicicleta no presente ano de 2020. Localizada no muro de uma passagem subterrânea do Aterro do Flamengo, zona sul da cidade do Rio de Janeiro/RJ, ela nos faz pensar o quão subterrânea é a origem – e a gravidade – do problema e, mais ainda, qual o papel da Educação para mexer, com sensibilidade e compromisso político, nos porões<sup>596</sup> de uma sociedade que tem o racismo como parte de sua estrutura.<sup>597</sup>

Refutar a condição de humanidade aos racistas é anular as nossas próprias atitudes, é, conforme iremos abordar, fugir da responsabilidade pelos nossos atos. É, em síntese, desprezar uma discussão – necessária – que vem ganhando força cada dia mais no mundo e no Brasil – o recente assassinato de João Alberto por asfixia na cidade de Porto Alegre demonstra a urgência desse debate.

Quem somos nós para falar sobre isso? Nossos lugares de fala,<sup>598</sup> apesar de distintos, têm em comum o ponto de nos reconhecermos como professoras e intelectuais interessadas em refletir criticamente sobre formas de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o que nos autoriza a problematizar sobre a temática em questão sem necessariamente precisarmos de anuências e concordâncias com os argumentos ora levantados.

Entendemos que a sala de aula e a rede são espaços de poder e que precisam ser ocupados a partir desse olhar questionador e humano, pensando outras narrativas possíveis que não somente as que chegam prontas para nós e que se perpetuam como “verdades” únicas e absolutas. A partir de interlocutores variados, visamos discutir sobre o racismo e a cultura digital, contribuindo de forma efetiva para o debate em pauta.

Destacamos que no dia 2 de novembro de 2020 postamos em modo público a foto com a frase do muro em nossas redes sociais (Facebook e Instagram) como forma de provocar a discussão na rede e sentir o que as pessoas tinham a dizer, como se posicionavam. Como escrito por uma das internautas:

a minha visão sobre o racismo se afasta completamente dessas frases feitas, que mais parecem palavras de ordem. Penso que somente uma *educação antirracista* que extrapola os muros da escola, associada a ações dos movimentos sociais podem nos ajudar a promover esse debate. Entendo a indignação do povo, que também é minha, mas não compactuo com a ideia de desumanização do outro, mesmo esse outro sendo violento, agressivo e racista.<sup>599</sup>

Já uma outra internauta comentou que:

Para aumentar a provocação trago a poetisa Mel Duarte para o debate: ‘Queremos mais do que reparação histórica, ver os nossos em evidência/ E isso não é um pedido/ Chega de tanta didática, a vida é muito vasta pra gastar o nosso tempo ensinando o que já deviam ter aprendido’.<sup>600</sup>

Não por acaso os dois comentários foram feitos por duas mulheres que pesquisam sobre as relações étnico-raciais no Brasil e a importância do negro para a sociedade brasileira. É importante pontuar que o racismo não se restringe à temática negra, apesar de ser amplamente associada a ela; a reparação mencionada refere-se à dívida histórica do país após tantos anos de escravização, atentando para o fato de que a escravização não foi apenas dor, mas também resistência, arte, criatividade, produção de cultura. Não é ver beleza em um processo tão violento, nem querer romantizar a dor, mas é

enxergar a potência na resistência e nas pessoas que fizeram parte desse processo. Como lembra Jessika Silva, podemos montar nossas aulas de História a partir da ação de lideranças negras.<sup>601</sup>

E o que falar da educação antirracista mencionada no primeiro comentário? Seria ela um caminho para humanizarmos a nós mesmos e batalhar para a mudança do cenário que vemos imperar hoje, de discursos de ódio pautado em uma hegemonia branca? Seria ela uma forma de defender outros saberes e fazeres menos violentos do ponto de vista epistêmico-racial? Concordamos que:

no campo educacional, as relações étnico-raciais se deparam com muitas indagações, ao estudarmos a legislação, as diretrizes e observarmos a realidade das comunidades escolares, percebemos especificidades que não são contempladas pelas orientações legais, sem falar nas indagações que vão surgindo ao longo do estudo. Racismo, ancestralidade, cultura, identidade (ou identidades), resistência, preconceito, confesso a dificuldade em ser específica ao dialogar com o tema e, quando nos orientarmos para a dinâmica da educação, as dificuldades se ampliam. São muitas as questões que necessitam ser debatidas.<sup>602</sup>

### **Subvertendo a lógica do racismo algorítmico: formas alternativas de ser e existir**

Em função do que foi mencionado na introdução, levantamos a necessidade da não desumanização de sujeitos que exercem poder através de ações racistas. Isso se dá, pois, ao tirar a humanidade desses sujeitos, tiramos junto a noção de responsabilidade social que eles têm perante seus atos. Não se responsabiliza um objeto, contudo, um sujeito sim. O processo de atribuir responsabilidade ao sujeito racista, de lhe apontar a responsabilidade ética, moral e humana que carrega com seus atos é essencial para que haja, primeiro, a reparação por suas ações que são prejudiciais a outros humanos e a possibilidade de autoanálise e mudança efetiva de comportamento. A educação é uma das portas para que, ainda nos períodos formativos, crianças e adolescentes compreendam suas parcelas de responsabilidade nesse assunto tão latente e ainda urgente na História do nosso país.

Cabe ressaltar que o processo de desumanização do povo negro ocorreu desde os primeiros contatos dos europeus. Não à toa, as teorias bioantropológicas do século XIX<sup>603</sup> comparavam os corpos negros ao de

animais irracionais, gerando um processo de desumanização.<sup>604</sup> Essa forma de pensar deixou resquícios no pensamento racista atual. Inverter a lógica de pensamento, assumindo assim que o sujeito racista na realidade seria o não humano – para além dos aspectos de responsabilização já citados – é se utilizar de um pensamento europeu para inverter uma lógica de agir. Não é, nem de longe, o intuito dos movimentos negros hoje, que buscam uma retomada da ancestralidade e do pensamento afrocentrado.

O combate dessas questões deve ocorrer, e já ocorre há anos,<sup>605</sup> na realidade palpável, no nosso cotidiano, nessa esfera de vivência. Contudo, os aspectos do presente também se amparam pela realidade virtual, uma outra esfera da vivência humana hoje. Essas duas se mesclam e, na prática, se tornam uma. Dessa forma, é urgente que nos questionemos sobre a presença de opressões sociais nessa realidade mesclada com a qual lidamos. Um exemplo da transposição e presença do racismo para as plataformas digitais – afinal, não podemos esquecer que essas são pensadas e construídas por seres humanos – são os sistemas de reconhecimento facial. Neste presente ano de 2020, a Universidade da Califórnia - UCLA recusou a utilização dos sistemas de reconhecimento facial após testes, uma vez que os resultados demonstraram que a conexão de rostos negros com o de criminosos é uma constante nos sistemas de inteligência artificial. Não distante dessa realidade, no Brasil, a Rede Observatório de Segurança<sup>606</sup> apresentou um relatório com dados alarmantes, entre eles o de que 90% das pessoas presas por reconhecimento facial são negras. O combate a esses mecanismos racistas se dá através da observação atenta:

nos ambientes digitais, entretanto, temos um desafio ainda mais profundo quanto à materialidade dos modos pelos quais o racismo se imbrica nas tecnologias digitais através dos processos ‘invisíveis’ nos recursos automatizados como recomendação de conteúdo, reconhecimento facial e processamento de imagens.<sup>607</sup>

O algoritmo se apresenta como um dos instrumentos que hoje são usados para exercer faces do racismo nas interações digitais. Produtores de conteúdo afro denunciam a falta de projeção que a rede lhes dá, pois comparando suas produções com outros projetos que têm a mesma qualidade, mas que são coordenados por pessoas brancas e/ou tratam de outros temas que não as questões étnico-raciais, observa-se uma disparidade grande no que tange à

visibilidade. Ao observar essa questão, é necessário atentarmos à estrutura desses espaços, uma vez que as plataformas digitais são construídas para direcionar conteúdos para os usuários a partir de fluxos de informação que delimitam o que é considerado ou não relevante para ser visualizado por mais pessoas. Contudo,

estas decisões trazem impactos em diferentes níveis de imediaticidade e sutileza, podendo modular o comportamento e condutas de seus usuários (Silveira, 2017) de forma discreta, na maioria dos casos para reproduzir relações de poder e opressão já existentes na sociedade.<sup>608</sup>

Historicamente as populações negras desenvolveram formas de organização e vivência em meio a opressão, construindo, assim, redes de resistência. As estratégias de fortalecimento coletivo criadas são nomeadas por Lélia Gonzalez com uma das faces dos sujeitos amefricanos:

Amefricanidade esteve manifesta nas revoltas, nas estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos quilombos, cimarrones, cumbres, palenques, marrongues e maroon societies, espraiadas pelas mais diferentes paragens de todo o continente.<sup>609</sup>

Essas formas alternativas de organização social se expressam, também, nas plataformas digitais, como uma maneira de construir espaços de resistência na rede. Burlando a lógica do algoritmo, e ao mesmo tempo denunciando seu caráter racista, o aquilombamento<sup>610</sup> digital é hoje uma das formas de resistência compartilhadas por pessoas não brancas. As iniciativas são inúmeras, conforme iremos exemplificar, não sem antes ressaltar que:

não se trata aqui de diminuir a militância feita no mundo virtual, ao contrário, mas de ilustrar o quanto muitas vezes há um esvaziamento de conceitos importantes por conta dessa urgência que as redes geram. Ou porque grupos que sempre estiveram no poder passam a se incomodar com o avanço de discursos de grupos minoritários em termos de direitos.<sup>611</sup>

Pode-se citar a Alma Preta Jornalismo, uma agência nacional especializada na temática racial e em produções audiovisuais que pensa e utiliza um novo formato de gestão de processos, pessoas e recursos. Dessa forma, essa instituição, desenvolvida de forma independente, prega uma democratização das mídias por meio da temática racial.

Não só redes como essa se criam e se fortalecem por meio do digital, como esse meio proporciona uma projeção numérica do alcance e reconhecimentos

dos projetos com temática negra inimaginável em outros meios. Isso acontece pois a população negra sempre se fez valer para além do racismo – é preciso se fazer “uso criativo do lugar de marginalidade” ocupado na sociedade, a fim de se desenvolver “teorias e pensamentos que refletem diferentes olhares e perspectivas”.<sup>612</sup>

Sendo assim, mesmo com os racismos das e nas redes, projetos como o AfroGrafiteiras crescem e se fortalecem, mesmo que as atividades principais não sejam online, pois essa rede construiu um aquilombamento de pessoas que sustentam e expandem as ações presenciais, também, por conta da projeção virtual que alcançaram. Em uma realidade ideal, qual seria a perspectiva de projetos tão ricos se não existisse o racismo algorítmico?

Quando a Alma Preta Jornalismo coloca que, “Queremos ter direito de fala não somente quando essa é concedida. Somos múltiplos, somos muitos e plurais”<sup>613</sup> e o AfroGrafiteiras aponta que

nesta projeto oferecemos ferramentas para que mulheres negras possam expressar através da arte assuntos cruciais em suas vidas e seus pensamentos para a sociedade, em contraponto à maneira como vêm sendo representadas pelos meios tradicionais.<sup>614</sup>

Percebe-se, enfim, que esses espaços não são apenas para criar, mas também para retomar.

Podemos exemplificar ainda com o perfil das Pretinhas Leitoras no Instagram que mostra a potência das “infâncias que compreendem e denunciam o mundo através da literatura negra”,<sup>615</sup> evidenciando que esse é um debate que também está presente na base, no universo da criança e do jovem. E o que falar das competições de poesia *slam* que usam das redes para firmar seus discursos de resistência? Fica o convite para que busquemos mais informações a respeito dessas produções, pois o espaço virtual tem sido um “importante veículo de exercício da subpolítica”.<sup>616</sup> E conhecer e divulgar tais iniciativas é uma forma de descolonizar o pensamento.

Retomar a ancestralidade presente nos discursos de intelectuais como Lélia Gonzalez, é construir formas de organização alternativa e se aquilombar também nas redes. Como diz o intelectual, *rapper* e ativista político Emicida no filme “AmarElo - É Tudo Pra Ontem” (2020): “eu não sinto que eu vim, eu sinto que eu voltei”; aquilombar-se é essencialmente isso, é retomar um

pensamento ancestral coletivo para resistir em todos os espaços possíveis. Isso tudo se completa com uma frase simples da música Principia, também de Emicida: “tudo que *nóis* tem é *nóis*”. A complexidade da resistência reside na simplicidade do pensamento coletivo, algo que a sabedoria ancestral sempre nos alertou.

### **A responsabilização e o processo do ensino-aprendizagem: o que tem a educação a ver com isso?**

Durante a escrita deste artigo pudemos perceber o quanto o digital influencia a nossa consciência histórica,<sup>617</sup> ainda mais em um ano pandêmico como foi 2020. Considerando a presença da cultura histórica<sup>618</sup> nos diferentes meios da nossa sociedade atual, como o digital, vivenciamos a seguinte máxima: “no âmbito da cultura histórica da qual faz parte a vida prática, é que acontecem os modos de atuação da consciência histórica”.<sup>619</sup>

Mais uma frase falada por Emicida convergiu com as leituras que estávamos realizando sobre a educação antirracista: “É no encontro que nossa existência faz sentido”.<sup>620</sup> Compreender a importância do encontro, é perceber o valor das comunidades de aprendizagem em uma educação como prática da liberdade, apresentada por bell hooks<sup>621</sup> e constituída por ela a partir dos ideais de Paulo Freire, em combate à “educação bancária”. O ideal apresentado é sobre sempre considerar o sujeito como um ser integral, levando em conta suas diferentes vivências da vida cotidiana e lembrando de suas influências no aprendizado. O grande desafio proposto é o de criar uma comunidade, onde todos tenham voz para compartilhar suas vivências, medos, dúvidas e questionamentos. E é nessa comunidade que a existência de diferentes indivíduos, também deve fazer sentido.

A busca pelo sentido nos mais diferentes âmbitos da nossa existência e vivência, que envolvem nossas carências de orientação temporal no mundo em que vivemos e agimos, é objeto de estudo da Educação Histórica, na qual considera que os indivíduos estão a todo momento pensando e agindo historicamente. Sendo assim, ao abordar a temática da educação antirracista, compreendendo nossas dúvidas e aprendizados com o mundo digital, optamos por mobilizar esta linha teórica, pois:

o recurso à noção de consciência histórica permite fundamentar filosoficamente a

passagem da história acadêmica para a história pública. Trata-se de uma visão teórica, que reconhece na condição humana o pressuposto histórico: pensamos e falamos historicamente, e esse é o modo pelo qual nos posicionamos na cultura. Assim identificamos o mundo ao nosso redor, assim construímos nossa identidade: sempre com a consciência do tempo, sempre elaborando algum tipo de narração que envolve o passado e remete ao futuro.<sup>622</sup>

Durante o ano de 2020, as redes sociais foram tomadas por diferentes publicações relacionadas ao movimento “Vidas negras importam”, trazendo o debate sobre racismo e outras formas de opressão ao público, em diferentes meios e, é claro, a sala de aula da educação básica não ficou fora dessa. Ao longo do ano, motivados por diferentes questionamentos e anseios, estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental<sup>623</sup> trouxeram para as aulas síncronas, suas dúvidas sobre as publicações e sobre o racismo que ainda paira na nossa sociedade.

Nesse momento, o desafio foi o de criar uma comunidade onde todos os indivíduos, ainda que de forma remota, se sentissem confortáveis para dar voz aos seus pensamentos e questionamentos, mesmo aqueles tidos pelos jovens estudantes como “bobos” ou irrelevantes para a sala de aula. Frases motivadas pelo amplo debate como “todas as vidas importam” e diferentes negacionismos, também apareceram. Aqui se faz necessário ter em vista que alguns estudantes, ao darem voz às suas reflexões, trouxeram consigo falas do racismo estrutural vigente em nossa sociedade, apresentando em suas argumentações o que tinham visto em vídeos, *posts* e imagens nas redes que proclamavam ideais negacionistas, mas visto e assimilado por eles como a “verdade”. Isso trouxe mais uma problemática a ser desenvolvida:

quando o consumo cultural coletivo da desinformação e o apego à desinformação se aliam às camadas e mais camadas de mentiras que as pessoas contam em sua vida cotidiana, nossa capacidade de enfrentar a realidade diminui severamente, assim como nossa vontade de intervir e mudar as circunstâncias de injustiça.<sup>624</sup>

Assim como bell hooks escreveu, o “consumo cultural coletivo da desinformação”,<sup>625</sup> que, infelizmente, faz parte do nosso cotidiano, é uma grande adversidade a ser enfrentada, seja na sala de aula ou no mundo virtual. Quando os estudantes se sentiram livres para expressar seus pensamentos e dúvidas quanto ao racismo vigente, trazendo em suas falas aquilo que presenciaram no mundo digital, começamos a realizar debates práticos sobre

como poderíamos ser agentes de transformação em uma luta antirracista.

Dialogamos sobre a necessidade de não ficarmos calados diante das injúrias e de como poderíamos agir, não só digitalmente com *posts* e *hashtags*, mas efetivamente na vida prática, em nosso cotidiano, afinal: “a voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com um mundo fora dela”.<sup>626</sup> Nos questionamos sobre os negacionismos, analisando fontes históricas e constatando de forma científica que o racismo é uma das grandes consequências do processo de escravização que fez parte da história do nosso país.

Pensar no papel da educação antirracista é compreender que “todas nossas chances de consertar os desencontros do passado moram no agora”.<sup>627</sup> Que podemos e devemos agir contra as injustiças cotidianas, lembrando do triste passado a que negros foram submetidos, percebendo as permanências da história em nosso dia a dia e materializando um futuro melhor. Que nossa consciência histórica sempre nos lembre que a luta é diária e em todos os espaços, seja no digital ou offline.

### **Conclusão: caminhos abertos do porvir**

O ano de 2020 deixou suas marcas, sublinhou desigualdades, representou um momento de muitas perdas humanas e materiais, mas, ao mesmo tempo, foi um marco nas discussões sobre os sentidos de humanidade que queremos construir. Além disso, nos apresentou a problemática da sociedade que construímos para chegar aqui neste ano: que tipo de humanidade nos trouxe até 2020? Indubitavelmente, essa reflexão passou e passa fortemente pela necessidade de enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, conforme procuramos mostrar, inclusive no espaço digital. Segundo Knauss:

se há vida depois da pandemia, certamente isso depende da criação de oportunidades para toda gente e do fortalecimento de laços sociais [...]. Na contramão do que estamos vivendo, é preciso reinstalar a educação e a cultura como função de Estado e direito de cidadania.<sup>628</sup>

As culturas negras vêm, desde muito tempo, nos mostrando caminhos possíveis, valorizando a noção de coletivo e de redes de resistência. Conforme afirmado em outra oportunidade:

a Educação é um pilar essencial na formação de crianças e jovens que não

discriminam pessoas pela cor da pele e, por isso, as escolas precisam entrar nesse debate e trabalhar para criar em seus ambientes uma cultura antirracista.<sup>629</sup>

É um pouco sobre isso que discutimos no texto, certas de que aquilo que foi compartilhado não esgota a amplitude do tema, pois os caminhos do porvir demandam novas pesquisas e questionamentos.

Fica a reflexão do que está escrita representou para cada uma das autoras, movimento esse que gostaríamos de compartilhar com os leitores para efetivamente fechar nosso texto. Reiteramos que partimos de cidades e experiências formativas distintas, mas que tivemos em comum o intuito de contribuir, em termos teóricos e práticos, para uma sociedade mais justa e igualitária a partir do exercício intelectual de mapeamento de projetos, de conceitos e da mobilização de nossas experiências de sala de aula.

Este texto significou um movimento de aquilombamento, de junção de esforços e construção de uma pequena comunidade, de trocas de leituras, filmes e músicas entre nós, cuja densidade não foi possível traduzir nestas linhas, mas talvez possa ser sentida por quem dele se apropriar. O mapeamento de projetos, a discussão sobre as nossas experiências docentes, as perspectivas teóricas mobilizadas e todos os passos dessa escrita foram pensados coletivamente a partir da dimensão sensível que, claro, não abriu mão da dimensão racional. O leitor, sem dúvidas, poderá trazer novas contribuições, corroborando ou refutando aquilo que foi dito e o que não foi dito. Nosso objetivo, ao fim e ao cabo, foi instigar. Boa leitura.

## *Ler a Encyclopédie: do século XVIII ao mundo digital*

João Gilberto Walmsley Melato<sup>630</sup>

A *Encyclopédie, ou dicionário razoado das ciências, das artes e ofícios* (doravante apenas *Encyclopédie*) entrou para os anais historiográficos como “o livro” do

Século das Luzes, uma espécie de manifesto ilustrado, livro-síntese de todo um movimento intelectual.<sup>631</sup> Mas ela foi, antes de qualquer outra coisa, um imenso empreendimento editorial: entre 1751 e 1772, produziu 17 volumes de texto e 11 volumes de gravuras, totalizando cerca de 72 mil artigos e 2 mil e quinhentas imagens, tendo ainda um *Supplément* de cinco volumes (1775 – 1776). Foi seguramente o maior e mais vendido dicionário do século XVIII e contou com a participação declarada de cerca de 130 colaboradores, mas é de conhecimento público que recebeu o suporte de muitos que preferiram permanecer no anonimato, como anuncia o *Avertissement* do oitavo volume.<sup>632</sup>

A obra, para além da sua dimensão enquanto livro, ganhou também traços de mito: uma figura simbólica sobre a qual projetaram-se e ainda se projetam determinados valores, anseios e temores sociais, seja para exaltá-la ou descreditará-la. Assim, em 1809, um apologistas católico, de nome Jacques-François Le Guelinel, gabou-se de que um dos principais enciclopedistas, o Chevalier de Jaucourt, teria abandonado o ateísmo no fim de seus dias e se convertido ao catolicismo, requisitando entrada no monastério de *La Trappe* (que fora duramente criticado no dicionário razoado). Esse evento provavelmente nunca ocorreu, já que Jaucourt era publicamente reconhecido como um membro da comunidade huguenote (protestante), não como um ateu. Este documento, baseado em supostas informações privilegiadas conseguidas junto a *La Trappe*, é também a única evidência da suposta passagem do enciclopedista pelo monastério.<sup>633</sup>

No que pese a relevância deste aspecto “mitológico”, o presente estudo preocupa-se com seu aspecto “livresco”, isto é, aquele da forma pela qual aqueles 72 mil artigos poderiam vir a ser escritos, editados, impressos e lidos. Interessa-nos, principalmente, refletir sobre a experiência de leitura da obra no século XVIII, em mídia impressa, de forma comparada à leitura da obra no século XXI, em formato digital<sup>634</sup> – dessa forma, poderemos ressaltar a dupla alteridade (midiática e temporal) que separa ambas as leituras da obra, bem como discutir o tema das transformações epistemológicas engendradas pelas mídias digitais.

Livros são sempre empreendimentos coletivos, dos quais participam autores, editores, livreiros, patrões, censores e leitores. Estudar um livro não

significa estudar as intenções de um único sujeito, o sujeito-autor, mas todo um campo de relações sociais historicamente estabelecidas em torno da produção e circulação de textos, na contramão da atitude sugerida pela noção romântica do “artista-criador”, que criaria a arte de forma semi-milagrosa, ou pela noção moderna e contemporânea do *auctor* enquanto “autoridade” – que se difere do *actor* medieval (o copista, o glosador, o compilador etc.).<sup>635</sup>

Como um livro de tal magnitude poderia ser editado e escrito? A documentação disponível nos permite alguns vislumbres: entre 1748 e 1751, Diderot rodou Paris, visitando colaboradores importantes e recrutando-os para o trabalho, como mostra o reembolso dos livreiros às suas passagens de táxi.<sup>636</sup> Anos mais tarde, ele descreveu, em carta a Sophie Volland, a rotina de trabalho do Chevalier de Jaucourt: “esse homem está, há seis ou sete anos, no centro de uns seis ou sete secretários, lendo, ditando, trabalhando treze ou quatorze horas por dia, e essa posição ainda não o aborreceu”.<sup>637</sup>

Num primeiro momento, quando a folha de rosto da obra ainda ostentava os dizeres *com a aprovação e privilégio do Rei*, a publicação fluía de forma relativamente tranquila: com exceção de uma breve suspensão em fevereiro de 1752, um grupo de assinantes recebeu, periodicamente, os novos volumes da obra conforme iam sendo lançados, em intervalos não maiores do que 13 meses. O primeiro volume levava o alfabeto até AZY, o seguinte até CEZ, o próximo até CON e assim por diante, até o sétimo volume (publicado em novembro de 1757) que o levava até GYT. Esses assinantes recebiam luxuosas edições *in-folio*,<sup>638</sup> apenas acessíveis a compradores de alto poder aquisitivo.

A *Encyclopédie* possuía um ambicioso projeto editorial, o de “reunir os conhecimentos dispersos pela superfície da Terra, expor seu sistema geral aos homens com que vivemos e transmiti-los aos que virão depois de nós” e, com isso, “mudar a maneira comum de pensar”. Esse objetivo, anunciado pelo próprio Diderot em ENCICLOPÉDIA, deveria ser conquistado através de um articulado sistema de remissões. O dicionário razoado deveria tratar com o máximo respeito as concepções preconceituosas, mas deveria também incluir remissões a outros artigos que destruíssem as noções basilares nas quais o preconceito se assentava, fornecendo princípios sólidos que servissem de base a verdades opostas. Assim, de forma tácita e sem insultar abertamente

opiniões bem estabelecidas, os *philosophes* “livrariam discretamente os homens do engano”.<sup>639</sup>

Esse anúncio claro da construção de uma mensagem subversiva não passou despercebido. Em 1759, o procurador-geral Joly de Fleury apresentou ao Parlamento de Paris seu caso contra a *Encyclopédie*, citando as remissões como o *locus* de “todo o veneno disseminado nesse dicionário”.<sup>640</sup> A discussão parlamentar levou o Conselho do Rei a retirar o privilégio real da obra, o que, na linguagem jurídica do Antigo Regime, significava sua proibição formal.<sup>641</sup> A clandestinidade significou também a deserção da maior parte dos principais colaboradores, incluindo o co-editor D'Alembert,<sup>642</sup> cuja função seria preenchida por Jaucourt.<sup>643</sup>

A relação entre a *Encyclopédie* e os censores, mesmo em 1759, foi cravada por ambiguidades. Após a supressão do privilégio, o diretor do comércio de livros, Lamoignon de Malesherbes, ordena uma batida policial na casa de Diderot, com o objetivo de confiscar os materiais da *Encyclopédie*, mas o avisa com antecedência e oferece sua própria casa como esconderijo provisório.<sup>644</sup> De qualquer forma, a passagem à clandestinidade asfixiou as finanças do empreendimento – os assinantes já haviam pago pelos volumes de gravuras e os diversos atores envolvidos na impressão clandestina da obra precisavam receber, mas o dinheiro só voltaria a entrar com a publicação conjunta dos últimos volumes, em 1765. Para manter o empreendimento em pé, tanto Diderot quanto Jaucourt tiveram que vender suas bibliotecas pessoais. Após finalizado o trabalho, ambos recusaram a proposta do editor e livreiro Charles-Joseph Panckoucke para trabalhar no *Supplément*.<sup>645</sup>

Em 1766, Andre Le Breton (principal livreiro da *Encyclopédie*), em um singular erro de cálculo, vai até Versailles para entregar os últimos volumes aos seus assinantes da corte no mesmo dia em que se reuniria a Assembleia do Clero – justamente o setor mais hostil ao enciclopedismo entre as elites do poder. Para manter as aparências, a polícia do livro é obrigada a agir, confiscando os livros e encarcerando Le Breton na Bastilha. Este lá fica por apenas uma semana, e os assinantes da corte acabam recebendo seus livros de qualquer forma.

Tal anedota pode sugerir que a condenação à filosofia das Luzes havia se

tornado puramente formal na década de 1760, mas seria uma conclusão enganosa. Os encyclopedistas e seus livreiros souberam manipular uma complexa rede de permissões tácitas e patronato para garantir certa tolerância oficial ao empreendimento mesmo sob censura, mas é significativo que 1766 é também o ano no qual o huguenote Chevalier de La Barre é acusado de vandalizar uma cruz católica e condenado, pelo Parlamento de Paris, a ser torturado, decapitado e queimado na fogueira junto com seu exemplar do *Dicionário Filosófico* de Voltaire, outro livro banido, encontrado entre seus pertences.<sup>646</sup>

### A *Encyclopédie* impressa

Quem eram, afinal, seus leitores? Segundo D'Alembert, “ao público leitor cabe julgar-nos; pareceu-nos necessário distingui-lo daquele que só fala, mas não lê”.<sup>647</sup> Tratava-se de uma posição inclusiva para a época, pois fornecia a setores formalmente excluídos das academias reais, como as mulheres e os protestantes, uma plataforma em torno da qual discutir filosofia e outros temas úteis aos homens. Aos plebeus alfabetizados, propunha um atalho ao complicado sistema de promoções acadêmicas. Ao menos no que tange à equipe de colaboradores, a *Encyclopédie* parece ter sido bem-sucedida em fornecer aos protestantes uma arena pela qual poderiam influenciar a opinião pública. As mulheres eram não raro diretoras dos salões que forneciam os locais de reunião, produção e circulação das obras das Luzes, ainda que poucas fossem autoras.<sup>648</sup>

Mas a afirmação de que ao público caberia julgar a obra também carregava uma inovação importante em termos epistemológicos. O leitor não seria um simples ator passivo, devendo também engajar-se no projeto de instrução que o dicionário lhe propunha, procurando as remissões, criticando ativamente a obra (daí a necessidade de expor em detalhes as premissas filosóficas que a embasam), numa relação dinâmica com o livro. De certa forma, o assinante da obra se tornava também, embora em menor medida, um membro daquela “sociedade de homens de letras” que aspirava à reforma da maneira comum de pensar. O interesse principal estaria no bem-estar público e na promoção das artes e ofícios úteis, de forma que a obra, em interpretações mais ousadas, poderia mesmo ser considerada um poder intermediário entre o povo e o Rei,

à maneira dos *parlements*.<sup>649</sup>

Porém, entre a idealização de um projeto editorial e a sua objetivação em livro existe sempre um certo hiato. Le Breton julgou, em 1768, que o sistema de remissões nunca chegara a ser utilizado da maneira coordenada e eficiente que Diderot pretendera.<sup>650</sup> Dan Edelstein aponta que boa parte do público leitor das obras das Luzes era composta daqueles acadêmicos que não aderiram à nova filosofia.<sup>651</sup> Uma análise geográfica das assinaturas da *Encyclopédie* (a edição in-folio original, suas cópias simultâneas e as edições in-quarto e in-octavo) revela padrões parecidos: nas províncias, onde a obra vendeu muito bem, seus assinantes eram, em geral, militares, parlamentares e homens de leis. Entre o Terceiro Estado, seus assinantes costumavam vir de grupos de *burgeois*: rentistas, oficiais, mestres de ofícios etc.<sup>652</sup>

Aqui, nos deparamos com uma primeira deficiência na análise das assinaturas. Pois, se elas nos demonstram quem comprava o dicionário, elas não dizem muito sobre como ele foi lido. A obra poderia também chegar até o público de outras maneiras, como através do *Dicionário das paixões, virtudes e vícios* de 1769, cujos verbetes se constituíam de “fragmentos, tirados de autores antigos e modernos, sobre temas de moral prática”, entre os quais não raro se encontravam trechos extraídos da *Encyclopédie* – como no verbete LEI NATURAL, consideravelmente preenchido por reflexões de Jaucourt.<sup>653</sup>

Seja como for, até 1789 foram vendidos aproximadamente 23 mil exemplares da *Encyclopédie* no mundo. Desses, 4.225 correspondem à edição in-folio original. As reimpressões da edição *in-folio* em Genebra, Lucca e Livorno correspondem a 5.150 cópias vendidas. O preço de uma edição *in-folio* girava em torno de 850 libras, com exceção das 1.500 cópias de Livorno, produzidas num contexto de proteção e tecnologia que favoreciam sua produtividade, custando 574 libras. Nenhuma dessas impressões continuou funcionando depois de 1778.<sup>654</sup>

A historiografia já produziu material em abundância sobre as grandes polêmicas públicas a favor ou contra a *Encyclopédie* durante a década de 1750, as polêmicas que alimentaram a mente de censores da Coroa ou do Parlamento e transformaram a própria obra em escândalo público.<sup>655</sup> Mas segue para nós inacessível a experiência do leitor comum de uma edição *in-folio*

que não emprestou sua pena à condenação ou à defesa dos *philosophes*. No hiato de oito anos entre o sétimo e os últimos volumes, o que esse leitor fez? Terá ele esquecido do livro, ou terá aguardado ansiosamente para conferir remissões que ainda não haviam saído? A documentação sobre o tema é escassa.

Assim, temos que voltar nossa análise às edições *in-quarto* e *in-octavo*. As *in-quarto* custavam originalmente 380 libras, mas, devido à concorrência das *in-octavo* (cujo preço chegou a ser de apenas 225 libras), baixaram seu preço para 240 libras em 1781. As edições *in-octavo* de Lausanne e Berna venderam 5.550 cópias, enquanto as edições *in-quarto* de Genebra e Neuchâtel venderam 8.525 cópias. Foram impressas entre 1777 e 1782, sendo as verdadeiras responsáveis pela popularização do livro. As edições *in-quarto* correspondiam a cerca de 60% dos exemplares da *Encyclopédie* disponíveis na França até 1789.<sup>656</sup> As edições *in-quarto* eram ambas impressas e vendidas pela editora suíça Sociedade Tipográfica de Neuchâtel em parceria com Panckoucke. A documentação da STN fornece assim um primeiro vislumbre da experiência do leitor setecentista da *Encyclopédie*.

Mesmo o valor de 240 libras continuava a ser proibitivo para a imensa maioria dos franceses que sabia ler e escrever. Como, então, a obra chegou a esse público, se chegou? Um anúncio de 1782, no *Tableau de Paris*, dirigido àqueles que não tinham biblioteca particular, informava que, por um pequeno valor mensal, poder-se-ia visitar um gabinete literário e lá ler a *Encyclopédie* ou os jornais. Entre 1777 e 1782, a STN recebeu cartas de livreiros que mantinham gabinetes literários atrás de suas lojas, usando o estoque como biblioteca. Essas cartas tentavam barganhar preços ou reportavam erros de impressão à editora, muitas vezes descrevendo o funcionamento desses estabelecimentos. Um livreiro de Metz afirmou extrair quase metade da sua renda das mensalidades dos 379 membros de seu *cabinet*, que contava com a *Encyclopédie* *in-quarto* e com obras banidas. Outro, de Bar-le-Duc, encomendou a mesma edição à STN especificando que era um cliente frequente, havendo da STN adquirido também as obras de Rousseau. A *in-quarto* era encomendada para *cabinets littéraires* em Nîmes, Blois, Besançon etc.<sup>657</sup>

Nessa correspondência é possível encontrar ecos da atitude original esperada pelos encyclopedistas. Um professor huguenote de Caen, dono de um

pequeno negócio clandestino de livros, tentava barganhar com a STN um preço mais barato pela edição in-quarto, descrevendo-se como “um simples particular que tem muitos jovens protestantes como pensionistas, dos quais desejaria fazer cidadãos úteis e virtuosos”.<sup>658</sup> Um livreiro de Loudun escreveu à STN dizendo que seus clientes reclamaram de

diversos artigos de teologia tratados por demais ao gosto da Sorbonne, sem dúvida para favorecer tanto mais sua circulação na França, mas esses entraves à liberdade de pensar não agradam a todos os leitores.<sup>659</sup>

A documentação da STN também lança luz sobre outras apropriações da obra. Em alguns casos, sua leitura poderia ser atravessada pelas noções de *status* e de dignidade oriundas da maneira assimétrica de encarar a sociedade. Um livreiro de Hamburgo informou à STN que não conseguiria vender a *Encyclopédie* in-quarto caso ela fosse editada em papel simplório – sua clientela, composta de “príncipes soberanos” e “senhores suecos”, preferia o papel Périgord. Outro, radicado em Varsóvia, relatou que o embaixador russo lhe exigiu uma encadernação especial, em que pudesse estampar seu brasão.<sup>660</sup> Por mais que quisesse “mudar a maneira comum de pensar”, a *Encyclopédie* seria lida por pessoas que ainda pensavam à maneira antiga.

Em outros casos, nem sequer seria lida. O tempo de espera entre a aquisição e a chegada da obra poderia esfriar a curiosidade dos leitores, e Panckoucke descobriu que uma parte dos assinantes de Lyon (cidade com o recorde de vendas) eram analfabetos, o que demonstra que a *Encyclopédie* poderia ser usada como objeto de estante, voltado a impressionar visitantes – seja como uma forma de declarar sua adesão à nova filosofia, seja como simples arrogância intelectual.<sup>661</sup> Exemplos colhidos de maneira anedótica não dizem muito sobre a relação do público com a obra de maneira geral, mas são testemunhos da multiplicidade de formas pelas quais a obra era encarada, entre as quais não se poderia ignorar aquela da qual seu próprio sucesso comercial dependia: a de ser um livro de instrução e referência.

Em 1773, um mercenário encarregado de armar os fortes turco-otomanos serviu-se da ajuda da *Encyclopédie* para construir canhões, como atestam suas memórias.<sup>662</sup> O público encontrou no dicionário razoado um estilo familiar: organizado em ordem alfabética, compilando saberes presentes em obras anteriores, recorrendo às remissões para conectar diferentes artigos etc. Todos

esses aspectos já estavam presentes nos principais livros de referência do século XVII.<sup>663</sup> Mesmo as acusações de plágio foram respondidas invocando-se partidários da tradicional arte da imitação, como Charles Rollin (cf. o *avertissement* do terceiro volume). Sua novidade mais premente estava na concepção do sujeito filosófico (o *homem* em abstrato, despido de quaisquer limitações de *status*) e a pretensão específica de reformar as opiniões gerais através do sistema de remissões.

Os leitores, como vimos, encararam de diversas e criativas formas essa relação entre filosofia e referência numa mesma obra. Mas não se pode ignorar que, antes que fosse tema de reflexão (e de polêmica) política ou filosófica, a obra precisava vender – e, para tal, precisava balizar-se num sólido conteúdo útil a seus leitores: ela precisava, ao mesmo tempo, ser um bom livro de referência e apresentar-se de forma que o público a reconhecesse como tal. O sucesso editorial da obra pode ser lido não apenas como um reflexo da popularidade crescente da Ilustração ou de novas ideias, mas também da apresentação bem-sucedida dessas ideias em um gênero literário convencional e antigo, ao qual seu público estava acostumado.

### A *Encyclopédie* Digital

No Brasil, a *Encyclopédie* ganhou uma versão recente em mídia impressa sob a coordenação de Maria das Graças Souza e Pedro Paulo Pimenta. Trata-se da tradução de diversos artigos, reunidos em seis volumes organizados por tema: “O discurso preliminar e outros escritos”, “O sistema dos conhecimentos”, “Ciências da natureza”, “Política”, “Sociedade e artes” e “Metafísica”.<sup>664</sup> A contínua circulação da *Encyclopédie* em formato impresso no século XXI pode induzir certa confusão, derivada do próprio conceito de arquivo histórico: se este se caracteriza pela retirada dos documentos de suas funções e contextos originais e seu armazenamento enquanto testemunhos históricos,<sup>665</sup> poder-se-ia pensar que a *Encyclopédie* ainda cumpre sua função original.

Deve-se, porém, pensar no perfil e nas razões do leitor das edições impressas atuais. Trata-se, em linhas gerais, de alguém motivado por certa curiosidade intelectual e/ou acadêmica, interessado em acessar, através das imagens ou dos textos, certos aspectos da experiência humana do passado (o

estado das ciências, das belas-arts, das teorias políticas etc. no Setecentos), lhes sendo estranhos os motivos que levaram os homens e mulheres do século XVIII a se interessarem pela mesma obra. Mesmo aqueles interessados em derivar dela discussões filosóficas atuais entendem seus escritores, em maior ou menor medida, como homens de outra época que possuem, apesar disso, contribuições razoavelmente universais – o que exige um esforço de distanciamento e contextualização.

O livro circula, assim, como documento histórico, aproximando-se da função que cumprem os arquivos, tendo sido retirado de seu contexto e funções originais. Daí deriva a conclusão de que a *Encyclopédie* em formato digital (como a ARTFL *Encyclopédie* da Universidade de Chicago) constitui-se em acervo digital, o que insere sua leitura e a reflexão em torno dela dentro do escopo mais amplo da literatura sobre os impactos do armazenamento digital de documentos e da experiência de leitura de documentos em arquivos digitais. Disto deriva o aparente oxímoro do título do presente estudo: pretendemos analisar as transformações epistemológicas da leitura do dicionário razoado entre o século XVIII [no mundo impresso] e [no século XXI] o mundo digital.

O impacto da organização digital de um texto na experiência dos leitores tem sido alvo de diferentes interpretações. Franco Moretti chega a sugerir que a leitura humana de textos teria se tornado obsoleta para a crítica literária, já que o computador é capaz de identificar padrões invisíveis ao olho humano e, assim, a leitura humana de 200 textos de determinado movimento literário não teria a mesma capacidade de compreensão que a codificação digital de 6.000 textos desse movimento.<sup>666</sup> Stephen Ramsay, por outro lado, faz notar que estudos desse tipo tendem sim a identificar padrões com muita eficácia, mas falham em fornecer explicações de fundo para as opções de estilo identificadas, coisa que depende da análise qualitativa, de alcada exclusiva da mente humana.<sup>667</sup>

Um outro paradigma interpretativo é proposto por Lucia Ricciardelli. Para ela, as transformações epistemológicas advindas do mundo digital vão em um sentido oposto: estaríamos nos aproximando de uma leitura não-linear da realidade, quase aleatória, possibilitada pelo advento do hipertexto, que

oferece ao leitor “a possibilidade de navegar por diferentes textos de forma não-sequencial”. Soma-se a isso a diminuição do tempo de espera: na era analógica, era necessário ir ao arquivo e pedir informações a um trabalhador; na era digital, arquivos de outros continentes podem ser acessados em questão de segundos. Juntas, essas inovações desmontam o pensamento linear e cartesiano do “observador distante”, que teria predominado no mundo ocidental desde o século XVII, minando também, assim, a noção de um “centro autoral”. Dado esse contexto, os mecanismos de busca adquirem uma relevância sem precedentes na forma como os textos são lidos.<sup>668</sup>

O que parece escapar à análise de Ricciardelli é a contradição entre afirmar que a pessoa comum ganha *agência* em relação ao arquivo ao mesmo passo em que se afirma que toda a sua maneira de pensar é moldada por uma mudança na forma como o texto lhe é apresentado. Em suma, o sujeito ativo só pode existir à medida que determinada tecnologia se coloca entre ele e o texto – um raciocínio que parece, no mínimo, difícil de sustentar, pois apaga toda a capacidade de leitura crítica do próprio sujeito que conhece, cuja *agência*, segundo essa tese, estaria em ascensão. Parece mais frutífera a perspectiva segundo a qual a disposição dos mesmos dados de novas maneiras permite novas escolhas epistemológicas, sem, no entanto, determiná-las de antemão.<sup>669</sup>

Mas a perspectiva de Ricciardelli sobre a diminuição do tempo de espera e a relevância do mecanismo de busca possui méritos indiscutíveis no que tange à ARTFL *Encyclopédie*, editada por Robert Morrissey e Glenn Roe, que disponibiliza a obra em formato de sítio eletrônico. Para ficar em apenas um exemplo, a ferramenta de busca Philologic<sup>3</sup> permite que se visualizem todos os títulos de artigos (e os links para eles) de um determinado colaborador em uma única página. Essa lista, gerada em apenas alguns segundos, demandaria muito tempo e esforço para ser escrita em mídia impressa, e ocuparia uma quantidade razoável de papel (dependendo do colaborador cujos artigos se está listando), além da ausência de hiperlinks.

Ramsay define a crítica algorítmica como sendo o uso de um mecanismo que essencialmente deforma o texto, aliado ao conhecimento do “*como*” o texto é deformado.<sup>670</sup> Essa definição nos é útil na medida em que pode ser observada na prática em alguns estudos que utilizam ferramentas digitais para analisar a

*Encyclopédie*. Dan Edelstein, Robert Morrissey e Glenn Roe, por exemplo, conduziram um estudo em que compararam a base de dados da ARTFL *Encyclopédie* com a principal base de dados do projeto ARTFL, a ARTFL-FRANTEXT (que conta com 3.500 textos em língua francesa publicados na Europa entre os séculos XII e XX), com exceção dos textos produzidos após a publicação da *Encyclopédie*.

Ao fazê-lo, foram capazes de localizar passagens e informações copiadas de outros textos e incluídas pelos enciclopedistas em seus artigos. Assim, puderam observar quando os autores referenciaram ou não suas fontes e identificar padrões de citação e não-citação, formulando hipóteses sobre constrangimentos literários, políticos e de qualquer tipo que levavam os enciclopedistas a citar ou não um autor cuja passagem pegaram de empréstimo. Mesmo passagens cujas palavras haviam sido embaralhadas antes de serem transcritas na *Encyclopédie* puderam ser localizadas através de sequências de *n-grams* com 3 palavras, como “homme\_libre\_partout”, com critérios definidos da máxima distância textual entre as 3 palavras do *n-gram* abaixo da qual o computador deveria considerar sua aparição em ambas as bases de dados como uma correspondência relevante.<sup>671</sup>

Para além de usos mais elaborados das ferramentas digitais como esse, a lógica de distorção do texto também se aplica dentro de uma escala menor, em pesquisas mais simples. Qualquer usuário que use a edição ARTFL se beneficiará ao saber o “como” a máquina distorce o texto para auxiliar e organizar sua leitura. Tratando-se de uma enorme quantidade de texto, a forma de acessá-lo depende do mecanismo de busca. Tanto na versão Philologic<sup>3</sup> quanto na Philologic<sup>4</sup> é possível buscar por títulos de artigos, pelo autor que os escreveu ou por termos situados no corpo dos textos. Na versão mais antiga, essa busca retornava-nos uma página que mostrava todos os artigos onde o termo pesquisado aparecia, em que a palavra pesquisada fazia parte do título ou que haviam sido escritos pelo autor solicitado.

Na Philologic<sup>4</sup>, quando pesquisamos por um termo, somos também levados a uma página que mostra todos os artigos em que ele aparece. Mas há também uma prévia que mostra o contexto textual onde ele aparece no artigo – o que permite descartar rapidamente casos de polissemia do termo

pesquisado ou simples menções ao autor que se procura. Através de determinados critérios, também é possível notar a frequência através da qual o termo se repete em toda a *Encyclopédie*: por artigo (em quais e quantas vezes em cada), por volume, por autor, pela classificação dada pelos encyclopedistas e por uma classificação gerada pelo próprio algoritmo. Algumas vantagens dessa ferramenta são explicadas pelos próprios editores:

a frequência por artigo indica o número de ocorrências por artigo, em ordem descendente, com um link para o artigo e um link para as ocorrências encontradas naquele artigo. Por exemplo, se você procurar por ‘Newton’ irá perceber que 45 das 783 ocorrências de ‘Newton’ estão no artigo ‘Wolstrope’ – o que pode parecer desconcertante até que se note que toda a informação biográfica sobre Newton está concentrada nesse artigo sobre sua cidade natal, um fato que pode ter enganado usuários que procuraram por um artigo sobre Newton com títulos diferentes.<sup>672</sup>

É inquestionável que, à medida que surgem novas maneiras de manejar um texto, abrem-se novas possibilidades interpretativas e, num nível mais profundo, novas concepções de leitura e de conhecimento. Mas, se a *Encyclopédie* original não foi lida da mesma forma por todos os leitores, tampouco o será sua edição digital. Somente a “labuta filosófica”, o trabalho de convencimento intelectual do leitor, pode induzi-lo a tomar essa ou aquela escolha epistemológica, possibilitada pelas inovações tecnológicas, durante a leitura. À guisa de conclusão, apresentamos uma metodologia que alia as vantagens da mídia digital com as particularidades da organização filosófica do próprio dicionário.

### Baconianismo digital

Apesar da associação frequente em certos discursos acadêmicos entre a filosofia das Luzes e o cartesianismo, os encyclopedistas eram adeptos declarados do sensualismo (a teoria de que o conhecimento deriva, em primeiro lugar, dos sentidos e da experiência empírica) e da filosofia de Francis Bacon. D'Alembert afirmou no DISCURSO PRELIMINAR que “todos os nossos conhecimentos diretos reduzem-se aos que recebemos pelos sentidos”.<sup>673</sup> O último artigo da *Encyclopédie*, ZTUÉNÉ, escrito pelo Chevalier de Jaucourt, termina com uma citação de Bacon, sem contexto aparente para sua inserção nesse artigo sobre uma antiga cidade egípcia. Na passagem citada, o filósofo inglês previa a vitória final de uma conspiração filosófica contra uma

conspiração sofista.<sup>674</sup>

Dessa forma, a obra abria-se e encerrava-se com Bacon, do qual os *philosophes* se valiam para combater a escolástica, que chamavam de “filosofia da escola” ou “ídolo da escola”. Descartes não era totalmente rejeitado, mas o grupo principal de encyclopedistas não aderia às suas proposições. D'Alembert escreveu, em FILOSOFIA DA ESCOLA:

devemos agradecer principalmente a Descartes por ter sacudido o jugo dessa barbárie. Esse grande homem desiludi-nos em relação à filosofia da escola (e talvez, a despeito de si mesmo, também em relação à sua própria filosofia; mas esse não é o nosso assunto).<sup>675</sup>

A adesão dos encyclopedistas ao sensualismo baconiano sugere uma pergunta, a saber, a da relação desses mesmos encyclopedistas com uma outra tradição sensualista, mais antiga, que remonta ao século XVI: aquela de Bernardino Telésio, Galileu Galilei, Giordano Bruno e Tommaso Campanella. Interessamo-nos em especial por esse último, que viveu seus últimos anos na França, como refugiado político, até sua morte em 1639.<sup>676</sup> Os mecanismos de busca da Philologic4 fornecem boas ferramentas para a investigação de problemáticas específicas como esta.

Pesquisando pelo termo “campanella” descobrimos que seu nome aparece 23 vezes no dicionário razoado. Quinze entre elas acontecem no artigo CAMPANELLA (Filosofia de), do abade Jean Pestre. Nele, somos apresentados à biografia do autor, bem como às suas concepções de dialética e de física. No ponto 23 de sua dialética, podemos ler que “os sentidos são o fundamento de todas as ciências humanas”. Esse artigo não apresenta Campanella de uma ótica particularmente favorável, uma vez que se encerra com a impressão negativa que Descartes fez de sua filosofia, acusada de pouca solidez. No entanto, suas ideias são expostas de maneira simples, didática e, mesmo assim, detalhada.<sup>677</sup>

Outras 5 ocorrências se localizam no artigo STILO (Geografia moderna), cidade natal de Campanella, escrito pelo Chevalier de Jaucourt. Esse fora também o autor do supracitado artigo WOLSTROPE e a discussão das obras de grandes pensadores a partir dos artigos referentes às suas cidades natais lhe era uma prática editorial recorrente.<sup>678</sup> Em STILO, somos informados de alguns dados biográficos de Campanella: sua adesão inicial à ordem

dominicana, sua participação em uma revolta contra o trono espanhol, os 27 anos de cárcere que se seguiram, sua libertação pelo papa Urbano VIII, os planos para assassiná-lo por parte de membros do entorno papal e, enfim, seu exílio político na França, sob a proteção do cardeal Richelieu e do rei Luís XIII.

Campanella também é pouco favorecido por Jaucourt, que o repudia pelo seu estilo de escrita, pela sua defesa da ideia de monarquia universal, pela sua crença na astrologia e por sua defesa dissimulada do ateísmo. Para esse autor, os únicos pontos positivos do pensamento de Campanella seriam também aqueles que já não precisavam mais ser discutidos, por serem consenso no Setecentos, a saber: sua defesa de Galileu e sua crítica a Aristóteles. Sua utopia *Cidade do Sol* é julgada desfavoravelmente, acusada pelo enciclopedista de conter exercícios de imaginação fantasiosa, um estilo repulsivo e um conteúdo político inferior à *Utopia* de Thomas Morus.<sup>679</sup>

As 3 ocorrências do nome de Campanella no artigo ECLETISMO, porém, revelam o aspecto complexo e contraditório da relação dos enciclopedistas com esse autor. Nesse artigo, escrito por Diderot, podemos acompanhar o elo de remissões que ligava uma miríade de artigos de volumes diferentes, cuja conexão não se deduz automaticamente dos títulos. Revela-se, dessa forma, o caminho que os editores queriam que o leitor comum percorresse:

o ecletismo, essa filosofia tão razoável, que fora praticada pelos primeiros gênios muito tempo antes de receber um nome, caiu no esquecimento até o fim do século XVI. Então a natureza, que estava há tanto tempo entorpecida e exausta, fez um esforço e produziu enfim alguns homens dedicados à prerrogativa mais bela da humanidade, a liberdade de pensar por si mesmo: e assim vemos renascer a filosofia eclética com Giordano Bruno de Nola; Girolamo Cardano (ver o art. Filosofia de Cardano); Francis Bacon de Verulâmio (ver o art. Baconianismo); Tommaso Campanella (ver o art. Filosofia de Campanella); Thomas Hobbes (ver o art. Hobbesianismo); René Descartes (ver o art. Cartesianismo); Gottfried Wilhelm Leibniz (ver o art. Leibnizianismo); Christian Thomasius (ver o art. Filosofia de Thomasius); Nicolas Jerome Gundlingius; Franz Buddeus; André Rudigerus; Jean Jacques Syrbius; Jean Lecrerc; Malebranche etc.<sup>680</sup>

Assim, a obra constituía-se como um grande manual de instrução filosófica, mas somente na medida em que a leitura dos artigos individuais fosse abrindo essas possibilidades aos leitores. Apesar das palavras de Jaucourt contra a *Cidade do Sol* de Campanella, as páginas da *Encyclopédie* seguem um

padrão semelhante aos muros da cidade solariana nos quais estava escrito todo o conhecimento humano, cabendo às crianças por eles caminharem para aprender.<sup>681</sup> Na versão digital, com sua facilidade de acesso a diferentes artigos, a possibilidade de pesquisar diferentes palavras e as classificações geradas pelo algoritmo, a utopia de uma “árvore do conhecimento” a ser escavada pelos leitores se torna ainda mais possível – cada galho abrindo diversos outros galhos que, à decisão do leitor, podem ser explorados.

O breve expediente de análise aqui descrito não encerra a questão da relação entre esse sensualismo do Quinhentos e o baconianismo dos encyclopedistas. Para dizer o mínimo, seria conveniente procurar correspondências entre os textos desses autores na base de dados da ARTFL-FRANTEXT e a base de dados da ARTFL *Encyclopédie*, bem como investigar mais a fundo a relação do próprio Bacon com essa tradição. Mas ele lança luz sobre alguns aspectos dessa relação, especialmente aquele que os editores queriam que o leitor comum descobrisse por si só, através do sistema de remissões – que possui uma inspiração próxima à “descoberta do mundo pelos sentidos”, mesmo que se trate essencialmente de uma atividade intelectual.

Apresentamos essa metodologia de leitura não porque ela seja “correta”, nem acreditamos que deva ser a única aplicada por aqueles que queiram se aventurar nos 72 mil artigos da *Encyclopédie*. Mas simplesmente porque essa metodologia – que parece se aproximar, apesar da distância midiática, da intenção original dos editores – permite realizar uma infinidade de descobertas interessantes.

## *Jogos de mundo aberto: produção de presença, imersão e consumo*

*Pedro Toniazzo Terres*<sup>682</sup>

Algo que se tornou um dos clichês em artigos e capítulos na área de

estudos de jogos é defender a relevância do objeto trazendo estatísticas sobre o crescimento anual da indústria de jogos, que supera as vendas de outras indústrias como as da televisão e da música somadas. Essa posição defensiva e um tanto quanto acrítica em relação às explorações que ocorrem dentro da própria indústria, hoje já um pouco fora de moda,<sup>683</sup> surge como resposta a uma deslegitimação costumeira vinda de outros pesquisadores, como um fenômeno frívolo e sem grande impacto.

É inegável que os jogos digitais são, desde sua acepção, objetos criados para o entretenimento e para o lazer. Mais inegável ainda é o fato de que a história dos jogos digitais está intimamente entrelaçada com a história do desenvolvimento do capitalismo, com os primeiros jogos sendo criados dentro dos complexos industriais-militares estadunidenses.<sup>684</sup> Sobretudo a partir do final dos anos 1990, a indústria tem se caracterizado cada vez mais pelo monopólio das grandes produtoras e distribuidoras de jogos e um modelo de cadeia produtiva global, composta por empregos informais e mal remunerados.<sup>685</sup>

Mas, paralelamente ao seu papel de atividade de lazer e à sua ligação íntima com as cadeias de exploração, produção e consumo do capitalismo, os jogos vêm se complexificando enquanto mídia. Através dos avanços técnicos, abre-se a possibilidade para que cresçam exponencialmente em escopo, duração e tamanho, com a renderização de imagens cada vez mais próximas ao fotorrealismo, geradas quase que instantaneamente.

Este texto tem como objetivo explorar os potenciais de um tipo específico de que se utiliza destes avanços técnicos para a construção de enormes ambientes históricos digitais que buscam criar experiências estéticas imersivas: os jogos de mundo aberto. Através da conceituação formalista dos estilos de simulação dos jogos históricos proposta por Adam Chapman, divididos entre os estilos conceitual e realista, busca-se entender este tipo de experiência de mundo aberto através da epistemologia da simulação realista. Assim, através dos conceitos de produção de presença e *Stimmung* por Hans Gumbrecht, o objetivo é refletir se essas simulações de mundos abertos, em toda sua busca pela construção de complexas experiências estéticas imersivas, podem refletir aquilo que o autor conceitua como o “desejo de presentificação”.<sup>686</sup>

Para além da reflexão sobre as relações entre a espacialidade dos jogos de mundo aberto e a produção de presença, insere-se também uma reflexão sobre a experiência do tempo nesta mídia, através do exemplo do jogo *Red Dead Redemption 2*. A partir da ótica do conceito de “aceleração social” de Hartmut Rosa, e na tensão deste com o conceito do “presente amplo” de Gumbrecht, vou sugerir que estes jogos de mundo aberto também podem oferecer uma experiência estética de desaceleração intencional. Ainda, trata-se de pensar também como, apesar de oferecerem uma experiência de desaceleração para os jogadores, esses jogos digitais são desenvolvidos em um contexto de produção extremamente acelerada (o chamado fenômeno do *crunch*), marcado pela erosão das fronteiras entre tempo livre e tempo de trabalho, conforme descrita por Rosa.<sup>687</sup>

### **Os jogos de mundo aberto e o conceito de imersão**

Em seu *Digital Games as History*, Adam Chapman busca traçar as variações de estilo nas diferentes formas de representação estética e lúdica do passado nos jogos digitais. Em outras palavras, o autor se preocupa em compreender as diferentes escolhas epistemológicas e estilos de simulação escolhidos pelas desenvolvedoras de jogos para representar o passado.<sup>688</sup>

No entanto, esta divisão não aparenta se restringir a ideia de subgêneros e estilos de jogabilidade como são costumeiramente pensados (jogos de estratégia baseados em turno, tiro em primeira pessoa, RPGs, entre outros). Pelo contrário, o que Chapman parece estar mais atento ao classificar as diferenças entre estilos de simulação são as formas como os sistemas de regras, o design de jogo e o nível diegético de agência dos jogadores se apresentam. Especificamente, dividirá em dois os estilos de simulação: o estilo conceitual e o estilo realista.

O estilo conceitual de simulação é caracterizado por jogos em que o passado é representado através de abstrações e metáforas, e a agência dos jogadores costumeiramente atuará em um nível diegético mais amplo (controlando uma nação, um exército, uma ideologia), focado na representação lúdica do passado enquanto processo. Alguns exemplos possíveis são *Civilization*, *Europa Universalis*, *Democracy* e *Rise of Nations*. As simulações conceituais costumam lidar com o tempo e o espaço de forma muito mais

abstrata e ampla. A “câmera” do jogador é uma vista aérea ampla e onipresente. Um minuto de jogo (ou um turno) pode significar meses ou mesmo anos, e mapas e territórios são representados em formas abstratas. Não à toa, muitos dos jogos conceituais citados pelo autor têm como sua mecânica principal a distribuição de recursos e unidades sobre um mapa de proporções continentais ou mesmo mundiais.<sup>689</sup>

Por outro lado, como aponta o autor, justamente por trabalhar a partir de conceitos e de abstrações lúdicas para a representação do passado, estes jogos se assemelham, em vários momentos, ao próprio processo de escrita dos historiadores. Através de seu escopo macroscópico e sua utilização de representações miméticas, consegue representar sistemas econômicos, culturais, políticos e ideológicos de forma mais efetiva do que o estilo de simulação realista, que depende necessariamente de uma atenção à materialidade de objetos do passado. Assim, Chapman afirma que os jogos de simulação conceitual conseguem, através de seus sistemas de regras, traçar argumentos mais complexos sobre o passado.<sup>690</sup>

Indo mais além, o autor argumenta que “simulações conceituais não são apenas (ou mesmo necessariamente) uma simulação do passado em si, mas a simulação do discurso sobre o passado”.<sup>691</sup> No entanto, como aponta Souvik Mukherjee, jogos como a franquia *Empire* e *Civilization*, exemplos claros de simulações conceituais, trazem consigo um discurso sobre o passado que tende a fetichizar e a “gamificar” os processos de dominação imperial – um discurso que pouco tem a ver com a historiografia acadêmica atual. Sob a ótica macroscópica e generalizante, a experiência histórica da periferia dos impérios e a subjetividade das populações colonizadas são invisibilizadas.<sup>692</sup>

O estilo de simulação realista, por sua vez, é caracterizado pela busca de uma autenticidade visual na representação do passado, sem grandes níveis de abstração. Trata-se, nesse sentido, da construção de ambientes digitais que buscam simular de forma fidedigna as evidências físicas do passado e, em certo sentido, fazer o jogador se sentir, efetivamente, vivenciando um mundo passado. Entre os exemplos de jogos que Chapman caracteriza como jogos de simulação realista estão jogos de tiro em primeira pessoa como *Brothers in Arms* e alguns jogos da franquia *Call of Duty*, jogos de corrida como *Grand Prix*

*Legends* e, por fim, os jogos de mundo aberto, como os da franquia *Mafia*, *Red Dead Redemption* e *Assassin's Creed*.<sup>693</sup>

Ao contrário dos jogos de simulação conceitual, os jogos de simulação realista não trabalham em um nível diegético macroscópico, mas sim a um nível de agência individual, experienciando o jogo através da lente de um personagem específico ou um pequeno grupo de personagens. Ou seja, o foco não está na representação do passado enquanto processo, buscando compreender de forma abstrata processos históricos intangíveis, mas sim na construção de uma experiência lúdica e audiovisual de passado que sente autêntica, de forma a gerar ao jogador a ilusão de que está sensorialmente experienciando o passado.<sup>694</sup>

Dessa forma, a construção da ilusão sensorial do passado pelos jogos de simulação realista depende da atenção à materialidade e aos detalhes dos objetos, vestimentas e arquitetura de um determinado período histórico. Trata-se de construir uma experiência audiovisual que alinhe a representação do passado no jogo com o imaginário e as expectativas do jogador em relação ao período representado.

A construção dessa ilusão de sentidos busca sempre promover ao jogador uma “suspensão de descrença”, aquilo que Janet Murray chamará de imersão:

a sensação de estarmos envolvidos por uma realidade completamente estranha, tão diferente quanto a água e o ar, que se apodera de toda nossa atenção, de todo o nosso sistema sensorial.<sup>695</sup>

Nestes jogos, em que a experiência de imersão e o sentimento de autenticidade são chave para o estilo de simulação, o espaço tem um papel muito importante. Enquanto nos jogos de estilo conceitual as cidades são abstrações, muitas vezes de uma forma pastiche, possibilitando ao jogador a construção da Torre Eiffel na capital de um moderno império mongol, os jogos de estilo realista precisam pelo menos dar a impressão de uma recriação exata da arquitetura das cidades e da cronologia dos eventos.

Os jogos de mundo aberto, como o próprio conceito implica, são caracterizados por seus espaços de jogo amplos, geralmente por grandes cidades exploráveis e por áreas de natureza compostas por montanhas, florestas, rios e desertos.<sup>696</sup> Trata-se de colocar no centro da experiência do

jogo a agência dos próprios jogadores. Como aponta o próprio marketing da série *Assassin's Creed*: “o passado é o seu *playground*”.<sup>697</sup> Apesar de esta liberdade e agência dos jogadores ser obviamente limitada pela programação do jogo e o que as mecânicas permitem ou não fazer, os jogos de mundo aberto trazem níveis de interatividade, tamanho e detalhamento que poucos outros meios conseguem atingir.

Assim, a composição destes espaços amplos dos jogos históricos de mundo aberto parece se encaixar perfeitamente no conceito de experiência estética para Gumbrecht, caracterizado por uma “muito carregada simultaneidade de efeitos de sentido e efeitos de presença”.<sup>698</sup> Por um lado, os jogadores são apresentados com caixas de textos, tutoriais e menus com informações sobre o contexto histórico em que o jogo se ambienta e trazendo instruções sobre os aspectos não-diegéticos da jogabilidade (“aperte X para pular”, “aperte R2 para atirar”), todos elementos pertencentes à cultura de sentido. Por outro lado, estes jogos buscam cada vez mais promover momentos de intensidade e fascínio ao dar aos jogadores a ilusão de um transporte sensorial para um mundo passado, através de uma experiência estética interativa que busca produzir efeitos de presença. Em outras palavras, trata-se de um esforço de dar a sensação de tangibilidade para mundos passados através de uma presentificação mediada pelo jogo.<sup>699</sup>

Não à toa, Gumbrecht afirma que as técnicas de presentificação do passado tem como característica principal justamente a espacialização, já que apenas através da disposição espacial que se consegue atingir a ilusão de tocar objetos associados ao passado.<sup>700</sup> E como bem aponta Adam Chapman, mesmo nos mais bem pesquisados e fotorrealistas dos jogos, o “espaço” na verdade se trata de uma “representação espacial projetada para estruturar a jogabilidade e dar um sentido narrativo às ações dos jogadores”.<sup>701</sup>

Como aponta Pedro Telles da Silveira, a preocupação de Gumbrecht ao pensar as relações entre estas experiências estéticas de presentificação do passado e o campo da história está inserida em um argumento mais amplo de uma teoria do tempo histórico.<sup>702</sup> A experiência contemporânea do tempo é marcada de um lado por um futuro inacessível e ameaçador, e do outro, por um passado que não queremos deixar passar. Isto gera, no presente, uma

demanda cada vez maior por aquilo que chama de “culturas de nostalgia”, acompanhadas de técnicas gradualmente mais complexas de presentificação do passado.<sup>703</sup> Assim, entre este futuro inacessível e o passado nostálgico, o presente se torna amplo e expandido, e “acumula diferentes mundos passados em uma esfera de simultaneidade”.<sup>704</sup>

Como apontam Mateus Pereira e Valdei Araújo, Gumbrecht caracteriza de forma bastante pessimista o papel do digital neste presente amplo. Por um lado, o novo cronótopo do presente amplo evidencia um esvaziamento da experiência do tempo tipicamente moderna e dissolve as grandes narrativas.<sup>705</sup> Porém, as novas tecnologias (parte inerente do novo cronótopo) aprofundam a descorporificação do indivíduo e nos colocam um passo mais perto do “sonho cartesiano” de tornar nossa experiência vivida divorciada do espaço do corpo físico.<sup>706</sup>

Sob a ótica do cronótopo, as técnicas de presentificação do passado surgem como uma forma de tentar suprir uma demanda ontológica pela experiência direta (sensorial) do passado, e em um nível mais amplo, do próprio mundo. Um desejo de transcender as “linhas” que limitam nossa vida: o nascimento e a morte.<sup>707</sup> Presos entre estas linhas, cada vez mais buscamos preencher este presente amplo com experiências culturais compostas de “passados” interativos e futuros distópicos.

Para Gumbrecht, as tecnologias contemporâneas de comunicação geram um pessimismo extremo em relação ao papel dos computadores e das redes de informação no cotidiano. Mas, paradoxalmente, os “efeitos especiais” que estas novas mídias proporcionam a capacidade de nos reconectar com aspectos “irreversivelmente não conceituais” de nossas vidas.<sup>708</sup>

O que se pretende com este capítulo é pensar os jogos de mundo aberto de cunho histórico através da perspectiva deste cronótopo gumbrechtiano. Trata-se de pensar a construção destes amplos espaços imersivos como produtos de experiência estética que busca suprir um desejo de presentificação do passado.

### **Red Dead Redemption 2, produção de presença e desaceleração**

*Red Dead Redemption 2*, lançado em 2018, pela produtora Rockstar (criadora de jogos como *Grand Theft Auto*, *Bully* e *L.A. Noire*) desafia os limites do

conceito de imersão e a busca pela simulação realista, sobretudo no que tange a passagem do tempo e a diversão dos jogadores.

Ambientado em 1899, em uma versão ficcional (e, em certos sentidos, paródica) do sul e do oeste dos Estados Unidos, o jogo acompanha um membro de uma gangue de criminosos. Em fuga constante, o protagonista e seu grupo se movem constantemente pelo mapa do jogo, se escondendo em montanhas, vales e florestas. *Red Dead Redemption 2*, assim como seu antecessor, é um jogo de ação que segue diversas das convenções da literatura e dos filmes de velho-oeste, mas que tem narrativa e um cenário com tons de decadência e tragédia. O protagonista e seus aliados resistem ao projeto de modernização e industrialização que marca o ambiente dos EUA na virada do século XIX, onde já não há mais lugar para pistoleiros e “selvagens”. No entanto, no decorrer da narrativa, todos estão fadados a serem caçados e mortos pelas elites locais para dar lugar à civilização.

Assim como no caso da narrativa, as mecânicas do jogo têm, à um nível superficial, características típicas um jogo de ação com assaltos mirabolantes a bancos, perseguições a cavalos e tiroteios no deserto. No entanto, é igualmente composto por mecânicas que buscam produzir momentos de contemplação e criar uma ambientação vívida e detalhada.

A direção de arte, por exemplo, em sua representação da topografia e iluminação das montanhas, florestas, rios e vales dos Estados Unidos, tem inspiração direta das pinturas sublimes do século XIX, em especial a chamada “Escola do Rio Hudson”, com pintores como Frederic Edwin Church, Thomas Moran, Albert Bierstadt e Martin Johnston Heate.<sup>709</sup>

Como é característico deste tipo de pintura, se utiliza do relevo da paisagem junto da iluminação natural na construção da ambientação. Similarmente, o jogo se utiliza de sistemas dinâmicos de iluminação e clima atmosférico, que se alteram conforme passa o tempo, para dar a impressão de vividez e profundidade.

Ao explorar o ambiente do jogo controlando o protagonista, chegando ao topo de um morro e conseguindo ver quilômetros de paisagem, com prados, árvores, lagos e montanhas, o jogador é levado a ter a mesma experiência que Gumbrecht descreve sobre os quadros de outro pintor de quadros sublimes do

século XIX, Caspar David Friedrich: observamos a paisagem a partir da perspectiva do personagem que observa.<sup>710</sup> E, assim como no caso de Friedrich, estes momentos de pura contemplação estética, buscam transportar o jogador para o contato com aquela paisagem, um *stimmung* que busca produzir momentos de intensidade e presença (ou, por que não, imersão) que escapam à interpretação hermenêutica.<sup>711</sup>

Como colocam Atkinson e Parsayi, os jogos de mundo aberto, através de sua espacialização e do foco em dar ao jogador a impressão de que pode explorar livremente, são os jogos mais propensos a gerar estes momentos de contemplação, onde é possível apenas parar e admirar a paisagem, suspendendo por breves momentos a urgência de completar missões, atirar em inimigos ou avançar na narrativa do jogo.<sup>712</sup> O primeiro *Red Dead Redemption*, lançado em 2010, encorajava na própria mecânica estes momentos de calma e contemplação, permitindo com que os jogadores sentassem em bancos e cadeiras espalhados pelo mapa, apesar de isto não trazer nenhuma utilidade prática para o progresso da jogabilidade ou da narrativa.

No segundo jogo da franquia, a desenvolvedora leva isso ao extremo, buscando dar uma vagareza ao progresso da história e para a passagem do tempo, juntamente por uma busca constante em dar peso e materialidade para as ações do personagem e para os objetos com que interage, e emular a experiência de estar vivendo naquele ambiente.<sup>713</sup>

Os exemplos de mecânicas que seguem este princípio são diversos: a barba e o cabelo do protagonista crescem constantemente e, caso o jogador não se dê o trabalho de apará-los em um espelho no acampamento ou indo a um barbeiro, ficarão extremamente longos. O mesmo vale para sujeira: ao longo das viagens, a lama e o barro se acumulam nas roupas e pele do personagem, e apenas tendo acesso a uma banheira poderá se limpar. Isto também tem um peso na própria ambientação: caso esteja muito sujo, personagens próximos irão comentar negativamente sobre o estado deplorável do protagonista.

O próprio ato de caçar animais (neste jogo, são mais de 200 espécies que populam as áreas de natureza do mapa) se transforma numa experiência fora do usual para jogos de mundo aberto. Ao seguir a trilha de um animal e abatê-lo, o jogador não pode simplesmente coletar a carne ou a pele e “adicionar ao

seu inventário". Em primeiro lugar, é preciso esfolar a pele, em uma animação desconfortavelmente detalhada. Com o couro e a carne extraídos, o personagem é obrigado a ou ir andando até uma fogueira carregando os itens em mãos para conseguir cozinar (a própria alimentação é uma parte da mecânica do jogo, permitindo aumentar a quantidade de vida e o fôlego do personagem) ou, caso queira vender os itens, colocar na sela de seu cavalo e ir até uma cidade próxima.

Ao contrário de outros jogos de mundo aberto, não é possível apenas abrir o mapa e se transportar instantaneamente para outro lugar do mapa, nas chamadas mecânicas de *fast travel*. Atravessar o espaço do mapa do jogo, com aproximadamente 75 quilômetros quadrados de área, torna-se uma parte essencial da experiência do jogo, com mecânicas de encontros com animais ou viajantes que ocorrem aleatoriamente e transformam o percurso de ponto A ao ponto B em algo distinto.<sup>714</sup>

Ainda, é possível parar na beira de um rio e pescar, jogar dominó ou poker, desmontar e limpar as armas do personagem ou ajudar os aliados no dia a dia do acampamento levando feno para os cavalos e cortando madeira para a fogueira. Todas estas atividades são completamente opcionais, e, apesar de algumas trazerem pequenos benefícios na jogabilidade, têm como objetivo apresentar aos jogadores uma ampla gama de atividades e opções. Cada uma delas implica em uma desaceleração, e no aprofundamento da imersão do jogador naquele ambiente e naquele contexto histórico ficcional. Em última instância, permite a experiência de por alguns momentos, meramente existir naquele ambiente.

Para além de sua ambientação e o papel da lentidão na jogabilidade, *Red Dead Redemption II* é caracterizado por buscar ao máximo eliminar os elementos não-diegéticos da mecânica do jogo. Ao entrar numa loja para comprar suprimentos (munições para pistolas, chapéus e mesmo óleos para pentear o cabelo), não se abre um menu com o catálogo de opções – o personagem folheia um livro no balcão da loja, escrito e ilustrado no estilo de folhetos comerciais do período.

Ainda, uma das principais mecânicas do jogo também busca dar ao jogador a sensação da materialidade dos objetos com que interage: o diário do

protagonista. Desde os primeiros minutos do jogo, o jogador tem acesso, a qualquer momento, a este diário, bastando apertar um dos botões do controle ou do teclado.

Ao clicar no botão de acesso ao diário, o personagem do jogador para tudo que está fazendo, abre sua bolsa, pega o diário, conforme a câmera se altera para a visão em primeira pessoa (a visão *default* para o jogo é a de terceira pessoa, em que o jogador enxerga sob o ponto de vista de uma “câmera” localizada alguns metros atrás do personagem). Esta mudança para a visão em primeira pessoa, também presente no caso dos catálogos, busca aprofundar o sentimento de imersão do jogador, com seu personagem palmilhando o diário folha a folha, enquanto os sons do ambiente continuam a acontecer, e, conforme o tempo passa, as sombras dos arredores correm sobre o papel.

A cada novo capítulo da história do jogo, o diário vai sendo preenchido pelo protagonista com novas entradas, feitas em caligrafia própria, trazendo perspectivas sobre as ações e pensamentos do protagonista que não aparecem nos diálogos. Nesse sentido, o diário serve como recurso narrativo que aproxima o jogo de outras mídias, em específico dos romances literários ou mesmo das literaturas de viagem.

Para além de servir como uma camada contextual extra para a narrativa do jogo e como artifício para ter acesso aos pensamentos do protagonista, o diário conta com uma mecânica própria e uma certa processualidade. Para além das entradas novas ao final de trechos específicos da narrativa do jogo (a chamada “história principal”), eventos que ocorrem durante a exploração do mundo aberto também são registrados no diário, de forma que, ao final do jogo, jogadores terão diários escritos em ordens e mesmo com um número de páginas diferentes. Ao encontrar um urso no topo das montanhas, ou passar por uma cabana abandonada no meio do pântano, o diário é atualizado com ilustrações ou relatos escritos sobre o acontecimento.

Todos estes aspectos, somados, refletem uma busca, completamente intencional por parte dos desenvolvedores, em simular ao máximo a experiência de estar vivendo naquela região dos EUA do século XIX, ou pelo menos, convencer o jogador da veracidade daquela experiência. Apesar de essa ser uma característica presente em quase todos os jogos históricos de mundo

aberto, como aponta Adam, *Red Dead Redemption II* parece ser uma testagem dos limites de jogos com estilos de simulação realista. A lentidão do ritmo do jogo e a quantidade exorbitante de tarefas demoradas sem um objetivo claro foi justamente uma das críticas comuns ao jogo em seu período de lançamento, como aponta este trecho de um ensaio intitulado “*Red Dead Redemption 2: can a video game be too realistic?*”:

infelizmente, realizar tarefas que simulam o trabalho e viver o ‘dia a dia’ nos jogos pode facilmente testar nossa paciência. Quanto mais perto um jogo chega de qualquer aparência de realidade, maior o jogador percebe suas falhas. Na ‘realidade’, a maioria de nós (pelo menos em um nível básico) pode escolher quando fazer as coisas, executar tarefas de forma livre e orgânica e processar várias sensações enquanto as realizamos (como o peso de um item ou nossa própria força limitada). Em jogos ultrarrealistas, essas expectativas são rapidamente frustradas: pressionamos uma sequência complexa de botões para realizar ações simples (como sacar uma arma), perdemos o controle autoral (e voz) para arcos de história orquestrados (missões definidas de Red Dead), e símbolos de botão visuais tornam-se uma desculpa para a experiência humana. O realismo dentro do jogo é uma propriedade bastante diferente, então, do mundo exterior. O excesso de realismo também contraria o apelo básico dos jogos: escapar, jogar, entrar na fantasia (em outras palavras, o ‘irreal’) e, acima de tudo, se divertir.<sup>715</sup>

Esta crítica aponta em direção a algo que Adam coloca em relação aos jogos com estilos de simulação realista: em última instância, os jogos são vendidos como uma forma de entretenimento, e a recriação perfeita dos eventos do passado, segundo a segunda, mesmo que fosse possível, provavelmente não seria muito atrativa. Poucos jogadores gostariam de passar horas controlando seu personagem enquanto dorme, cozinha, cava trincheiras e participa de batalhas que duram dias, ou mesmo semanas.<sup>716</sup>

A busca por dar materialidade aos objetos e ao cotidiano dos personagens, com espaços e ambientes construídos para trazer momentos desacelerados de contemplação estética e imersão, desafiam a própria lógica do jogo digital enquanto um objeto voltado unicamente para a diversão.

Ao mesmo tempo, é possível pensar o papel destes espaços virtuais amplos e imersivos como um espaço de reflexão e contemplação, em um contexto de ampla aceleração social. Como aponta Hartmut Rosa, as tecnologias contemporâneas têm sido cada vez mais intensamente assimiladas pelos interesses de mercado e contribuído para uma alteração profunda nas relações

sociais com o tempo e com o espaço. Com as inovações técnicas de transporte e comunicação, e com a diminuição das distâncias, o espaço físico se contrai ao ponto de que fenômenos e eventos sociais, são efetivamente *alocais*. Por outro lado, a dissolução das fronteiras entre horário de trabalho e horário de lazer leva a um sentimento generalizado de escassez temporal.<sup>717</sup>

Em um contexto de aceleração social, típico da Modernidade Tardia, Rosa aponta como os “jogos de computador”, junto da televisão, cumprem o papel de trazer gratificação imediata ao consumidor, algo extremamente útil em uma sociedade marcada pela rápida transformação e pelo imediatismo. Mas, curiosamente, o ganho imediato da experiência de assistir televisão durante muitas horas é seguido por períodos de cansaço e mal-humor por parte dos espectadores, e costumeiramente, permanecem por um curto período na memória.<sup>718</sup>

Nesse sentido, Rosa descreve como os jogos são um caso ainda mais intenso do que o da televisão na produção desse fenômeno, em razão de sua alta interatividade, com estímulos e envolvimento constante.<sup>719</sup> Sua explicação para o fenômeno é a de que a dessensualização da experiência (ou seja, uma experiência que é desvincilhada de um componente tátil e olfativo, mediada através de uma tela) e a desconexão dos acontecimentos da tela com qualquer referencial de experiência vivida dos espectadores ou jogadores limitam a formação de memórias de longo prazo e na criação de eventos marcantes.<sup>720</sup>

Enquanto jogos digitais, desde a existência dos primeiros fliperamas até as mais populares modalidades de e-sports de hoje como *League of Legends*, *Fortnite* e *Overwatch*, são de fato marcados por um imediatismo característico dos fenômenos descritos por Rosa, creio que os jogos de mundo aberto aqui analisados, e, em especial, *Red Dead Redemption 2*, desafiam esta lógica. Como aponta Gumbrecht, apesar das tecnologias contemporâneas aproximarem-nos cada vez mais de um processo de desespecialização da experiência de vida e de cada vez mais as telas servirem como barreiras que nos separam do mundo, estas mesmas telas são capazes de gerar um desejo por uma reconexão com a realidade substancial que cada vez mais se afasta.<sup>721</sup>

Na contramão do diagnóstico de Rosa, que coloca a experiência dos “jogos de computador” como uma só, *Red Dead Redemption 2*, em seu foco na

contemplação e na materialidade do passado que digitalmente representa, não parece se adequar a uma experiência imediatista, ou mesmo como sendo descontextualizado de um referente material. Pelo contrário: o jogo tem uma duração que varia de 48 até 80 horas, e como já relatado, o processo de desenvolvimento foi focado em grande parte em entregar uma experiência drasticamente atrelada à fisicalidade dos objetos.<sup>722</sup> O relato abaixo, retirado de um vídeo-ensaio intitulado “*Red Dead Redemption 2: Artificial Loneliness*”, possibilita uma estratégia de reflexão mais compreensiva sobre a experiência da jogabilidade:

acho que há uma resposta bastante óbvia para o motivo de todas essas coisas criarem esse sentimento, pelo menos para mim. Eu sou o que está vivo. E é claro que sou eu, nunca tive a pretensão de que esses mundos virtuais fossem reais. Eu frequentemente faço a piada de que eu escuto podcasts o dia todo porque... Hein? Eu vou ficar sozinho com os meus próprios pensamentos? Muitos jogos funcionam basicamente da mesma maneira. Listas de tarefas infinitas, jogabilidade extremamente rápida. Todas as luzes da cidade estão acesas! Cada ícone no mapa é uma missão! Eles geralmente são superficialmente envolventes a um ponto que eu realmente não tenho que parar e pensar sobre como me sinto. Qualquer coisa para impedir você de pensar: 'o que devo fazer agora? E também, o que estou fazendo em um sentido mais geral?'.<sup>723</sup>

Poderia essa experiência, no lugar de dessensualizada, “nos devolver algumas coisas do mundo”,<sup>724</sup> através de uma espécie de desaceleração por meio de efeitos de presença?

É por isso que essas experiências [em *Red Dead Redemption 2*] se destacam tanto para mim. O que eles me deram é espaço sem objetivos, tempo sem cronômetro. É surpreendente não ouvirmos o que fazer em uma mídia que basicamente criada para nos dar o que fazer. O que resta sou eu e como me relaciono com o mundo, não como uma ferramenta para cumprir missões, mas apenas como uma coisa viva neste planeta. É tão simples quanto ter tempo para refletir. Eu sou tão avesso a gastar tempo refletindo, buscando aquele silêncio, que eu tive que literalmente ser sequestrado pra dentro de um jogo de sucesso que custou 300 milhões de dólares. Mas, na verdade, isso me fez buscar mais isso na vida real. Fazer caminhadas sem companheiro, ir a um concerto sozinho. Dar ao *Tinder* um pouco de tempo para se conhecer. Este vídeo é se chama ‘Solidão Artificial’, que eu sei que soa uns 7 graus diferentes de negatividade. Mas eu não poderia estar mais grato por esse tipo de espaço e essa falta de estrutura. Um lembrete de que você nem sempre precisa de pessoas para te orientarem, nem sempre precisa calcular qual das duas estradas o levará através da floresta um minuto mais rápido. As coisas não precisam estar constantemente acontecendo para lembrá-lo de estar vivo. Esses mundos podem ser artificiais, o isolamento codificado, a escuridão uma ilusão. Mas o sentimento é real. E é um sentimento que estou aprendendo a acolher.<sup>725</sup>

Assim, usando outro conceito de Rosa, é possível pensar na experiência contemplativa e intencionalmente lenta de *Red Dead Redemption 2* como um meio de “desaceleração intencional”. Nesse sentido, é possível pensar o jogo como uma encenação ou uma simulação estético-artística de uma experiência do tempo já inacessível para a ampla maioria das pessoas na Modernidade Tardia.<sup>726</sup> Assim como se simula a arquitetura, roupas e demais aspectos materiais e espaciais do passado, também é possível pensar na simulação da própria experiência de tempo pertencente a este passado. Não a simulação de um “discurso sobre o passado”, mas experenciar, mesmo que por momentos efêmeros, a sensação de um mundo menos acelerado.<sup>727</sup>

Não se trata de tentar reverter, através destas experiências estéticas promovidas pelos jogos de mundo aberto, o fluxo amplo da aceleração social (como descreve Rosa) ou do processo de desespacialização da experiência vivida (como descreve Gumbrecht). Se trata da busca por um alívio temporário, uma experiência paliativa de reação às pressões destes fenômenos. Os jogos de mundo aberto, assim, serviriam como ilhas digitais de desaceleração e reespacialização, muitas vezes com uma complexidade técnica e artística formidável – cercadas de um contexto mais amplo de aceleração e desespacialização.<sup>728</sup>

### **Produção acelerada: o fenômeno do *crunch* no desenvolvimento de jogos**

A análise feita até aqui buscou demonstrar o fenômeno do avanço dos jogos de mundo aberto em direção à imersão, a espacialização e também a desaceleração da experiência dos jogadores, compreendendo-o através das categorias de análise de Hans Gumbrecht e Hartmut Rosa. No entanto, esta última parte do capítulo é dedicada não para análise da jogabilidade destes jogos, mas sim para refletir sobre o processo de seu desenvolvimento, focando no contexto da indústria de jogos frente às demandas temporais de trabalho no mundo contemporâneo - aquilo que Rosa chamará de o “motor econômico” da aceleração social.<sup>729</sup>

Se *Red Dead Redemption 2* busca incessantemente promover uma relação desacelerada entre os jogadores e o ambiente do jogo, o mesmo não pode ser dito sobre a relação dos trabalhadores que participaram do desenvolvimento e produção dele. O desenvolvimento do jogo, que durou mais de 8 anos e

envolveu mais de 2 mil trabalhadores, foi marcado por longas horas de trabalho extra não-remunerado, uma prática relativamente comum na indústria dos jogos, intitulada *crunch*.<sup>730</sup>

Como aponta o trabalho de Cote e Harris, a cultura de *crunch*, longe de ser um fenômeno novo, está presente na indústria dos jogos há décadas, sacrificando o bem-estar dos trabalhadores em favor do cumprimento de *deadlines* e as janelas de lançamento dos jogos.<sup>731</sup> Apesar do surgimento na última década de movimentos sindicais de desenvolvedores de jogos como o *Game Workers Unite* (GWU) que combatem a prática, casos recentes como o próprio *Red Dead Redemption 2* e o de *Cyberpunk 2077* demonstram que a prática está longe de ser desnaturalizada, muito menos abolida.<sup>732</sup> Somado a isso, a prevalência de contratos de confidencialidade assinados pelos trabalhadores ao iniciar o trabalho nas empresas, dificultam o levantamento de números concretos e análises mais apuradas sobre os abusos que ocorrem na indústria.<sup>733</sup>

O *crunch* é um fenômeno típico das novas relações entre trabalho e tempo conforme descritas por Hartmut Rosa: o tempo de trabalho dos desenvolvedores não está mais ligado a um tempo de trabalho fixo, mas sim a metas, tarefas e projetos específicos. O *crunch* sujeita o tempo de trabalho dos trabalhadores não mais a um relógio ou um horário de trabalho, mas às demandas temporais específicas das empresas produtoras de jogos, que por sua vez seguem o ritmo da lógica de competição do mercado, das expectativas do público consumidor e das campanhas de marketing.<sup>734</sup>

Voltando ao exemplo de *Red Dead Redemption 2*, relatos de alguns dos desenvolvedores envolvidos na produção do jogo falam que, durante os períodos de alta pressão para dar conta de prazos, as semanas de trabalho partiam das 40 horas padrão e iam para um extremo de jornadas de até 80 horas semanais.<sup>735</sup> Ainda há uma diferenciação dentro da indústria entre os desenvolvedores fixos (com salários anuais, sem hora extra remunerada) e os desenvolvedores com contratos temporários (que ganham por hora trabalhada, mas com contratos de curta duração).

Neste sentido, o fenômeno do *crunch* pode ser pensado como um evidente sintoma daquilo que Rosa chama de “*des-diferenciação* espacial e temporal entre trabalho e vida, ou entre tempo de trabalho e tempo livre”.<sup>736</sup> Ainda, a

presença massiva de funcionários com contratos temporários na indústria atesta outro aspecto descrito por Rosa: um mercado de trabalho marcado pelas múltiplas trocas de profissão, e empregos com cada vez menor duração e maior mobilidade.<sup>737</sup> Este fenômeno da instabilidade profissional passa também pela valorização cada vez maior da flexibilização profissional – mesmo que essa flexibilização cotidianamente signifique a perda também de direitos trabalhistas.

Assim, é relevante pensar como os sistemas, mecânicas, códigos e processos que compõem os jogos e que geram os ambientes imersivos capazes de produzir as experiências de presentificação e desaceleração, estão envoltos dentro deste contexto mais amplo de flexibilização e pressão aceleratória do mercado de trabalho.

Não à toa, Adam Chapman cunha o termo de *developer-historians* (desenvolvedores-historiadores) para descrever os designers, roteiristas e demais pessoas envolvidas no desenvolvimento de jogos digitais históricos. Gumbrecht afirma que o desejo pela presentificação do passado pouco tem a ver com o projeto tradicional da história acadêmica.<sup>738</sup> Soma-se a isso o diagnóstico de Jurandir Malerba de que, para além dos jogos digitais, as últimas décadas têm sido marcadas pela produção intensa de produtos das mais diversas mídias sobre o passado – em detrimento das estruturas de legitimação do conhecimento histórico tradicional:

a disponibilidade de uma ampla rede de difusão de conhecimento histórico, como os canais e livros populares de história, biografias, exposições, *websites*, documentários, filmes e séries de fundo histórico veiculados em televisão e cinema, para nomear só alguns, muitas vezes implica que *qualquer um* detém autoridade e é responsável – o que significa, de modo inverso, que *ninguém* é responsável e detém a autoridade sobre o conhecimento histórico. O sucesso de mercado, as tiragens, as cifras de venda e o reconhecimento do público (consumidor) passam a ser as bitolas com que se mede a qualidade do conhecimento, em detrimento das tradicionais instâncias de legitimação do saber acadêmico como as conhecíamos desde a estruturação da moderna universidade: as bancas, os *peer reviewers* das revistas e editoras, os congressos, consultores *ad hoc* e assim por diante.<sup>739</sup>

No entanto, mesmo que se concorde com a tese de um possível esgotamento do projeto da história disciplinar (ou pelo menos o esgotamento de sua legitimidade perante o público), isto não implica em defender o seu total abandono em favor de toda e qualquer “história popular”, incluindo os

jogos digitais. O esforço que se faz necessário é mais complexo: é preciso reconhecer as limitações da história disciplinar e os potenciais trazidos pelas novas mídias e tecnologias para novas formas de atuação, sem nunca perder de vista as estruturas de sucateamento e exploração do trabalho que caracterizam nosso(s) tempo(s).

### **Jogos citados:**

ASSASSIN'S CREED. Montreal: *Ubisoft*, 2007 (jogo eletrônico).

BROTHERS IN ARMS. Frisco: *Gearbox*, 2005 (jogo eletrônico).

BULLY. Vancouver: *Rockstar Games*, 2006 (jogo eletrônico).

CALL OF DUTY. Santa Monica: *Activision*, 2003 (jogo eletrônico).

CIVILIZATION. Baltimore: *MicroProse*, 1991 (jogo eletrônico).

CYBERPUNK 2077. Wroclaw: *CD Projekt Red*, 2020 (jogo eletrônico).

DEMOCRACY. Guildford: *Positech Games*, 2005 (jogo eletrônico).

EUROPA UNIVERSALIS. Stockholm: *Paradox Interactive*, 2000 (jogo eletrônico).

FORTNITE. Cary: *Epic Games*, 2017 (jogo eletrônico).

GRAND PRIX LEGENDS. Los Angeles: *Sierra Entertainment*, 1998 (jogo eletrônico).

GRAND THEFT AUTO. San Andreas. New York: *Rockstar Games*, 2004 (jogo eletrônico).

HALF-LIFE: Alyx. Bellevue: *Valve*, 2020 (jogo eletrônico).

L. A. NOIRE. New York: *Rockstar Games*, 2011 (jogo eletrônico).

LEAGUE OF LEGENDS. Los Angeles: *Riot Games*, 2009 (jogo eletrônico).

MAFIA III. Novato: *2k Games*, 2016 (jogo eletrônico).

OVERWATCH. Irvine: *Blizzard*, 2016 (jogo eletrônico).

RED DEAD REDEMPTION. New York: *Rockstar Games*, 2010 (jogo eletrônico).

RED DEAD REDEMPTION 2. New York: *Rockstar Games*, 2018 (jogo eletrônico).

RISE OF NATIONS. Timonium: *Big Huge Games*, 2003 (jogo eletrônico).

# *O passado como espaço de recriação virtual: as mídias digitais e a virada espacial na historiografia*

*Gabriel José Pochapski<sup>740</sup>*

Não se pode ignorar que as mudanças tecnológicas deram outros contornos para as relações entre o conhecimento histórico e os espaços. Estes efeitos podem ser percebidos de forma recorrente, seja na consulta eletrônica de mapas elaborados em períodos anteriores, bem como na recriação virtual de estruturas arquitetônicas e de fragmentos da cultura material. De modo semelhante, em meio ao crescente uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), utilizados no georreferenciamento de localizações e dinâmicas ocorridas no passado, diversos historiadores e historiadoras passaram a discutir como o exercício de espacialização permite elaborar novas perspectivas para a prática historiográfica. Estas reflexões não somente impactaram campos como a história ambiental ou urbana, mas também suscitaram abordagens para investigações de temas variados, especialmente a partir do uso de escalas, redes e recortes formados via programação eletrônica.<sup>741</sup>

Um fator central para esses olhares diz respeito à condição de produção das informações e a sua adaptação eletrônica para uma perspectiva espacial. Tal mudança somente foi possível em decorrência da capacidade de armazenamento e de circulação simultânea das mídias digitais, compreendidas por Manovich como o resultado da transformação de informações convencionais em arquivos de linguagem computacional.<sup>742</sup> Com a aptidão de serem sistematizadas em bancos de dados ou de serem criadas e editadas virtualmente, as mídias digitais impulsionaram o desenvolvimento de novas percepções históricas sobre os espaços, sobretudo por romperem com a concepção estática das espacialidades.

Diferente dos modelos científicos herdados da filosofia moderna, que consideravam o tempo enquanto sinônimo da mobilidade e o espaço como

fixidez, o uso das mídias digitais propiciou deslocamentos para formas mais dinâmicas de espacialização. Kümin e Usborne consideram que isso significou uma abertura para que as aproximações entre o digital e o espacial pudessem dialogar ou se inserir em tendências que procuram ressignificar os espaços na historiografia, principalmente nas propostas que constituem a chamada *spatial turn* ou virada espacial.<sup>743</sup>

Diferente da geo-história braudeliana, que considerava o espaço como um suporte para o estudo do tempo, as discussões que emergiram nas três últimas décadas buscam dar significados mais complexos para o papel das espacialidades. Para Warf e Arias, este empenho pode ser inserido em uma confluência de diversas Ciências Humanas, que procuram entender o espaço como uma categoria central para a produção do conhecimento. Assim, “sob várias perspectivas, estes saberes afirmam que o espaço é uma construção social relevante para a compreensão das diferentes histórias humanas e para a produção de fenômenos culturais”.<sup>744</sup>

No caso do saber histórico, pode-se considerar que a virada espacial não instiga necessariamente o desenvolvimento de uma “história dos espaços”, mas propõe pensar a “história com os espaços”, o que representa uma oportunidade de superação teórico-metodológica dos limites dicotômicos entre tempo e espaço.<sup>745</sup> Um dos resultados dessa proposta é a recorrente instrumentalização de categorias espaciais para a análise da temporalidade, em especial nos estudos históricos que definem os objetivos dos seus trabalhos como “cartografar”, “mapear” ou “localizar” os objetos e temas pesquisados. Ora, não seriam estas as mesmas prerrogativas afirmadas por muitos profissionais que buscam se utilizar das novas tecnologias?

É justamente diante desse cenário que se desdobra o debate das aproximações e dos distanciamentos entre as mídias digitais e a virada espacial na historiografia. Afinal, o uso das mídias digitais promove uma nova forma de compreender as espacialidades no conhecimento histórico? As mídias digitais são essenciais para o exercício de uma virada espacial? Ou, de modo inverso, pode-se pensar em uma virada espacial em história sem considerar os aparatos digitais?

A partir destes questionamentos, pretende-se, aqui, ainda que de forma

sucinta, discutir em que medida o advento das novas mídias, suas formas de arquivamento e a percepção do passado que elas produzem se articulam com as propostas de ressignificação histórica dos espaços. Considera-se que este objetivo pode ser contemplado pelo estudo de diferentes posições historiográficas, cujos debates se desdobram em questões teórico-metodológicas referentes à espacialização como forma de conhecimento sobre o passado; à adaptação das informações para uma perspectiva espacial; e às reconfigurações que essas mudanças promovem no olhar para o arquivo.

### **Digital e o espacial na historiografia recente**

Ao proporem uma introdução à virada espacial, Beat Kümin e Cornelie Usborne destacaram a presença dos aparatos digitais como um tema incontornável nas discussões sobre o espaço no saber histórico. Entretanto, a argumentação dessas autoras acaba por nos dar indícios de uma situação paradoxal acerca dessa convergência. Vejamos: por um lado, Kümin e Usborne compreendem que as razões de incluir o debate digital nos estudos sobre a virada espacial são decorrentes dos impactos que as novas tecnologias provocaram no cotidiano da pesquisa em história. Tal aspecto estaria especialmente ligado ao uso das ferramentas desenvolvidas para a criação, cruzamento e disseminação de dados referentes aos espaços em outros regimes temporais, ou nas novas oportunidades advindas do trabalho com plataformas virtuais e com programas de modelagem em 3D.<sup>746</sup>

Por outro lado, ao conduzirem seu texto para o âmbito da virada espacial, Kümin e Usborne indicam um panorama menos estável para o debate, a começar pela própria utilização do termo “virada”. Para as autoras, “alguns estudiosos têm reservas legítimas sobre a promulgação de “modas” conceituais em constante mudança”.<sup>747</sup> Esta postura se dá devido ao uso recorrente de noções como “virada linguística”, “virada imagética”, “giro afetivo”, entre outras, ou pela consideração de muitos profissionais de que a virada espacial não promoveu rupturas efetivas nas condições de produção do conhecimento histórico.

Ao mesmo tempo em que constataram a importância atribuída aos recursos digitais, notadamente pelas mudanças cotidianas provocadas por esses aparatos, Kümin e Usborne também descreveram uma rejeição à virada

espacial, tida como uma mera repetição de noções que seriam permanentes na historiografia. Tal circunstância torna-se ambígua, pois, por exemplo, permite afirmar que recursos como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), produziram alterações práticas nos estudos acerca do passado, mas, simultaneamente, considera que as concepções teóricas sobre os espaços se mantiveram inalteradas.

Essa situação instaura o debate sobre as relações entre a história e os espaços no contexto das mídias digitais em dois lados supostamente separados: um, de ordem prática, que se refere à mudança no cotidiano do trabalho histórico diante das ferramentas digitais; e outro, de ordem teórica, diz respeito à permanência estável de categorias como tempo ou espaço no advento das novas tecnologias. Esta circunstância paradoxal resulta em um equivocado entendimento de que a dimensão teórica se encontra completamente afastada da dimensão da prática, como se os impactos práticos das mídias digitais não demandassem reflexões teóricas sobre a história e os espaços.

Uma posição crítica diante da configuração divisória entre a teoria e a prática é suscitada pelos questionamentos propostos por Pedro Telles da Silveira. Este autor interroga o destaque que muitos interessados pela temática digital atribuem às mudanças de ordem cotidiana, de modo a ignorar ou desconsiderar os problemas teóricos.

a recorrência das descrições do cotidiano da pesquisa – seja no presente, seja no passado – não indica uma tendência dos historiadores e historiadoras que utilizam as tecnologias digitais em reproduzir a separação entre teoria e prática, como se os aspectos pragmáticos da pesquisa histórica não escondessem também problemas teóricos, ou as questões teóricas não abrissem possibilidades práticas de realização? [...] Eu preciso descrever os impactos das novas tecnologias sobre o conhecimento histórico tomando por base o cotidiano da pesquisa histórica e, com isso, encenar mais uma vez a separação entre teoria e prática, mudança e permanência, ou posso encontrar outro caminho na elaboração de um discurso sobre a história, a história digital e as novas mídias?<sup>748</sup>

As questões colocadas por Silveira apontam a necessidade de produzir vias alternativas, que sigam além da condição ambígua constatada por Kümin e Usborne. Ao invés da separação entre a teoria e a prática, seria relevante perceber como as convergências entre as mídias digitais e a virada espacial

instigam problemas conjuntos acerca do trabalho e das categorias que constituem o saber histórico.

Um direcionamento nesse sentido pode ser observado desde a década de 1990, quando as ligações entre as mídias digitais e a virada espacial eram delineadas em torno da problemática da localização dos saberes. Foi durante esse período que, sob a perspectiva do espaço, historiadores como David Livingstone ou Denis Cosgrove apontaram a pertinência de considerar as distâncias, as disposições ou os posicionamentos como categorias espaciais relacionadas com a prática historiadora. Para Livingstone, a virada espacial assinalava um momento de espacializar a disciplina História em pesquisas e discussões que procuravam mapear e localizar as racialidades.<sup>749</sup> Já para Cosgrove, tratava-se uma oportunidade para o “reconhecimento de que posição e contexto são centrais e estão inevitavelmente implicados em todas as construções do conhecimento”.<sup>750</sup>

Antes de novos métodos ou ferramentas, repensar o espaço significava interrogar os locais a partir dos quais o conhecimento sobre o passado era constituído. Esse exercício ofereceu um suporte fundamental para críticas referentes à globalidade e à localidade das produções acadêmicas, bem como estimulou a atenção para institutos, bibliotecas, universidades, arquivos e outros espaços por vezes naturalizados nos estudos históricos. Embora o empenho dessa proposta se relacione com a dimensão espacial das condições do trabalho historiográfico, esta preocupação não esteve somente restrita aos interessados na virada espacial. Torna-se importante perceber que a problemática da localização também se fez presente nos debates sobre o domínio digital.

Ao mencionar as publicações que Edward Ayers, Roy Rosenzweig e Daniel J. Cohen realizaram na década de 1990, Silveira afirma que o impacto dos aparatos digitais, principalmente a possibilidade de construção virtual de arquivos, foi considerado como um desafio para os autores daquela década. Se a predominância dos acervos físicos e das produções no campo universitário ganharam novos contornos, as análises realizadas por Silveira permitem compreender, de forma direta ou indireta, que o modelo de arquivo digital despertou questões sobre as dinâmicas de circulação do conhecimento

histórico; sobre a redução da figura de autoridade acadêmica; ou sobre a ausência de critérios ligados à qualidade dos dados disponibilizados.<sup>751</sup>

Diante desse cenário, é impossível ignorar que o domínio digital instaurou um panorama complexo no que diz respeito à localização do saber histórico e seus modelos de constituição. Ao contrário de um espaço físico preciso, a emergência dos suportes digitais promoveu aquilo que John Patts considerou como uma invasão do geográfico pelo virtual. Neste caso, a organização espacial que anteriormente era definida pela localização física e institucional, passou a ser mediada por critérios como a capacidade de circulação, acesso e compartilhamento de dados.<sup>752</sup> Isso alterou significativamente as condições de produção e de distribuição das informações, bem como modificou os arranjos entre a história e os espaços no contexto das novas formas de arquivamento, como iremos discutir adiante.

Além do interesse pela questão dos espaços de localização do saber histórico e suas mudanças, os debates sobre a virada espacial e as mídias digitais podem ser aproximados pelo advento do ciberespaço. Este espaço digital colocou em discussão as fronteiras entre o real e o virtual, o próximo e o distante, o material e o imaterial, o que tornou possível a construção de espacialidades múltiplas, polivalentes e fragmentadas, que demandam novos olhares para formas até então convencionais de conceber não só o espaço, mas igualmente o tempo.<sup>753</sup>

Como foi mencionado no início do texto, as mídias digitais ocasionaram uma ruptura com as representações do espaço vigentes na historiografia. Ao invés dos modelos herdados do pensamento cartesiano, que definiu o tempo e o espaço como dicotomias, ou das influências kantianas e hegelianas, que privilegiaram a concepção dinâmica de temporalidade em detrimento do modelo estático de espacialidade, os aparatos digitais estabeleceram a abertura para um entendimento conjunto do tempo e do espaço caracterizado pelo movimento.

Richard White é um dos historiadores que se aproxima dessa percepção ao defender que a presença dos aparatos digitais na “história espacial” é incontornável. Para ele, a articulação do tempo com o espaço em um olhar dinâmico, marcado pelo movimento, somente se torna plausível com a

exploração eletrônica do banco de dados e a criação de visualizações por ferramentas computacionais. Em meio a este encontro do digital com o espacial, emerge outra compreensão teórico-metodológica dos espaços na história, onde se pode considerar que

as relações espaciais são estabelecidas através do movimento de pessoas, plantas, animais, bens e informações. Seria estúpido argumentar que narrativas e mapas não podem representar o movimento. A história da trilha do Oregon, dos mapas de C. J. Minard, da invasão da Rússia por Napoleão, representam o movimento. Fazemos o uso de dispositivos para a história espacial, para mapas e textos que são críticos das representações do espaço.<sup>754</sup>

Perceber o espaço como movimento redireciona a atenção para processos e fenômenos que seriam imperceptíveis em uma concepção estática. Mais do que um mero suporte estável para a ação do tempo, a convergência dos espaços com as mídias digitais ofereceu uma abertura para que o passado pudesse ser recriado virtualmente em simultaneidades espaços-temporais. Isso significa a adaptação computacional das informações históricas para uma perspectiva espacializada, composta por mapas, redes e traçados que compõem um conjunto dinâmico, onde as rupturas ocorridas no tempo são indissociáveis da produção de diversos tipos de espaços e suas transformações.

Pode-se notar que o uso das mídias digitais não ocasionou somente a introdução de novas ferramentas de trabalho, mas deslocou a própria atribuição conceitual da historiografia acerca do espaço. Assim, os efeitos do encontro entre as novas mídias e a virada espacial apontam para um olhar que ultrapassa o afastamento entre a teoria e a prática, tendo em vista que esta convergência provoca impactos conjuntos de ordem teórico-metodológica. Um exemplo dessas mudanças pode ser observado a partir da própria argumentação de Richard White, que considera que as aproximações entre o domínio digital, a história e os espaços possibilitam criar narrativas e mapas que expressam o movimento.<sup>755</sup> Mesmo que este historiador mencione as narrativas, é possível constatar que as exposições restantes no texto não retornam a elas. O destaque feito por White, nesse caso, concentra-se nos mapeamentos computacionais, nas projeções georreferenciadas de acontecimentos ou nos quadros que intercalam cronologias e dados geográficos.

A ausência da questão da narrativa sinaliza um indício das mudanças teórico-metodológicas operadas pelas novas mídias e suas relações com os espaços na historiografia recente. Não se pode ignorar que, anterior ao aparato digital, as articulações entre a história e os espaços eram expressas narrativamente. Embora os mapas pudessem ser utilizados como recursos imagéticos complementares da narrativa, as informações de ordem espacial não exprimiam a condição de explicação e de análise do passado.<sup>756</sup> Já no contexto de convergência histórica entre o digital e o espacial, operações como ver, compor quadros, traçar diagramas ou fazer sobreposições de dados em linguagem cartográfica passaram a serem práticas cada vez mais comuns. É em meio a estas particularidades que emergem debates sobre a espacialização como modo de conhecimento histórico e sobre a adaptação das informações para a perspectiva espacial.

### **A espacialização do passado: distanciamentos, mapas e visualizações**

Em *Distant Reading*, Franco Moretti se aproximou dos aparatos digitais para realizar um esforço de espacialização histórica da literatura. Afastando-se das tendências literárias que defendiam a proximidade, isto é, o estudo detalhado de exemplares únicos ou de um conjunto restrito de textos, Moretti considerou que a distância não era um empecilho analítico. Ao contrário do modelo predominante do *close reading* ou “leitura fechada”, este autor fez uso de um amplo banco de dados digitais para compor a *distant reading*: uma leitura afastada que permite concentrar unidades muito maiores que o texto.<sup>757</sup> Para o crítico literário, o distanciamento ou a “leitura distante”, propicia a observação de novos contornos para os problemas de estudo, o que viabiliza a exploração de tendências literárias, mudanças em estilos narrativos ou em formas vocabulares que seriam opacas em outras abordagens.

O modelo de distanciamento proposto por Moretti parte de análises comparativas e do cruzamento de informações em abrangentes sistemas de dados. Este complexo referencial quantitativo permite o estudo das transformações qualitativas dos temas, tropos e gêneros literários, cujas mudanças podem ser constantemente reconfiguradas pela combinação cronológica. No entanto, não é somente no exercício de distanciamento que as relações traçadas entre a espacialização e as mídias digitais se manifestam.

Torna-se importante ressaltar que a leitura afastada de um vasto banco de dados eletrônicos também diz respeito à questão da forma explicativa.

Em *A Literatura vista de longe*, Moretti procurou aprofundar este traço da “leitura distante”, dando ênfase para as visibilidades que o distanciamento permite realizar. Entre informações dispostas sob a forma de cartografias, linhas e modelos arbóreos, este crítico literário analisou a evolução das variações literárias, o nascimento e o desaparecimento de subgêneros, ou o ressurgimento dos romances em suas singularidades espaços-temporais.<sup>758</sup> Seja em pesquisas sobre a França após o processo revolucionário, ou nos Estados Unidos e no Brasil do final do século XIX, a articulação do banco de dados com o espaço implicou em um modelo explicativo marcado por visualidades, onde os dados são traduzidos e apresentados em triangulações, redes, círculos, campos binários ou multipolares.

Moretti entende que as informações de diferentes formatos, sejam elas textuais ou numéricas, tornam-se mapas e formas imagéticas que podem ter referências que não necessariamente representam o mundo geográfico existente. O autor ressalta:

não que os mapas constituem já em si mesmos uma explicação, mas, pelo menos, nos oferecem um modelo do universo narrativo que reordena, de modo não óbvio, os componentes e destes pode fazer emergir os *pattern* ocultos.<sup>759</sup>

Mais do que uma adaptação dos dados a um espaço referente ao real, as mídias digitais propiciaram a elaboração de mapas abstratos como proposta explicativa. Tal exercício de espacialização é composto por diagramas e desenhos inventados, cujas formas apontam para as relações que o autor busca ressaltar ou perceber.

Por outro lado, embora a transformação das informações em modelos espacializantes possa ser entendida como um efeito das mudanças tecnológicas, esse redirecionamento foi simultâneo às propostas de ressignificação histórica dos espaços. Em um artigo publicado na *Annales HSS*, no ano de 1995, Dominique Pestre já havia apontado a espacialização como uma ruptura nas formas de produção dos saberes contemporâneos. Para este historiador, tido como um dos precursores da virada espacial, a partir de 1980, seria possível notar nas humanidades e no campo literário um

encaminhamento para a dimensão do espaço que se fazia presente nos objetos, problemas, conceitos, formas narrativas e vocabulários científicos.<sup>760</sup>

Ainda que a proposta de abertura para modelos espacializantes tenha sido apresentada por Moretti, Pestre permite estabelecer esta perspectiva em um contexto epistemológico mais amplo ao afirmar que “uma tendência seriam as abordagens que espacializam o conhecimento e constroem um tipo de cartografia por meio da padronização de práticas”.<sup>761</sup> Na sua compreensão, operações como cartografar, demarcar ou delinear se transformaram em práticas não mais restritas ao saber geográfico, pois se expandiram para as diferentes disciplinas, produzindo efeitos nas relações dessas áreas com os seus temas e procedimentos de pesquisa.

O argumento que Pestre apresentou pode ser entendido como uma espécie de diagnóstico das modificações percebidas no início da década de 1990. Longe de estar isolado, este olhar ganhou novos desdobramentos nos anos seguintes, quando historiadores como Philip Ethington defenderam uma concepção espacializada do tempo passado. Este autor parte do entendimento de que o passado poderia ser considerado como um conjunto de espaços criados pelos indivíduos, o que lhe instigou a afirmar que a história seria o mapa desses locais. Para além dos vestígios arqueológicos, dos fragmentos da cultura material ou dos patrimônios e monumentos, os efeitos do passado estariam inscritos em todas as espacialidades físicas e simbólicas que constituem o presente. Assim, argumenta o historiador, “o conhecimento do passado é literalmente cartográfico: um mapeamento dos lugares da história indexados às coordenadas do espaço-tempo”.<sup>762</sup>

Sob esse ponto de vista, Ethington concebe que fazer a história seria uma operação cartográfica alternativa ao exercício narrativo. Embora afirme a relevância das produções de nomes como Hayden White, o autor considera que a divisão da historiografia em “tropos” apresentou o entendimento da narrativa como a única forma de organizar os dados sobre o passado. Seria uma tarefa fundamental, portanto, espacializar a história deslocando-se da narratividade, pois “as figuras infinitamente possíveis da cartografia não podem ser reduzidas à forma narrativa”.<sup>763</sup> Isso exigiria o trabalho de abertura para que os “trópicos meta-históricos” pudessesem também ser transformados

naquilo que chamou de “topologias do passado”.

Mesmo que os aparatos digitais estejam ausentes das discussões de Pestre e Ethington, não se pode desconsiderar que as suas reflexões sobre a virada espacial dialogam com os efeitos provocados pelas novas mídias. Assim como estes autores mencionam a elaboração de cartografias, figuras e topologias visuais como modos de explicação histórica, o contexto de convergência do digital com o espacial igualmente se direcionou para o domínio das visualidades. Um dos recursos que sinaliza este encontro foi o Sistema de Informação Geográfica (SIG), que se tornou uma das principais ferramentas para explorar e apresentar dados a partir do georreferenciamento histórico. Ralph Kingston descreve que o SIG promoveu uma integração de informações de ordem linguística ou numérica, adaptando-as em uma visualidade espacial criada virtualmente. Desta forma, os georreferenciamentos contribuíram para a produção de uma vasta gama de mapeamentos, inclusive aplicados a espaços e configurações geográficas inexistentes no presente.<sup>764</sup>

O uso do SIG esteve diretamente ligado à emergência e à elaboração de espaços navegáveis, que configuram dinâmicas interativas pelo cruzamento e nivelamento do banco de dados. A partir desta recombinação, abre-se uma multiplicidade de visualizações que podem ser alteradas conforme o interesse de análise. A título de exemplo, é nessa direção que se destaca o laboratório *Spatial History Project*, da Universidade de Stanford, que faz uso do SIG e dos georreferenciamentos para alterar a escala, a distribuição das informações e a exposição visual das temáticas históricas estudadas.<sup>765</sup>

Laboratórios como o *Spatial History Project* podem ser considerados como locais de encontro entre os profissionais interessados na virada espacial e nos aparatos digitais. Todavia, a sua existência ou o uso de programas computacionais específicos não assinala um olhar homogêneo no campo histórico. Os apontamentos feitos por Kümin e Usborne destacam que diversos pesquisadores compreendem as novas ferramentas computacionais como uma continuidade de atividades já realizadas anteriormente, sem qualquer alteração no entendimento do espaço na prática historiadora.<sup>766</sup>

Uma dessas posturas se faz presente nas críticas feitas por Von Lünen, que considera que a virada espacial e as mídias digitais não ocasionaram

transformações efetivas. Este historiador defende que há uma euforia exagerada nos debates sobre as informações históricas digitalizadas e geograficamente referenciadas, o que teria tornado o espaço uma espécie de palavra de ordem nos estudos históricos dos últimos anos.

Como em todas as ‘viradas’ disciplinares anteriores, os historiadores da virada espacial estão olhando além dos limites de sua disciplina para encontrar inspiração e impulso para seu trabalho. No entanto, como nas outras rotações, resta saber se a história espacial e os sistemas de informação geográfica (SIG) terão um efeito duradouro no assunto acadêmico da História. Embora todas essas reviravoltas (virada icônica, virada linguística, virada cultural, etc.) tenham impressionado a História, elas afirmaram seus principais métodos, em vez de contestá-la.<sup>767</sup>

Conforme Von Lünen, mesmo que as “viradas” do século XX buscassem novos modelos explicativos, o saber histórico sempre teria sido alvo de “viagens” que propiciavam retornos de mãos vazias. Ainda que o uso de ferramentas como SIG propiciassem um maior envolvimento crítico com as fontes documentais, possivelmente pela capacidade de exposição dos dados, nem a virada espacial ou qualquer outra tendência teria transformado o que seria o essencial do trabalho historiográfico: a ida aos arquivos e a necessidade da análise de documentos.<sup>768</sup> Pode-se notar que as críticas desenvolvidas por Von Lünen recaem na já descrita visão de que existe um afastamento supostamente abismal entre a teoria e a prática. Em grande medida, o autor concebe a existência de certa estabilidade no trabalho com o suporte documental, o que o faz sugerir que esta relação permaneceu sem ser afetada pelas discussões teóricas sobre o espaço ou pelas mudanças tecnológicas das últimas décadas.

Este posicionamento de permanência é muito distinto das aberturas apresentadas por estudiosos como Lev Manovich, que defende a ocorrência de uma transformação radical dos espaços no regime das operações computacionais. No quinto capítulo do livro *The Language of New Media*, parte em que se dedicou ao estudo da temática da forma, Manovich aponta que a organização dos dados cibernéticos promove uma mudança na compreensão do que é a experiência humana com os espaços e com a dimensão material do mundo.<sup>769</sup> Em suas análises, a inserção do espaço em bases computacionais não pode ser percebida somente como uma visualidade, uma forma explicativa ou uma reprodução do espaço real na virtualidade. Pelo contrário, ao ser

adaptada ao âmbito digital, a dimensão do espaço se transforma e perde todos os seus aspectos físicos, pois,

pela primeira vez, o espaço se torna um tipo de mídia. Assim como outros tipos de mídia – áudio, vídeo, fotos e texto – ele pode ser transmitido, armazenado e recuperado com êxito; reformatado, transmitido, filtrado, computado, programado e interagido.<sup>770</sup>

Esta dinâmica traça olhares importantes para os debates interessados nas aproximações entre os espaços e as mídias digitais na historiografia. Ao invés da concepção espacial física e palpável dos documentos escritos, mapas, formações arquitetônicas ou vestígios arqueológicos, os espaços adaptados ao domínio computacional se transformam em mídias resultantes da conversão de dados eletrônicos, desconectando-se, assim, de qualquer materialidade. Nesse caso, longe da permanência do trabalho histórico com o arquivo, tal como argumentou Von Lünen, a inserção de documentos no plano virtual constitui um banco de dados aberto a novos horizontes de compartilhamento e de cruzamento de informações.

Em meio a estes aspectos, as relações dos espaços com os aparatos digitais ganham novos contornos, tendo em vista que o próprio modo de disposição dos dados armazenados ocorre sob a forma de mapeamentos, transposições e representações espaciais, conforme ressalta Silveira.<sup>771</sup> Diante disso, a espacialidade passa a ser o suporte virtual para o armazenamento de banco de dados (fontes documentais), bem como das interfaces que permitem escalas cronológicas e geográficas, cruzamentos de informações ou ferramentas de recriação virtual do passado. Silveira aponta que é em torno destas dinâmicas que o espaço adquire características de programabilidade, em que as representações espaciais se tornam funções computacionais que dizem respeito ao arquivo.<sup>772</sup>

### **Os espaços e as formas de arquivamento digital**

O estudo das práticas de avaliação de arquivos e das condições de escrita da história que a elas se articulam, realizado por Mario Wimmer, sinalizou importantes mudanças decorrentes da presença dos aparatos digitais. Diferente dos modelos de arquivo constituídos no século XIX, quando predominavam os materiais em papel e os critérios avaliativos pautados pela

possibilidade de inclusão, a emergência dos suportes digitais e das formas de arquivamento sem precedentes, redirecionaram a atenção para o atual fenômeno da “arquiação hiperbólica”.<sup>773</sup> Este contexto técnico, onde tudo pode se tornar um arquivo de armazenamento digital, suscita questões relevantes para o presente capítulo, uma vez que a desmaterialização e a interface espacial do banco de dados ligam o espaço ao âmbito do arquivo histórico.

Autores como Ralf Kingston descrevem que todas as visualizações decorrentes da articulação entre o tempo, o espaço e as ferramentas digitais são inseparáveis de um banco de dados. A capacidade de dinamismo desses aparatos demandou uma programação conjunta das informações armazenadas e dos comandos eletrônicos que as ordenam. Esta instrumentalização dos diferentes dados a partir de um arquivo digital, colocou a História em uma situação semelhante ao campo da Arquitetura, que necessitou debater os seus pressupostos disciplinares após o impacto dos recursos de planejamento virtual e da demanda constante pela alimentação do banco de informações. Assim como na Arquitetura, as convergências entre o digital e o espacial no conhecimento histórico não promoveram somente alterações banais, mas deram outros significados para as categorias e os procedimentos definidos como estáveis.<sup>774</sup>

Apesar desse panorama de transformações, vimos anteriormente que Von Lünen, em seu balanço sobre o uso historiográfico dos recursos digitais, minimizou os efeitos das novas ferramentas apoiando-se na fixidez da atuação disciplinar. Para o autor, a funcionalidade desses suportes não estaria relacionada com a virada espacial, da qual se considera um crítico, mas com a capacidade de envolver intensamente o investigador com a documentação. Assim, qualquer passo para além disso resultaria em modismos.

Deixando de lado todos esses debates sobre positivismo, pós-modernismo ou objetividade, a metodologia básica do historiador permanece inalterada: ir ao arquivo, vasculhar documentos antigos, compará-los, destilá-los e redigir suas conclusões.<sup>775</sup>

Von Lünen manifesta uma percepção inalterável das relações com o arquivo, tido como um espaço para o qual é possível se deslocar e “vasculhar documentos”. Este olhar se insere em uma concepção tradicional, na qual os

arquivos podem ser entendidos como “o local físico onde os dados são acumulados, após um processo de coleta, conservação e classificação”.<sup>776</sup> Contudo, como já ressaltamos, a perda da materialidade e a transformação dos espaços em um tipo de mídia sinalizam uma mudança radical, pois o arquivo e o trabalho nele realizado passaram a ganhar novas características com o advento dos meios virtuais e computacionais. “Ir ao arquivo”, operação descrita por Von Lünen, torna-se cada vez mais substituída por “acessar o arquivo”. O espaço físico que outrora oferecia o suporte para as formas de arquivamento, passou a ser gradualmente uma espécie de espaço virtual, ordenado por termos como “fluxo”, “memória disponível”, “compartilhamento” ou “autorização de acesso”.

Mais do que um espaço físico/institucional, o arquivo é composto por enunciados que abrangem os sistemas de arquivamento, isto é, as regras que definem a relevância ou o descarte das documentações. Esta capacidade classificadora, ou melhor, esta funcionalidade que constitui o arquivo, também não se encontra afastada das mudanças proporcionadas pelos processos tecnológicos recentes.<sup>777</sup> No caso das aproximações entre a história, os espaços e as mídias digitais, compreender o arquivo a partir da funcionalidade implica em perceber que a disposição dos dados reconfigura os enunciados possíveis no saber histórico.

Autores como Michel Foucault oferecem importantes apontamentos para estas ligações entre os enunciados e os arquivos. Para o filósofo, o arquivo não é percebido como o conjunto de materiais e fragmentos que compõem os acervos, e sim como aquilo que permite o aparecimento e o desaparecimento de enunciados. O arquivo seria uma função comandada por regras que possibilitam ou não uma determinada enunciabilidade, que tornam possível que algo seja dito ou visto.

Eu chamaria de arquivo não a totalidade dos textos que foram preservados por uma civilização, nem o conjunto das marcas que se puderam salvar de suas ruínas, mas o jogo de regras que determinam, em uma cultura, o surgimento e o desaparecimento de enunciados, sua reminiscência e eliminação, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas.<sup>778</sup>

Sistema delimitador de tudo aquilo que pode se tornar uma enunciação, o arquivo é a possibilidade de que um enunciado possa emergir, produzindo

sentidos e efeitos. Ele apresenta uma funcionalidade, isto é, uma função-arquivo, que se configura como a condição daquilo que pode ser exposto, proferido e formulado em uma dada época.<sup>779</sup> Tal ponto de vista estimula a atenção para as enunciações possíveis entre a função-arquivo e as mídias digitais em história, especialmente por considerarmos que o espaço ocupa um papel central nesta dinâmica.

Se as condições de produção dos enunciados historiográficos atuais são mediadas pelo aparato digital, como percebe Silveira, a análise das características que se manifestam nas novas mídias indica que, antes da base de dados e das formas de interação ou compartilhamento, o principal domínio desses suportes é o da espacialidade. Este historiador constata que, “ultrapassando os arquivos digitais, muitos projetos de aplicação das tecnologias digitais à historiografia ou às humanidades são, grosso modo, mapas e/ou representações espaciais”.<sup>780</sup>

Partindo desse argumento, a espacialidade pode ser tida como o principal suporte para dispor as mídias digitais. Do mesmo modo que os documentos históricos são transformados em mídias, a espacialização torna-se a função-arquivo, pois permite enunciar ou definir a disposição dos materiais, além de dar novas visibilidades para as informações disponíveis. É em meio a esta funcionalidade do arquivo que as fontes documentais – agora mídias – podem ser organizadas e reordenadas em mapas, redes, linhas e posições georreferenciadas, que subtraem, inserem, recombinam e reposicionam os dados referentes ao passado.

Mesmo que o SIG possa ser tido como um exemplo da visibilidade espacial promovida pela interação entre o arquivo digital e a história, essa articulação pode se fazer presente em outros temas e materiais de pesquisa que não demandam o uso do geoprocessamento. Um projeto com essa característica é o *Mapping of Republic of Letters*, da Universidade de Stanford, que investiga a circulação das correspondências dos grandes nomes do Iluminismo e o deslocamento de suas ideias, entre os séculos XVII e XVIII.<sup>781</sup> Na proposta desenvolvida por esse projeto, o percurso de centenas de cartas digitalizadas é referenciado geograficamente, enquanto as ideias descritas em seus conteúdos resultam em redes e diagramas que podem ser consultadas pelo pesquisador.

O uso de mapas, linhas e traçados gráficos referentes às cartas e às ideias, assinalam uma enunciação que toma o espaço não apenas como uma forma ilustrativa. Ao invés disso, a própria interface cartográfica com que o arquivo é apresentado denota o espaço como a possibilidade da história no domínio virtual. Silveira capta com potência esta característica da articulação entre os espaços e os bancos de dados ao afirmar que:

a disposição espacial não é mais simplesmente uma estratégia explicativa, como na visualização de dados e o uso de gráficos nas humanidades digitais, mas o meio através do qual a representação ocorre.<sup>782</sup>

Essa explicação nos faz considerar que os múltiplos contornos da dimensão espacial se circunscrevem tanto nos modelos expositivos dos dados, como na própria condição procedural de armazenamento dos arquivos digitais.

Indispensável para que a prática historiadora possa ocorrer, a espacialização das informações arquivadas em escalas de espaço e tempo abre a oportunidade de produzir enunciações que podem ser reordenadas e rearranjadas constantemente. Ao analisarmos esta dinâmica à luz da interpretação foucaultiana sobre a função-arquivo,<sup>783</sup> percebe-se que uma mesma sequência de dados pode ser utilizada para a produção de um número inesgotável de perspectivas e problemas. A alteração espacial e cronológica dos materiais armazenados, portanto, sempre resultará em enunciados singulares, já que o dinamismo decorre dessa capacidade de combinações que a função-arquivo possui.

Ainda que o conteúdo de uma mídia digital arquivada possa ser repetível, é a sua disposição no conjunto do banco de dados que define o aparecimento e desaparecimento de enunciações possíveis. Neste caso, o arquivo ou a mídia armazenada se inserem em uma abertura de polivalências e coexistências, já que as posições atribuídas a estes dados podem apresentar variações. A partir dessa funcionalidade do arquivo, ou da capacidade de interrogar o posicionamento dos seus dados, se apresenta um horizonte que demanda novos olhares da historiografia.

### **Considerações finais**

As relações entre a virada espacial e as mídias digitais emergem como uma questão teórico-metodológica pertinente para o conhecimento histórico atual.

O capítulo aqui apresentado buscou estabelecer alguns contornos desta problemática, definindo como o seu fio condutor a compreensão de que os aparatos digitais deram novos olhares para as espacialidades em nossa disciplina. Neste direcionamento, tornou-se necessário analisar as posições de diferentes autores, buscando perceber de que maneira as novas ferramentas suscitam convergências e divergências com as propostas de espacialização.

As diversas percepções sobre as mídias digitais e a virada espacial foram desdobradas em três eixos de análise: os efeitos teórico/metodológicos, a espacialização como possibilidade de conhecimento histórico e, por fim, as formas espaciais do arquivamento. Embora várias singularidades resultem da presença conjunta do digital com o espacial, estes três eixos indicam algumas das principais discussões presentes entre os historiadores e historiadoras que se interessam pelos espaços e pelas novas mídias.

Mesmo que as investigações conjuntas sobre a virada espacial e o impacto dos aparatos digitais tenham sido impulsionadas nos últimos anos, os trabalhos produzidos não significam uma unidade nos argumentos. As constatações feitas indicam a presença de divergências entre autores que localizam tais mudanças somente em aspectos procedimentais, ou outros que situam as ressignificações do espaço como prerrogativas teóricas, sem qualquer efeito prático. Alguns casos também tornam possível perceber a defesa de um completo afastamento entre a virada espacial e os instrumentos digitais, tendo em vista a compreensão de que o SIG ou os programas computacionais não alterariam os procedimentos supostamente estáveis no trabalho historiográfico.

Por outro lado, diversos profissionais preocupados com a problemática digital não ignoram a questão das espacialidades em seus trabalhos. Nesta direção, é interessante notar como os argumentos de autores como Richard White dialogam com as propostas defendidas por percussores da virada espacial, tais como Denis Cosgrove e Dominique Pestre. As semelhanças entre estas aproximações podem ser percebidas na crítica às representações dualistas entre o tempo e o espaço; no entendimento de que estas transformações necessitam ser debatidas conjuntamente no plano teórico-metodológico; ou, indo além, na afirmação de que os modelos explicativos marcados por

visualidades demandam a análise sobre o papel que a narrativa irá ocupar na prática historiadora.

Diante disso, poderíamos perceber a defesa de uma estabilidade procedural do arquivo como uma espécie de reação às rupturas provocadas pelas mídias digitais? Ou também se trata de uma resposta à necessidade de que os espaços sejam repensados na historiografia? Como vimos, é no entrelaçar destes questionamentos que operações espaciais como “redimensionar”, “posicionar em um plano digital” ou “armazenar em um banco de dados” reconfiguram o trabalho e a concepção histórica que se possui sobre o arquivo e suas formas de armazenamento. Estas mudanças não significam a defesa de um uso acrítico das mídias digitais ou das prerrogativas da virada espacial, mas sinalizam que estas novas questões demandam, antes de tudo, um exercício urgente de diagnóstico, debate e reflexão.

---

<sup>1</sup> Cf. NICODEMO, Thiago. *História digital e arquivo: as formas históricas no mundo contemporâneo*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019. Disponível [https://www.academia.edu/40255015/Hist%C3%ADria\\_Digital\\_e\\_Arquivo\\_As\\_Formas\\_Hist%C3%ADricas\\_d\\_o\\_Mundo\\_Contempor%C3%A2neo\\_Curso\\_de\\_P%C3%BDs\\_Gradua%C3%A7%C3%A3o\\_UNICAMP](https://www.academia.edu/40255015/Hist%C3%ADria_Digital_e_Arquivo_As_Formas_Hist%C3%ADricas_d_o_Mundo_Contempor%C3%A2neo_Curso_de_P%C3%BDs_Gradua%C3%A7%C3%A3o_UNICAMP). Acesso em: 1 abr. 2021.

<sup>2</sup> Cf. CENTRO de Humanidades Digitais - IFCH Unicamp. *Estimulando pesquisas no campo das humanidades digitais*. Disponível em: <http://www.chd.ifch.unicamp.br/>

<sup>3</sup> Cf. LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro Telles da; NICODEMO, Thiago Lima. Nunca fomos tão úteis. *Esboços*, v. 27, n. 45, p. 166, mai./ago. 2020.

<sup>4</sup> Dentre muitos, por exemplo: Cf. ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique. Reconfigurações do tempo histórico: presenteísmo, atualismo e solidão na modernidade digital. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1-2, p. 270-297, jan./dez. 2016; SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias: crítica da razão histórica digital*. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018; NICODEMO, Thiago Lima; CARDOSO, Oldimar. Metahistory for (Ro)bots: Historical Knowledge in the Artificial Intelligence Era. *História da Historiografia*, v. 12, n. 29, p. 17-52, 2019.

<sup>5</sup> Dentre muitos, por exemplo: GUIMARÃES, Camila Dantas. *O passado em bits - memórias e histórias da internet*. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008; LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. *História Oral*, v. 17, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2014; SÁ, Antônio Fernando de Araújo de. Admirável campo novo: o profissional de história e a internet. *Tempo Presente*, a. 3, n. 7, 2008; WORCMAN, Karen; GARDE-HANSEN, Joanne. *Social memory technology: theory, practice, action*. Nova Iorque: Routledge, 2016; LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História digital: Reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabélo; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

<sup>6</sup> NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, mai. 2015.

7. Como iniciativas dessa natureza, pode-se mencionar, por exemplo: O ESCRIBA Café, 2004. Disponível em: <https://www.escribacafe.com>; CAFÉ História, 2008. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br>; O blog LEITURA ObrigaHISTÓRIA, 2009. Disponível em: <https://leituraobrigahistoria.blogspot.com>; NERDOLOGIA, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/nerdologia>; O blog ACERVO do Conhecimento Histórico, 2015. Disponível em: <https://achistorico.blogspot.com>; A revista HH MAGAZINE, 2018. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br>.

8 Cf. BUSA, Roberto. *Corpus Thomisticum*. Disponível em: <http://www.corpusthomisticum.org/it/index.age>. Acesso em: 10 jan. 2020

9 Cf. ALLIANCE of Digital Humanities Organizations. Disponível em: <https://adho.org/conference>. Acesso em: 10 jan. 2020.

10 Parecido com a forma como um garimpeiro separa a lama para encontrar pepitas de ouro, a mineração de dados é o processo de peneirar grandes conjuntos de dados para encontrar informações pertinentes que poderiam ser usadas com um propósito específico. Como uma subdisciplina da ciência da computação, a mineração de dados se resume basicamente em padrões. Cf. KASPERSKY. *Data Mining*. Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/definitions/data-mining>. Acesso em: 11 jan. 2020.

11 Cf. ALLIANCE of Digital Humanities Organizations. *Digital Humanities Curriculum Seminar*. Disponível em: <http://www.iath.virginia.edu/hcs/dhcs/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

12 Foi de 1.128 aparições em 117.207 livros em 2001, para 24.098 aparições em 206.272 em 2008. Ver: [https://books.google.com/ngrams/graph?content=Digital+Humanities%2Chumanities+computing%2C&year\\_start=1800&year\\_end=2019&corpus=26&smoothing=3&direct\\_url=tr%3B%2CDigital%20Humanities%3B%2Cco%3B.tr%3B%2Chumanities%20co%2Cmputing%3B%2Cco](https://books.google.com/ngrams/graph?content=Digital+Humanities%2Chumanities+computing%2C&year_start=1800&year_end=2019&corpus=26&smoothing=3&direct_url=tr%3B%2CDigital%20Humanities%3B%2Cco%3B.tr%3B%2Chumanities%20co%2Cmputing%3B%2Cco). Acesso em: 12 jan. 2020.

13 Cf. THE Humanities and Technology Camp. 2012. Disponível em: <https://tcp.hypotheses.org/497>. Acesso em: 13 jan. 2020.

14 Cf. CENTRE for Digital Humanities do University College London. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/infostudies/melissa-terras/DigitalHumanitiesInfographic.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

15 Cf. LABORATÓRIO de Imagem e Som. *Sobre o laboratório*. Disponível em: <https://lahis.furg.br/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

16 ROTA, A. Ramon. Culturas Históricas e Narrativas Didáticas: uma comparação da coleção didática de Sérgio B. Holanda com Raízes do Brasil. *Revista de Educação Histórica*, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2014.

17 Cf. LABORATÓRIO Liber. *Página inicial*. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

18 Cf. INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. *Histórico*. Disponível em: <https://ibict.br/sobre-o-ibict/historico>. Acesso em: 14 jan. 2020.

19 Cf. INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://ibict.br/sobre-o-ibict/atuacao>. Acesso em: 14 jan. 2020.

20 Cf. FUNDAÇÃO Getúlio Vargas - CPDOC. *Projetos*. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/laboratorios/lhud#div\\_projetos](https://cpdoc.fgv.br/laboratorios/lhud#div_projetos). Acesso em: 14 jan. 2020.

21 Cf. LABORATÓRIO de Humanidades Digitais & Documentação Terminológica. *O que fazemos no Laboratório*. Disponível em: <https://ladocufs.com.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

22 Cf. LABORATÓRIO de Culturas e Humanidade Digitais. *Sobre*. Disponível em: <https://labcult.eci.ufmg.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

23 Cf. GRUPO de Pesquisa Tema Didático. Linhas de pesquisa. Disponível em: <https://temadidatico.ufsc.br/linhasdepesquisa/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

24 Cf. MEDIALAB. Disponível em: <http://medialabufrj.net/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

25 Cf. LABORATÓRIO de Preservação e Gestão de Acervos Digitais. *Sobre*. Disponível em: <https://labogad.uniriotec.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

26 Cf. LABORATÓRIO de Preservação e Gestão de Acervos Digitais. Disponível em: <https://labogad.uniriotec.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

27 Cf. MEDIALAB. Disponível em: <https://www.medialab.ufg.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

28 Cf. INSTITUTO de estudos avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/grupos-de-estudo/grupo-de-estudos-humanidades-computacionais>.

Acesso em: 15 jan. 2020.

29 Cf. ASSOCIAÇÃO das Humanidades Digitais. Disponível em: <https://ahdig.wordpress.com/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

30 Cf. PLATAFORMA Humanidades - uma plataforma de divulgação e fomento de produção acadêmica na área de Humanidades. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.institutoconex.org>. Acesso em: 15 jan. 2020.

31 Cf. INTERNETLAB pesquisa em direito e tecnologia. Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

32 Cf. LABORATÓRIO de Humanidades Digitais. Disponível em: <http://www.labhd.ufba.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

33 ALVES, Daniel Ribeiro. As Digital Humanities como uma comunidade de práticas: entrevista com o professor Daniel Alves (IHC/NOVA FCSH). Entrevistado por AQUINO, Israel. *Revista Aedos*, v. 12, n. 22, p. 742, ago. 2020.

34 Cf. PAWLICKA-DEGER, U. The Laboratory Turn: Exploring Discourses, Landscapes, and Models of Humanities Labs. *Digital Humanities Quarterly*, v. 14, n. 3, 2020. Disponível em: <http://digitalhumanities.org/dhq/vol/14/3/000466/000466.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

35 Cf. PAWLICKA-DEGER, U. The Laboratory Turn... *Op. cit.*

36 Ver: HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. *Sci. stud.* São Paulo, v. 5, n. 3, jul./ set. 2007.

37 VARGAS, Milton. *Para uma filosofia da tecnologia*. São Paulo: Alfa - Omega, 1994, p. 19.

38 Cf. NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: SOBRINHO, Noéli Correia de Melo. *Escritos sobre História*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

39 Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. São Paulo: Editora Puc, 2006, p. 53.

40 O único trabalho publicado em vida Ludwig Wittgenstein, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, foi discutido pelos frequentadores do Círculo de Viena, apesar do autor não concordar com a leitura da crítica. Posteriormente, em 1967, Richard Rorty organizou um livro intitulado *Virada Linguística*: ensaios de método filosófico, analisando as transformações do científico após o incremento da linguística moderna. A publicação póstuma de Wittgenstein chamada *Investigações Filosóficas* teve outro impacto considerável nas ciências, superando a busca pela lógica subjacente na linguagem, ao perceber que a linguagem não possui essência. Ver: VON WRIGHT, Georg Henrik; WAISMANN, Friedrich. *Ludwig Wittgenstein and The Vienna Circle*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 1984; RORTY, Richard (org.). *The linguistic turn: essays in philosophical method*. Chicago: University of Chicago Press, 1992; AQUINO, Thiago. *A descoberta do cotidiano: Heidegger, Wittgenstein e o problema da linguagem*. São Paulo: Loyola, 2018.

41 Segundo Schuback, Heidegger utilizou palavras cotidianas do idioma alemão, como *Dasein*, para definir a existência do homem, então a nomenclatura pre-sença tem objetivo o mesmo sem maiores perdas conceituais. Cf. SCHUBACK, Márcia Sá C. A perplexidade da presença. In: HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

42 Cf. HEIDEGGER, Martin. Parágrafo 5. *Ser e Tempo*. Campinas: Unicamp, 2012.

43 Cf. ALLINGTON, Danielle; BROUILLETTE, Sarah; GOLUMBIA, David. *Neoliberal Tools (and Archives): a Political History of Digital Humanities*. Los Angeles Review of books, 2016. Disponível em:

<https://lareviewofbooks.org/article/neoliberal-tools-archives-political-history-digital-humanities>. Acesso em: 23 jan. 2021.

44. POSNER, Miriam. What's Next: The Radical, Unrealized Potential of Digital Humanities. In: GOLD, Matthew; KLEIN, Lauren. *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016, p. 32-36.

45. Cf. DA, Nan Z. The Computational Case against Computational Literary Studies. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 45, 2019.

46. Cf. ADELMAN, Jeremy. *What is global history now?* Aeon, 2017. Disponível em: <https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>. Acesso em: 9 out. 2020.

47. FIORMONTE, Domenico. Toward a Cultural Critique of Digital Humanities. In: GOLD, Matthew; KLEIN, Lauren (ed.). *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016, p. 440-451.

48. ROSENZWEIG, Roy. *Clio Wired: the future of the past in the digital age*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011, p. 22. [Tradução nossa].

49. ALVES, Daniel Ribeiro. As Digital Humanities como uma comunidade de práticas: entrevista com o professor Daniel Alves (IHC/NOVA FCSH)... *Op. cit.*, p. 747.

50. GIL, Tiago Luis. "Our own in-house" software: una Historia de historiadores programadores. In: BRESCIANO, Juán André; GIL, Tiago Luis (org.). *La historiografía ante el giro digital: reflexiones teóricas e prácticas metodológicas*. Buenos Aires: Ediciones Cruz del Sur, 2015, p. 113-156.

51. MAYNARD, Dilton. Passado Eletrônico: notas sobre história digital. *Acervo*, v. 29, n. 2, p. 106, jul./dez. 2016.

52. Embora não compartilhemos desta leitura, vale destacar que há autores, como Stephen Robertson, que indicam a necessidade de uma decomposição disciplinar das humanidades digitais - com destaque à história digital. Ver: ROBERTSON, Stephen. The Differences between Digital Humanities and Digital History... *Op. cit.*, p. 289-307.

53. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*, São Paulo: Intermeios, 2019, 67.

54. SABHARWAL, Arjun. *Digital Curation in the Digital Humanities. Preserving and Promoting Archival and Special Collections*. Waltham: Chandos Publishing, 2015, p. 32-35.

55. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos...* *Op. cit.*, p. 58.

56. WIMMER, Mario. The Present as Future Past: Anonymous History of Historical Times. *Storia della Storiografia*, n. 68, p. 165-183, 2015.

57. FICKERS, Andreas. Towards A New Digital Historicism? Doing History In The Age Of Abundance. *Journal of European History and Culture*, v. 1, n. 1, p. 19-26, 2012.

58. Ver: BRÜGGER, Niels; SCHROEDER, Ralph (ed.). *The Web as History. Using Web Archives to Understand the Past and the Present*. Londres: UCL Press, 2017.

59. VALENTE, Mariana Giorgetti. Introdução. Notas gerais sobre a digitalização de acervos no Brasil. In: FREITAS, Bruna Castanheiras de; VALENTE, Mariana Giorgetti. *Memórias digitais: o estado da digitalização de acervos no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 7.

60. COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 62-67.

61. Ver: NICODEMO, Thiago Lima; SILVEIRA, Pedro Telles, MARINO, Ian Kisil. *Digital Resources: Digital Informal Archives in Contemporary Brazil*. Oxford Research Encyclopedia of Latin American History. Oxford: Oxford University Press, 2021, p. 1-24; AUERBACH, Adam. Informal Archives: Historical Narratives and the Preservation of Paper in India's Urban Slums. *Studies in Comparative International Development*, v. 53, 2018, p. 343-364.

62. Cf. LADURIE, Emmanuel Le Roy. *La fin des érudits*. Le Nouvel Observateur, Paris, 8 mai. 1968.

63 Cf. PARISER, Eli. *The filter bubble – What the internet is hiding from you*. New York: Penguin Books, 2011.

64 Ver: EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019; MELLO, Patrícia Campos. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

65 Cf. ROSENZWEIG, Roy. *Can History Be Open Source? Wikipedia And The Future Of The Past*. *The Journal of American History*, Bloomington, jun. 2006.

66 Destaca-se especialmente, também, a disputa de narrativas envolvendo a empresa Brasil Paralelo, que trabalha pela revisão historiográfica de eventos da história brasileira em uma perspectiva política conservadora. Ver: SAYURI, Juliana. Brasil Paralelo faz ‘guerra de edições’ e disputa narrativas na Wikipédia. *Tab.UOL*, 9 set. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/09/guerra-de-edicoes-a-disputa-politica-de-narrativas-na-wikipedia.htm>. Acesso em: 3 fev. 2020.

67 Cf. GULDI, Jo; ARMITAGE, David. *The History Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

68 Cf. MORETTI, Franco. *Distant reading*. Edinburgh: Verso, 2013.

69 Cf. MANOVICH, Lev. *Software takes command: extending the language of new media*. New York: Bloomsbury, 2013; *Idem. The Language of New Media*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 2001.

70 Cf. MANOVICH, Lev. *Software takes command...* *Op. cit.*; *Idem. The Language of New Media...* *Op. cit.*; HAN, Byung-Chul. *No Enxame - perspectivas do digital*. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

71 Uma versão anterior deste texto foi apresentada na forma de conferência na Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Assis, em maio de 2018. Para este volume, o texto foi revisado e ampliado.

72 Doutor em História pela Unesp. Professor de Teoria da História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

73 LADURIE, Emmanuel Le Roy. *La fin des érudits*. *Le Nouvel Observateur*, Paris, 8 de maio de 1968. O texto foi reeditado como “*L'historien et l'ordinateur*” em LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Le Territoire de l'Historien*. Paris: Gallimard, 1973, ver p. 13-14 para a citação.

74 Cf. ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

75 Cf. LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Le Territoire de l'Historien...* *Op. cit.*

76 Cf. PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Trad. de Monica de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

77 BALHANA, Altiva PIlatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. O Emprego de Computadores na História. *Revista de História*, São Paulo, v. 46, n. 94, p. 641-644, [s. d.].

78 *Ibidem*, p. 641.

79 *Ibidem*, p. 644.

80 Para uma excelente reflexão sobre o impacto da inteligência artificial no conhecimento histórico, ver NICODEMO, Thiago Lima; CARDOSO, Oldimar. *Metahistory for (Ro)bots: Historical Knowledge in the Artificial Intelligence Era*. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 17-52, 2019.

81 DOSSE, François. Maio de 68: efeitos da história e sobre a história. In: DOSSE, François. *A História à Prova do Tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 123.

82 CERTEAU, Michel de. A história, ciência e ficção. In: CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 55. [Texto de 1986].

83 Pedro Telles da Silveira é um dos autores que vêm sublinhando em falas recentes os perigos de abraçar as novas fronteiras do digital sem uma reflexão epistemológica aprofundada sobre o impacto desse deslocamento para o conhecimento produzido pelos historiadores.

84 CAMERON, William Bruce. *Informal Sociology: a Casual Introduction to Sociological Thinking*.

New York: Random House, 1963, p. 13. A frase, transformada em meme, é frequentemente atribuída a Albert Einstein.

85 Cf. GULDI, Jo; ARMITAGE, David. *The History Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. A obra, disponível em acesso aberto pela editora da Universidade de Cambridge, foi traduzida no Brasil por Modesto Florenzano e publicado pela Editora Autêntica.

86 LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre história e historiografia digital. *Boletim Historiar*, São Cristóvão, n. 2, p. 45-57, 2014; *Idem. Digital History e Storiografia Digitale*: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011). Dissertação (Mestrado em História Comparada). Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

87 CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 165-188, 2014. Nesse sentido, esta coletânea parece ser uma oportunidade muito bem-vinda de impulsionar a reflexão em torno desses problemas.

88 TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e Informática. In: CARDOSO, Ciro Flammarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 305.

89 Ver, por exemplo, LUCCHESI, Anita. Digital History e Storiografia Digitale... *Op. cit.*; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? In: MAUAD, Ana Maria et al. (org.). *Que História Pública Queremos?* Belo Horizonte: Letra & Voz, 2018, p. 169-174; SILVEIRA, Pedro Telles da. From Instant History to the Infinite Archive: Digital Archiving, Memory and the Practical Past at the Roy Rosenzweig Center for History and New Media. *Historein*, Atenas, v. 17, n. 2, 2018. Disponível em: <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/historein/article/view/10964>. Acesso em: 25 out. 2020; NICODEMO, Thiago Lima; CARDOSO, Oldimar. Metahistory for (Ro)bots... *Op. cit.*

90 Ver, por exemplo, SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John (ed.). *A New Companion to Digital Humanities*. Malden: Wiley-Blackwell, 2016; GOLD, Matthew K. (ed.). *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012; NYHAN, Julianne; FLINN, Andrew. *Computation and the Humanities: Towards an Oral History of Digital Humanities*. Cham: Springer, 2016.

91 Cf. WEINGART, Scott. “Digital History” can never be new. *The scottbot irregular*, 2 mai. 2016. Disponível em: <https://scottbot.net/digital-history-can-never-be-new/>. Acesso em: 22 mai. 2018. [Tradução livre].

92 *Ibidem*.

93 Cf. CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: do Leitor ao Navegador*. Trad. de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial/ Editora da Unesp, 1998; DARNTON, Robert. *A Questão dos Livros: Passado, Presente e Futuro*. Trad. de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

94 LANDSBERG, Alison. Digital Translations of the Past. In: LANDSBERG, Alison. *Engaging the Past: mass culture and the production of historical knowledge*. New York: Columbia University Press, 2015, p. 147-176.

95 KLEINBERG, Ethan. The Analog Ceiling. In: KLEINBERG, Ethan. *Haunting History: for a deconstructive approach to the past*. Stanford: Stanford University Press, 2017, p. 115-133.

96 CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu login... *Op. cit.*, p. 183.

97 FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Os Bancos de Dados, os Arquivos Digitais e o Papel do Historiador. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 240-251, 2015.

98 Doutorado em andamento na Universidade Estadual de Campinas. Pesquisador do Centro de Humanidades Digitais IFCH-Unicamp.

99 MAYNARD, Dilton. Passado Eletrônico: notas sobre história digital. *Acervo*, v. 29, n. 2, p. 105 et seq., jul./dez. 2016.

100 Cf. SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias: crítica da razão histórica digital*.

Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, p. 13-19.

101 MOROZOV, Evgeny. *To save everything click here*. Nova Iorque: PublicAffairs, 2013, p. 5. [Tradução nossa].

102 MOROZOV, Evgeny. *To save everything click here... Op. cit.*, p. 1 et seq.

103 *Ibidem.*, p. 9-14.

104 *Ibidem*, p. 6. [Tradução nossa].

105 Ver: MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

106 MOROZOV, Evgeny. *To save everything click here... Op. cit.*, p. 7 et seq.

107 O mérito obvio, porém, é a ampla difusão das suas ideias.

108 Ver: MARINO, Ian Kisil. A história e as mídias digitais na experiência do Instituto Museu da Pessoa. *Revista Aedos*, v. 12, n. 26, p. 262-292, 2020.

109 WORCMAN, Karen. Nossas Memórias, Nossas Histórias. Ou de como as bibliotecas podem usar e abusar do Museu da Pessoa, uma grande ‘humanoteca’. *Museu da Pessoa*, São Paulo, 2017, p. 1 et seq.

110 Segundo o *website*, o Museu conta com mais de vinte mil depoimentos e sessenta e dois mil documentos e fotos em seu acervo. Há duzentos e oitenta e um projetos já realizados, com oitenta e seis exposições, oitenta publicações e oito exposições permanentes e centros de memória. Sua atuação social no ensino básico – em projetos em parceria com instituições públicas e do terceiro setor – conta com mais de quatro mil professores, cinquenta e dois mil estudantes, profissionais e lideranças comunitárias, em mil e seiscentas escolas pelo Brasil.

111 Cf. PORTELLI, Alessandro. *A história oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

112 HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. *Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa*. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2004, p. 36.

113 COELHO, Simone Tavares. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000, p. 66 et seq.

114 MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 150 et seq.

115 Nas palavras de Rosana Miziara, coordenadora de projetos de memória oral do Museu (1998-2003), do programa Conte sua História (2010-2015) e de Relações Institucionais (2015-): “1. Que experiências o público pode ter quando visita um museu? 2. Qual espaço um museu com a proposta do Museu da Pessoa pode ocupar na cidade e no país? 3. Como se dá o processo de mediação entre o Museu da Pessoa e o seu público?”. LOPES, Rosana Miziara. Experienciar museus: um olhar sobre o Museu da Pessoa. *Revista Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, p. 234, mai. 2005.

116 Rosali Henriques cita que, em meio às primeiras experiências do uso da internet no Brasil, o Instituto mostrou-se pioneiro, e não demoraram a aparecer mostras de reconhecimento sobre as suas formas de navegação na web em eventos internacionais (HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. *Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa*. Dissertação. Mestrado (Dissertação em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2004, p. 94 et seq.); Worcman e Joanne Garde-Hansen salientam que, ainda em 1997, já foi notado como o futuro do Museu estaria intrinsecamente ligado à internet, dado o potencial interativo da nova tecnologia (WORCMAN, Karen; GARDE-HANSEN, Joanne. *Social memory technology: theory, practice, action*. Nova Iorque: Routledge, 2016, p. 71).

117 CLARKE, Margaret. The Online Brazilian Museu da Pessoa. In: GARDE-HANSEN, Joanne et al (ed.). *Save as... Digital Memories*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, p. 154, 2009.

118 HENRIQUES, Rosali Maria Nunes. *Memória, museologia e virtualidade... Op. cit.*, p. 70.

119 *Ibidem*, p. 67.

120 *Ibidem*, p. 74.

- 121 WORCMAN, Karen; GARDE-HANSEN, Joanne. *Social memory technology...* *Op. cit.*, p. 69. [Tradução minha].
- 122 Cf. WORCMAN, Karen. Digital Division is Cultural Exclusion. But Is Digital Inclusion Cultural Inclusion? *D-Lib Magazine*, v. 8, n. 3. 2002. [Tradução nossa].
- 123 FUNDAÇÃO Banco Do Brasil; MUSEU Da Pessoa. *Tecnologia Social da Memória*: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias. São Paulo: Museu da Pessoa, 2009, p. 11.
- 124 *Ibidem*.
- 125 WORCMAN, Karen; GARDE-HANSEN, Joanne. *Social memory technology...* *Op. cit.*, p. 69. [Tradução nossa].
- 126 WORCMAN, Karen; GARDE-HANSEN, Joanne. *Social memory technology...* *Op. cit.*, p. 58. [Tradução nossa].
- 127 SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias...* *Op. cit.*, p. 20 *et seq.*
- 128 Cf. WORCMAN, Karen. Digital Division is Cultural Exclusion... *Op. cit.* [Tradução nossa].
- 129 WIMMER, Mario. The Present as Future Past: Anonymous History of Historical Times. *Storia della Storiografia*, n. 68, p. 177, 2015.
- 130 SABHARWAL, Arjun. *Digital Curation in the Digital Humanities*. Preserving and Promoting Archival and Special Collections. Waltham: Chandos Publishing, 2015, p. 32-38.
- 131 BLOM, Ina. Rethinking Social Memory: Archives, Technology, and the Social. In: BLOM, Ina *et al.* *Memory in Motion*: Archives, Technology and the Social Memory. Amsterdam: Amsterdam Univ. Press, 2017, p. 12.
- 132 MOSS, Michael. Opening Pandora's Box: What is an archive in the digital environment?. In: CRAVEN, Loise. *What are Archives?* Burlington: Ashgate, 2008, p. 77 *et seq.*
- 133 MAYNARD, Dilton. *Passado Eletrônico...* *Op. cit.*, p. 108.
- 134 BRÜGGER, Niels; SCHROEDER, Ralph. Introduction: The Web as History. In: BRÜGGER, Niels; SCHROEDER, Ralph (Ed.). *The Web as History*. Using Web Archives to Understand the Past and the Present. Londres: UCL Press, 2017, p. 10.
- 135 PEREIRA, Matheus Henrique; ARAUJO, Valdei. *Atualismo 1.0*: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Vitória: Milfontes, 2019, p. 29-49.
- 136 MAYNARD, Dilton. *Passado Eletrônico...* p. 104 *et seq.*
- 137 BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. O Emprego de Computadores na História. *Revista de História*, São Paulo, v. 46, n. 94, p. 641, 1972.
- 138 NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 30, mai. 2015.
- 139 LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História digital: Reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabélo; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil*: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 153.
- 140 ROSENZWEIG, Roy. "Can History Be Open Source? Wikipedia And The Future Of The Past". *The Journal of American History*, p. 125 *et seq.*, jun. 2006.
- 141 NICODEMO, Thiago Lima; CARDOSO, Oldimar. Metahistory for (Ro)bots: Historical Knowledge in the Artificial Intelligence Era. *História da Historiografia*, v. 12, n. 29, p. 33, 2019. [Tradução minha].
- 142 Até mesmo porque, apesar de o Museu agir predominantemente fora da academia, as suas principais lideranças jamais se desligaram dela, seguindo em pesquisas de pós-graduação e produzindo livros e artigos com certa frequência.
- 143 ARAUJO, Valdei. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; OLIVEIRA, Rodrigo (org.). *Conversas sobre o Brasil*: ensaios de crítica histórica. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 205.
- 144 FREUND, Alexander. Under Storytelling's Spell? Oral History in a Neoliberal Age. *The Oral*

*History Review*, v. 0, n. 0, p. 1-37, 2015.

145 Segundo Freund, “em se tratando de *storytelling*, humanidades digitais e história oral, a StoryCorps é a história do início do século XXI”. FREUND, Alexander. Under Storytelling’s Spell? Oral History in a Neoliberal Age. *The Oral History Review*, v. 0, n. 0, p. 9, 2015. [Tradução nossa].

146 FREUND, Alexander. Under Storytelling’s Spell... *Op. cit.*, p. 16. [Tradução nossa].

147 *Ibidem*, p. 10. [Tradução nossa].

148 *Ibidem*, p. 16.

149 *Ibidem*, p. 35.

150 *Ibidem*, p. 11; 28.

151 FREUND, Alexander. Under Storytelling’s Spell... *Op. cit.*, p. 2 *et seq.*

152 *Ibidem*, p. 34.

153 Cf. FRISCH, Michael. *A Shared Authority: essays on the craft and meaning of oral and public history*. Albany: State University of New York Press, 1990.

154 NOIRET, Serge. História Pública Digital... *Op. cit.*, p. 35.

155 LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Leal Pastor de. *História digital...* *Op. cit.*, p. 158.

156 Cf. LUCCHESI, Anita. Senta que lá vem a história: #memorecord for a historiography closer to life. *C2DH*, 22 may., 2018.

157 MARINO, Ian Kisil; SILVEIRA, Pedro Telles da Silveira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da Covid-19. *Cadernos do Tempo Presente*, v. 11, n. 01, p. 90-103, 2020.

158 HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 26 *et seq.*; 40 *et seq.*

159 MOROZOV, Evgeny. *To save everything click here...* *Op. cit.*, p. 36 *et seq.*

160 COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 62 *et seq.*

161 Cf. ANDERSON, Chris. The End of Theory: The Data Deluge Makes the Scientific Method Obsolete. *Wired*, 23 jun. 2008. Disponível em: <https://www.wired.com/2008/06/pb-theory/>. Acesso em: 18 set. 2020.

162 Cf. ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

163 FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabélo; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 67.

164 Pesquisador nível 2 do CNPq, Jovem Cientista do nosso Estado (FAPERJ), Historiador. Doutor em Memória Social pela UNIRIO com estágio sanduíche na EHESS, Pesquisador Titular do IBICT e professor do quadro permanente do PPGCI/IBICT-UFRJ.

165 CHARTIER, Roger. *Inscriver e apagar: cultura escrita e literatura. Séculos XI-XVIII*. São Paulo: UNESP, 2007, p. 9.

166 WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 283.

167 Cf. BORGES, Jorge Luis. *Funes el memorioso*. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficciones*. Buenos Aires: Editorial Sur, 1944.

168 BECKER, Carl. Everyman his own historian. *American Historical Review*, v. 37, n. 2, p. 221-236, jan. 1932. Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article-abstract/37/2/221/19163?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 16 dez. 2021.

169 WARNICK, Barbara. *Critical Literacy in a Digital Era: Technology, Rhetoric, and the Public Interest*. Mahwah: Erlbaum, p. 107, 2002.

170 Cf. VAN DIJCK, José. *Mediated memories in the digital age*. Califórnia: Stanford University Press,

2007.

171 ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 19, 2011.

172 BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002, p. 8.

173 Cf. COHEN, Daniel J; ROZENSWEIG, Roy. *Digital History: a Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006, p. 3.

174 Cf. NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

175 Cf. CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar... Op. cit.*

176 SANMARTÍN, Israel. Anaclet Pons, El desorden digital. Guía para historiadores y humanistas. *Rethinking History*, v. 22, n. 2, p. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13642529.2016.1226546>. Acesso em: 20 dez. 2020. [Tradução livre do autor].

177 A digitalização fala, enquanto processo, da conversão do analógico para o digital. Ou seja, do processo de digitalização de suportes informacionais para o formato digital. A digitalização trata de tornar processos, e seus produtos, em formato digital. Nesse sentido todo suporte informacional produzido em um processo de digitalização é por origem um suporte nato-digital.

178 Cf. BERRY, David. The Computational Turn: Thinking about the Digital Humanities. *Culture Machine*, v. 12, 2011. Disponível em: <http://sro.sussex.ac.uk/49813/>. Acesso em: 19 jan. 2019.

179 Cf. ROSA, Hartmut. *Social acceleration: a new theory of modernity*. New York: Columbia University Press, 2013.

180 Cf. BUSH, Vannevar. As we may think. *The Atlantic Monthly*, jul. 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

181 RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: o tempo narrado*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 362.

182 RODRIGUES, Pedro E. A teia, a tela e o tempo: internet e história do tempo presente. *Revista Tempo e Argumento*, v. 6, n. 12, p. 143, 2014. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306122014131>. Acesso em: 17 jan. 2021.

183 Cf. MCLUHAN, Marshall. *Understanding media: the extensions of man*. Critical Edition by W. Terrence Gordon. 2 ed. Berkeley, California: Gingko Press, 2011.

184 GLEZER, Raquel. Ser historiador no século XXI. *Antiteses*, v. 7, n. 14, p. 15 *et seq.*, dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/20513>. Acesso em: 17 jan. 2021.

185 MAYNARD, Dilton. Passado Eletrônico: notas sobre história digital. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 105, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/726/731>. Acesso em: 12 jun. 2020.

186 Cf. BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

187 Cf. RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para o presente*. Bauru: Edusc, 1999.

188 PIMENTA, Ricardo M. Cultura da visibilidade informacional: estética e política da técnica no regime global de informação. In: BEZERRA, Arthur C; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo M.; SALDANHA, Gustavo S. *iKritika: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 125.

189 Doutorando em História pela Unicamp com financiamento FAPESP.

190 Cf. CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

191 THOMAS, Wolfgang. Algorithms: From Al-Khwarizmi to Turing and Beyond. In: SOMMARUGA, Giovanni; STRAHM, Thomas (org.). *Turing's Revolution*. Springer, Cham, 2015.

192 Cf. MANOVICH, Lev. *The Language of New Media*. Cambridge: The MIT Press, 2001. Visualização de dados como uma nova abstração e anti-sublime. LEÃO, Lúcia. *Derivas: Cartografias do ciberespaço*.

São Paulo: Sesc, 2006.

193 DIJCK, J. van. Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. *Matrizes*, v. 11, n. 1, p. 39-59, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i1p39-59>.

194 Cf. RUSSELL, Dan. Entrevista na The Atlantic Magazine. *The Atlantic*, Boston, 2011. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/technology/archive/2011/08/crazy-90-percent-of-people-dont-know-how-to-use-ctrl-f/243840>. Acesso em: 23 jan. 2020.

195 Silêncio dos Vencidos, de Edgar de Decca. Cf. DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

196 LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. *História Oral*, v. 17, n. 1, jan./jun. 2014, p. 52.

197 MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Passado eletrônico: notas sobre história digital. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, jul./dez. 2016, p. 114.

198 Cf. FIORMONTE, Domenico; NUMERICO, Teresa; TOMASI, Francesca. *Debates in the Digital Humanities: A Critical Inquiry*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016; GOLD, K. Matthew. *Debates in the Digital Humanities*. London: University of Minnesota Press, 2012.

199 Cf. JOCKERS, Matthew L. *Macroanalysis: Digital Methods and Literary History*, Illustrated edição. Urbana: University of Illinois Press, 2013.

200 Cf. ROCKWELL, Geoffrey. *Hermeneutica: Computer-Assisted Interpretation in the Humanities*. Cambridge, Massachusetts; London, England: MIT Press, 2016.

201 Cf. DE CASTRO, Leandro Nunes; FERRARI, Daniel Gomes. *Introdução à mineração de dados: conceitos básicos, algoritmos e aplicações*. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

202 Cf. KANTARDZIC, Mehmed. *DATA MININGConcepts, Models, Methods, and Algorithms*. New Jersey: IEEE Press, 2003.

203 Cf. CENTRE for Digital Humanities do University College London. *Quantifying digital humanities*. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/infostudies/melissa-terrars/DigitalHumanitiesInfographic.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

204 Cf. ALLINGTON, Danielle; BROUILLETTE, Sarah; GOLUMBIA, David. Neoliberal Tools (and Archives): a Political History of Digital Humanities. *10 years Los Angeles Review of books*, 2016. Disponível em: <https://lareviewofbooks.org/article/neoliberal-tools-archives-political-history-digital-humanities>. Acesso em: 23 jan. 2021.

205 PALMER, E. Richard. *Hermenéutica*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 68-73.

206 Cf. ALLINGTON, Danielle; BROUILLETTE, Sarah; GOLUMBIA, David. *Neoliberal Tools (and Archives)...Op. cit.*

207 *Ibidem*.

208 Cf. BRENNAN, Timothy. *The Digital-Humanities Bust: the Chronicle of Higher Education*. 15 oct. 2017. Disponível em: <https://www.chronicle.com/article/the-digitalhumanities-bust>. Acesso em: 20 jan. 2021.

209 Cf. DA, Nan Z. The Computational Case against Computational Literary Studies. *Critical Inquiry*, v. 45, 2019.

210 Cf. FURET, François. L'histoire Quantitative et La Construction Du Fait Historique. *Annales - Histoire, Sciences Sociales*, v. 26, n. 1, 1971. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27577829>; LADURIE, Emmanuel Le Roy. O clima: A história da Chuva e do bom tempo. In: LE GOFF, Jacques; NORA. *História: Novos Objetos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

211 Cf. UNDERWOOD, Ted. A Genealogy of Distant Reading. *Digital Humanities Quarterly*, v. 11, n. 2, 2017.

212 Cf. MORETTI, Franco. *A Literatura Vista De Longe*. Porto Alegre: Arquipélago, 2008.

213 Cf. PLATAFORMA Algorithmia. Disponível em: <https://algorithmia.com/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

214 No início dos anos 2000, Darnton era ainda mais reticente em relação aos arquivos digitais. No

livro publicado em 2010, apesar de ter se entusiasmo com as facilidades das novas tecnologias, defende a necessidade da impressão. Cf. DARNTON, Robert. O poder das bibliotecas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 abr. 2001; DARNTON, Robert. *A questão dos Livros*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

215 Cf. ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Ouro Preto: SBTHH, 2019.

216 Cf. ROTA, A. Ramon. Culturas Históricas e Narrativas Didáticas: Uma comparação da coleção didática de Sérgio B. Holanda com Raízes do Brasil. *Revista De Educação Histórica*, n. 6, mai./ago. 2014.

217 Tais conceitos podem se complexificar dependendo da estrutura do banco de dados a ser construída, podendo ter outros desdobramentos além da entidade e relacionamento. Cf. DE SORDI, José Osvaldo. *Modelagem de dados - estudos de casos abrangentes da concepção lógica à implementação*. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2019.

218 Ferramentas como o Power BI têm se popularizados desde os anos de 1990 por causa dos recursos interativos de visualização de dados. Estudei várias opções como Tableau e Google Studio para compor a interface visual do banco de dados. Em geral, as ferramentas apresentam poucas diferenças nas versões gratuitas e se escolheu o Power BI por ter mais recursos.

219 Cf. GOMES, Angela Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2009; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1889-1938. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2006; DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia De La Historiografia Argentina*. Buenos Aires: Sudamerica, 2009.

220 Baixar programa e ver documentação em GITHUB. Disponível em: <https://github.com/tesseract-ocr/tesseract>. Acesso em: 10 mai. 2020.

221 Cf. MANOVICH, Lev. *The Language of New Media... Op. cit.*

222 CÂNDIDO, António Z. Colombo. Rio de Janeiro: RIHGB, n. 62, v. 2, 1899:40

223 Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011; CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: GONTIJO, Rebeca *et al.* *Estudos de historiografia brasileira*. Editora FGV, 2011; NICOLAZZI, Fernando (org.). *História e Historiadores no Brasil (1870-1950)*. Edpurs: Porto Alegre, 2015.

224 Uma versão inicial deste texto foi publicada na revista Acervo, publicação do Arquivo Nacional, no dossier “Os arquivos na era digital” (volume 29, número 2, 2016).

225 Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal de Sergipe. Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista Produtividade CNPq.

226 COHEN, June. The rise of social media is really a reprise. In BROCKMAN, John (org.). *Is the Internet changing the way you think?* New York: Harper Perennial, 2011, p. 38.

227 FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? FERRO, Marc. *Cinema e História*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 83.

228 MOROZOV, Evgeny. *The net desillusion: the dark side of internet freedom*. New York: Public Affairs, 2010, p. 207.

229 LADURIE, Emmanuel Le Roy. O historiador e o computador. In: NOVAIS, Fernando, SILVA, Rogério F. Da. *Nova História em Perspectiva*. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 207 *et seq.* O texto foi publicado originalmente em 08 de maio de 1968. Depois teve versão em livro em LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Le Territorien de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973.

230 WELLER, Toni (org.). *History in the digital age*. New York: Routledge, 2013, p. 1.

231 Cf. BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

232 Cf. PARISIER, Eli. *The filter bubble: what the internet is hiding from you*. New York: Penguin Press, 2011, p. 1.

- 233 ELIAS, Nobert. A Civilização como Transformação do Comportamento Humano. In: ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994, p. 68.
- 234 Cf. GINZBURG, Carlo. *História na era do Google*. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~jbosco/InternetPort.html>. Acesso em: 04 set. 2014.
- 235 CHARTIER, Roger. A história na era digital. In: CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 60 *et seq.*
- 236 DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*: um guia não convencional para o século XVIII. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 40-89.
- 237 Cf. WELLER, Toni (org.). *History in the digital age*. New York: Routledge, 2013.
- 238 Cf. BRIGNOLI, Héctor P.; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Os métodos da História*. 3 Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- 239 Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997; *Idem. Novos Domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- 240 FIGUEIREDO, Luciano R. História e Informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro, VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 419-440.
- 241 Cf. PROST, Antoine. *Doze lições sobre história*. Trad. Guilherme João de Freitas Texeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- 242 BLOCH, Marc. A História, os homens e o tempo. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 51.
- 243 NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976, p. 179-193.
- 244 BLOCH, Marc. *Apologia da História...* *Op. cit.*, p. 66.
- 245 Cf. LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- 246 Cf. CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Trad. Maria Luiza X. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003; BARBROOK, Richard. *Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. Rio de Janeiro: Peirópolis, 2009.
- 247 Conforme William Spencer, pesquisador ligado ao Arquivo Naiconal Britânico, “Disponibilizar as páginas dos diários da Primeira Guerra Mundial online permite que pessoas de todo o mundo descubram as atividades diárias, histórias e batalhas de cada grupo. A iniciativa também oferece a oportunidade de o público, dos interessados em História, familiares dos soldados e historiadores explorarem informações que podem levar a novas descobertas e perspectivas acerca desse importante período da história”. Ver: REDAÇÃO. Arquivo britânico coloca na internet cerca de 2 mil relatos de soldados da 1ª Guerra. *Estadão*, São Paulo, 14 jan. 2014. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,arquivo-britanico-coloca-na-internet-cerca-de-2-mil-relatos-de-soldados-da-1-guerra,1118456>. Acesso em: 20 nov. 2014. Consultar: THE National Archives. *Arquivos Nacionais Kew*. Disponível em: <http://www.nationalarchives.gov.uk>.
- 248 Sobre isto ver: MAYNARD, Dilton. *Escritos sobre História e Internet*. Rio de Janeiro: FAPITEC/Luminárias, 2011.
- 249 Cf. GINZBURG, Carlo. *Os Andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- 250 Cf. CARLO Ginzburg - Fronteiras do Pensamento (Parte I). 1 vídeo (15:14 min.). *YouTube*, 10 mar. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wSSHNqAbd7E>; FRONTEIRAS do Pensamento - Carlo Ginzburg (Parte II). 1 vídeo (17:21 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xroxOQ48Wzs>. Acesso em: 27 set. 2021
- 251 WELLER, Toni. Introduction. In: WELLER, Toni. *History in the digital age*. New York: Routledge,

2013, p. 12.

252 Cf. HUYSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Museu de Arte do Rio, 2014.

253 WELLER, Toni. *History in the digital age...* *Op. cit.*, p. 11.

254 *Ibidem*, p. 12.

255 Cf. GIBSON, William. *Neuromancer*. 4 ed. São Paulo: Aleph, 2008.

256 COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. Promises and perils of digital history. In: COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. *Digital History: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006, p. 2.

257 *Ibidem*, p. 3.

258 COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. *Digital History: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006, p. 228.

259 *Idem*. Promises and perils of digital history... *Op. cit.*, p. 4.

260 Exemplo pode ser conferido em projetos como o BROWN University Library. *Open The Archives*. Disponível em: <http://library.brown.edu/openingthearchives>, desenvolvido através de uma parceria entre a Brown University e a Universidade Estadual de Maringá. O projeto foi lançado com 2000 documentos digitalizados produzidos de 1963 a 1977. Tais documentos são digitalizações de material do Departamento de Estado dos EUA. O site disponibiliza digitalizações com endereços disponíveis nas páginas da UEL e da Brown.

261 COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. Promises and perils of digital history... *Op. cit.*, p. 5.

262 Exemplo pode ser visto na campanha publicitária do jornal sul-africano The Cape Times realizada em 2013. Uma série de registros fotográficos históricos, como o beijo de Times Square ou Winston Churchill e sua clássica foto com um charuto, por exemplo, foram transformados em selfies na campanha do jornal. A chamada era “You can’t get any closer to the news” ou “você não pode ficar mais perto da notícia”. Sobre isto ver: ADWEEK. Disponível em: <http://www.adweek.com/adfreak/famous-photos-reimagined-selfies-newspapers-wonderful-print-ads-153815>. Acesso em: 20 nov. 2014.

263 Sobre isso, ver o texto “As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação”, de Robert Darnton, no qual uma experiência online, contando com a participação de uma cantora, foi realizada. O texto finda uma confluência de recursos provocadora. DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 40-89.

264 Ver: WELLER, Toni (org.). *History in the digital age*. New York: Routledge, 2013; FERRO, Marc. *Cinema e História*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

265 BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1998, p. 37.

266 HUYSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Museu de Arte do Rio, 2014, p. 16.

267 BLOCH, Marc. A História, os homens e o tempo... *Op. cit.*, p. 54.

268 Professor do Departamento de Ciências da Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto / Universidade de Aveiro, com Pós-Doutorado na Universidade do Porto (Portugal). Professor permanente dos Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) e em Comunicação (PPGCOM) da UFRGS. Líder do Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da Web e Preservação Digital (NUAWEB / CNPq). Pesquisador colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM - Universidade do Porto) e do Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital (CIC.Digital).

269 Cf. CORPUS Thomisticum. Index Thomisticus. Disponível em:

<https://www.corpusthomisticum.org/it/index.age>.

270 WHITSON, Roger *et al.* Alternate Histories of the Digital Humanities: a Short Paper Panel Proposal. *Panel presented at Digital Humanities*. Montreal, 2017. Disponível em: <https://dh2017.adho.org/abstracts/115/115.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020

271 Cf. BRÜGGER, Niels. *Digital Humanities. The International Encyclopedia of Communication Theory and Philosophy*. New Jersey: Wiley, 2016.

272 Cf. INTERNET Live Stats. Disponível em: <https://www.internetlivestats.com>.

273 Cf. JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2015.

274 Cf. LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 2003.

275 Cf. HYPOTHESES. *That Camp Paris*. Disponível em: <https://tcp.hypotheses.org/497>.

276 Cf. PIMENTA, R. M. Por que humanidades digitais na Ciência da Informação? Perspectivas pregressas e futuras de uma prática transdisciplinar comum. *Informação e Sociedade*, v. 30, n. 2, 2020.

277 POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*, v. 1, n. 1, 10 out. 2006.

278 Cf. MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. v. 3. Porto Alegre: Sulina, 2007.

279 Cf. WORD Wide Web. Disponível em: <http://info.cern.ch/hypertext/WWW/TheProject.html>; LINE Mode Browser 2013. Disponível em: <https://line-mode.cern.ch/>.

280 Cf. MILGRAM, Stanley. The small world problem. *Psychology today*, v. 1, n. 1, 1967.

281 Cf. BRÜGGER, Niels; FINNEMANN, Niels Ole. The web and digital humanities: theoretical and methodological concerns. *Journal of Broadcasting and Electronic Media*, v. 57, n. 1, 2013.

282 COSTA, Miguel; GOMES, Daniel; SILVA, Mário J. The evolution of web archiving. *International Journal on Digital Libraries*, p. 1-15, 2016.

283 Cf. KLEIN, Martin *et al.* Scholarly context not found: one in five articles suffers from reference rot. *PLoS One*, v. 9, n. 12, 2014.

284 Cf. EVANGELOU, Evangelos; TRIKALINOS, Thomas A.; LOANNIDIS, John P. Unavailability of online supplementary scientific information from articles published in major journals. *The FASEB Journal*, v. 19, n. 14, 2005.

285 SIFE, Alfred; BERNARD, Ronald. Persistence and decay of web citations used in theses and dissertations available at the Sokoine National Agricultural Library, Tanzania. *International Journal of Education and Development using ICT*, v. 9, n. 2, ago. 2013.

286 Cf. FERREIRA, Lisiâne Braga; MARTINS, Marina Rodrigues Martins, ROCKEMBACH, Moisés. Usos do arquivamento da web na comunicação científica. *Prisma.com*, n. 36, 2018.

287 Cf. ROCKEMBACH, Moisés. Arquivamento da Web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 16, n. 1, 2018.

288 Cf. INTERNATIONAL Internet Preservation Consortium. Disponível em: [www.netpreserve.org](http://www.netpreserve.org).

289 Cf. BRÜGGER, Niels; FINNEMANN, Niels Ole. The web and digital humanities... *Op. cit.*

290 ROCKEMBACH, Moisés; PAVÃO, Caterina Marta Groposo. Políticas e tecnologias de preservação digital no arquivamento da web. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, v. 11, n. 1, 2018.

291 Cf. MASANÉS, Julien. Web archiving: issues and methods. In: MASANÉS, Julien. *Web archiving*. Springer: Berlin/ Heidelberg, 2006.

292 Cf. INTERNATIONAL Standards Organization. *Information and documentation - Warc file format*. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/68004.html>.

293 ROCKEMBACH, Moisés. Inequalities in digital memory: ethical and geographical aspects of web archiving. *International Review of Information Ethics*, v. 26, p. 1, 2017.

294 Departamento de História – Universidade Estadual de Campinas.

295 Uma versão ampliada e modificada deste texto foi publicada em: RODRIGUES, Aldair. Humanidades digitais e diáspora africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de

dados sobre a população escravizada de Mariana (século XVIII). *Estudos Históricos*, v. 33, p. 64-87, 2020.

296 PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, p. 26.

297 CÂMARA, Sérgio; BENICIO, Milla. História Digital: entre as promessas e armadilhas da sociedade informacional. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 38-56, 2017; LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e historiografia digital. *Boletim Historiar*, Sergipe, n. 2, mar./abr., p. 45-57, 2014.

298 Cf. WILLIAMS, Daryle. *Digital Approaches to the History of the Atlantic Slave Trade*. Oxford Research Encyclopedia of African History, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://oxfordre.com/africanhistory/view/10.1093/acrefore/9780190277734.001.0001/acrefore-9780190277734-e-121>. *Idem*. Digital Approaches to the History of the Atlantic Slave Trade. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277734.013.121>.

299 Cf. ELTIS, David; BEHRENDT, Stephen; RICHARDSON, David; KLEIN, Herbert Eds. *The Trans-Atlantic Slave Trade: A Database on CD-ROM*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

300 No site *Slave Voyages*, além da base de dados, há múltiplos ensaios que comentam e analisam o processo de construção da base de dados e uma infinidade de recursos didático-pedagógicos. Cf. SLAVEVOYAGENS. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

301 Cf. HNET Humanities and Social Sciences Online. FLORES, Jorge. *Digital Resources for the Study of Global Slavery and Slave Trade*. 2016. Disponível em: <https://networks.h-net.org/node/11465/pages/143424/digital-resources-study-global-slavery-and-slave-trade>. Acesso em: 14 jul. 2019.

302 MILLER, Joseph C. A historical appreciation of the biographical turn. In: LINDSAY, Lisa; SWEET, John Wood (org.). *Biography and the Black Atlantic*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 19-47.

303 Cf. ENSLAVED. ORG. *About*. Disponível em: <http://enslaved.org/about/> Acesso em: 08 jul. 2019.

304 Cf. HALL, Gwendolyn Midlo. *Afro-Louisiana History and Genealogy, 1699-1860*. CD-ROM. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2000. Disponível em: <https://www.ibiblio.org/laslate/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

305 Cf. SLAVE Societies Digital Arquive. *Slave Societies Digital Archive*. Disponível em: <https://www.slavesocieties.org/>. Acesso em: 10 jun. 2019. O projeto inclui em sua equipe Mariza Soares e outros pesquisadores brasileiros.

306 Cf. BARRINGER, Terry; WALLACE, Marion (org.). *African Studies in the Digital Age: DisConnects?* Leiden; Boston: Brill, 2014.

307 SRINIVASAN, Sharath; LOPES, Claudia. Africa's Voices Versus Big Data? The Value of Citizen Engagement through Interactive Radio. In: HEMER, Oscar; TUFTE, Thomas (org.). *Voice & Matter: Communication, Development and the Cultural Return*. Bohus, Sweden: Nordicom, 2016, p. 155-172.

308 APURRO, Rafael. Digitization as an ethical challenge. *AI & Society*, v. 32, n. 2, p. 277-283, 2017.

309 Cf. NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. New York: New York University Press, 2018.

310 GIL, Tiago. *Como se faz um banco de dados (em história)*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015, p. 11.

311 Estes aspectos serão retomados abaixo nas seções sobre metodologia. Para uma perspectiva contemporânea (e mais otimista) sobre aspectos teóricos e metodológicos envolvendo os usos de inteligência artificial na produção historiográfica, consultar: Cf. NICODEMO, Thiago Lima; CARDOSO, Oldimar Pontes. Metahistory for Robots: Knowledge in the Artificial Intelligence Era. *História da Historiografia*, v. 12, n. 29, jan./abr. 2019.

312 Cf. WILLIAMS, Daryle. Digital Approaches to the History of the Atlantic Slave Trade... *Op. cit.*

313 Cf. GALLON, Kim. Making a case for the Black Digital Humanities. In: GOLD, Matthew; KLEIN Lauren (org.). *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

314 MCPHERSON, Tara. Why Are the Digital Humanities So White? or Thinking the Histories of Race and Computation. In: GOLD, Matthew; KLEIN Lauren (org.). *Debates in the Digital Humanities*.

Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016, p. 139-160.

315 Diferentemente do que acontece nos acervos coloniais brasileiros, documentos referentes a embarcações do século XIX apreendidas no Atlântico podem conter os nomes africanos das pessoas a bordo. As possibilidades metodológicas de uso destas informações históricas por meio de banco de dados podem ser verificadas em: ANDERSON, Richard; BORUCKI, Alex; SILVA, Daniel Domingues da; ELTIS, David; LACHANCE, Paul; MISEVICH, Philip; OJO, Olatunji. *Using African Names to Identify the Origins of Captives in the Transatlantic Slave Trade: Crowd-Sourcing and the Registers of Liberated Africans, 1808-1862*. *History in Africa*, n. 1, p. 165-191, 2013. Para uma análise recente sobre a experiência de pesquisa nos arquivos do tráfico ilegal, ver: MIKI, Yuko. *In the Trail of the Ship. Social Text*, v. 37, n. 1, p. 87-105, 2019.

316 SOARES, Mariza. A ‘nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 2, p. 303-330, 2004; SILVEIRA, Renato Silveira. Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. *Afro-Ásia*, n. 38, p. 245-301, 2008.

317 Cf. ALMEIDA, Marcos Abreu Leitão de. *Ladinos e boçais: o regime de línguas do contrabando de africanos (1831-c. 1850)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012. Sobre as possibilidades de identificação dos contextos de origem dos traficados a partir de uma metodologia quantitativa, consultar: BUKAS-YAKABUUL, Badi; SILVA, Daniel B. Domingues da. *From beyond the Kwango - Tracing the Linguistic Origins of Slaves Leaving Angola, 1811-1848. Almanack*, n. 12, p. 34-43, 2016.

318 COISSY, A. L'arrivée des ‘Alladahonou’ à Houawe’. *Études dahoméennes*, n. 13, p. 33 et seq., 1955.

319 Cf. LAW, Robin. *The kingdom of Allada*. Leiden: Research School CNWS, School of Asian, African, and Amerindian Studies, 1997. Para uma análise histórica mais completa sobre a área gbe (ou área vodun), ver: PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora Unicamp, 2006, p. 13-100.

320 Cf. SOARES, Mariza. *Rotas Atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2007.

321 Cf. CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretaria da Cultura do Estado de Minas Gerais, 2002; LIMA, Ivana Stolze. A voz e a cruz de Rita: africanas e comunicação na ordem escravista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 41-63, dez., 2018; MAIA, Moacir. *De reino traficante a povo traficado: a diáspora dos courás do Golfo do Benim para as minas de ouro da América Portuguesa (1715-1760)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

322 Cf. BURDICK, Anne et al. *A short guide to the digital humanities*. Cambridge: MIT Press, 2012.

323 STERNFELD, Joshua. Archival Theory and Digital Historiography: Selection, Search, and Metadata as Archival Processes for Assessing Historical Contextualization. *The American Archivist*, n. 74, v. 2, p. 544-575, 2011.

324 Este trabalho é inteiramente baseado no primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado, que deve ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS no início de 2021.

325 Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrando em História na mesma instituição. Integra o Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA). Foi editor-chefe da Aedos, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, ao longo do ano de 2020. É colunista do site História da Ditadura.

326 CATELA, Ludmila da Silva. Do segredo à verdade... processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 459-461.

327 WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e

desafios. *Projeto História*, São Paulo, n. 50, p. 87 *et seq.* ago. 2014.

328 No dia 9 de março de 2020, enviei um e-mail para o *Brasil: Nunca Mais Digit@l* contando um pouco sobre a intenção da minha pesquisa e negociando a possibilidade de encaminhar à equipe um questionário com dez perguntas a respeito do projeto. São elas: 1) Quanto foi investido, em termos financeiros, no projeto *Brasil: Nunca Mais Digit@l*? 2) Quais foram os princípios de seleção e os critérios para a inclusão ou exclusão do material? 3) Como os responsáveis pelo projeto entendem a necessidade de atestar a confiabilidade das fontes? De que formas o *BNM Digit@l* promove esta preocupação? 4) Como foram escaneados os arquivos originais? Foi utilizada a tecnologia de reconhecimento ótico de caracteres? 5) Há algum documento digitalizado em cujos metadados foram incluídas informações acerca das propriedades organolépticas (o cheiro, a textura, as cores etc.) do arquivo original? Há casos, ainda, de metadados que foram preenchidos com dados especificamente relacionados aos originais? 6) Foi mantida a organização original (isto é, a ordem das pastas e a sua composição) dos acervos incorporados pelo projeto – tanto nos casos do acervo do Conselho Mundial de Igrejas e da Comissão de Justiça e Paz quanto no caso dos processos militares? 7) A quem o acervo é especialmente destinado? Como os responsáveis pelo projeto entendem a amplitude da iniciativa? 8) Após o *upload* de todo o material documental planejado, o portal seguiu sendo atualizado e monitorado? Caso positivo, ele segue sendo atualizado até hoje? 9) Dentre todos aqueles grupos que participaram de sua construção, há alguma equipe preparando novas investigações em nome do projeto? Isto é, existe algum desejo de revisitar a concepção original do projeto e pensá-lo de outra forma, anexá-lo a outros acervos etc.? e, enfim, 10) O que o *BNM Digit@l* representa para as práticas comuns da história enquanto disciplina? Fui prontamente respondido, e as respostas das interrogações, que foram diluídas da maneira mais conveniente no texto, retornaram a mim no final daquele mês.

329 KNAUSS, Paulo. Usos do passado e história do tempo presente: arquivos da repressão e conhecimento histórico. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da (org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 145.

330 BRÜGGER, Niels. *The archived web: doing history in the digital age*. Cambridge: MIT Press, 2018, p. 21.

331 MUSSEL, Jim. Doing and making. History as digital practice. In: WELLER, Toni. *History in the digital age*. Londres: Routledge, 2013, p. 89.

332 SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. *Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 17, p. 273, jan./jun. 2016.

333 BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 201, jan./abr. 2020.

334 WELLER, Toni. *History in the digital age...* Op. cit., p. 7.

335 BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital... Op. cit., p. 201.

336 WELLER, Toni. *History in the digital age...* Op. cit., p. 8.

337 BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital... Op. cit., p. 201.

338 HALSEY, Katie; CRONE, Rosalind. On collecting, cataloguing and collating the evidence of reading. The “RED movement” and its implications for digital scholarship. In: WELLER, Toni. *History in the digital age*. Londres: Routledge, 2013, p. 101.

339 KEE, Kevin; ROBERTS, Spencer; TURKEL, William J. A method for navigating the infinite archive. In: WELLER, Toni. *History in the digital age*. Londres: Routledge, 2013, p. 65.

340 ROCHA, Camilo. A digitalização que mostra ‘A última ceia’ em detalhes. *Nexo*, São Paulo, 15 jul. 2020.

341 HALSEY, Katie; CRONE, Rosalind. On collecting, cataloguing and collating the evidence of

reading... *Op. cit.*, p. 97.

342 VALENTE, Mariana Giorgetti. Notas gerais sobre a digitalização de acervos no Brasil. In: FREITAS, Bruna Castanheira de; VALENTE, Mariana Giorgetti. *Memórias digitais: o estado da digitalização de acervos no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 15.

343 SHUBERT, Adrian. Lost in digitization: the changing face of historical research in Spain. *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*, Oklahoma, v. 39, n. 1, p. 122, 2014.

344 SHUBERT, Adrian. Lost in digitization... *Op. cit.*, p. 124.

345 SANTOS, Hercules Pimenta dos. Era digital e seus impactos: visitar, ou não, o arquivo público? *Ágora*, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 240, jul./dez., 2018.

346 SANTOS, Hercules Pimenta dos. Era digital e seus impactos... *Op. cit.*, p. 250.

347 SANTOS, Hercules Pimenta dos. Era digital e seus impactos... *Op. cit.*, p. 243 *et seq.*

348 FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 22.

349 Cf. BERRY, David M. The computational turn: thinking about the digital humanities. *Culture Machine*, Londres, v. 12, 2011.

350 THYLSTRUP, Nanna Bonde. *The politics of mass digitization*. Cambridge: MIT Press, 2018, p. 4.

351 PONS, Anaclet. El pasado fue analógico, el futuro es digital. *Nuevas formas de escritura histórica*. Ayer, Madrid, v. 2, n. 110, p. 41, 2018.

352 Licenciada em História e Especialista em História, Cultura e Poder pela Universidade do Sagrado Coração (Bauru - SP). Mestranda em História Cultural pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).

353 QUARANTA, Domenico. Salvo pela cópia: webcolecionismo e preservação de obras de arte digital. In: BEIGUELMAN, Giselle; MAGALHÃES, Ana Gonçalves. *Futuros possíveis: arte, museus e arquivos digitais*. São Paulo: Petrópolis/Edusp, 2014, p. 235.

354 GOUVEIA, Inês; DODEBEI, Vera. Memórias de pessoas, de coisas e de computadores: museus e seus acervos no ciberespaço. *Musas*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 93-100, 2007; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os desafios do passado a um toque. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 32, p. 36, 2019.

355 Cf. MANOVICH, Lev. *The language of new media*. Cambridge: MIT Press, 2001.

356 FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os desafios do passado a um toque... *Op. cit.*, p. 36.

357 BEIGUELMAN, Giselle. Reinventar a memória é preciso. In: BEIGUELMAN, Giselle; MAGALHÃES, Ana Gonçalves. *Futuros possíveis: arte, museus e arquivos digitais*. São Paulo: Petrópolis/Edusp, 2014, p. 21 *et seq.*

358 HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 33; QUARANTA, Domenico. Salvo pela cópia... *Op. cit.*, p. 240.

359 WIMMER, Mario. The present as future past: anonymous history of historical times. *Storia della Storiografia*, Roma, v. 68, n. 02, p. 168 *et seq.*, 2015.

360 Cf. SANFELICE, Pérola de Paula. *Sob as cinzas do vulcão*: representações da religiosidade e da sexualidade na cultura material de Pompeia durante o Império Romano. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

361 Página inicial do site do MUSEU Arqueológico Nacional de Nápoles. Disponível em: <https://www.museoarcheologiconapoli.it/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

362 Página do MUSEU Arqueológico Nacional de Nápoles na rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/museoarcheologiconapoli/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

363 BERRY, Joanne. *Pompeya*. Trad. David Govantes. Barcelona: Akal edições, 2009, p. 36 *et seq.*

364 SANFELICE, Pérola de Paula. *Sob as cinzas do vulcão*... *Op. cit.*, p. 42.

365 BERRY, Joanne. *Pompeya*... *Op. cit.*, p. 37; 40.

366 GRILLO, José Geraldo da Costa; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia clássica*: o cotidiano de gregos e romanos. Curitiba: Editora Prismas, 2015, p. 43 *et seq.*

367 SANFELICE, Pérola de Paula. *Sob as cinzas do vulcão*... *Op. cit.*, p. 42.

- 368 SANFELICE, Pérola de Paula. *Sob as cinzas do vulcão...* Op. cit., p. 46.
- 369 FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde. *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompeia*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005, p. 43.
- 370 Cf. SANFELICE, Pérola de Paula. *Sob as cinzas do vulcão...* Op. cit., p. 53.
- 371 BERRY, Joanne. *Pompeya...* Op. cit., p. 52 et seq; SANFELICE, Pérola de Paula. *Sob as cinzas do vulcão...* Op. cit., p. 55 et seq.
- 372 BERRY, Joanne. *Pompeya...* Op. cit., p. 60; SANFELICE, Pérola de Paula. *Sob as cinzas do vulcão...* Op. cit., p. 69 et seq.
- 373 FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde. *Amor e sexualidade...* Op. cit., p. 43.
- 374 HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória...* Op. cit., p. 16.
- 375 *Ibidem*, p. 09.
- 376 HUYSEN, Andreas. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, p 35; 36, 1994. [Trad. Valéria Lamego].
- 377 WIMMER, Mario. The present as future past... Op. cit., p. 168 et seq.
- 378 HUYSEN, Andreas. Escapando da amnésia... Op. cit., p. 36.
- 379 Visita virtual ao MUSEU do Louvre. Disponível em: <https://www.louvre.fr/en/visites-en-ligne>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- 380 ORTH, Gabriela Previdello. Entre a contingência e a permanência: arquivos nas linguagens eletrônicas. In: BEIGUELMAN, Giselle; MAGALHÃES, Ana Gonçalves. *Futuros possíveis: arte, museus e arquivos digitais*. São Paulo: Petrópolis/Edusp, 2014, p. 147.
- 381 FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Aspectos de gestão de acervos em bibliotecas na era digital. *Mimesis*, Bauru, v. 28, n. 02, p. 28, 2007.
- 382 HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória...* Op. cit., p. 33; QUARANTA, Domenico. Salvo pela cópia... Op. cit., p. 240.
- 383 BAMBOZZI, Lucas. Esquecimento e conveniência. In: BEIGUELMAN, Giselle; MAGALHÃES, Ana Gonçalves. *Futuros possíveis: arte, museus e arquivos digitais*. São Paulo: Petrópolis/Edusp, 2014, p. 230.
- 384 QUARANTA, Domenico. Salvo pela cópia... Op. cit., p. 240.
- 385 A Wikimedia Commons possui uma galeria, recentemente criada, com imagens dos objetos (pinturas, esculturas, objetos cotidianos) componentes do acervo do MANN, denominada Catálogo do Museo Archeologico di Napoli (inventário MANN). Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/Catalogue\\_of\\_the\\_Museo\\_Archeologico\\_di\\_Napoli\\_\(inventory\\_MA\\_NN\)](https://commons.wikimedia.org/wiki/Catalogue_of_the_Museo_Archeologico_di_Napoli_(inventory_MA_NN)). Acesso em: 23 set. 2021
- 386 FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Aspectos de gestão de acervos em bibliotecas na era digital... Op. cit., p. 28.
- 387 QUARANTA, Domenico. Salvo pela cópia... Op. cit., p. 242; ORTH, Gabriela Previdello. Entre a contingência e a permanência... Op. cit., p. 150.
- 388 FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os desafios do passado a um toque... Op. cit., p. 37.
- 389 Cf. FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde; VÖROS, Victoria Regina. *Sex in the Ancient World: Pompeii – lo “erótico” romano en las pantallas de televisión*. In: GARRAFFONI, Renata Senna; SÁNCHEZ, Manel García (org.). *Mujeres, género y estudios clásicos: un diálogo entre España y Brasil*. Barcelona: Colección Instrumenta, 2019.
- 390 VALE. *Receitas da Floresta*. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2016/12/pinturas-eróticas-antigas-nos-muros-de-pompeia-mostram-os-servicos-oferecidos-na-primeira-capital-do-sexo/>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- 391 FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os desafios do passado a um toque... Op. cit., p. 36.
- 392 MARQUES, Mariana Santana. *Exposições de arte e Instagram: da contemplação íntima às selfies compartilhadas*. Dissertação (Mestrado em Novos Media e Práticas Web). Universidade Nova de Lisboa,

Lisboa, 2019, p. 22 *et seq.*

393 QUARANTA, Domenico. Salvo pela cópia... *Op. cit.*, p. 242.

394 MANOVICH, Lev. *Instagram and contemporary image*, p. 11, 2017. Disponível em: <http://manovich.net/index.php/projects/instagram-and-contemporary-image>. Acesso em: 30 dez. 2019.

395 *Ibidem*, p. 17.

396 MANOVICH, Lev. *Instagram and contemporary image*... *Op. cit.*, p. 13.

397 BULFINCH, Thomas. *O livro de Ouro da Mitologia: histórias de deuses e heróis*. Trad. David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, p. 19; Cf. STEPHANIDES, Menelaos. *Prometeu, os homens e outros mitos*. São Paulo: Odysseus, 2015.

398 SANFELICE, Pérola de Paula; COZER, Alexandre. O divino falo de Priapo: debates em torno da sexualidade romana a partir de Pompeia e da Priapeia. *Veredas da História*, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 73-103, jul., 2017.

399 FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde. *Amor e sexualidade*... *Op. cit.*, 2005.

400 Cf. SANFELICE, Pérola de Paula. *Sob as cinzas do vulcão*... *Op. cit.*, p. 251; 261 *et seq.*

401 *Ibidem*, p. 259.

402 BULFINCH, Thomas. *O livro de Ouro da Mitologia*... *Op. cit.*, p. 205 *et seq.*

403 MARQUES, Mariana Santana. *Exposições de arte e Instagram*... *Op. cit.*, p. 25.

404 Esse capítulo é um desdobramento do artigo História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica, de nossa autoria, publicado em *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.33, n. 69, p. 218 *et seq.*, jan./abr., 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>.

405 Doutor em História, Professor do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, (IHL/UNILAB), pesquisador do Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA (LABHD/UFBA).

406 Doutor em Ciências Sociais, professor do Instituto de Ciências, Tecnologia e Inovação da Universidade Federal da Bahia (ICTI/UFBA). Atualmente é coordenador do Laboratório de Humanidades Digitais da UFBA (LABHD/UFBA).

407 Com o advento da História Oral, da Etnohistória, da História do Tempo Presente, das reflexões sobre memória e identidades, pesquisadores passaram a atuar cada vez mais através de entrevistas, observação direta das práticas sociais, participação e registro das relações de trabalho, práticas religiosas, momentos de lazer, como festas, procissões, etc.

408 No Brasil, há algumas iniciativas e reflexões importantes que indicam a possibilidade de crescimento e fortalecimento de um campo de estudos sobre a história digital produzidas nos últimos cinco anos: trabalhos sobre história oral, história pública, memória e patrimônio, história do tempo presente, assim como pesquisas sobre videogames, cinema, georreferenciamento e ensino de história: ALMEIDA, F. C. De. *O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas*. *Aedos*, v. 3, n. 8, 11 abr. 2011; BELLO, R. S.; VASCONCELOS, J. A. *O videogame como mídia de representação histórica*. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 216, 1 ago. 2017; CÂMARA, S.; BENICIO, M. *História Digital: entre as promessas e armadilhas da sociedade informacional*. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 38-56, 1 ago. 2017; CAVALCANTI, M. T. *Os websites dos centros de documentação e a pesquisa histórica: uso de fontes digitais*. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 169, 1 ago. 2017; DA SILVA, C. E. *O uso do cinema no ensino de história em consonância com as novas demandas da história pública digital*. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 147, 1 ago. 2017; WORCMAN, K.; HENRIQUES, R. M. N. *Curadoria colaborativa: uma experiência digital do Museu da Pessoa*. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 57, 1 ago. 2017.

409 BRASIL, E.; NASCIMENTO, L. F. *História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica*. *Revista Estudos Históricos*, v. 33, n. 69, p. 196-219, 1 jan. 2020; FORTES, A.; ALVIM, L. G. M. *Evidências, códigos e classificações: o ofício do*

historiador e o mundo digital. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 27, n. 45, p. 207–227, 19 jun. 2020; LUCCHESI, A. *Digital history e Storiografia digitale*: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011). Rio de Janeiro: UFRJ, 2014; NICODEMO, T. L.; CARDOSO, O. P. Metahistória para robôs (bots): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, 28 abr. 2019.

<sup>410</sup> FISH, A.; MURILLO, L. F. R.; NGUYEN, L.; PANOFSKY, A.; KELTY, C. M. Birds Of The Internet: Towards a field guide to the organization and governance of participation. *Journal of Cultural Economy*, v. 4, n. 2, p. 8, mai. 2011. Essa e as demais traduções presentes no artigo foram feitas pelos autores.

<sup>411</sup> Cf. BERRY, D. M. *Understanding Digital Humanities*. London: Palgrave Macmillan, 2012; GOLD, M. *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012; SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. *Companion to Digital Humanities* (Blackwell Companions to Literature and Culture). Hardcover/Oxford: Blackwell Publishing Professional, 2004.

<sup>412</sup> HITCHCOCK, T. Confronting the Digital: Or How Academic History Writing Lost the Plot. *Cultural and Social History*, v. 10, n. 1, p. 12, mar. 2013.

<sup>413</sup> *Ibidem*.

<sup>414</sup> PUTNAM, L. The Transnational and the Text-Searchable: Digitized Sources and the Shadows They Cast. *The American Historical Review*, v. 121, n. 2, p. 388, abr. 2016.

<sup>415</sup> VINCK, D. *Humanités numériques*: la culture face aux nouvelles technologies. Paris: Le Cavalier Bleu, 2016, p. 37; 36.

<sup>416</sup> Cf. BACA, M. *Introduction to Metadata*. Los Angeles: Getty Publications, 2008.

<sup>417</sup> OCR, acrônimo para o inglês *Optical Character Recognition*. Obviamente que podem ocorrer erros na “busca automatizada” de palavras-chave que dependem da qualidade do reconhecimento do texto. Atualmente os algoritmos de OCR, como por exemplo o TESSERACT. Disponível em: <https://github.com/tesseract-ocr>. Acesso em: 05 jan. 2021, possuem uma espantosa capacidade de acerto. Com o tempo, muito provavelmente, a tendência é que o grau de acerto aumente ainda mais.

<sup>418</sup> Cf. MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. *Big Data: A Revolution that Will Transform how We Live, Work, and Think*. Londres: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

<sup>419</sup> AYERS, E. L. The Pasts and Futures of Digital History. *History News*, v. 56, n. 4, p. 6, 2001; BOLICK, C. M. Digital Archives: Democratizing the Doing of History: Digital Archiving Resources. *International Journal of Social Education*, v. 21, n. 1, p. 122–134, 2006.

<sup>420</sup> CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 23 *et seq.*

<sup>421</sup> AYERS, E. L. The Pasts and Futures of Digital History... *Op. cit.*, p. 6.

<sup>422</sup> GIL, T. L.; BRESCIANO, J. A. (Ed.). *La Historiografía ante el giro digital: Reflexiones teóricas y prácticas metodológicas*. *Ediciones Cruz del Sur*, p. 37, 2015.

<sup>423</sup> CHAUDHURI, 2007 *Apud* GIL, T. L.; BRESCIANO, J. A. (Ed.). *La Historiografía ante el giro digital...* *Op. cit.*, p. 38.

<sup>424</sup> CHARTIER, R. *Os desafios da escrita...* *Op. cit.*, p. 23.

<sup>425</sup> Cf. CHARTIER, R. *Os desafios da escrita...* *Op. cit.*

<sup>426</sup> *Ibidem*, p. 108.

<sup>427</sup> Cf. GRAHAM, S.; MILLIGAN, I.; WEINGART, S. *Exploring Big Historical Data: The Historian’s Macroscope*. Londres: Imperial College Press, 2015.

<sup>428</sup> Cf. MILLIGAN, I. *History in the Age of Abundance? How the Web Is Transforming Historical Research*. London/ Chicago: McGill-Queen’s University Press, 2019.

<sup>429</sup> Cf. FORTES, A.; ALVIM, L. G. M. *Evidências, códigos e classificações...* *Op. cit.*

<sup>430</sup> Cf. HEMEROTECA digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso

em: 05 jan. 2021.

431 Informações retiradas do site da BIBLIOTECA Nacional Digital. [BNDigital](https://bndigital.bn.gov.br/). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

432 *Ibidem*.

433 Cf. HEMEROTECA digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

434 PUTNAM, L. The Transnational and the Text-Searchable... *Op. cit.*, p. 386.

435 BUKHARI, S. S.; KADI, A.; JOUNEH, M. A.; MIR, F. M.; DENGEL, A. Any OCR: An Open-Source OCR System for Historical Archives2017 14th IAPR International Conference on Document Analysis and Recognition (ICDAR).TH IAPR INTERNATIONAL CONFERENCE ON DOCUMENT ANALYSIS AND RECOGNITION (ICDAR) *Anais...* 14 nov. 2017; MARTÍNEK, J.; LENČ, L.; KRÁL, P. Building an efficient OCR system for historical documents with little training data. *Neural Computing and Applications*, v. 32, n. 23, p. 17209–17227, 1 dez. 2020.

436 PUTNAM, L. The Transnational and the Text-Searchable... *Op. cit.*, p. 377.

437 “A visão que temos da Idade Média está portanto intimamente ligada a um trabalho editorial que jamais foi coordenado a não ser pelo acaso dos aniversários, das celebrações e dos centenários, o patriotismo local e as idiossincrasias eruditas. Vemos assim espíritos medianos ocupar um lugar que jamais tiveram, e falamos deles mesmo sabendo que devem sua existência literária apenas aos cuidados de um copista aplicado. É que existe uma lei, lamentável mas observada, que quer que se transforme invencivelmente um manuscrito legível num bom manuscrito e um bom manuscrito em testemunho privilegiado de uma obra importante.” LIBERA, A. *Pensar na Idade Média*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 63.

438 É claro que baseado na ingenuidade de que uma maior frequência de um termo ou pessoa logo sugeriria a sua maior importância ou visibilidade.

439 MARRES, N.; WELTEVREDE, E. Scraping the Social? *Journal of Cultural Economy*, v. 6, n. 3, p. 313–335, 1 ago. 2013.

440 Cf. BROUCKE, S. VANDEN; BAESENS, B. *Practical Web Scraping for Data Science: Best Practices and Examples with Python*. [s. l.]: Apress, 2018; MITCHELL, R. *Web Scraping with Python: Collecting More Data from the Modern Web*. 2 ed. [s. l.]: O'Reilly Media, 2018.

441 SCIENTIFIC Electronic Library Online - Scielo. Disponível em: <https://scielo.org/>. Acesso em: 09 jan. 2021.

442 Almanack; Estudos Históricos; Manuscrito; Revista Archai; Revista Brasileira de História; Tempo; Tempo Social; Topoi; Varia História. A lista completa de revistas por assunto no Scielo.org está no seguinte link: SCIELO Brasil. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_subject&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_subject&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 jan. 2021.

443 GIBBS, F.; OWENS, T. The Hermeneutics of Data and Historical Writing. In: GIBBS, F.; OWENS, T. *Writing History in the Digital Age*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013, p. 159.

444 O historiador no século XXI não deverá ser inescapavelmente um programador para desempenhar seu ofício? Segundo Emmanuel Le Roy Ladurie, refletindo sobre o “terreno do historiador”, o “historiador do amanhã precisará ser capaz de programar um computador para sobreviver”. Esse amanhã, para Fridlund, Oiva e Paju já foi ultrapassado por muitos estudiosos hoje, trabalhando com histórias digitais e distantes, muito além da história quantitativa prevista por Ladurie na década de 1970. FRIDLUND, M.; OIVA, M.; PAJU, P. (Ed.). *Digital Histories: Emergent Approaches within the New Digital History*. Helsinki: Helsinki University Press, 2020, p. 63. Mas o aprofundamento nessa reflexão escapa ao escopo desse artigo.

445 BLOCH, M. L. B. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002, p. 83.

446 Este texto é uma versão revista do artigo “Imagens de um passado sensível: formas de memória do cangaço em arquivos públicos, pessoais e digitais”, publicado em 2020 pela Revista Esboços (UFSC).

Retramado pela memória visual, o argumento é ampliado na sua potência de pensar (in)visibilidades da história no mundo contemporâneo. Agradeço especialmente a professora Iara Lis Schiavinatto, pelas orientações que culminam nessa produção, reescrita entre disciplinas da História e das Artes Visuais na UNICAMP, num diálogo que simboliza impulso significativo nos Estudos da Memória.

447. Doutorando em História pela UNICAMP, com bolsa FAPESP (processo 2019/23503-4). Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória (UFC), com inserção igualmente nos Grupos de Pesquisa em Cultura Visual, Imagem e História (Unicamp) e História Popular do Nordeste (UFS).

448 ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011, p. 437.

449 Filme de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dorneles (2019). Exibido em 2019, obteve grande repercussão, além de ter conquistado o Prêmio do Júri do Festival de Cannes. Em sua sinopse oficial, vemos: “Num futuro próximo, Bacurau, um povoado do sertão de Pernambuco, some misteriosamente do mapa. Quando uma série de assassinatos inexplicáveis começam a acontecer, os moradores da cidade tentam reagir. Mas como se defender de um inimigo desconhecido e implacável?”

450 Cf. BENTES, Ivana. Brasil e a síntese do Brasil Brutal. *Revista Cult*, 29 ago. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/bacurau-kleber-mendonca-filho>. Acesso em: 23 nov. 2020.

451 Para uma leitura panorâmica, em meio à vasta bibliografia do cangaço, sugere-se: WIESEBRON, Marianne L. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre o banditismo a nível nacional e internacional. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 24, n. 2, p. 417-444, 1996.

452 Sobre os assuntos, ver, respectivamente: RICOEUR, Paul. *Memória, História e Esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 72; Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. *Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 - 1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013; ARAÚJO SÁ, Antônio F. *O Cangaço nas batalhas da memória*. Recife: UFPE, 2011; RAMOS FILHO, Wagner S. “Século Virgulino”: o cangaço nas (con)fusões da memória entre comemorações de Lampião no tempo presente. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

453 ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLL, Astrid; NUNNING, Ansgar. *Cultural memory studies*. Berlin/ New York: De Gruyter, p. 109-118, 2008.

454. *Ibidem*, p. 239.

455 RÜSEN, Jörn. The Visibility of History – Bridging the gap between Historiography and the Fine Arts. *Historien*, v. 5, p. 130-141, 2005.

456 SCHIAVINATTO, Iara; COSTA, Eduardo. *Cultura Visual e História*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 20.

457. HUYSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014, p. 195.

458 Atualismo tem sido uma categoria perspicaz na discussão sobre esses deslocamentos. Cf. ARAUJO, Valdei L.; PEREIRA, Mateus H. F. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Vitória/ Mariana: Milfontes/ Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, 2019.

459 ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação...* Op. cit., p. 19.

460 WIMMER, M. The Present as Future Past. *Storia della Storiografia*, Roma, v. 68, p. 166-185, 2015.

461 Cf. BLOM, I. *Memory in Motion: Archives, Technology and the Social*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017.

462 BELLOUR, Raymond. *Entre-imagens: foto, cinema, vídeo*. Campinas: Papiru, 1997, p. 14 *et seq.* Sobre o pensamento com imagens, destaca-se: Cf. ALLOA, Emmanuel. (org.). *Pensar a imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017; FURTADO, Beatriz; DUBOIS, Philippe. *Pós-fotografia, pós-cinema: novas configurações das imagens*. São Paulo: Sesc, 2019. Dentre os vários autores nessas referências, o trabalho de Antonio Fatorelli ganhará mais evidência nas análises das fotografias.

463 Cf. MAUAD, Ana. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva história. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 2, p. 11-20, 2013.

464 SCHIAVINATTO, Iara; ZERWES, Erika. *Cultura Visual*: imagens na modernidade. São Paulo: Cortez, 2018, p. 16.

465 SANTIAGO JÚNIOR, Francisco C. F. A virada e a imagem: história teórica do pictorial/iconic/visual turn e suas implicações para as humanidades. *Anais do Museu Paulista*, v. 27, 2019, p. 31.

466 Cf. AVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). *A História (in)Disciplinada*: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. Vitória: Milfontes, 2019; LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro; NICODEMO, Thiago. Nunca fomos tão úteis. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 161-169, 2020.

467 Cf. SILVEIRA, Pedro Telles. *História, técnica e novas mídias*: reflexões sobre a história na era digital. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

468 ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação...* *Op. cit.*, p. 25.

469 PATO, Ana. Como falar do Trauma? Os arquivos do Museu Antropológico e Etnográfico Estácio de Lima: um estudo de caso da 3<sup>a</sup> Bienal da Bahia. MACUL, Adriana; NÓBREGA, Carolina; CARNEIRO, Fabiane; VAZ, Mariana; GALVÃO, Monica. (org.). *Liminaridade*. São Paulo: Parole, 2015, p. 32-39.

470 Cf. BRITTO, Clovis. Revisitando uma ‘coleção de cabeças’: notas sobre a musealização de restos mortais do cangaço. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 95-112, 2018.

471 Cf. GUIMARÃES, Manoel L. S. “Vendo o passado: representação e escrita da história”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, 2007.

472 FATORELLI, Antonio. Variações do tempo - mutações entre a imagem estática e a imagem-movimento. In: CARVALHO, Ana Maria A.; SANTOS, Alexandre. *Imagens: Arte e Cultura*. Porto Alegre: UFRGS, 2012, p. 173.

473 *Ibidem*, p. 183.

474 LIMA, Estácio. *O Mundo Estranho dos Cangaceiros*. Salvador: Itapoã, 1965, p. 322.

475 Cf. BARBOSA, Severino. Combate da Grotta de Angicos marcou o fim da era do cangaço. *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 nov. 1966. Disponível em: <http://acervosdigitais.cnfcp.gov.br/Recortes%20de%20Jornais/3900>. Acesso em: 23 nov. 2020.

476 ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação...* *Op. cit.*, p. 369.

477 ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação...* *Op. cit.*, p. 26.

478 Cf. AMAURY, Antônio. *Assim morreu Lampião*. Rio de Janeiro: Brasília, 1975.

479 CAETANO, Maria do Rosário (org.). *Cangaço: o Nordestern no cinema brasileiro*. Brasília: Avathar Gráfica, 2005, p. 47.

480 HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos individuais. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 264.

481 Cf. AUERBACH, Adam. Informal Archives: Historical Narratives and the Preservation of Paper in India’s Urban Slums. *St Comp Int Dev.*, Providence, v. 53, p. 343-364, 2018.

482 NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antiteses*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 52, 2014.

483 FATORELLI, Antonio. Variações do tempo - mutações entre a imagem estática e a imagem-movimento. In: CARVALHO, Ana Maria A.; SANTOS, Alexandre. *Imagens: Arte e Cultura*. Porto Alegre: UFRGS, 2012, p. 177.

484 *Ibidem*, p. 177 *et seq.*

485 AMAURY, Antônio; RUBEN, Luiz. *Lampião e as cabeças cortadas*. Paulo Afonso: Graf Tech, 2008, p.

240; 151.

486 ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação...* Op. cit., p. 439 et seq.

487 *Ibidem*, p. 440.

488 Uma das facetas da “Biopolítica da memória” atenta para os controles políticos do corpo e da memória que têm passado desapercebidos contemporaneamente. Cf. NICODEMO, Thiago; CARDOSO, Oldimar. Meta-história para robôs (bots): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 17-52, 2019.

489 Destacamos a pioneira comunidade on-line “Lampião, o Grande Rei do Cangaço”, criada em 2004, no extinto “Orkut”. Com o fim da rede, em 2014, perderam-se muitas das informações sobre práticas virtuais ligadas ao tema nos primeiros anos de maior democratização da internet no país.

490 FATORELLI, Antonio. *Variações do tempo...* Op. cit., p. 189.

491 BLOM, Ina. *Memory in Motion...* Op. cit., p. 19.

492 FLÓN, Émilie. A mediação de autenticidade dos substitutos digitais. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera. *Memória e Novos Patrimônios*. Marseille: OpenEdition Press, 2015, p. 212.

493 Cf. ANTONIO, Rubens. *Cabeças...* Estado atual de retificação e colorização, após anos de trabalho. Facebook, Salvador, 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3166451220061817&set=a.2593120597394885&type=1&theater>. Acesso em: 23 nov. 2020.

494 Cf. MONTEIRO, Kiko. “No gabinete do ‘Coroné’”. Blog Lampião Aceso, Lagarto, 30 set. 2010. Disponível em: <https://lampiaoaceso.blogspot.com/2010/09/no-gabinete-do-corone.html>. Acesso em: 23 nov. 2020.

495 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. *Bacurau: será mesmo resistência?* Saiba Mais: agência de reportagem, 15 set. 2019. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/bacurau-sera-mesmo-resistencia/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

496 SCHIAVINATTO, Iara; ZERWES, Erika. *Cultura Visual...* Op. cit., p. 16.

497 RÜSEN, Jörn. *The Visibility of History...* Op. cit., p. 139.

498 ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação...* Op. cit., p. 23.

499 WIMMER, Mario. *The Present as Future Past...* Op. cit., p. 166.

500 BLOM, Ina. *Memory in Motion...* Op. cit., p. 13.

501 Cf. ARAUJO, Valdei L.; PEREIRA, Mateus H. F. *Atualismo 1.0...* Op. cit.; AVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). *A História (in)Disciplinada...* Op. cit.

502 CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University, 2016, p. 3.

503 SANTOS, Pedro Afonso C.; NICODEMO, Thiago; PEREIRA, Matheus Henrique. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 163, 2017.

504 SANTIAGO JÚNIOR, Francisco C. F. A virada e a imagem... Op. cit., p. 33.

505 Cf. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

506 ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas: Ed. Unicamp, 2016, p. 440.

507 Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atua no Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) como Bolsista CNPq. Membro do Centro de Humanidades Digitais da Unicamp (CHD).

508 HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 7.

509 *Ibidem*, p. 7.

510 *Idem*. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 45.

511 Cf. CHAKRABARTY, Dipesh. An Era of Pandemics? What is Global and What is Planetary About COVID-19. *Critical Inquiry*, 2020. Disponível em: <https://critinq.wordpress.com/2020/10/16/an-era-of-pandemics-what-is-global-and-what-is-planetary-about-covid-19/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

512 MARINO, I. K.; NICODEMO, T. L.; SILVEIRA, P. T. Arquivo, memória e Big Data: uma proposta

a partir da Covid-19. *Cadernos do Tempo Presente*, v. 11, p. 95, 2020.

513 MARINO, I. K.; NICODEMO, T. L.; SILVEIRA, P. T. Arquivo, memória e Big Data... *Op. cit.*, p. 93.

514 NICODEMO, T. L.; MARINO, I. K. Archivo digital en América Latina a escala global. In: RIOJAS, Carlos; RINKE, Stefan (org.). *America Latina y La Historia Global: Repensar el Mundo*. Argentina, Clacso, 2022, p. 5. [No prelo]. [Tradução minha].

515 *Ibidem*, p. 12.

516 ROSENZWEIG, R. Scarcity or Abundance? Preserving the Past. In: ROSENZWEIG, R. *Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age*. New York: Columbia University Press, 2011, p. 7. [Tradução minha].

517 MARINO, I. K. NICODEMO, T. L.; SILVEIRA, P. T. Arquivo, memória e Big Data... *Op. cit.*, p. 91; MAYNARD, D. C. S. Passado Eletrônico: notas sobre história digital. *Acervo*, v. 29, n. 2, 17 nov. 2016.

518 FICKERS, Andreas. Towards a New Digital Historicism? Doing History in the Age of Abundance. *View Journal of European Television History and Culture*, v. 1, n. 1, p. 19–26, 2012; MARINO, I. K.; GAJANIGO, P. R.; SOUZA, R. F. de; NICODEMO; T. L. Como contar a história da Covid-19? Reflexões a partir dos arquivos digitais no Brasil. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 2, 2021.

519 REUTERS, Da. Banido do Twitter, Trump tenta sem sucesso usar perfis do governo e de campanha. CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/01/09/banido-do-twitter-trump-tenta-sem-sucesso-usar-perfis-do-governo-e-de-campanha>. Acesso em: 14 jan. 2021.

520 MAYNARD, D. C. S. Passado Eletrônico... *Op. cit.*, p. 107 *et seq*; ROSENZWEIG, R. *Clio Wired...* *Op. cit.*, p. 3–28.

521 FICKERS, Andreas. Towards a New Digital Historicism... *Op. cit.*, p. 7. [Tradução minha].

522 MARINO, I. K. NICODEMO, T. L.; SILVEIRA, P. T. Arquivo, memória e Big Data... *Op. cit.*, p. 95.

523 NOIRET, S. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, v. 11, n. 1, p. 35, 28 mai. 2015.

524 MARINO, I. K.; SILVEIRA; P. T.; NICODEMO; T. L. Arquivo, memória e Big Data... *Op. cit.*, p. 15.

525 AUERBACH, A. M. Informal Archives: Historical Narratives and the Preservation of Paper in India's Urban Slums... *Op. cit.*, p. 343–364.

526 MARINO, I. K.; SILVEIRA; P. T.; NICODEMO; T. L. Arquivo, memória e Big Data... *Op. cit.*, p. 6.

527 MARINO, I.; SILVEIRA, P.; NICODEMO, T. Digital Resources: Digital Informal Archives in Contemporary Brazil. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Retrieved 31 mar. 2022. Disponível em: <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-993>.

528 MARINO, I. K.; NICODEMO, T. L.; SILVEIRA, P. T. Arquivo, memória e Big Data... *Op. cit.*, p. 99.

529 AUERBACH, A. M. Informal Archives... *Op. cit.*, p. 345.

530 *Ibidem*, p. 345.

531 MARINO, Ian K.; GAJANIGO, Paulo R.; SOUZA, Rogério F. de; NICODEMO; Thiago L. Como contar a história da Covid-19... *Op. cit.*, p. 576.

532 NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian Kisil. Archivo digital en América Latina a escala global... *Op. cit.*, p. 2. [Tradução minha].

533 NICODEMO, Thiago Lima; MARINO, Ian Kisil. *Archivo digital en América Latina a escala global...* *Op. cit.*, p. 4.

534 *Ibidem*, p. 7.

535 Cf. MADE BY US. *Mapping Public History Projects about COVID 19*. IFPH, 2020. Disponível em: <https://ifph.hypotheses.org/3276>. Acesso em: 09 jan. 2021.

536 Cf. INTERNATIONAL Federation for Public History. *WHY IFPH-FIHP?* IFPH. Disponível em: <https://ifph.hypotheses.org/sample-page/about>. Acesso em: 09 jan. 2021.

537 Cf. *Idem. Made By Us: Mapping Public History Projects about COVID 19*. 2020. Disponível em: <https://ifph.hypotheses.org/3276>. Acesso em: 09 jan. 2021. [Tradução minha].

538 Cf. ARCTIVISM. Welcome to the Arctivism Project. *Human Rights Defender Hub*, 2021. Disponível em: <https://www.hrdhub.org/arctivism>. Acesso em: 03 nov. 2020.

539 Cf. GRANCHI, G. “Algumas sequelas são para sempre”. *UOL*, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/reportagens-especiais/sequelas-de-covid--simone-sena.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.

540 Cf. UNIVERSIDAD De Castilla-La Mancha. Mapa de archivos universitarios iberamericanos. *UCLM*, 2020. Disponível em: <https://www.uclm.es/es/areas/asistencia-direccion/archivo/mapas-archivos-iberoamericanos>. Acesso em: 10 jan. 2021.

541 NICODEMO, T. L.; SILVEIRA, P. T.; MARINO, I. K. Digital Resources... *Op. cit.*, p. 9.

542 MARINO, I.; SILVEIRA, P.; NICODEMO, T. Digital Resources... *Op. cit.*

543 MARINO, Ian Kisil. Notas preliminares sobre o arquivamento digital da Covid-19. São Paulo, *Idéias*, v. 12, p. 8, 2021.

544 Agradecimentos a Valdei Araujo e Thiago Nicodemo. Agradecemos, também, à Márcia Motta e ao grupo Proprietas pelo apoio e interlocução neste projeto. Apoio: CAPES, CNPq, FAPEMIG e UFOP.

545 Mateus Pereira é Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mayra Marques e Walderez Ramalho são doutorandos pelo Programa de Pós-Graduação em História, na mesma instituição.

546 Cf. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença*: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: PUC- Rio, 2010.

547 Sobre a aula como um espaço da presença, conferir, entre outros, [ARAUJO, V. L](#) A aula como desafio à experiência da história. In: GONÇALVES, Marcia de Almeida; MONTEIRO, Ana Maria; REZNIK, Luís; ROCHA, Helenice. (org.). *Qual o valor da história hoje?* v. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 66-77.

548 ARAGÃO, Wagner de Alcântara. Pandemia expõe exclusão digital e fracasso da privatização. *Centro de estudos estratégicos da Fiocruz*, 30 jul. 2020. Disponível em: <http://cee.fiocruz.br/?q=pandemia-expoe-exclusao-digital-e-fracasso-da-privatizacao>. Acesso em: 08 dez. 2020.

549 Cf. PEREIRA, Mateus; MARQUES, Mayra; ARAUJO, Valdei. *Almanaque da COVID-19: 150 dias para não esquecer, ou a história do encontro entre um presidente fake e um vírus real*. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

550 Sobre a urgência como uma modalidade de temporalização do tempo histórico, Cf. RAMALHO, Walderez. A urgência do tempo histórico. In: RANGEL, M.; LEITE, A. *História & Filosofia: problemas ético-políticos*. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

551 GADAMER, Hans-Georg. A continuidade da história e o instante da existência. In: GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II: complementos e índice*. Trad. Énio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 163. [1960].

552 Cf. ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Mariana: Editora SBTHH, 2018.

553 Cf. SÁ, Dominichi Miranda de. Historiadores da Fiocruz analisam a pandemia de Covid-19. *Fiocruz*, 09 abr. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/historiadores-da-fiocruz-analisam-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 07 dez. 2020.

554 HISTÓRIA em Quarentena. Disponível em: <https://www.historiaemquarentena.com/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

555 CRISE e historicidade. 11 out. 2020. 1 vídeo (12 min). *HH Magazine Humanidades em Rede*. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLNdxWhbQ3PuDMczoxKOItnatFLGzBeM94>. Acesso em: 07 dez. 2020.

556 Cf. CONHEÇA huMANAS: pesquisadoras em rede. *HHMagazine*, 03 jun. 2020. Disponível em:

<https://hhmagazine.com.br/conheca-humanas-pesquisadoras-em-rede/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

557 Cf. HUMANAS - pesquisadoras em rede. Disponível em: <https://www.humanasrede.com/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

558 Cf. CORONARCHIV. Disponível em: <https://coronarchiv.geschichte.uni-hamburg.de/projector/s/coronarchive/page/about>. Acesso em: 07 dez. 2020.

559 MARINO, Ian; SILVEIRA, Pedro; NICODEMO, Thiago. Arquivo, memória e Big Data. Uma proposta a partir da Covid-19. *Cadernos do Tempo Presente*, v. 11, n. 01, p. 90-103, jan./ jun. 2020.

560 O projeto Coronarquivo, no entanto, ainda necessita de financiamento.

561 CASTELLS, Manuel. Museus na era da informação: conectores culturais de tempo e espaço. *MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Brasília, Instituto Brasileiro de Museus, n. 5, p. 8-21, 2011.

562 Cf. VENÂNCIO, Renato. O incorreto no Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil. *HH Magazine*, 09 nov. 2018. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/o-incorreto-no-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

563 MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History. História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, p. 32, ago. 2014.

564 Uma das maiores responsáveis pela divulgação de distorções históricas na rede é a empresa Brasil Paralelo, analisada em Cf. NICOLAZZI, Fernando. A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo. *Sul* 21, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

565 LEAL, Bruno. Os lugares do historiador-divulgador. In: LEAL, Bruno; TAVARES, Ana Paula (Ed.). *História pública e divulgação de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 15.

566 MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882017000100135&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000100135&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 07 dez. 2020.

567 Cf. COHEN, Daniel; ROSENZWEIG, Roy. Final Thoughts. *Digital History: a Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web*. Disponível em: <https://chnm.gmu.edu/digitalhistory/finalthoughts/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

568 Cf. NOIRET, Serge. História Pública Digital - Digital Public History. *Liinc em Revista*, v. 11, n. 1, 28 mai. 2015.

569 MAYNARD, Dilton. Passado eletrônico: notas sobre história digital. *Acervo - Arquivo Nacional*, v. 29, n. 2, p. 103-116, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44800>. Acesso em: 30 dez. 2020.

570 Cf. SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias: reflexões sobre a história na era digital*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

571 SILVEIRA, Pedro Telles da. História, técnica e novas mídias... *Op. cit.*, p. 75; 73; 74. Conferir também, *Idem*. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. *Tempo e Argumento*, v. 12, p. 204, 2020.

572 Cf. GODOY, Marcelo. Lives de acadêmicos viram alvo de hackers. *Estadão*, 13 set. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lives-de-academicos-viram-alvo-de-hackers,70003435480>. Acesso em: 07 dez. 2020.

573 LAITANO, Bruno. (Con)figurações do historiador em um tempo marcado pela disruptão tecnológica. *Esboços*, v. 27, n. 45, p. 170-186, 2020.

574 Entre outros, Cf. COHEN, Daniel; ROSENZWEIG, Roy. *Clio Wired*. New York: Columbia

University Press, 2011; NICODEMO, T. L.; CARDOSO, O. P. Meta-história para robôs (bots): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. *História da Historiografia/ International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 12, n. 29, p. 17-52, 28 abr. 2019; ALVIM, Leandro; FORTES, Alexandre. Evidências, códigos e classificações: o ofício do historiador e o mundo digital. *Esboços*, v. 27, n. 45, p. 207-227, 2020.

575 ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. *Atualismo 1.0...* Op. cit., p. 97.

576 Cf. CHAPMAN, Roger (org.). *Culture Wars: An Encyclopedia of Issues, Viewpoints, and Voices*. 2 v. Armonk: M.E. Sharpe, 2010.

577 A OMS definiu a infodemia nos seguintes termos: “Infodemia é uma quantidade excessiva de informações sobre um problema, o que dificulta a identificação de uma solução. A infodemia pode espalhar desinformação e rumores durante uma emergência de saúde. Infodêmicos podem dificultar uma resposta eficaz à saúde pública e criar confusão e desconfiança entre as pessoas. Para gerenciar a infodemia, a OMS desenvolveu uma iniciativa inovadora de comunicação, chamada Rede da OMS para Informação em Epidemias (EPI-WIN)”. PEREIRA, Mateus; MARQUES, Mayra; ARAUJO, Valdei. *Almanaque da COVID-19: 150 dias para não esquecer, ou a história do encontro entre um presidente fake e um vírus real*. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 56.

578 PEREIRA, Mateus; MARQUES, Mayra; ARAUJO, Valdei. *Almanaque da COVID-19...* Op. cit., p. 182.

579 Cf. HARTMAN, Andrew. *A War for the Soul of America: A History of the Culture Wars*. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

580 A proposta da vocação do historiador enquanto curador foi apresentada em: ARAUJO, Valdei Lopes. O Direito à História: O (A) Historiador (a) como Curador (a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 191-216.

581 Cf. CURADORIA Digital. *Wikipédia, a encyclopédia libre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Curadoria\\_digital&oldid=55345140](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Curadoria_digital&oldid=55345140). Acesso em: 07 dez. 2020.

582 Cf. FRISCH, Michael. A história não é uma via de mão única ou De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana; RABELO, Juliene; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

583 ABREU, Marcelo; BIANCHI, Guilherme; PEREIRA, Mateus. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279-315, abr./jun. 2018.

584 VARELLA, Flávia Florentino; BONALDO, Rodrigo Bragio. Negociando autoridades, construindo saberes: a historiografia digital e colaborativa no projeto Teoria da História na Wikipédia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 85, p. 147-170, dez. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882020000300147&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882020000300147&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 dez. 2020.

585 HAN, Byung-Chul. *No Enxame - perspectivas do digital*. Petrópolis: Editora Vozes, 2018, p. 66.

586 Cf. NICODEMO, T. L.; CARDOSO, O. P. Meta-história para robôs (bots)... Op. cit. Ver também, SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias...* Op. cit.

587 LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. *História Oral*, v. 17, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2014.

588 Para compreender melhor a atualização de monumentos históricos e a relação entre as identidades do presente e aquilo que é considerado patrimônio, pode ser interessante acompanhar as discussões recentes sobre o movimento de derrubada de estátuas relativas à escravidão e à colonização. Cf. ABREU, Marcelo. *Estátuas em transe: iconoclasmo e assimetrias na produção da história*. *Exporvisões*, 29 jun. 2020; BAUER, Caroline. *Homenagear quem?* *Sul* 21, 13 jun. 2020; CHAGAS, Francisco das. A derrubada, a

perspectiva e o antirracismo: sobre monumentos caídos. *HHMagazine*, 17 jun. 2020; ARAUJO, Valdei; MARQUES, Mayra; PEREIRA, Mateus. A polêmica das estátuas no 7 de setembro. *Jornalistas Livres*, 07 set. 2020; ARAUJO, Valdei; MARQUES, Mayra; PEREIRA, Mateus. De Minneapolis a Mariana: a presença do racismo e outros fantasmas da escravidão. *Jornalistas Livres*, 07 set. 2020.

589 ARAUJO, Valdei Lopes. O Direito à História... *Op. cit.*, p. 192.

590 *Ibidem*, p. 209.

591 *Ibidem*, p. 213.

592 Conferir também, ABREU, M.; BIANCHI, G.; PEREIRA, Mateus. Popularizações do passado e historicidades democráticas... *Op. cit.*

593 Graduada em História (licenciatura) por meio do Programa Universidade para Todos - ProUni - pela PUC-PR.

594 Pós-doutoranda em Educação pela UFRGS. Doutora em História pela UNIRIO, mestre em Educação, especialista em Tecnologias da Informação Aplicadas à Educação e graduada em História (licenciatura e bacharelado) pela UFRJ.

595 Realiza especialização em Neuropsicologia Educacional pela Universidade Positivo e é graduada em História (licenciatura) pela PUC-PR.

596 Cf. VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, mai./ago., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50ao2.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

597 Cf. ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

598 Cf. RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

599 Comentário 1, grifos nossos.

600 Comentário 2.

601 Cf. SILVA, Jessika Rezende Souza. Museus e educação antirracista. *UFVJM LAPEHIS*, 27 set. de 2020, vídeo 1 (71 min). Disponível em: [http://observatorioseguranca.com.br/](#). Acesso em: 16 dez. 2020.

602 BATISTA, Ana Carolina Mota da Costa. *Relações étnico-raciais no contexto quilombola - currículo, docência e tecnologia*. Curitiba: Appris, 2020, p. 23.

603 Conjunto de teorias que deram base para o que se chama de racismo científico. Ou seja, a pretensa e falsa comprovação por meio da ciência de que negros e negras seriam inferiores à raça branca.

604 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99-133.

605 Vale destacar que o culto da ancestralidade e dos que vêm antes de nós é uma das características do pensamento afrocentrado. Não iniciamos esse debate aqui, outros companheiros abriram o caminho para nós.

606 Cf. REDE de Observatórios da Segurança. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

607 SILVA, Tarcízio. *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodispóricos*. São Paulo: Literarua, 2020, p. 122.

608 SILVA, Tarcízio. *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais...* *Op. cit.*, p. 123.

609 Cf. GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 79, 1988.

610 Processo de busca coletiva de resistência afetiva negra pela construção de espaços seguros para ser e expressar a negritude.

611 RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala...* *Op. cit.*, p. 55.

612 COLLINS, 2016 *Apud* RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala...* *Op. cit.*, p. 44.

613 Cf. ALMA preta. *Jornalismo preto e livre*. Disponível em: <https://almapreta.com/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

614 Cf. REDE Nami. Disponível em: <https://www.redenami.com/afrografiteiras>. Acesso em: 16 dez.

2020.

615 Cf. INTAGRAM. Disponível em: <https://instagram.com/pretinhasleitoras?igshid=11hf38lg6ofg3>. Acesso em: 21 dez. 2020.

616 ESPOSITO, Domynique Roberta de Oliveira; PEREIRA, Cilene Margarete. Espaço feminino nas competições de poesias slam: discurso de resistência na performance de Gabz. *Crítica Cultural – Critic*, Palhoça, v. 14, n. 1, p. 99, jan./jun. 2019.

617 Consciência histórica pode ser entendida como “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 57.

618 “Segundo Rüsen, a cultura histórica é uma categoria de análise que permite compreender a produção e usos da história no espaço público na sociedade atual. Assim, para o autor, a cultura histórica articula os diferentes elementos e estratégias da investigação acadêmica, da estética, da política, do lazer, da educação escolar e não escolar e de outros procedimentos da memória história pública ‘ela é quintae essência das atividades e instituições sociais, pelas quais e nas quais acontece a consciência histórica’. Isto é, no âmbito da cultura histórica da qual faz parte a vida prática, é que acontecem os modos de atuação da consciência histórica”. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia. Por que a educação histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia (org.). *O que é educação histórica*. Curitiba: W.A. Editores, 2018, p. 16 *et seq.*

619 SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia (org.). *O que é educação histórica...* Op. cit., p. 16.

620 Cf. EMICIDA. AmarElo - É Tudo Pra Ontem. Netflix, 2020.

621 Cf. hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

622 ALBIERI, Sara. História Pública e Consciência Histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 27 *et seq.*

623 Estudantes de um colégio particular da cidade de Curitiba, no qual uma das autoras do texto trabalha.

624 Cf. hooks, bell. *Ensinando a transgredir...* Op. cit., p. 45.

625 *Ibidem*.

626 *Ibidem*, p. 22.

627 Cf. EMICIDA. AmarElo... Op. cit.

628 Cf. KNAUSS, Paulo. Educação e cultura na reconstrução pós-pandemia. *O Globo*. 16 dez. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/educacao-cultura-na-reconstrucao-pos-pandemia-24798491>. Acesso em: 21 dez. 2020.

629 COSTA, 2020 *Apud* SANTOS, Daniel Suzumura dos. Cultura antirracista: debate precisa ser levado para dentro das escolas. *Jornal Dia a Dia*, 13 de nov. 2020. Disponível em: <http://jornaldadiadocom.br/2020/2020/11/13/cultura-antirracista-debate-precisa-ser-levado-para-dentro-das-escolas/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

630 1 Universidade Estadual de Campinas.

631 As reflexões presentes nesse texto analisam resultados de pesquisa de Iniciação Científica intitulada “O feixe das Luzes: a produção historiográfica sobre o Chevalier de Jaucourt (1704-1780)”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no período de 01/02/2017 a 31/01/2018.

632 As informações quantitativas podem ser consultadas em KAFKER, F. A. Some observations on five interpretations of the “Encyclopédie”. *Diderot Studies*, Genebra, v. 23, p. 85, 1988; PROUST, J.

Questions sur l'Encyclopédie. *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, Paris, a. 72, n. 1, p. 37, jan./fev., 1972.

633 LOUGH, J. Louis, Chevalier de Jaucourt: some further notes. *French Studies*, Oxford, v. 15, p. 350-357, 1961.

634 Usaremos, como referência, a edição do Projeto ARTFL, da Universidade de Chicago – que será introduzida a seguir.

635 CHARTIER, R. *O que é um autor?* Revisão de uma genealogia. São Carlos: EDUFSCar, 2014, p. 41 et seq. Agradeço a Caio Affonso Leone pela prestativa recomendação.

636 WILSON, A. M. *Diderot*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 123.

637 DIDEROT, 1760, *Apud HAECHLER, J. L'Encyclopédie de Diderot et de... Jaucourt. Essai biographique sur le chevalier Louis de Jaucourt*. Paris: Honoré Champion, 1995, p. 506. “*Cet homme est, depuis six à sept ans au centre de six à sept secrétaires, lisant, dictant, travaillant treize à quatorze heures par jour, et cette position là ne l'a pas encore ennuyé*”. Todas as traduções são minhas, salvo em caso de edições lusófonas ou se indicado em contrário.

638 A *Encyclopédie* foi impressa de acordo com três modalidades diferentes de impressão: *in-folio* (cadernos de quatro páginas: a folha do livro é dobrada de forma a ter o tamanho de metade da folha original), *in-quarto* (cadernos de oito páginas: a folha do livro é dobrada de forma a ter o tamanho de um quarto da folha original) e *in-octavo* (cadernos de 16 páginas: a folha do livro é dobrada de forma a ter o tamanho de um oitavo da folha original). De maneira geral, quanto menos dobras, mais luxuosa, cara e mais fácil de ler é uma impressão. Essas modalidades eram reguladas tanto por normas oficiais quanto pelas leis da oferta e da procura.

639 Cf. DIDEROT, D. *Encyclopédia. In: D'ALEMBERT, J. L. R. (ed.). Encyclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. São Paulo: UNESP, 2017; *Idem. O sistema dos conhecimentos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 158; 202.

640 PARLAMENTO DE PARIS. Arrests de la Cour de parlement, portant condamnation de plusieurs livres & autres ouvrages imprimés. Extrait des registres de parlement, 23 jan. 1759, p. 18. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8613249p>. “Tout le venin répandu dans ce Dictionnaire”.

641 DARNTON, R. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2016, p. 63.

642 WILSON, A. M. *Diderot...* Op. cit., p. 384.

643 HAECHLER, J. *L'Encyclopédie de Diderot et de...* Op. cit., p. 387-393.

644 DARNTON, R. *Censores em ação...* Op. cit., p. 64.

645 Sobre isso, HAECHLER, J. *L'Encyclopédie de Diderot et de...* Op. cit., p. 543; WILSON, A. M. *Diderot...* Op. cit., p. 485 et seq.

646 Sobre isso, Cf. HAECHLER, J. *L'Encyclopédie de Diderot et de...* Op. cit., p. 541. CLAVERIE, E. *Sante indignation contre indignation éclairée: l'affaire du Chevalier de la Barre*. Ethnologie Française, Paris, v. 22, n. 3, p. 271-290, jul./set., 1992.

647 D'ALEMBERT, J. L. R. *Discurso Preliminar...* Op. cit., p. 265.

648 Sobre isso, Cf. ADAMS, G. *The Huguenots and French Opinion, 1685 – 1787: The Enlightenment Debate on Toleration*. Editions S/R: Waterloo, 1991, p. 103-108; GOODMAN, D. *The Republic of Letters: a cultural history of the French enlightenment*. Cornell: Cornell University Press, 1996, p. 23-31; 73-89; 228-229.

649 Sobre isso, além dos artigos supracitados, Cf. DIDEROT, D. *Encyclopédia...* Op. cit; D'ALEMBERT, J. L. R. *Discurso Preliminar...* Op. cit; WILSON, A. M. *Diderot...* Op. cit., p. 164 et seq; GOODMAN, D. *The Republic of Letters...* Op. cit., p. 31 et seq.

650 WILSON, A. M. *Diderot...* Op. cit., p. 379 et seq.

651 EDELSTEIN, D. *The Enlightenment: a genalogy*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010, p. 81-88.

652 WITHERS, C. W. J. *Placing the Enlightenment: thinking geographically about the Age of Reason*.

The University of Chicago Press: Chicago, 2007, p. 172 *et seq.*

653 CASTRES, A. S. STICOTTI, A. F. *Dictionnaire des passions, des vertus, et des vices, ou Recueil des meilleurs morceaux de morale pratique, tirés des auteurs anciens et modernes, étrangers et nationaux*. Paris: Vincent, 1769, p. 26. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65264859>.

654 DARNTON, R. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Encyclopédia" (1775-1800)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 17; 36-38. O número de assinantes da edição original é provavelmente inflacionado pelas baixas durante os anos de clandestinidade, não contabilizadas.

655 Sobre isso, Cf. DARNTON, R. *Censores em ação...* *Op. cit.*, p. 63; WILSON, A. M. *Diderot...* *Op. cit.*, p. 379-381; 846.

656 DARNTON, R. *O Iluminismo como negócio...* *Op. cit.*, p. 36 *et seq.*

657 Os documentos mencionados nesse parágrafo são citados em DARNTON, R. *O Iluminismo como negócio...* *Op. cit.*, p. 236 *et seq.*

658 CHAUDEPIED, 1777, *Apud* DARNTON, R. *O Iluminismo...* *Op. cit.*, p. 235 *et seq.*

659 MALHERBE, 1778, *Apud* DARNTON, R. *O Iluminismo...* *Op. cit.*, p. 253.

660 DARNTON, R. *O Iluminismo...* *Op. cit.*, p. 241-244.

661 *Ibidem*, p. 251 *et seq.*

662 WILSON, A. M. *Diderot...* *Op. cit.*, p. 169.

663 Sobre isso, WILSON, A. M. *Diderot...* *Op. cit.*, p. 164; EDELSTEIN, D. *The Enlightenment...* *Op. cit.*, p. 51.

664 Cf. ENCICLOPÉDIA iluminista recebe sexto e último volume em português dedicado à compreensão da Metafísica. *Editora Unesp*, São Paulo, 28 ago. 2017. Disponível em: <http://editoraunesp.com.br/blog/encyclopedie-iluminista-recebe-sexo-e-ultimo-volume-em-portugues-dedicado-a-compreensao-da-metafisica>.

665 MOSS, M. *Opening Pandora's Box: What is an archive in the digital environment?*. In: CRAVEN, L (org.). *What are Archives?* Routledge: Ashgate Publishing Company, 2008. p. 71-87.

666 Cf. MORETTI, F. *Distant Reading*. London: Verso, 2013.

667 RAMSAY, S. *Reading machines: toward an algorithmic criticism*. Urbana: University of Illinois Press, 2011, p. 9 *et seq.*

668 RICCIARDELLI, L. *American Documentary Filmmaking in the digital age: depictions of war in Burns, Moore, and Morris*. Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 49-56.

669 Como sugere, RAMSAY, S. *Reading machines...* *Op. cit.*, p. 17.

670 RAMSAY, S. *Reading machines...* *Op. cit.*, p. 61.

671 EDELSTEIN, D.; MORRISSEY, R.; ROE, G. *To Quote or not to Quote: citation strategies in the 'Encyclopédie'*. *Journal of the History of Ideas*, Pensilvânia, v. 74, n. 2, p. 213-263, abr. 2013.

672 Cf. MORRISSEY, R. *Editor's Introduction*. In: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. L. R. (ed.). *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, etc.* França: Wentworth Press, 2018; ARTFL Encyclopédie. MORRISSEY, R.; ROE, Glenn. (ed.). *Editor's Introduction*, 2017. Disponível em: <https://encyclopedie.uchicago.edu/node/16>. Acesso em: 5 dez. 2019. Obs: favor conferir referência. "The frequency by article report indicates the number of occurrences by article title in descending order of frequency with a link to the article and a link to the occurrences found within that article. For example, if you search for 'Newton' you will notice that 45 of the 783 occurrences of 'Newton' occur in the article 'Wolstrop' - this may seem inconsequential until one realizes all of the biographical information about Newton is found in this article about his home town, a fact which may have eluded some users looking for an article about Newton with a different title".

673 D'ALEMBERT, J. L. R. *Discurso Preliminar...* *Op. cit.*, p. 49.

674 Cf. JAUCOURT, C. "Zzuéné" (Dez 1765). In: DIDEROT, D'Alembert, Encyclopédie... *Op. cit.* ARTFL Encyclopédie. Disponível em: <https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/encyclopedie1117/navigate/17/3074>. Acesso em: 10 dez. 2019.

675 D'ALEMBERT, J. L. R. *Filosofia da Escola*. In: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. L. R. *Encyclopédia*,

ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios - o sistema dos conhecimentos. v. 2. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 290.

676 BERRIEL, C. E. Campanella, l'immaginazione utopica al servizio del cesaropapismo. *Morus*, Campinas, v. 6, p. 47-53, abr., 2009.

677 PESTRE, J. A. "CAMPANELLA (Philosophie de)" (jan 1752). In: DIDEROT, D'ALEMBERT, *Encyclopédie...* Op. cit. Disponível em: <https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/encyclopedie1117/navigate/2/5039/?byte=7611808>. Acesso em: 10 dez 2019. "les sens sont le fondement de toutes les sciences humaines".

678 TSIOMIS, M. L. L'Encyclopédie selon Jaucourt. In: BARROUX, G.; PÉPIN, F. (org.). *Le chevalier de Jaucourt: l'homme aux dix-sept mille articles*. Paris: Société Diderot, 2015, p. 76 et seq.

679 Cf. JAUCOURT, C. "Stilo" (Dez 1765). In: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. R. *Encyclopédie...* Op. cit. Disponível em: <https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/encyclopedie1117/navigate/15/2555/?byte=5780221>. Acesso em: 10 dez. 2019.

680 Cf. DIDEROT, D. "Eclectisme" (nov 1755). In: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, *Encyclopédie*. Disponível em: <https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/encyclopedie1117/navigate/5/1220/?byte=3157756>. Acesso em: 10 dez. 2019. "L'Eclectisme, cette philosophie si raisonnable, qui avoit été pratiquée par les premiers génies long- tems avant que d'avoir un nom, demeura dans l'oubli jusqu'à la fin du seizième siècle. Alors la nature qui étoit restée si long-tems engourdie & comme épuisée, fit un effort, produisit enfin quelques hommes jaloux de la prérogative la plus belle de l'humanité, la liberté de penser par soi- même: & l'on vit renaitre la philosophie éclectique sous Jordanus Brunus de Nole; Jérôme Cardan, V. Philosophie de Cardan à l'art. Cardan; François Bacon de Verulam, voyez l'artic. Baconisme; Thomas Campanella, voyez l'article Philosophie de Campanella, à l'article Campanella; Thomas Hobbes, voyez l'article Hobbisme; René Descartes, voyez l'article Cartésianisme; Godefroid, Guillaume Léibnitz, voyez l'article Léibnitzianisme; Christian Thomasius, voyez l'article Philosophie de Thomasius, au mot Thomasius; Nicolas Jérôme Gundlingius, François Buddée, André Rudigerus, Jean Jacques Syrbius, Jean Leclerc, Mallebranche, &c".

681 Cf. CAMPANELLA, T. *A Cidade do Sol*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

682 Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

683 CHAPMAN, Adam; FOKA, Anna; WESTIN, Jonathan. Introduction: what is historical game studies? *Rethinking History*, v. 21, n. 3, p. 2, 3 jul. 2017.

684 WOODCOCK, J. *Marx no fliperama: videogames e luta de classes*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 46 et seq.

685 *Ibidem*, p. 84 et seq.

686 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 153.

687 ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 337.

688 CHAPMAN, Adam. *Digital Games as History: How Videogames Represent the Past and Offer Access to Historical Practice*. New York: Taylor & Francis, 2016, p. 60.

689 *Ibidem*, p. 69 et seq.

690 Adam Chapman se utiliza aqui do conceito de "retórica processual", cunhado pelo autor Ian Bogost. Bogost argumenta que os artefatos de computação, e em especial os jogos digitais, são compostos por argumentos retóricos. As mecânicas, algoritmos e regras que compõem um programa ou um jogo são processos que dão forma aos jogos e carregam em si argumentos retóricos (mesmo que muitas vezes não-verbais) que buscam persuadir os jogadores. BOGOST, Ian. *Persuasive Games: The Expressive Power of Videogames*. London: MIT Press, 2010, p. 28.

691 CHAPMAN, Adam. *Digital Games as History...* Op. cit., p. 75. Tradução nossa.

692 MUKHERJEE, Souvik. *The Playing Fields of Empire: Empire and Spatiality in Videogames*. In:

MUKHERJEE, Souvik (Ed.). *Videogames and Postcolonialism*. Cham: Springer International Publishing, 2017, p. 46 *et seq.*

693 CHAPMAN, Adam. *Digital Games as History...* Op. cit., p. 61.

694 *Ibidem*, p. 62 *et seq.*

695 MURRAY, Janet H. *Hamlet no holodeck*: o futuro da narrativa no ciberspaço. São Paulo: UNESP, 2003, p. 101.

696 Estas cidades podem ser, no caso dos jogos da série *Assassin's Creed* ou em *L.A. Noire*, representações de cidades reais como Atenas durante o século V, ou Los Angeles nos anos 1920. Em outros, como nos jogos da franquia *Mafia* e *Grand Theft Auto*, as cidades são paródias de cidades reais, como é o caso da Nova Bordeaux em *Mafia III* (inspirada em Nova Orleans em 1968) ou a San Andreas de *GTA San Andreas* (baseada em Los Angeles, San Francisco e Las Vegas nos anos 1990).

697 WRIGHT, Esther. On the promotional context of historical video games. *Rethinking History*, v. 22, n. 4, p. 602, 2018.

698 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 16.

699 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença*: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 123.

700 *Ibidem*, p. 154.

701 CHAPMAN, Adam. *Digital Games as History...* Op. cit., p. 111.

702 SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias*: reflexões sobre a história na era digital. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, p. 259 *et seq.*

703 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença...* Op. cit., p. 151.

704 *Ibidem*, p. 152.

705 O conceito de “cronótopo”, utilizado por Gumbrecht, foi cunhado originalmente por Mikhail Bakhtin e indica como uma determinada articulação entre tempo e espaço se configura em certos gêneros, autores ou obras literárias específicas. Em Gumbrecht, no entanto, cronótopo significa a dinâmica de como diferentes tipos de consciência histórica ou experiências da temporalidade e da historicidade da existência humana que variam, eles próprios, historicamente.

706 PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. *Atualismo 1.0*: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana: Editora SBTHH, 2018, p. 509. [Edição Kindle].

707 TURIN, R. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 591, dez. 2016.

708 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença...* Op. cit., p. 171 *et seq.*

709 Cf. POLYGON. How Red Dead Redemption 2's landscapes are connected to 19th century art. *YouTube*, 14 dez. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AoXbWUEvoHo>. Acesso em: 21 dez. 2020.

710 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung...* Op. cit., p. 84.

711 *Stimmung* é, segundo Gumbrecht, um conceito alemão que se aproxima da ideia de “tom” ou “atmosfera”. Trata-se de uma proposta de categoria universal de Gumbrecht que se atenta à materialidade dos objetos de arte e como estes alteram (ou não) os “estados de espírito” dos leitores. A análise dos *stimmungen*, portanto, estaria entrelaçada com os relações entre a experiência estética e a produção de presença. *Ibidem*, p. 12 *et seq.*

712 ATKINSON, Paul; PARSAVI, Farzad. Video Games and Aesthetic Contemplation. *Games and Culture*, p. 8 *et seq.*, 1 abr. 2020.

713 Neste sentido, o processo de desenvolvimento do jogo não envolve apenas uma pesquisa histórica, mas envolve também o campo da topografia e da ecologia. Para uma análise aprofundada de *Red Dead Redemption 2* em relação aos seus aspectos ecológicos, ver: HOLMES, Steve. Visualizing ecocritical

euphoria in Red Dead Redemption 2. In: DOBRIN, Sidney; MOREY, Sean (Ed.). *Mediating Nature: the role of technology in ecological literacy*. London: Routledge, 2020, p. 30-45. [Cap. 3].

714 Cf. PPGUY323436. How big EXACTLY is the new map? A detailed analysis:r/reddeadredemption. Reddit, 26 out. 2018. Disponível em: [http://www.reddit.com/r/reddeadredemption/comments/9rgmbp/how\\_big\\_exactly\\_is\\_the\\_new\\_map\\_a\\_detailed\\_analysis/](http://www.reddit.com/r/reddeadredemption/comments/9rgmbp/how_big_exactly_is_the_new_map_a_detailed_analysis/). Acesso em: 24 dez. 2020.

715 Cf. WILLS, John. Red Dead Redemption 2: can a video game be too realistic? *The Conversation*, 12 nov. 2018. Disponível em: <http://theconversation.com/red-dead-redemption-2-can-a-video-game-be-too-realistic-106404>. Acesso em: 15 dez. 2020. [Tradução nossa].

716 CHAPMAN, Adam. *Digital Games as History...* Op. cit., p. 92.

717 ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019, p. 195-202; p. 277-281.

718 *Ibidem*, p. 284 *et seq.*

719 *Ibidem*, p. 286 *et seq.*

720 A renovação das tecnologias de realidade virtual através de títulos como o recente *Half-life Alyx*, além de consoles como o Wii e acessórios como o Playstation Move e o Kinect desafiam esta noção do ato de jogar como desvencilhado de uma experiência tática. Por outro lado, as ferramentas de acessibilidade, cada vez mais comuns em jogos e mais complexas, permitem, por exemplo, que jogadores cegos e surdos possam também jogar os jogos utilizando completamente apenas um dos seus sentidos.

721 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença...* Op. cit., p. 171 *et seq.*

722 Cf. HOWLONGTOBEAT. *How long is Red Dead Redemption 2?* Disponível em: <https://howlongtobeat.com/game?id=27100>. Acesso em: 21 dez. 2020.

723 Cf. GELLER, Jacob. Solidão Artificial. *You Tube*, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hUwTh4uSILg&t=873s>. Acesso em: 7 dez. 2020. [13m 34s, tradução nossa].

724 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença...* Op. cit., p. 173.

725 Cf. GELLER, Jacob. Solidão Artificial... Op. cit. [14m 18s, tradução nossa].

726 ROSA, Hartmut. *Aceleração...* Op. cit., p. 172.

727 CHAPMAN, Adam. *Digital Games as History...* Op. cit., p. 75.

728 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung...* Op. cit., p. xiv.

729 ROSA, Hartmut. *Aceleração...* Op. cit., p. 321.

730 Cf. SCHREIER, Jason. Inside Rockstar Games Culture of Crunch. *Kotaku*. Disponível em: <https://kotaku.com/inside-rockstar-games-culture-of-crunch-1829936466>. Acesso em: 26 dez. 2020.

731 COTE, Amanda; HARRIS, Brandon. 'Weekends became something other people did': Understanding and intervening in the habitus of video game crunch. *Convergence*, p. 7, 26 mar. 2020.

732 HALL, Charles. Cyberpunk 2077 has involved months of crunch, despite past promises. *Polygon*, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://www.polygon.com/2020/12/4/21575914/cyberpunk-2077-release-crunch-labor-delays-cd-projekt-red>. Acesso em: 27 dez. 2020.

733 WOODCOCK, J. *Marx no fliperama: videogames e luta de classes*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 113.

734 ROSA, Hartmut. *Aceleração...* Op. cit., p. 336 *et seq.*

735 Cf. SCHREIER, Jason. Inside Rockstar Games' Culture of Crunch... Op. cit.

736 ROSA, Hartmut. *Aceleração...* Op. cit., p. 337.

737 *Ibidem*, p. 218 *et seq.*

738 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença...* Op. cit., p. 151.

739 MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos... Op. cit., p. 147.

740 Mestre em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente, é doutorando em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),

desenvolvendo pesquisas sobre as relações entre a história e os espaços na obra de Michel Foucault. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Pesquisador atuante no Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine/Centre Michel Foucault.

741 Cf. KNOWLES, Anne Kelly; HILLIER, Amy. *Placing history: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*. Redlands: ESRI Press, 2008.

742 MANOVICH, Lev. *The Language of New Media*. Cambridge: The MIT Press, 2001, p. 41 *et seq.*

743 KÜMIN, Beat; USBORNE, Cornelie. At Home and in the Workplace: a Historical Introduction to the 'Spatial Turn'. *History and Theory*, n. 52, p. 306 *et seq.* 2013.

744 WARF, Barney; ARIAS, Santa. *The Spatial Turn: interdisciplinary perspectives*. London: Routledge Studies in Human Geography, 2009, p. 01.

745 Esta perspectiva pode ser aprofundada em: BESSE, Jean-Marie; CLERC, Marc; ROBIC, Carl *et al.* Qu'est-ce que le 'spatial turn'? *Revue d'histoire des sciences humaines*, v. 30, p. 207-238, 2017.

746 KÜMIN, Beat; USBORNE, Cornelie. At Home and in the Workplace... *Op. cit.*, p. 309.

747 *Ibidem*, p. 306.

748 SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias: crítica da razão histórica digital*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, p. 19.

749 Ver: LIVINGSTONE, David. The spaces of knowledge: contributions towards a historical geography of science. *Environment and Planning. Queen's University*. v. 13, n. 1, p. 05-34, 1995.

750 COSGROVE, Denis. *Mappings*. London: Reaktion Books, 1999, p. 07.

751 Ver: SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias...* *Op. cit.*, p. 27 *et seq.*

752 POTTS, John. *The New Time and Space*. Basingstoke: Palgrave Macmillian, 2015. p. 51-74.

753 WARF, Barney; ARIAS, Santa. *The Spatial Turn...* *Op. cit.*, p. 06.

754 WHITE, Richard. What is Spatial History? *Stanford Spatial History*, Stanford, v. 2, p. 03, 2010.

755 Cf. WHITE, Richard. What is Spatial History... *Op. cit.*

756 ETHINGTON, Philip. Placing the past: 'Groundwork' for a Spatial Theory of History. *Rethinking History*, v. 11, n. 4, p. 465-493, 2008.

757 MORETTI, Franco. *Distant Reading*. New York: Verso, 2013, p. 48.

758 *Idem*. *A Literatura vista de longe*. Porto Alegre: Arquipélago, 2008.

759 MORETTI, Franco. *A Literatura vista de longe...* *Op. cit.*, p. 91 *et seq.*

760 PESTRE, Dominique. Pour une histoire sciale et culturelle des sciences: nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques. *Annales HSS*, n. 3, p. 517 *et seq.* 1995.

761 PESTRE, Dominique. Pour une histoire sciale et culturelle des sciences... *Op. cit.*, p. 517.

762 ETHINGTON, Philip. Placing the past... *Op. cit.*, p. 466.

763 *Ibidem*, p. 486.

764 KINGSTON, Ralph. Mind Over Matter? *Cultural and Social History*, v. 7, n. 1, p. 111, 2010.

765 Consulta ao SPATIAL History Project. Disponível em: <http://web.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/index.php>. Acesso em: 10 nov. 2020.

766 KÜMIN, Beat; USBORNE, Cornelie. At Home and in the Workplace... *Op. cit.*, p. 306.

767 VON LÜNEN, Alexander. Tracking in a New Territory: re-imagining GIS for History. In: VON LÜNEN, Alexander; TRAVIS, Charles. *History and GIS: Epistemologies, Considerations and Reflections*. Dordrecht: Springer, 2013, p. 211.

768 VON LÜNEN, Alexander. Tracking in a New Territory... *Op. cit.*, p. 217.

769 MANOVICH, Lev. *The Language of New Media...* *Op. cit.*, p. 212-281.

770 *Ibidem*, p. 251 *et seq.*

771 SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias...* *Op. cit.*, p. 253.

772 *Ibidem*, p. 258.

773 WIMMER, Mario. The Present as Future Past: Anonymous History of Historical Times. *Storia de*

- la Storiografia*, n. 68, p. 182, 2015.
- 774 KINGSTON, Ralph. Mind Over Matter... *Op. cit.*, p. 111 *et seq.*
- 775 VON LÜNEN, Alexander. *Tracking in a New Territory...* *Op. cit.*, p. 217.
- 776 NICODEMO, Thiago Lima; CARDOSO, Oldimar Pontes. Meta-história para robôs (bots): o conhecimento histórico na era da inteligência artificial. *História da Historiografia/ International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 24, 2019.
777. *Ibidem*, p. 24 *et seq.*
- 778 FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 95.
- 779 *Ibidem*, p. 94 *et seq.*
- 780 SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias...* *Op. cit.*, p. 256.
- 781 STANFORD University. *Mapping The letters*. Disponível em: <http://republicofletters.stanford.edu/index.html>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- 782 SILVEIRA, Pedro Telles da. *História, técnica e novas mídias...* *Op. cit.*, p. 253.
- 783 Como afirma Foucault: “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha em torno de si um campo de coexistências”. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber...* *Op. cit.*, p. 121.

240 Antonio Amaury Ruben

Dr. Charles Pitex, diretor do Instituto Nina Rodrigues, em Salvador-BA, ao lado das cabeças de Cangica, Maria de Azulão, Maria Bonita, Lampeão, Zabelê, Corisco e Azulão, além de armas e apetrechos do cangaço. (Revista O Cruzeiro).

Virgolino Ferreira da Silva, Lampião, o mais célebre cangaceiro do Brasil. Morto em 28-07-1938 na Fazenda Angico, Poço Redondo-SE, por uma volante alagoana. Sua cabeça foi exposta em várias vilas e cidades de Alagoas. Após ser mumificada permaneceu no Instituto Nina Rodrigues até 6 de fevereiro de 1969, junto com outras cabeças que já se encontravam no Instituto, antes de serem enterradas. (Fotograma do filme Memória do Cangaço).

Lampião e as Cabeças Cortadas 151

(27) 3376-0363

[facebook.com/EditoraMilfontes](https://facebook.com/EditoraMilfontes)

@editoramilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes. Acesse nosso site e descubra as novidades que

preparamos para Você.

Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!

Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas  
Cormorant Garamond e DM Serif Display.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada  
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



EDITORIA MILFONTES

2022

